

1282

Fronteiras e fronteiriços

Karoline Batista Gonçalves y Roberto Mauro da Silva Fernandes. Organizadores



Editado por la Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso para eumed.net

Derechos de autor protegidos. Solo se permite la impresión y copia de este texto para uso personal y/o académico.

Este libro puede obtenerse gratis solamente desde
<http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1282/index.htm>
Cualquier otra copia de este texto en Internet es ilegal.

KAROLINE BATISTA GONÇALVES
ROBERTO MAURO DA SILVA FERNANDES
(Organizadores)

FRONTEIRAS E FRONTEIRIÇOS

Ana Cristina Yamashita
Bianchi Agostini Gobbo
Cirlani Terenciani
Everton Luís de Souza Júnior
Jones Dari Goettert
Juliana Grasiéli Bueno Mota
Juliana Tosati Nogueira
Marcos Mondardo
Karoline Gonçalves Batista
Ucleber Gomes Costa
Vivianne dos Santos Cavalcanti

Eumed.net
2013

ORGANIZADORES

KAROLINE BATISTA GONÇALVES

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados/MS

Graduada em Relações Internacionais pelas Faculdades Anhanguera – Unidade de Dourados/MS

estiloartesc@hotmail.com

ROBERTO MAURO DA SILVA FERNANDES

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados/MS

Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus do Pantanal – Corumbá/MS

roberto_mauro.78@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste livro foi discutir os diversos significados da fronteira. Para que as reflexões pudessem ser realizadas e a fronteira pudesse ser debatida, professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (Brasil), dando sentido e razão a esta obra, elaboraram uma série de artigos cujos diálogos abordam fenômenos fronteiriços, sejam eles ocorridos na fronteira, entendida como lugar, local, zona, área que separa países (ou mesmo o Estado, em sua acepção jurídica e/ou social) ou àqueles que integram o aspecto epistemológico, que transitam entre os limites estabelecidos. Deste modo, o livro está dividido em três partes, na primeira, denominada “nas fronteiras”, os autores abordam temas que versam sobre “situações de fronteira”, a respeito dos territórios que a fronteira consegue constituir e que perpassam o aspecto material, os discursos que formam sentimentos de pertencimento (nacionalidade) e sobre os movimentos fronteiriços, sejam de pessoas e/ou ideias. No segundo capítulo, “sobre fronteiras”, o conhecimento científico, as formas de pensamento e as ideologias que estabelecem percepções, cerceamentos e até mesmo encontros desiguais serão analisadas. Logo, a Filosofia, a Ciência, a Arte, os instrumentos utilizados pelo conhecimento e o neoliberalismo dominam a pauta dos assuntos que envolvem esta seção. Tendo em vista que a proposta é discutir questões circunscritas à fronteira e à respeito da fronteira, no terceiro capítulo, intitulado “fronteiriços”, as análises são sobre as práticas (simpliciter dizendo) do sujeito fronteiriço e dos desdobramentos que ensejam para o território. Para que os fenômenos discutidos fossem compreendidos, os autores realizaram um amplo levantamento bibliográfico, no campo da Geografia, da Literatura, da Filosofia, das Artes, da História, etc., como também, os diálogos estabelecidos foram construídos a partir de um intenso processo empírico, que consistiu em trabalhos de campo.

Palavras-chaves: Fronteiras; Fenômenos Fronteiriços; Território; Migrações.

ABSTRACT

The aim of this book is to discuss the various meanings of the border. For the reflections could be held and the border could be debated, teachers and students of the Graduate Program in Geography, Federal University of Grande Dourados - UFGD (Brazil), giving meaning and reason to this work, prepared a series of articles whose dialogues addressing border phenomena, whether they occurred at the border, understood as a place, location, zone, area that separates countries (or even the state, in the legal sense and / or social) or those that integrate the epistemological aspect, transiting between limits. Thus, the book is divided into three parts, the first, called "border", the authors address issues that deal with "border situations", about the territories that border can be and that permeate the material aspect, about discourses that form feelings of belonging (nationality) and on the border movements, whether of people and / or ideas. In the second chapter, "borders on" scientific knowledge, ways of thinking and ideologies that lay perceptions, fenced off and even unequal encounters will be analyzed. Soon, Philosophy, Science, Art, instruments used by knowledge and neoliberalism dominate the agenda of matters involving this section. Given that the proposal is to discuss issues confined to the border and the border, in the third chapter, entitled "border", analyzes the practices are (simplistically saying) border of the subject and the developments that lead to the territory. For the phenomena discussed were understood, the authors conducted a comprehensive literature review in the field of Geography, Literature, Philosophy, Arts, History, etc., But also established the dialogues were constructed from an intense process empirical, which consisted of fieldwork.

Keywords: Border; Border Phenomena; Territory; Migration.

SUMÁRIO

Apresentação

Roberto Mauro da Silva Fernandes..... 6

Parte 1 – Nas Fronteiras

NARRATIVAS DE FRONTEIRA: GENTES E LUGARES EM MULTIPLICIDADE

Jones Dari Goettert..... 9

AS FRONTEIRAS DO TERRITÓRIO: ENTRE O CONFRONTO E O DEVIR DE NOVAS TERRITORIALIDADES EM DOURADOS/MS

Marcos Mondardo..... 28

CONSTRUINDO BRASILIDADES – O DESAFIO DE OLHAR, ENTENDER E PERCEBER O SERTÃO E AS FRONTEIRAS “PARA DENTRO”

Ana Cristina Yamashita..... 42

A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI E SEUS DESDOBRAMENTOS: O CASO DA COLÔNIA NUEVA ESPERANZA EM YBY YAÚ/ CONCEPCIÓN

Karoline Batista Gonçalves..... 64

Parte 2 – Sobre Fronteiras

ENTRE AS FRONTEIRAS DO PENSAMENTO: ENSAIO SOBRE O PENSAMENTO E A NATUREZA A PARTIR DE DELEUZE, GUATARRI E NIETZSCHE

Bianchi Agostini Gobbo..... 81

PERSPECTIVAS DIVERSAS SOBRE A FRONTEIRA: DA PARTILHA DOS ESTADOS-NAÇÕES S PARTILHA DA CIÊNCIA

Vivianne dos Santos Cavalcanti..... 97

AS FRONTEIRAS DO HUMANO. IMAGEM E REFLEXO NO SISTEMA-MUNDO MODERNO COLONIAL

Everton Luís de Souza Júnior..... 111

Parte 3 – Fronteiriços

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS TERRITÓRIOS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE OS DE *DENTRO* E OS DE *FORA* NA/DA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS

Juliana Grasiéli Bueno Mota..... 123

IDENTIDADES EM TRÂNSITO: BRASILEIROS E PARAGUAIOS NA FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)

Cirlani Terenciani..... 136

FECULARIAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO SUL E SUDESTE/MS

Ucleber Gomes Costa..... 158

FRONTEIRIÇOS: CAMINHOS E LUTAS PARA A PERMANÊNCIA NA TERRA

Juliana Tosati Nogueira..... 182

Apresentação

Este livro é resultado do esforço intelectual de docentes, discentes e ex-discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que se dispuseram a se debruçar sobre temas que envolvem fenômenos fronteiriços.

Dessa forma, essa coletânea que ora apresentamos é um esforço coletivo, teórico e empírico, que tem como objetivo discutir as representações, as essências, os discursos, os olhares, os símbolos, as interações espaciais, as porosidades e as maleabilidades da fronteira e de seus diversos significados. Sendo assim, os trabalhos aqui reunidos versam sobre os contatos materiais e imateriais que o ser humano é capaz de construir e reconstruir, seja por meio das suas análises, seus discursos e ações. De imediato, a nossa preocupação era garantir uma multiplicidade de reflexões que não estivessem presas à fronteira somente como zona internacional que separa países, mas nas suas diferentes acepções e escalas.

Logo, iniciando as discussões, Jones Dari Goettert, partindo de três narrativas de fronteira, nos apresenta o entendimento de que toda “realidade” fronteiriça é produzida como “situação” de relações específicas. A preocupação primeira do artigo é demonstrar que as situações de fronteira devem ser compreendidas através de seus múltiplos movimentos, já que “as situações de fronteira tanto são definidas pelas relações da ‘díade’ da qual fazem parte como pelas relações construídas pelas especificidades de cada configuração socioespacial de fronteira”.

Ao discutir a produção do território e suas territorialidades, Marcos Mondardo, analisa o município de Dourados/MS como um território de fronteiras, seja pelo fato de estar localizado na Faixa de Fronteira (conceito entabulado pelo artigo 20º da constituição brasileira), seja pela condição de fronteira agrícola, assim como, por se constituir como território (fronteira) que produz relações entre sujeitos com identidades distintas.

Ana Cristina Yamashita reflete acerca do processo de consolidação da cidade de Brasília e da Região da Grande Dourados como espaços de representação do poder, a partir do contexto da mudança da capital do Brasil e da “marcha para o oeste”, conjuntura que está vinculada aos discursos geopolíticos relacionados à segurança nacional, a unificação do país e que justificaram a criação de novas áreas em território brasileiro e, sobretudo, que ensejaram políticas que estavam circunscritas ao controle das “fronteiras nacionais”. Trata-se então de um debate sobre a formação da fronteira e do surgimento de um imaginário de brasilidade.

A contribuição de Karoline Batista Gonçalves está relacionada às suas preocupações e atenções aos movimentos migratórios de brasileiros para a Colônia *Nueva Esperanza* localizada em Yby Yaú (Paraguai), no Departamento de Concepción, brasileiros que ao cruzarem a fronteira Brasil/Paraguai e se estabelecerem na mencionada colônia, construíram “novas” afirmações e/ou negações identitárias.

Iniciando a segunda parte do livro, ao discutir as fronteiras entre as diversas formas de pensamento, Bianchi Agostini Gobbo, recorrendo a Deleuze, Guatarri e Nietzsche, demonstra-nos como a Filosofia, a Ciência e a Arte podem contribuir para que os professores de Geografia problematizem conteúdos próprios, procurando ir para além do livro didático como fonte de dados e de conceitos. Para Gobbo, professores e alunos devem aprender na escola, e saber mobilizar as supracitadas áreas do pensamento no ensino da Geografia ajuda os alunos a perceberem que não estão separados da natureza, “e que o pensamento não é pura abstração, mas é, antes de tudo, a forma como sentimos o mundo”.

Vivianne dos Santos Cavalcanti, em sua discussão, analisa de que forma o conhecimento científico estabeleceu fronteiras ao longo do seu processo de desenvolvimento e consolidação, proporcionando uma série de rupturas as demais práticas e conhecimentos. Fronteiras que “podem ser visualizados como instrumentos utilizados pelo conhecimento para apartar de si o que considera estranho e inferior”, afirma a autora.

A propósito das questões relacionadas ao neoliberalismo, Everton Luís de Souza Júnior em seu trabalho considera que as práticas neoliberais institucionalizaram discursos que “vendem” um mundo sem fronteiras, interconectando ideologicamente o local e o global, entretanto, “o mundo sem fronteiras” reatualizou o encontro de “colonizador” e “colonizado”, ensejando novos debates sobre a “colonialidade do poder”, sendo assim, de acordo com suas palavras, “o neoliberalismo aumentou as divergências e disparidades sociais, propiciando o encontro dos desiguais”.

Iniciamos a terceira e a última parte desta coletânea com o artigo de Juliana Grasiéli Bueno Mota que com a necessidade de compreender os territórios, as fronteiras e as identidades, considera para tal análise a Reserva Indígena de Dourados/MS. A partir das relações entre indígenas e também não indígenas, a autora, traça os jogos de identidades existentes na reserva, sobretudo, em relação aos Guarani, Kaiowa e Terena em suas múltiplas territorialidades.

Cirlani Terenciani apresenta-nos uma discussão acerca das práticas culturais e identitárias nas cidades de Ponta Porã/MS e Pedro Juan Caballero (Departamento de Amambay), cidades-gêmeas que se localizam na Zona de Fronteira Brasil/Paraguai. Dessa forma, recorrendo às palavras da autora, o principal objetivo do trabalho “é discorrer sobre as diversas concepções de fronteira que permeiam o contato entre brasileiros e paraguaios numa área de fronteira internacional”.

Ucleber Gomes Costa investiga as características do espaço geográfico produzido pela e para a atividade produtiva da mandioca em alguns municípios (localizados na “linha” de fronteira Brasil/Paraguai) na porção Sudeste e extremo-sul do estado de Mato Grosso do Sul. Logo, procura demonstrar as relações produtivas desenvolvidas entre agricultores e feccarias, assim como, apresenta os impactos gerados pela ação das usinas de cana-de-açúcar, principalmente, naqueles municípios que vem recebendo unidades fabris. Conjuntura que aumenta o preço da terra e, conseqüentemente, da renda da terra.

Buscando apontar as características da fronteira Brasil/Paraguai, de igual modo identificar o homem/mulher fronteiriço do ponto de vista social, cultural e econômico, Juliana Tosati Nogueira realiza um estudo de caso com famílias de ex-brasiguaios que residem no Assentamento Itamarati I. Ao analisar os relatos das famílias pesquisadas, Nogueira verificou que: “sofreram dupla expulsão, sendo uma nacional (expulsão do Brasil) e outra internacional (expulsão do Paraguai)”. Assim, trata-se de um estudo que revela a ambigüidade vivida na fronteira.

Dessa forma, esperamos que as contribuições aqui reunidas sirvam ao objetivo de provocar novas reflexões e instigar outras pesquisas, já que a pretensão de agrupar esses temas deu-se no sentido de persistir com os diálogos que envolvem a fronteira, independente de como vamos interpretá-la. E por fim, agradecemos a cada um dos autores pelos debates proporcionados, ao se dedicarem a este volume deram-lhe sentido e razão.

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Parte 1

Nas Fronteiras

NARRATIVAS DE FRONTEIRA: GENTES E LUGARES EM MULTIPLICIDADE

Jones Dari Goettert

Curso de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Universidade Federal da Grande Dourados

CNPq; FUNDECT

jonesdari@ufgd.edu.br

jonesdari@hotmail.com

Resumo

Partindo de três narrativas de fronteira, construímos o entendimento de que toda “realidade” de fronteira é produzida como “situação” de relações específicas. Da ideia de “díade” construída por Michel Foucher, esboçamos à de “situação de fronteira” como aquela construída por contextos fronteiriços próprios, redefinindo suas próprias “realidades”, seus próprios “sistemas” simbólicos e seus próprios imaginários. Das fronteiras do escritor Tabajara Ruas, dos “laranjas”, sacoleiros e balconistas de produtos “do Paraguai”, e das relações da migração camponesa brasileiro-gaúcha para a Argentina, a fronteira (pluralizada) assume uma multiplicidade em movimento sempre aberto, capaz tanto de reprodução das imposições de fora como de transgressões e de conexões ainda não construídas – ali, como em todas as situações de fronteira, *junto ao mapa que divide está o mapa da vida de la gente*.

Palavras-chave: Fronteiras; Narrativas; “Situações de fronteira”.

Abstract

Starting with three narratives border, build the understanding that all "reality" of the border is produced as "situation" of specific relationships. The idea of "dyad" built by Michel Foucher, the outline of "frontier situation" as the one built by frontier own contexts, redefining their own "realities", their own "systems" their own symbolic and imaginary. The borders of the writer Tabajara Streets, the "oranges", and clerks sacoleiros product "Paraguay", and relationships of Brazilian peasant migration to Argentina, gaucho, the border (plural) assumes a multiplicity moving always open, capable both playback of the charges off as transgressions and connections not yet built - here, as in all situations of border, next to the map is a map that divides the life of her people.

Keywords: Frontiers; Narratives, "boundary situations".

1 – Condições de fronteira

A condição de fronteira é sempre aquela da dicotomia ser e não ser. Ser daqui e não ser de lá, ser de lá e não ser daqui. Mesmo que essa dicotomia seja suplantada por uma pretensa identidade fronteiriça ou identidade de fronteira, as nacionalidades emolduram com tanta força os sujeitos e seus lugares que o “vai-e-vem” é inevitável. Identidades, instituições culturais, línguas, jogos, encontros, comunidades, pertencimentos e outras e outros (de fronteiras), cedem espaço, em “última instância”, à condição hegemônica exercida pelas identidades, instituições, culturas, línguas, jogos, encontros, comunidades, pertencimentos e outras e outros, nacionais.

No entanto, parece haver sempre brechas entre os arranjos institucionais internacionais que tentam, em todo lugar e a todo tempo, impor-se como absolutos. Como

qualquer instituição (a ideia de fronteira como instituição é apontado por Michel Foucher, 1991; 2009), a fronteira é tanto materialidade/imaterialidade vazada em relações as mais diversas, como o espelho que, se anseia pelo reflexo claro e translúcido de formas, cores e sons, cai em sua própria armadilha ao constatar que o direito aqui é o esquerdo lá, e vice versa.

Por isso, nesses jogos de espelhos que marcam as fronteiras, as formas, cores e sons das inter-nacionalidades oficiais e oficiais são borrados e rasurados por relações ao rés do chão. Relações como daquelas que fantasiam o mundo das crianças que ainda tem pouco clara a divisão entre país daqui e país de lá; de músicas ou de programas que tocam nas rádios ou nos canais de televisão com ondas que trazem a saudade, mas também vozes diferentes para o mesmo personagem (como assistir ao programa “Chaves” nas imagens vindas do Brasil, mas que na Argentina é “El show del Chavo”), dos produtos e das mercadorias que viajam atravessados pelo trabalho duplamente precarizado (em países asiáticos e daquele dos “laranjas” e “sacoleiros” no Brasil) ou mesmo pelo trabalho marcado ainda pelo “valor de uso” mais que pelo “valor de troca” (como nos produtos de colonos brasileiros que voltam ao Brasil depois de produzidos no nordeste argentino)...

Formas, cores, sons e relações de fronteira são as permeadas por condições de fronteira (como qualquer outra relação que é sempre definida por sua especificidade). Isto é, as relações de fronteira são aquelas marcadas pelos “eventos” de fronteira, o que requer pensar, inversamente, que nem todas as relações que ocorrem em “espaço de fronteira” (ou zona, região, área de fronteira...) podem ser definidas como tal. O espaço de fronteira tende a desenvolver um conjunto de especificidades que se alojam em determinadas relações, mas nem sempre as relações no espaço de fronteira são atravessadas por essas especificidades.

Uma camiseta de futebol “dividida” ao meio pelas cores e formas dos fardamentos das seleções brasileira e paraguaia, à venda em lojinha de camelô na Linha Internacional, que limita as cidades de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul – Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay – Paraguai), pode ser definida como um “objeto” em relação de fronteira. Se esta mesma camiseta estivesse disposta em loja da Rua 25 de Março, na cidade de São Paulo, pouca ou mesmo nenhuma imbricação teria com uma condição de fronteira. O exemplo é apenas ilustrativo mais ajuda a dar conta da necessidade de nossas leituras sobre condições de fronteira não serem reféns de um certo determinismo da fronteira. As condições de fronteira e suas relações se desenvolvem não simplesmente porque “estão” na ou “são” da fronteira, mas porque incorporam especificidades que as marcam como sendo de fronteira.

Um conjunto dessas relações são analisadas aqui. Em um primeiro momento, percorremos as trilhas deixadas pelo escritor Tabajara Ruas. A partir de um relato de sua relação com a fronteira, o escritor deixa pistas importantes de como a fronteira teve participação profunda em sua infância e juventude, e de como continua marcando sua existência, às vezes mais, às vezes menos, mesmo distante do espaço fronteiriço entre Uruguiana, Paso de Los Libres e Bella Unión, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Em um segundo momento a nossa análise de detém sobre condições e relações de fronteira experienciadas e vividas por “laranjas”, “sacoleiros” e balconistas entre o Brasil e o Paraguai, mais especificamente entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Mulheres e Homens com mais ou com menos idade dão voz a relações de tensão e conflito que permeiam o trânsito cotidiano de gentes “instrumentalizadas” para o transporte e venda de mercadorias “do Paraguai”.

E em terceiro momento, analisamos condições e relações de fronteira de localidades na fronteira entre Brasil e Argentina a partir dos “eventos” narrados por brasileiros migrantes e por argentinos. No nordeste argentino, no extremo leste da Província de Misiones, as relações de gentes com a terra e com a condição de estrangeiridade vão redefinindo desde jeitos de falar a formas de comprar e vender coisas, de um e outro lado da fronteira. De *um lado*, brasileiras e brasileiros, a maioria

famílias de pequenos agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e com quem ainda estabelecem importantes relações, seja pela proximidade física (divididos unicamente pelo rio Uruguai) ou pela proximidade de pertencimento (familiares e parentes do Brasil visitam e são constantemente visitados pelos moradores agora da vizinha Argentina); e de *outro lado*, argentinas e argentinos protagonistas de uma condição de “recebimento” e compartilhando novas relações, marcadas tanto por certo modo de vida camponês como pela situação de fronteira imposta pelo controle e poder das nacionalidades.

Dessas três rápidas análises, passamos à construção da proposição de que se toda fronteira pode ser compreendida pela formação de “díades” (“limites comuns de dois Estados contíguos” [FOUCHER, 2009, p. 10]), ela também deve ser pensada como produção de “situações de fronteira” diversas e múltiplas, não obedecendo, portanto, a um processo de homogeneização territorial-fronteiriça como talvez possa fazer supor os interesses nacionais em jogo. Cada “situação de fronteira” abarca um conjunto de relações que lhe é própria, construído temporal e espacialmente e por isso marcado pelas especificidades econômicas, sociais, culturais e políticas de cada “formação socioespacial” fronteiriça. Ao mesmo tempo, devemos considerar que ambos os *lados* de cada “situação de fronteira” são em si mesmos diversos, heterogêneos, desiguais e contraditórios, definindo jeitos distintos de sujeitos e coletividades construir suas relações de fronteira.

2 – “Cada vez que vejo uma ponte, penso que do outro lado está a Argentina”: depoimento de um homem de fronteira

O escritor Tabajara Ruas¹, em “Depoimento de um homem de fronteira” (RUAS, 2004), apresenta uma impressionante narrativa da fronteira de um sujeito que nasce em uma de suas margens, mas que é “composto” por uma espécie de “totalidade fronteiriça”. Na expressão de Ruas, uma totalidade “triplicada”: “Nasci em Uruguaiana, uma cidade muito particular, porque faz fronteira com dois países. De um lado com a Argentina [Paso de Los Libres], de outro lado com o Uruguai [Bella Unión]”. Ali, Ruas morou até os dezoito anos, tempo suficiente para que a fronteira deixasse nele marcas indeléveis, como lugar que se junta ao corpo e ali se aloja em uma condição periclitante, isto é, participante de um “vai-e-vem” constante no encontro das lembranças e dos novos lugares de existência.

Nasci em 1942, na época em que estavam fazendo a ponte internacional de Paso de Los Libres, e o meu pai trabalhou na construção da ponte. Esse era um dos orgulhos da cidade, todos que haviam trabalhado na construção daquela ponte tinham alguma coisa grande e importante a contar. O meu pai me contava muitas histórias épicas da construção da ponte, que acabou se tornando uma presença constante na minha vida. Um poema do poeta uruguaiano Nei Duclós, diz: “Cada vez que vejo uma ponte, penso que do outro lado está a

¹ **Tabajara Ruas** (Uruguaiana, 11 de agosto de 1942) é escritor, jornalista e cineasta brasileiro, ex-jornalista do Jornal do Almoço, do Grupo RBS. [...] Cursou arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entre 1971 e 1981 ficou exilado no Uruguai, no Chile, na Argentina, na Dinamarca, em São Tomé e Príncipe e em Portugal. [...] Em 1999, co-redigiu com Beto Souza, roteirizou e produziu o longa-metragem *Netto perde sua alma*, baseado em seu livro homônimo. [...] Entre 2002 e 2003 foi consultor especial da Rede Globo para a produção da minissérie *A casa das sete mulheres*. [...] Em 2007, lançou o documentário longa-metragem *Brizola - Tempos de Luta*, sobre o político Leonel Brizola. Em 2008, foi a vez do longa-metragem de ficção *Netto e o domador de cavalos*. Atualmente está produzindo o longa *Os Senhores da Guerra*. [Alguns livros] *O fascínio*, *O amor de Pedro por João*, *A região submersa*, *Netto perde sua alma* e *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez* [todos pela Editora Record]. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Tabajara_Ruas [acessado em 23/12/2011]).

Argentina”. Esse sentimento me acompanhou durante toda a vida (RUAS, 2004, p. 58).

As relações de Ruas com o outro lado da ponte participavam de um cotidiano de fronteira no qual o *lado* de lá aparecia tanto como mistério como por um atravessamento por motivos e interesses os mais diversos, grandes e pequenos. De outro lado, na Argentina, estava um outro país, uma outra nacionalidade, uma outro língua, mas também...

[...] em Paso de Los Libres que comprei as primeiras revistas em quadrinhos, meus primeiros gibis, onde comecei a desvendar – era um garoto de calças curtas – esse mundo da ficção que até hoje me fascina e me consome. A ponte unia dois países, e foi o primeiro caminho do garoto para o vasto mundo da cultura pop (RUAS, 2004, p. 58).

A cultura “pop” que se globalizava também vinha pelo *lado* de lá da fronteira e não apenas pelos centros do Brasil. A distância da fronteira meio que se desfazia pelas idas e vindas pela ponte, mas também pelas ondas das rádios argentinas:

E o que escutávamos na nossa casa não era só a rádio Charrua de Uruguaiana, nem a rádio São Miguel. Escutávamos também a rádio General Madariaga de Paso de Los Libres. Nossa casa na cidade de fronteira, assim como era invadida por sambas, chorinhos e músicas gauchescas do lado de cá, era invadida, também, diariamente, por milongas e chamamés e salsas, que se tornaram também acompanhantes permanentes ao longo da minha vida (RUAS, 2004, p. 59).

A fronteira grudou em Ruas. Nele, longe-perto da fronteira, a condição de “homem da fronteira” se fez também em “homem de fronteira”, ou seja, a abertura a uma condição duplicada (aqui e lá: Brasil e Argentina) e até triplicada (aqui, lá e acolá: Brasil, Argentina e Uruguai) de espaços nacionais, fazendo emergir um sujeito um tanto “omnilateral” e não “unilateral”, de um brasileiro que parece ter aceitado viver a fronteira na sua mais profunda troca de “objetividades” e de “subjetividades”.

E se naqueles tempos de guris um “espírito fronteiriço” de apossava de Ruas e dos demais, este mesmo espírito também se revelara, depois, como o amálgama de uma condição que se quer inteira e não dividida por imaginários de diferenças grosseiras e austeras.

A fronteira tinha um lado físico: os jogos de futebol. Havia na primavera um torneio de futebol entre as escolas de Uruguaiana e as escolas de Paso de Los Libres. Com o tempo, cautelosamente, os dirigentes decidiram abolir os torneios. O furor dos jogos e a vitalidade da adolescência tornavam os torneios perigosos e violentos. Particpei de, pelo menos, três torneios durante a minha adolescência, que terminaram calamitosamente. Quando vou a Uruguaiana ou, às vezes, a Paso de Los Libres, encontro os antigos jogadores de futebol e veteranos daquelas terríveis brigas em campo. Recordamos com nostalgia. Somos mais amigos, talvez, por causa dessas lembranças belicosas (RUAS, 2004, p. 59).

Ruas conheceu Montevidéu e Buenos Aires antes de Rio de Janeiro e São Paulo. Aquelas mais europeias; essas, mais sul-americanas. De algum jeito, por isso, as fronteiras são capazes de agregar condições de experiência e existência multiplicadas (“duplicadas” ou “triplicadas”). No entanto, a condição de fronteira é

dividida também com outras condições para além daquela “tipicamente” fronteiriça. Uruguaiana, de acordo com Ruas, se fazia também “cercada de pampa” e não parecia à toa que os filmes de *cowboys*,

[...] nas suas nuances e complexidades que nem todos percebiam, nos remontavam àquele distante país, gigantesco e enigmático, que era os Estados Unidos e que, no entanto, tinha uma característica tão parecida com aquela nossa pequena cidade de Uruguaiana, que era a vida camponesa, aquela vida agreste, lidando com animais, com boi, com cavalo, com vaca, com aqueles elementos tão rústicos e tão próximos. E o exercício da coragem (RUAS, 2004, p. 61).

Nesse caso, parecia se juntar, para Ruas, as duas condições, a gauchesca-pampeana e a fronteiriça, mescladas em filmes “faroestes americanos B”:

A coragem é uma fantasia masculina, sobejamente alimentada na fronteira. O que não é uma fantasia é lutar contra o medo. Isso talvez seja a coragem. Mas naquela região havia o mito da coragem. Todos nós tínhamos de ser corajosos e aqueles filmes americanos [de faroeste] que víamos era que nos davam a lição mais influente das nossas vidas, com certeza, por mais que eu queria me desligar dela. E por mais que eu tenha assistido dezenas de vezes os filmes de Antonioni ou do Tarkovski ou do Billy Wilder, quando me sento a escrever, em um ponto da minha memória está um daqueles faroestes americanos B, com a sua precisão narrativa, com seu ritmo, com suas bravatas e com suas tocantes simplificações sobre a vida.

[...]

Nossa casa era na beira do rio. Nós saíamos de casa e víamos a Argentina, aquela visão de que havia um outro país do outro lado do rio, um país ameaçador. Aquela visão era fascinante e ao mesmo tempo inquietava. A minha infância toda eu estava preparado para a invasão argentina. Aliás há um belo romance do José Antônio Severo que chama *A invasão*, cujo cenário final é a ponte internacional sobre o rio Uruguai, a ponte entre Uruguaiana e Paso de Los Libres. Havia esse mito, o de que haveria uma guerra entre Brasil e Argentina, e a cidade de Uruguaiana seria o primeiro campo de batalha, e então, por esses e vários outros motivos, nós tínhamos de estar preparados. Pior que a invasão dos argentinos, era a invasão Correntina, e isso porque, se os argentinos são bravos, os correntinos são os mais bravos de todos os argentinos. Tínhamos de também estar preparados para isso e outras fantasias que a fronteira gerava (RUAS, 2004, p. 61-63).

Tabajara Ruas “deixou” a fronteira aos dezoito anos. Além dessa “ruptura”, na adolescência passou de leituras de “toda aquela literatura maravilhosa da aventura” a Erico Verissimo, “que abriu os nossos olhos para o fato de que a grandeza está aqui onde nós estamos”. Também na mesma época começou a escutar Bossa Nova... Morava em Porto Alegre quando estourou o golpe militar em 1964, e dali partiu para dez anos de exílio. Em Santiago e em Valparaíso, no Chile. Na Dinamarca. Em São Tomé e Príncipe, no golfo da Guiné, na África... (RUAS, 2004, p. 62-64).

Por entre todos esses países e lugares, Ruas foi percebendo, principalmente ao observar as questões postas por dinamarqueses primeiro-mundistas e africanos “subdesenvolvidos”, que “[...] a identidade humana é uma pele muito superficial que

nos é dada pelo lugar onde nascemos, as idiossincrasias, as nuances, as bobagens que cada lugar tem, suas pequenas manias e mitos”. E na volta para o Brasil também voltou para rever Uruguaiana, “os antigos lugares, os lugares sagrados na memória” (RUAS, 2004, p. 64).

3 – “Então todo mundo começou a trabalhar fazendo bicos no Paraguai, do mais velho ao mais novo”: “laranjas”, sacoleiros e balconistas na fronteira

Carlos, Pedro, Cláudio, Mario, Roberto, Deise, Paulo, Luis, Adriana e José são sujeitos “laranjas”, sacoleiros e balconistas que se fazem em condições de fronteira analisadas por Eric Gustavo Cardin² (2011). Entre Brasil, Paraguai e Argentina (especialmente entre os dois primeiros), em área de “Tríplice Fronteira”, Cardin buscou compreender a situação de trabalhadoras e trabalhadores em condição precarizada como elemento central do desenvolvimento do neoliberalismo no capitalismo contemporâneo. Ali, nas fronteiras que *se juntam*, a precarização do e no trabalho parece e aparece em uma configuração “duplicada” e até “triplicada”, pois a pretensa ilegalidade dada sobre as mercadorias compradas em Ciudad del Este (Paraguai) tem sua lógica também marcada pela condição ilegal das mulheres e dos homens do trabalho, tanto pela informalidade nas lojas como na criminalização a que estão sujeitos na travessia e no percurso na fronteira até seus locais de origem.

Tal condição, como bem acentuado por Cardin (2011), revela-se tanto na precarização do e no trabalho como na precariedade das próprias condições de existência, marcadas ambas pela “pobreza e exclusão social”. A precarização e a precariedade das relações de trabalho e das condições de existência de “laranjas”, sacoleiros e balconistas do comércio de reexportação na Tríplice Fronteira em análise, são compreendidas como parte do movimento amplo do capitalismo e de sua reestruturação recente, aliando neoliberalismo e globalização:

O comércio paraguaio dificilmente é compreendido se estudado de forma isolada; é preciso considerar a importância: 1) da reestruturação produtiva nas mercadorias que são negociadas a baixos preços; 2) do neoliberalismo ao abrir os mercados mundiais para a livre concorrência; 3) da flexibilização e da precarização das relações de trabalho para compreendermos a situação dos trabalhadores locais; 4) como também da globalização, que permite o fluxo de capital, de mercadorias e de valores em uma velocidade cada vez maior (CARDIN, 2011, p. 54).

Os oito trabalhadores e as duas trabalhadoras ouvidas e trazidas por Cardin (2011) para dentro de seu texto apontam formas, cores e sons de uma fronteira em condições concomitantemente de “oportunidades” e de constrangimentos. As práticas de compra, transporte e venda de mercadorias “importados” como oportunidades de pequenos “lucros” garantindo a reprodução da existência, e ensejando, inclusive, “trabalhadores dispostos a acumular capital de qualquer modo” (CARDIN, 2011, p. 128). E as mesmas práticas, inversamente, como produção de constrangimentos que podem ir da perda das mercadorias pela fiscalização da Receita Federal, do lado brasileiro da fronteira, à criminalização radical pelo envolvimento com o tráfico de drogas ou mesmo com grupos mais organizados de contrabando de mercadorias que

² **Eric Gustavo Cardin.** Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atualmente, atua como professor adjunto nos cursos de graduação e mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência e publicações nas áreas correspondentes aos mundos do trabalho, aos movimentos sociais e a educação (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> [acessado em 23/12/2011]).

sofrem maior rigor pelos órgãos de controle (cigarros, bebidas, pneus etc). Ambas, oportunidades e constrangimentos, podem ser também concebidas como desdobramentos de práticas de transgressão a condições, armações e exigências (inter)nacionais de controle e fiscalização.

É por entre controles e “descontroles” que os sujeitos “laranjas”, sacoleiros e balconistas assumem importante centralidade na análise de Cardin (2011). Falam de seus trabalhos, mas, fundamentalmente, em linhas e em entrelinhas, falam da vida em uma “totalidade” que apenas parcialmente é cortada pelas condições de fronteira que se envolvem. A maioria das mulheres e dos homens escutada por Cardin vive em área de fronteira, tendo nela um conjunto de relações que acaba por transbordar da fronteira atingindo relações de existência as mais diversas.

Os sujeitos: Carlos, 41 anos, veio de São Paulo e mora em Foz do Iguaçu comprando e vendendo mercadorias “do Paraguai”; Pedro, 30 anos, é “laranja” e mora em Foz do Iguaçu; Cláudio, 27 anos, veio de Roncador, Paraná, e é sacoleiro em Foz do Iguaçu; Mario, 19 anos, é “laranja” e mora em Foz do Iguaçu; Roberto, 25 anos, trabalha em empresa de informática ligada a produtos eletrônicos “do Paraguai” e mora em Foz do Iguaçu; Deise, 16 anos, trabalha como vendedora em loja no Paraguai e mora em Foz do Iguaçu; Paulo, 24 anos, trabalha como “barqueiro” de produtos “do Paraguai” e mora em Foz do Iguaçu; Luis, 18 anos, trabalha como “laranja” e mora em favela na margem brasileira do rio Paraná; Adriana, 17 anos, apresenta as mesmas condições de Luis; e José, 46 anos, trabalha como motorista de ônibus de sacoleiros e mora em Foz do Iguaçu (cf. CARDIN, 2011, p. 78-123).

Mulheres e homens extraordinariamente comuns atravessados por fronteiras que se juntam às relações pessoais, familiares, do trabalho, do passado, do presente e do futuro, das esperanças que já se foram e daquelas ainda por vir nos filhos que vão descobrindo suas próprias fronteiras, e até as fronteiras que já se fazem sentir por quem ainda vive a solteirice... Em situações várias as relações tanto se dão independentemente das condições de fronteira como, em outras, dão-se nela mergulhadas em transbordamento para as relações mais próximas.

O vendedor de “produtos paraguaios”, Cláudio, gosta de assistir o “jornal das 8 e 9 horas”, enquanto a esposa prefere novelas. Depois, vai deitar. Com 41 anos parece esperar pouco da própria vida, repassando aos filhos e netos esperanças que nele já se perderam: “Eu já tenho certa idade [e] para mim não interessa ter carteira assinada, para meus filhos, sim [...] estou quase no fim da vida”. Contudo, a ideologia do trabalho atravessa Cláudio de forma avassaladora: “Trabalho para mim é tudo, tudo na vida. [...] se não fosse o trabalho eu estava perdido. [...] Vendo bóias de plástico no verão, churrasqueiras e brinquedos no inverno, e assim vou me virando”. Ironicamente, o trabalho é impedido tanto pelos agentes de fiscalização de práticas de “ilegalidade” como por agentes de controle do não-trabalho para os filhos menores: “a gente tá trabalhando e estão tirando o pão da boca da gente. [...] Os meus filhos trabalhando comigo já apanharam de autoridade [...] que os filhos da gente sejam criados que nem vagabundos, na rua...” (CARDIN, 2011, p. 78-83).

As contradições entre os ideais de liberdade e práticas cotidianas são inevitáveis. Os pais devem controlar os filhos e o Estado controla a todos. Nas relações de trabalho e de mercado na fronteira, o controle tende a se multiplicar:

O discurso neoliberal, que defende a ausência de interferências do Estado no mercado, não corresponde às ações efetivadas pelo governo brasileiro na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, pois ao controlar o fluxo de mercadorias contrabandeadas de Ciudad del Este ele conseqüentemente protege determinados campos da indústria nacional da concorrência “desleal” que seria promovida pela invasão dos produtos importados (CARDIN, 2011, p. 84-85).

O controle das mercadorias é o controle também das mulheres e homens do trabalho, tanto no trabalho como fora dele. Pedro tenta cotidianamente burlar o controle:

Vou direto para uma favela nas proximidades do Rio Paraná.
[...] A mercadoria que atravessa é colocada no porta mala de um carro de preferência de luxo para não levantar suspeita.
[...] A mercadoria depois vai para um hotel nas redondezas e aí outras pessoas entram em ação levando até o destino, São Paulo e Rio de Janeiro (CARDIN, 2011, p. 86).

A favela “se mistura” ao luxo, a pobreza à riqueza. A mercadoria como unidade básica e mediadora das relações humanas é alçada à condição de sujeito, enquanto mulheres e homens do trabalho à condição de contrabandistas, criminosos. A “contravenção” na fronteira alimenta também o mercado nos grandes centros. As práticas de contrabando envolvem, ainda segundo Pedro, uma “certa ética”, “[...] para que não tenha desavenças que prejudiquem a organização [...] [e] que envolve até mesmo a polícia” (CARDIN, 2011, p. 86).

A “ética” do mercado e do trabalho na fronteira é capciosa, como o é o próprio mercado. Os sujeitos “fora da lei” e os “da lei” se misturam em uma promiscuidade que dificulta uma separação clara entre o que Milton Santos (1979) definiu por circuitos superior e inferior da economia urbana (o que deve valer certamente, também, para as economias não-urbanas). Em tais relações, os sujeitos do trabalho “quebram” a “legalidade” não apenas como condição de criminalidade, mas como condição de sobrevivência. Mário, por exemplo, começou a lida como “cigarreiro” aos 11 anos (“cigarreiro”: “Trabalhador responsável exclusivamente pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade” [CARDIN, 2011, p. 97]). De pai que trabalhava com madeira, toda a família passou a se dedicar a atividades de trabalho na fronteira pela falta de empregos na cidade de Foz do Iguaçu: “Então todo mundo começou a trabalhar fazendo bicos no Paraguai, do mais velho ao mais novo” (CARDIN, 2011, p. 97).

Por sua vez, Deise, com 15 anos, encontrou no Paraguai seu “primeiro emprego” trabalhando “[...] como vendedora em outra loja de informática e sem nenhum direito trabalhista, cumprindo um trabalho extenuante, que chega a dez horas por dia com dois domingos de descanso por mês”. Deise é trilingue, dominando bem o português, o espanhol e o guarani, e mesmo também com habilidades em informática não tem oportunidades no Brasil. A sujeição ao trabalho na fronteira a priva de fazer “vontades mais bobas”, “[...] como sair com os amigos nos fins de semana ou comprar um ‘agrado’ para si mesma”. O que ganha no Paraguai é pouco (150 dólares por mês), mas “[...] é fundamental para sua família, pois mora apenas com a mãe e uma irmã que depende basicamente do dinheiro que obtém trabalhando no Paraguai” (CARDIN, 2011, p. 100-101). Para Deise, a sujeição ao trabalho é também na fronteira a sujeição tanto do tempo de trabalho como do tempo livre. O “corpo livre” precisa descansar para, amanhã, de novo... trabalhar. Dois domingos restam no mês, talvez para assistir “Faustão” ou “Domingo Legal”!

A concepção apontada constantemente da suposta “imoralidade” do trabalho feito por “laranjas” e sacoleiros é contraposta veementemente pelo “laranja” Luis, para quem “o trabalho é moral e justo”, pois, como também dizem outros “laranjas” e sacoleiros, querem apenas “sustentar suas famílias”. No entanto, para Luis, mas também para Adriana, o trabalho que desenvolvem também é percebido e vivido como espaço ao mesmo tempo de transgressão e de plasticidade, no qual a Ponte de Amizade é “palco” de trocas de favores e até de companheirismo, aproveitando “[...] das situações e das pessoas que cruzam pelo seu caminho todos os dias para tirar coisas boas do serviço, para poder dar risada enquanto atravessa a ponte” (CARDIN, 2011, p. 105-108).

Deise mora em Foz do Iguaçu e é filha de pai paraguaio, por isso entende que é mais difícil perder o emprego em Ciudad del Este, onde trabalha, pois a permanência no emprego também depende de ter ou não um “*patrão forte*”. Já Mario e Roberto apresentam posições diferentes sobre o trabalho que desenvolvem e possibilidades de superação das dificuldades: para o primeiro, há a necessidade de aumento dos empregos no Brasil para que diminua o fluxo de trabalhadores na “informalidade”; para o segundo, mais pessimista em relação a Mario, o “problema” sempre vai existir, pois “[...] Os *sacoleiros* sempre arrumam uma nova maneira de burlar a fiscalização e continuar fazendo o seu serviço” – opinião que também é corroborada por Cláudio: “[...] o ser humano sempre se adapta à situação, arrumando alternativas para entregar suas *muambas*” (CARDIN, 2011, p. 108-109).

As atividades de “laranjas” e sacoleiros por entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu obedecem suas próprias regras e hierarquias, mesmo assim, segundo Mario, “[...] é comum um *laranja* tentar passar a perna no outro”. Mais do que isso, Mario também aponta que “meninas” mais “bonitinhas” podem ter mais facilidades de obterem bons “patrões”, até ao ponto de ser “[...] comum algumas mulheres fazerem determinados favores sexuais para conseguirem contatos mais vantajosos” (CARDIN, 2011, p. 111-112).

As trabalhadoras e os trabalhadores se multiplicam na fronteira definindo lugares de atuação, de experiências e de vivências. Paulo, por exemplo, como barqueiro, “circula” de um a outro lado do rio Paraná. Já José, transita de forma diferente mesmo transportando as “mesmas” mercadorias e sujeitos semelhantes; como motorista de ônibus de sacoleiros, o “mau tempo” é um termo usado mais para as dificuldades impostas pelos pontos de fiscalização nas estradas do que para questões climático-meteorológicas (cf. CARDIN, 2011, p. 103 e 123).

4 – “Junto com o mapa está o mapa da vida *de la gente*”: relatos de gentes de fronteira



Filme “Mistura de vida” (Fotograma 1 [00h19min20s])

No filme-documentário “Mistura de vida” (“Mistura de vida” [Ana Zanotti, Série documental “Escenas de la vida en el borde”³, 2002, sendo que as imagens de “Mistura de vida” foram feitas mais precisamente em outubro de 2001]), mulheres e homens, crianças e adultos falam de suas relações às margens do Rio Uruguai, em

³ **Ana Zanotti**. Leones – Córdoba – Argentina, 1952. Sobre “**Escenas de la vida en el borde**”: “This contribution has to do with the documentary TV series “**Escenas de la Vida en el Borde**” (“**Life at the Borderland**”) focusing borderland life within a region of trinational boundaries (Argentina, Brazil and Paraguay). The series relates to different kinds of cultural “encounters” in everyday life, where borders - both external and internal - are constantly crossed over, defining contrasting situations in a background of diversity”. (http://www.portalcomunicacion.com/dialeg/paper/pdf/196_zanotti.pdf [acessado em 28/12/2011]).

uma terra Argentina com sotaque brasileiro-gaúcho. As localidades de Alba Posse, Santa Rita, Colonia Paraiso, El Soberbo, Colonia El Barrerito, Colonia Aparecida, 25 de Mayo, Colonia Alicia, Colonia Chafariz, San Francisco de Asis, 9 de Julho e San Javier (da margem argentina, província de Misiones), e Porto Soberbo, Alto Uruguai, Porto Mauá e Porto Xavier (da margem brasileira, estado do Rio Grande do Sul), vão aparecendo nos corpos, rostos, vozes, línguas, gestos, roupas, trejeitos, trabalho, músicas, fotografias, trocas e relações de Juans, Miguel, Irene, Robinson, Juliana, Wilmar, Maria Eva, Teresa, Irio, Edison, Irma, Fátima, Leandro, Eva Maria, Rosana e outras e outros anônimos que as imagens encenam em situação e condições de fronteira.

O filme-documentário “Mistura de vida” é parte de uma série de quatro filmes (junto com “Seguir siendo”, “Um paso con historia” e “La creación”), que, como apresentado no início da exibição, são “[...] histórias [que] acontecem em Misiones, uma singular província de fronteiras no nordeste Argentino. [...] São histórias nascidas na dinâmica tumultuosa de migrações e de coexistências inquietas de culturas em contato. [...] Contam com voz própria o pequeno grande conflito de viver cruzando essas fronteiras na vida de todos os dias”⁴.

“Mistura de vida” termina com uma festa onde mulheres e homens dançam uma música-canto de “sotaque” gaúcho misturado à terra e jeitos argentinos, alemães e italianos (é nítida a constatação de que parte dos migrantes originários do Brasil descendem de alemães e italianos), gremistas e colorados, “brasileiros” (no Rio Grande do Sul, em lugares de forte presença alemã ou italiana, era e ainda é comum a referência de “brasileiros” para as pessoas de origem diferente, como as de sobrenome Santos, Silva e Pereira, sendo que muitas apresentavam e apresentam traços de descendência indígena, negra e/ou cabocla, criando, mesmo que entre gentes pobres de várias origens, uma certa condição de “estabelecidos” e “outsiders”⁵ [em aproximação a Norbert Elias e John Scotson, 2000]), locais, regionais, nacionais e globais.

Se termina de tal jeito, por sua vez o filme-documentário “Mistura de vida” inicia com uma curiosa e até aparentemente “banal” constatação: a de como fomos e vamos nomeando as divisões ou pedaços do tempo, quase se dar conta disso. A uma parte do dia damos o nome de noite, à outra, de dia, e assim por diante... “E o tempo não sabe nada disso”! Da mesma forma, continua a narração inicial, também dividimos e espaço e nomeamos os seus pedaços, definindo partes, divisões, limites e fronteiras... “Mas a vida não é bem assim, não se deixa agarrar tão fácil”. É como se a artificialidade das divisões formais sofresse constantemente e até sem que percebamos os “ataques” de uma vida armada nas inconstâncias, maleabilidades e plasticidades nos jeitos de reproduzir, desviar, negar e transgredi-las. As divisões formais e oficiais do espaço, sempre *tão certinhas*, são invadidas por relações que as “desprezam” de tal jeito que a sua existência é dada por dissoluções e dissimulações que vão da tentativa de imitação dos sotaques das línguas (“por supuesto”) ao canto cívico-patriótico de um hino nacional “estrangeiro”.

Migrantes do vizinho Rio Grande do Sul, sobretudo descendentes de alemães e italianos, que há décadas foram reocupando terras do noroeste gaúcho e desavisadamente atravessando o rio Uruguai, ou para Santa Catarina (e depois para Paraná, Paraguai, Mato Grosso [virado Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia depois], Pará, Bahia, Piauí, Maranhão... anos e mais anos seguidos) ou para a

⁴ As passagens de frases e falas de “Mistura de vida” que aparecem neste texto foram reproduzidas em tradução livre (pelo autor do texto) do espanhol (ouportunhol) para o português.

⁵ Uma condição que tende a ser minimizada ou até mesmo anulada em território estrangeiro, pois uma dada configuração de possíveis diferenças e tensões de um lugar tende ser demovida, pelo menos parcialmente, em configuração distinta; sobretudo, em território estrangeiro, os migrantes de outro país tendem a se “unir” em nome de uma pretensão condição homogênea de origem.

Argentina e ainda para o Paraguai. Na Argentina, nas terras estrangeiras feitas de pequenas propriedades camponesas de trinta a quarenta hectares, famílias migrantes foram abrindo picadas que viraram caminhos e depois estradas para carroças, carros e caminhões, derrubando matas que viraram lavouras de milho, de fumo, e os chãos das árvores que ficaram acabaram virando “territórios estratégicos” para meninos de sotaque estrangeiro-brasileiro armarem suas “aripucas”, e fazerem de *palomas* fáceis presas para serem misturadas à sopa da noite...



Filme “Mixtura de vida” (Fotograma 2 [00h34min58s])

A mobilidade do trabalho ou da força de trabalho camponesa foi/é também a migração de gostos (e desgostos), de jeitos (e trejeitos), de comidas (e restos), de roupas (e trapos), de línguas (e vozes truncadas), de temperos (e de chás amargos), de bebidas (e de bêbados), de casamentos (e de separações), de religiosidades (e de pecados), de torcedores de times de futebol (e de rivalidades como Brasil x Argentina), de pequenos contrabandos (e notícias de nascimentos, batismos, doenças, visitas, casamentos e falecimentos), de rápidas consultas com oculistas ou em postos médicos pequenos de cidades também pequenas, tudo por portos “Capivara, sem controle”... Na mobilidade camponesa migra todo um jeito de ver, cheirar, ouvir, plantar, cultivar, colher e cuidar a terra, de olhar para o céu e sentir a chuva próxima ou mesmo a estiagem longa...



Filme “Mixtura de vida” (Fotograma 3 [00h08min01s])

A presença brasileira-camponesa em Misiones, na Argentina, em localidades próximas do rio Uruguai, é também uma certa reprodução da acumulação ampliada de línguas e sotaques virada expressões faladas por dialetos ainda meio que “presos” por condicionantes linguísticos histórica e culturalmente produzidos, e que se nos mais

velhos é mais latente, nos mais novos a “vergonha” inicial nas escolas é progressivamente substituída pelo entrosamento fácil e desinibido. Músicas e cantos brasileiros (gauchescos, sertanejos, marchinhas...) atravessam o rio Uruguai em ondas de rádio “FM” tanto do Brasil (“América FM”) como da Argentina (“Alto Uruguay FM”), fazendo com que se misturem “Orelhano”, “Estoy Enamorado”, “Pense em Mim” e, em algum momento mais solene, o Hino Nacional argentino (do chamamé que se ouve e do tango tão longínquo quanto Buenos Aires, ausente)...

Orelhano, de marca e sinal
Fulano de tal, de charlas campeiras
Mesclando fronteiras, retrata na estampa
Rigores do pampa e serenas maneiras [...]
Orelhano, brasileiro, argentino
Castelhano, campesino, gaúcho de nascimento
São tranças de um mesmo tempo, sustentando um ideal
Sem sentir a marca quente, nem o peso do bucal [...]
Orelhano, ao paisano de tua estampa
Não se pede passaporte, nestes caminhos do pampa
Orelhano, ao paisano de tua estampa
Não se pede passaporte, nestes caminhos do pampa [...].
[Mário Eléu Silva]

Quiero beber los besos de tu boca
Como si fueran gotas de rocío
Y allí en el aire dibujar tu nombre
Junto con el mío [...]
Y en un acorde dulce de guitarra
Pasear locuras en tus sentimientos
Y en el sutil abrazo de una noche
Sepas lo que siento [...].
[Donato & Estefano]

[...] Em vez de você ficar pensando nele,
Em vez de você viver chorando por ele,
Pense em mim, chore por mim,
Liga pra mim, não, não liga pra ele,
Pra ele! Não chore por ele [...].
[Leandro & Leonardo]

Oid ¡mortales! e grito sagrado:
¡Libertad, Libertad, Libertad!
Oid el ruido de rotas cadenas:
Ved en trono a la noble Igualdad.
¡Ya su trono dignísimo abrieron
Las provincias unidas del Sud! [...]
[Hino Nacional da Argentina]

A mistura é também – em “Mistura de vida” – um “mesclando fronteiras” ritmada por uma musicalidade forte e intensa, ao mesmo tempo harmônica e harmoniosa e tensa e conflitiva, porque toda música é uma marcação literal e metafórica de um ritmo, de um timbre, de uma entonação e de uma afinação, todas e todos se misturando a *la gente* e a *la tierra*. “Orelhano, brasileiro, argentino [...] Não se pede passaporte, nestes caminhos do pampa”, “Y allí en el aire dibujar tu nombre Junto con el mío [...]”, para que “[...] [em vez] de você ficar pensando nele [...] Liga para mim, não, não liga pra ele [...]”, e ouvir e sentir *libertad* e *igualdad* em “[...] Las provincias unidas del Sud!”... Ali, *en el borde*, as gentes se fazem também como animais (*orelhanos*) sem marca alguma e com uma multiplicidade de marcas simultaneamente.

Ali, nas “provincias unidas del Sud”, o nordeste argentino se encontra ao oeste-nordeste gaúcho-brasileiro, e ambos, longe de seus “centros” nacionais, produzem-se como situação de fronteira meio que “esquecidos”, tendo que, por isso, se reinventar como espaço que mescla o paradoxal contexto da lonjura e do isolamento com a “necessária” ingerência dos controles nacionais sobre os produtos agrícolas, as mercadorias, os veículos e principalmente as gentes de um para o outro lado do rio Uruguai. Mas, da mesma forma que um trovador e uma trova falada-cantada atravessam de barca o rio, todo um mundo se encontra com outro e uma nova situação se afirma, como se de fato a fronteira inter-nacional não passasse apenas de uma mal traçada rasura sobre um mapa traçado por todas as vidas e coisas juntas, até porque “[...] junto com o mapa [de papel] está o mapa da vida *de la gente*”.



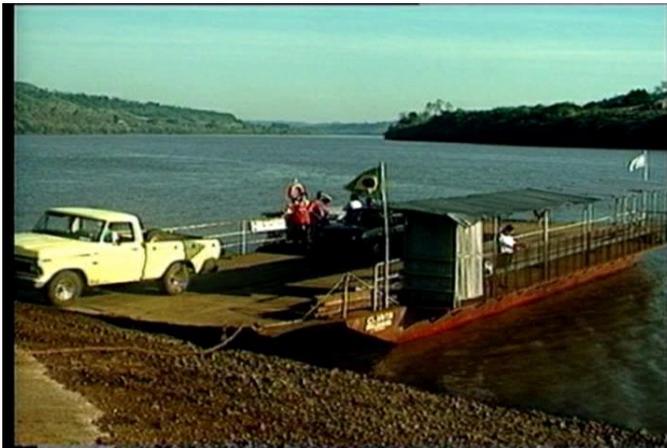
Filme “Mixtura de vida” (Fotograma 4 [00h04min02s])



Filme “Mixtura de vida” (Fotograma 5 [00h09min11s])



Filme "Mixtura de vida" (Fotograma 6 [00h12min48s])



Filme "Mixtura de vida" (Fotograma 7 [00h12min58s])



Filme "Mixtura de vida" (Fotograma 8 [00h13min30s])



Filme “Mistura de vida” (Fotograma 9 [00h34min31s]).

De uma “balsa vieja” parece terem vindo migrantes brasileiras e brasileiros, que, *agora*, já mostram as fotografias das visitas recebidas do Brasil (fotogramas 4 e 5); os que foram e os ficaram e que, mais cedo ou mais tarde, também atravessam o rio Uruguai por canoas pequenas e por balsas mais novas (fotogramas 6 e 7). Brasileiras e brasileiros (*daqui* para *lá*) e argentinas e argentinos (de *lá* para *cá*), principalmente as primeiras e os primeiros, além de atravessarem o rio para verem e reverem familiares e parentes, *agora* o fazem para venderem e comprarem coisas (fotograma 8), como “essência de citronela” que como todos os produtos e todas as mercadorias tem o preço definido pelas estabilidades/instabilidades do câmbio... Nas visitas, as fotos são guardadoras de memórias constantemente vasculhadas, revistas, lembradas, em imagens preto e branco e coloridas que se “desbotam” o tempo também redefinem novos jeitos de narrá-lo, em parentes que mudam de lugar mudando também os jeitos de falar e os jeitos de olhar. E de “partidas de futebol, bailes e festas” (fotograma 9) podem ir surgindo encontros que fazem nascer pequeninos que já não se enquadram “perfeitamente” nos enquadramentos dados por nossas arbitrarias divisões espaciais (locais, regionais, nacionais ou continentais), daí a invenção de gentes nem totalmente brasileiras nem totalmente argentinas, mas talvez “brasileiro-argentinas” ou mesmo “gaúcho-castelhanas”, até porque por outras bandas parece comum aos ouvidos a ideia, por exemplo, de “matuchos” (gaúchos no Mato Grosso) ou até de “acreúchos” (gaúchos no Acre).

Em “Mistura de vida” a fronteira é a própria mistura confundida, pois “na fronteira tudo se confunde” e “tudo parece que está meio a construir”. Talvez seja ali, na fronteira, que a configuração territorial moderno-contemporânea em sua divisão em Estados-Nações seja mais característica, e é ali também que suas bordas são borradas, sua rigidez é porosa e suas gentes precisam fugir constantemente de um controle dado mais pela forma que pela vida. “O controle, então, não é tão fácil” como as marcações em mapa pretendem impor, pois “Que isso de dividir não funciona” com “gente simples cruzando” em “busca [de] preço onde mais lhe convém”.

No “vai-e-vem” da fronteira pelas margens do rio Uruguai, as gentes camponesas e outras de afazeres “pequenos” (“maestros”, bolicheiros [pequenos comerciantes], locutores de rádio, músicos, motoristas, balseiros, policiais dos pontos de controle de fronteira...) tomam de assalto a vida. Como disse um pequeno bolicheiro no lado brasileiro: “É uma vida que acontece em toda a fronteira”. Por entre as relações “pequenas” as mercadorias de grandes marcas transitam por estradas no chão ou por ondas de rádio e TV no ar, pois “as grandes empresas e marcas estão onde lhes convém” com seus “interesses globais, Mercosul...” “Mas não se vê muito claro como isso vai beneficiar *a la* gente”. Paradoxalmente, em “Mistura de vida”, “nós, da fronteira, sempre vivemos o global”. É evidente que as gentes dali vivem o mundo que se propaga e propagandeia pelas redes das rádios e das televisões em antenas parabólicas. Como dizem as crianças: “nós temos antena parabólica que pega a

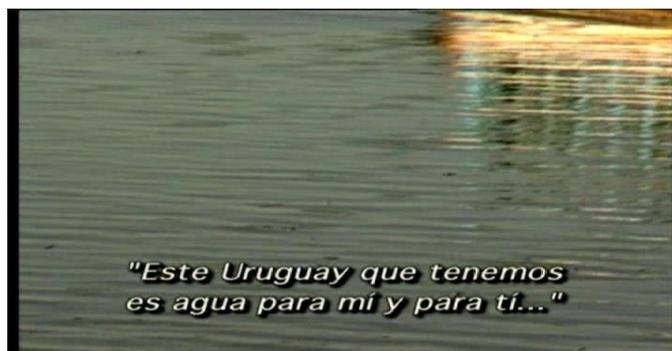
Globo, Bandeirantes, TV Escola, a nossa pega só brasileira, nós vemos a TV argentina mas só se ouve, a gente ouve mas ela não mostra as pessoas; no Brasil anda bem”. Ali, onde as ondas de TV se confundem, é possível assistir ao mesmo que é também o diferente, como o programa “Chaves” do Brasil que vira “El show del Chavo” na Argentina – “podemos decidir se queremos ver um ou outro”

Ali, junto da “língua” televisa das empresas e de suas mercadorias, ambas pretensamente globais, outra língua “nova” se inventa, o portunhol: “nosso idioma mesmo”. Nas escolas o portunhol é a “língua desta fronteira viva” e as crianças confundem as letras do português e do espanhol. As crianças (e são muitos *ticos*) menos ainda impregnadas pelas tradições nacionais, talvez sejam as gentes que por último tendem a compreender a divisão do mundo em países, por isso na escola estão mais suscetíveis à cooperação, à integração. Uma fronteira que se deixa fazer como se fosse uma coisa só, pois “há momentos que não há diferenças de um país para outro, como se tudo fosse o mesmo”. Sim, ali, naquela fronteira, “é outro mundo”, nem mais totalmente Argentina mas também nem menos totalmente Brasil: uma síntese inconclusa que se nega e que se afirma a todo instante mas aberta a conexões ainda não estabelecidas.

É evidente que na Argentina as escolas, mesmo que na fronteira, são argentinas. Como instituição nacional, toda escola está (relativamente) presa à reprodução e até à imposição de uma educação nacional, de uma história e de uma geografia nacionais, de um língua nacional, de valores e símbolos nacionais, isto é, de um conjunto de imposições que pretendem definir uma narrativa nacional com seus mitos de origem e destino pressupostos. Ali, na fronteira de terras argentinas, dias cívicos ecoam o Hino Nacional e hasteiam a sua bandeira, momento no qual as bandeiras brasileiras e argentinas que tremulam em balsas do rio Uruguai são substituídas rigorosamente pelo “pano” branco e azul celeste e no centro o “Sol de Maio”, que deve brilhar incontestemente para todas e todos dali, “quando as fronteiras se levantam”... Os jogos de futebol entre as seleções do Brasil e da Argentina também são marcadores importantes de identidade – “aí se marca bem os amigos e os contrários”.

De outra parte, e certamente próximo a muitas escolas da fronteira, levantam-se túmulos e cruzeiros de “memória” e de “saudade”. “Mistura de vida” é a mistura do corpo morto que faz viver a terra em um sentido profundo, e ali, na Argentina, de uma terra estrangeira que vira “última morada” de uma mãe, de um pai, de uma tia, de um filho... brasileiras e brasileiros (por isso talvez vale pensar que todo “Campo Santo” e seus mortos tivessem na lápide o lugar de nascimento e por certo o lugar de morte, o que demonstraria que a nossa América é e foi deste sempre um imenso tapete retalhado de gentes vindas e chegadas de todas as partes, de todos os cantos).

E por várias passagens de “Mistura de vida” um trovador brasileiro, que aparenta ser de origem indígena, negra e/ou cabocla, deslinda trovas para a mulher amada que pode tanto ser brasileira como castelhana, de um amor tão forte e prestante que “este [rio] Uruguai que temos é água para mim e para ti”, simplesmente.



Filme “Mistura de vida” (Fotograma 10 [00h51min41s])

5 – Situações de fronteira: as singularidades em multiplicidades

Cada situação de fronteira produz sua narrativa. Ou talvez fosse mais acertado dizer que cada situação de fronteira produz *suas narrativas*, pois como em qualquer outra configuração socioespacial cada situação é marcada por interesses e necessidades, razões e emoções, “tecnoesferas” e “psicoesferas” (cf. SANTOS, 2004) ou materialidades e imaterialidades dificilmente homogêneos, ao contrário, quase sempre contrastantes, conflitantes, ambíguos e contraditórios. Mas, capturadas por “práticas discursivas” (cf. FOUCAULT, 1996) que se pretendem hegemônicas, essas marcações tendem, ideologicamente, a “condensar” as relações a uma narrativa única. É preciso, por isso, vasculhar *a contrapelo* cada configuração.

A constatação de que cada configuração socioespacial de fronteira – as situações de fronteira – se fazem por e em multiplicidades não requer que a compreendamos a partir de um relativismo reducionista “banal”. Em situações de fronteira os “processos de fronteiramento” (cf. CARVALHO, 2010) devem ser entendidos em rebatimentos múltiplos, pois tanto as relações atingem diferentemente os sujeitos e as coletividades como cada configuração se produz e se movimenta também por aproximações e distanciamentos com espaços (inter)nacionais amplos, contíguos, em rede ou mesmo “rizomáticos”⁶ (cf. DELEUZE E GUATTARI, 1995). A contiguidade não necessariamente define uma gradação do mais ao menos envolvimento com uma dada situação de fronteira, pois, por exemplo, uma colônia de pequenos agricultores no interior do Paraguai pode ser mais atingida por “processos de fronteiramento” que sujeitos e coletividades próximas à Linha Internacional entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. As relações em rede dependem de configurações mais abertas ou mais fechadas às “interações espaciais” (cf. CORREA, 1997) que perpassem escalas do local ao global, podendo passar pelas escalas regionais e nacionais. Por sua vez, as relações em espaços rizomáticos são aquelas dadas pelo movimento do ainda não “conectável”, do acaso, do improvável e do imprevisto, portanto, do não dado por pertencimentos ou enraizamentos *a priori*; em configurações socioespaciais de fronteira, justamente por comportarem potencialidades em relações duplicadas ou até triplicadas, pelas bi ou tri-nacionalidades envolventes, conexões novas (em rizoma) tem terreno bastante apropriado.

Desse modo, se as “díades” fronteiriças têm sua definição calcada sobretudo pelas relações macro-escalares dos Estados-Nações em interação (delimitações e demarcações, tratados e acordos, normas e legislações etc.), as situações de fronteira tanto são definidas pelas relações da “díade” da qual fazem parte como pelas relações construídas pelas especificidades de cada configuração socioespacial de fronteira. Assim, se para Michel Foucher (1986) “a fronteira é uma descontinuidade geopolítica, com função de marcação real, simbólica e imaginária”⁷, cada situação de fronteira tende à produção de uma realidade, de um “sistema” simbólico e de um imaginário

⁶ Para Deleuze e Guattari (1995, p. 15), “[...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. [...] Num rizoma [...] cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas”.

⁷ As traduções dos livros de Michel Foucher do francês para o português foram realizadas por Maria de Jesus Morais (Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre). Maria de Jesus Morais é autora de importante tese sobre a reinvenção da identidade acreana, que é, em grande medida, uma identidade calcada em um processo de identificação/diferenciação que tem na fronteira (o estado do Acre com a Bolívia e com o Peru) uma marcação decisiva, juntamente com os movimentos migratórios e a relação distante e tensa com o governo central sobretudo entre 1903 (Tratado de Petrópolis) e 1962 (criação do estado do Acre) (ver MORAIS, 2008).

específicos (a conjugação de tais questões no plural é, repetimos, uma pertinência importante).

De acordo com Michel Foucher (1986):

A função da realidade é o limite espacial do exercício de uma soberania em suas modalidades próprias: linha aberta, entreaberta ou fechada. O simbólico remete ao pertencimento a uma comunidade política inscrita num território que lhe pertence; ele diz respeito à identidade. O imaginário conota a relação ao Outro, vizinho, amigo ou inimigo, portanto à relação consigo mesmo, a sua própria história e a de seus mitos fundadores, ou destruidores.

Nas três situações de fronteira trazidas e rapidamente analisadas aqui, as realidades, os “sistemas” simbólicos e os imaginários diferem em cada contexto. Igualmente, os constructos “morais”, “éticos” e “performativos” (cf. RAFFESTIN, 1993; 2005; e RIBEIRO, 2005) produzidos em cada situação são específicos – o que não quer dizer que não hajam aproximações. Tabajara Ruas (2004) apresentou uma fronteira entre Uruguaiana, Paso de los Libres e Bella Unión definidora de suas relações na infância e juventude mas também participante de suas aproximações e distanciamentos para além dela, dentro e fora do Brasil. Eric Gustavo Cardin (2011), através de falas de “laranjas”, sacoleiros e balconistas de “Tríplice Fronteira” entre Brasil, Paraguai e Argentina, tornou presente as tensões e transgressões de sujeitos precariamente inseridos em atividades que também resvalam avassaladoramente para relações fora do “mundo do trabalho”. E Ana Zanotti (2002) fez “surgir” um mosaico de relações em concatenação a uma fronteira marcada pelo trânsito de práticas e de sentidos, que vão do trabalho à terra dos mortos passando pelas línguas “brasileira”-castelhana reelaboradas em um “portunhol” já típico de uma dada situação de fronteira.

É mister salientar, ainda, que em cada situação de fronteira as realidades, os “sistemas” simbólicos e os imaginários são processos sempre em construção e sempre em disputas. Tanto sujeitos como coletividades tanto estão inseridos em contextos definidores de relações, como ainda os mesmos sujeitos e as mesmas coletividades reelaboram suas *formas*, seus *sons* e suas *cores* de ver e sentir o mundo, em configurações socioespaciais de fronteira nas quais o mundo é no mínimo o encontro sempre de duas realidades, de dois “sistemas” simbólicos e de dois imaginários. Os encontros e desencontros desses mundos evidentemente podem ser previsíveis, mas não deixa de abarcar instantes e momentos de imprevisibilidade que podem e fundar ou refundar especificidades.

Bibliografia

- CARDIN, Eric Gustavo. **Laranjas e sacoleiros na Tríplice Fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.
- CARVALHO, Thiago Rodrigues. **O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul: discursos e desdobramentos da política governamental na fronteira**. Dissertação. Dourados: PPGG-UFGD, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FOUCHER, Michel. **L'invention des frontières**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.
- _____. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1991.
- _____. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.
- MORAIS, Maria de Jesus. **Acrianidade: invenção e reinvenção da identidade acriana**. Tese de doutorado. Niterói: PPGG/UFF, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T.C.M. de. **Território sem limites: estudo sobre fronteiras**. Campo Grande: EdUFMS, 2005.
- RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 475-501.
- RUAS, Tabajara. Depoimento de um homem de fronteira. In: SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 57-67.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

Filmografia

“Mixtura de vida”. Série documental **“Escenas de la vida en el borde”**. Produção de Ana Zanotti. Posadas – Misiones – Argentina. 2002.

Musicografia

“Estoy Enamorado”. **Donato & Estefano** [produtora e data não encontradas].

“Orelhano”. **Mário Eléu Silva** [produtora e data não encontradas].

“Pense em Mim”. **Leandro & Leonardo**. Chantecler GEL, 1990.

Hino Nacional da Argentina. **Vicente López y Planes**. 1813.

Sites Consultados

Tabajara Ruas. http://pt.wikipedia.org/wiki/Tabajara_Ruas (acessado em 23/12/2011).

Eric Gustavo Cardin. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do> (acessado em 27/12/2011).

“Escenas de la vida en el borde”. http://www.portalcomunicacion.com/dialeg/paper/pdf/196_zanotti.pdf (acessado em 28/12/2011).

AS FRONTEIRAS DO TERRITÓRIO: ENTRE O CONFRONTO E O DEVIR DE NOVAS TERRITORIALIDADES EM DOURADOS/MS⁸

Marcos Mondardo

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA
marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

Compreender a produção de um território e suas territorialidades implica ver a produção de suas fronteiras materiais e simbólicas. Nesse ensaio, analisamos a produção do município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, como um território de fronteiras, seja pela zona de fronteira internacional por estar localizado aproximadamente a 100 km da fronteira entre Brasil e Paraguai, seja pela fronteira agrícola territorializada a partir da década de 1970 por meio da expansão territorial da moderna agricultura com a produção de soja pelos migrantes “gaúchos” e, ainda, pelas fronteiras identitárias produzidas pela relação entre diferentes e divergentes sujeitos, notadamente, indígenas, paraguaios e “gaúchos” que configuram conflitos em torno de suas identidades possibilitando, pelas imposições e mesclas culturais, o devir de novas territorialidades.

Palavras-chave: território; fronteiras; Dourados/MS.

Abstract

Understanding the production of its territory and territoriality involves seeing the production of their material and symbolic boundaries. In this essay, we analyzed the production of Dourados, Mato Grosso do Sul, as a territory of frontiers, either by the international border area because it is located approximately 100 km from the border between Brazil and Paraguay, is the agricultural frontier from territorialized from the 1970s through the territorial expansion of modern agriculture with soybean production by migrants "gauchos" and also by the boundaries of identity produced by the relationship between different and divergent subjects, notably indigenous Paraguayans and "gauchos" who configure conflict around enabling their identities, by levies and cultural blends, becoming the new territoriality.

Keywords: territory, borders; Golden / MS.

1 – Introdução

A fronteira está na ordem do dia. “Esquecida” em certos momentos, “exaltada” em outros, a fronteira ascende e apaga no interior da realidade que a faz emergir do mesmo modo que no interior do universo acadêmico que a (re)inventa como ferramenta de análise. Problema do mundo moderno ou mecanismo de reorganização dos lugares, a fronteira adquire hoje uma infinidade de atualizações que a trazem a cena contemporânea e ao debate cotidiano e acadêmico por meio de problemáticas como dos migrantes internacionais, dos novos muros, do neoliberalismo e as mutações do Estado-nacional, dos conflitos entre territorialidades divergentes, da

⁸ Uma versão simplificada desse artigo foi apresentada na IX ENANPEGE, na UFG, em Goiânia, de 8 a 12 de Outubro de 2011. Agradecemos as sugestões dos colegas na oportunidade da apresentação desse trabalho.

questão agrária até os choques e mesclas entre culturas. A fronteira vem se tornando, assim, uma preocupação que transpassa a vida cotidiana das maiores cidades até os menores cantões habitados desse planeta.

Falar de fronteira, portanto, confere uma trama de relações sociais que, ao mesmo tempo, em que separa e une sujeitos, grupos e instituições num certo campo de interação, condiciona lutas e instiga novas formas de territorialização. Desde sua concepção mais tradicional, definida pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, no final do século XIX, seja como linha de separação construída para formação dos Estados nacionais, seja como zona de avanço de um Estado sobre o território de outro por meio da ideia de “espaço vital”, novas possibilidades de interpretação foram surgindo com o movimento de construção/desconstrução de fronteiras pelo mundo.

Atualmente, com a difusão da globalização, da “compressão tempo-espaço” (HARVEY, 1994), ou pela aceleração dos contextos que se tornaram alargados com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), ou com o alongamento espaço-temporal dos lugares (GIDDENS, 1991), inúmeras outras concepções de fronteira foram sendo pensadas como respostas ao movimento e às transformações de uma sociedade em transição, do mundo e dos sujeitos envolvidos em lógicas do capital e do mundo simbólico (não dissociados uma da outra).

Hoje em dia, vemos uma explosão de discursos envolvendo a temática fronteira, seja na sua vertente mais empirista, ligada à lógica de transformação operada pelo capital monopolista e financeiro, aliado aos novos e cada vez mais modernos meios de comunicação, informação e transporte, seja pelo seu caminho epistemológico, estreitamente articulado com questões referentes aos novos paradigmas das ciências, a emergência da cultura, ou, ainda, fazendo referência às novas leituras das questões educacionais. Nesse sentido, surgem inúmeras perspectivas, formas de abordagem e de realidades materiais que evidenciam, trazem à tona, a discussão da temática fronteira para o entendimento e/ou problematização de situações emblemáticas da realidade movente e vivente contemporânea.

Na Geografia, muitos trabalhos, para além do enfoque mais tradicional ligado a figura do Estado ou dos poderes das grandes corporações multinacionais, deslocaram seu olhar e passaram a dar valor a outras escalas, ouvido a outras vozes, sujeitos e poderes para a manifestação de outras fronteiras, desde as chamadas “micro-fronteiras”, aquelas construídas pelas celas das cadeias ou pelas salas de aula, até as erguidas por meio de muros no interior de favelas para separar a expansão das moradias dos pobres sobre os prédios ou condomínios fechados dos ricos, até as fronteiras do cotidiano – estas com grande força nos dias de hoje – como aquelas produzidas no interior de relações culturais que estão em situação de tensão e conflito, e/ou imersas em formas híbridas de convivência potencializadas de novas territorialidades.

Nesse emaranhado de relações em que a fronteira passa a apresentar um potencial bastante interessante para uma leitura e problematização das questões que envolvem as mutações contemporâneas, corremos o risco de cair, ao tentar torná-la uma ferramenta analítica, em num certo modismo acadêmico. Por isso, é importante sempre, historicizar e geografizar de que fronteira estamos falando, quais os sujeitos que a produzem, qual o sentido e posição que a mesma permite aos sujeitos assumir no “jogo” das identidades, cuidados que nos proporcionam produzir uma diferenciação social na produção desse par dialético dentro e fora, desse espaço duplicado, dessas relações que aparentemente estão divididas, mas, que, ao mesmo tempo, selecionam momentos de interações conforme os jogos de diferenciação, de inclusão/exclusão, de entrada e de saída num campo de relação.

Iremos, assim, discutir e problematizar aqui algumas questões referentes à temática fronteira no movimento contemporâneo da Geografia e das demais Ciências Sociais. Propomos pensar como a fronteira se torna uma ferramenta para a compreensão de identidades e territorialidades que entram em tensão, em conflito e em negociação através de diferentes processos de territorialização. Pelo choque e

também hidridização de culturas, as territorialidades vão sendo produzidas e desenhadas no território por meio de limites políticos materiais e simbólicos que permitem o acionamento de identidades em jogos de inclusão/exclusão.

O objetivo desse ensaio é, diante dessa problemática, compreender como Dourados é um território produzido, disputado e inventado constantemente como um território de fronteiras, seja pela fronteira internacional em relação a sua localização na faixa de fronteira situando-se aproximadamente a 100 km da fronteira entre Brasil e Paraguai, seja pela fronteira agrícola territorializada a partir da década de 1970 por meio da expansão territorial da moderna agricultura com a produção de soja pelos migrantes “gaúchos” e pelas fronteiras identitárias que são produzidas pela relação entre distintos e divergentes sujeitos, notadamente, indígenas, paraguaios e “gaúchos” que configuram conflitos de territorialidades e a emergência de “novas” e múltiplas identidades. Pelos diversos sujeitos que a personificam e na interação localizada dessas fronteiras, Dourados é produzido como um território singular e múltiplo, onde se configuram relações de conflito e de negociação, de aproximação e de distanciamento entre indígenas, paraguaios e “gaúchos”.

Por isso, entendemos nesse trabalho várias concepções de fronteiras, desde a fronteira internacional entre Estados-nações, a fronteira agrícola da moderna agricultura até a fronteira das identidades. No entanto, todas trazem em seu bojo elementos que as formam e que as negam a partir de algumas características como separação, união e *mediação*. Logo, propomos uma concepção ampla de fronteira e aberta ao devir propondo vê-la como um processo que, além de separar e unir, é constantemente uma condição socioespacial de *mediação* das relações sociais. A fronteira, nesse sentido, se materializa no território, seja no território estatal ou nos territórios construídos pelos diferentes sujeitos, grupos e/ou classes sociais.

As fronteiras, nesse sentido, surgem, se afirmam e se negam na sua multiplicidade. A primeira forma que evidenciamos é a faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai que constrói uma singularidade em Dourados pelas relações que são produzidas no *trânsito* entre brasileiros e paraguaios, seja pela circulação de brasileiros que se deslocam a cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai) para a compra de produtos no comércio de reexportação, seja pela mobilidade da força de trabalho dos migrantes paraguaios para Dourados, pela presença de paraguaios na cidade brasileira que possibilita mesclas de culturas, de hábitos e de comportamentos, ou também pelas visitas (e remessas de dinheiro enviadas aos parentes) por migrantes paraguaios residentes no Brasil para o Paraguai.

A segunda forma se apresenta como fronteira agrícola de expansão e “territorialização” da moderna agricultura da soja com a migração “gaúcha” a partir da década de 1970, que permitiu a mercantilização da terra, a racionalização das técnicas de produção da agricultura com a implantação da “modernização da agricultura” e a difusão do agronegócio. Essa fronteira territorializou um modo de vida próprio, o do médio e grande produtor rural (ou do fazendeiro) que produz em grande escala para o mercado internacional e por isso diverge com a lógica da produção para subsistência de indígenas e camponeses, provocando processos de expulsão da terra, de precarização e proletarianização desses sujeitos, bem como a construção de representações que se manifestam por meio de estigmas e preconceitos.

A terceira forma de fronteira é produzida pela convergência de distintas territorialidades e conseqüentemente por diferentes processos de territorialização de indígenas, paraguaios e “gaúchos” que acionam diariamente suas fronteiras identitárias – muitas vezes de maneira ambígua – na construção de suas relações e práticas socioespaciais. Essa fronteira se expressa materialmente pelos diferentes projetos político-econômicos que se revelam na produção de Dourados como na agricultura para subsistência e na do agronegócio, bem como nas representações negativas e positivas construídas entre o eu e outro, entre os indígenas e paraguaios de um lado, e entre os fazendeiros (“gaúchos”, em sua maioria) de outro. Além disso, pela convergência de identidades territoriais, ocorrem também mesclas culturais

ocorridas por meio de processos de hibridização (CANCLINI, 2003), numa perspectiva mais positiva ou “aberta”, antropofágica (no sentido de Andrade [1995]), não somente no sentido de imposição ou fechamento cultural, mas, também, como estratégia de manutenção da unidade, posição ou status social de um grupo ou classe (no sentido de Whatmore [1999]) – que parecem configurar a produção de “novas” e múltiplas territorialidades.

Esse texto foi fermentado ao longo de três anos (2009 a 2011) por meio de observações e conversas cotidianas vivenciadas em Dourados e na região da Grande Dourados. Conversas que, ou estivemos participando como interlocutor, ou como ouvinte, nas quais pudemos verificar as veladas e explícitas tensões, conflitos e negociações entre as culturas de indígenas, paraguaios e “gaúchos”. Como migrante sulista (“gaúcho”, para a maioria dos sul-mato-grossenses), vivenciamos o processo de re-territorialização por meio da reconstrução de nossa identidade territorial através do contato pessoal com outros sujeitos, especialmente, com indígenas e paraguaios. Nesse processo, verificamos como outra geografia e outra história foi sendo territorializada por um discurso que afere uma certa produção de verdade por meio de um conjunto de práticas que desenham suas territorialidades e que inscrevem suas relações de poder num determinado território.

Após a escolha das ferramentas chave para o desenvolvimento do trabalho, notadamente, dos conceitos de fronteira, território e territorialidade, realizamos um levantamento minucioso de estudos (livros, artigos, teses e dissertações) relacionados à expansão da fronteira agrícola e do agronegócio globalizado no Brasil e no Mato Grosso do Sul, especialmente, em Dourados, coletamos dados primários junto à órgãos do governo (estadual e federal) como no Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), levantamos informações em jornais como o Jornal regionais e nacionais, além de realizar anotações das observações e entrevistas realizadas em trabalho de campo durante esse período. Ressaltamos, por fim, que a análise desenvolvida, aqui, é parte ainda inicial de uma problematização em torno das questões referentes à migração “gaúcha” e a construção de multi e transterritorialidades em Dourados, Mato Grosso do Sul.

2 – “Fronteiras internas” e territorialidades

Desde o surgimento do capitalismo nas suas diversas fases (entre os séculos XV e XVIII) até a fase atual da globalização a fronteira tem desempenhado um papel de categorização e diferenciação, de inclusão e exclusão, de alteridade, o que se justifica pela inferiorização e exploração de inúmeros povos indígenas e africanos pelo longo processo de construção do mundo moderno-colonial.

As fronteiras internacionais foram, nesse processo, sendo construídas por meio da afirmação dos Estados territoriais ao incluírem o discurso de representação desse “espaço de transição” e de demarcação, o “*front*” que separa (e une) o “aqui” e o “lá”, o eu e o outro numa forma de categorizar cartesianamente o dentro e o fora, o sujeito nacional e o estrangeiro, o superior e o inferior, o negro e o branco, o colonizado e o colonizador. Nesse longo processo de colonização a dimensão discursiva da fronteira se refere à produção das nações como espaços e comunidades de pertencimento, como espaço de referência, mas também como espaço imaginado (ANDERSON, 2005) que possibilita a classificação e a emergência de um “nós” em que participam aqueles que estão entre os limites físicos e sociais estabelecidos pelas configurações territorial e geopolítica das nações.

Imaginar, portanto, a nação com espaço ao qual nós pertencemos não é independente das formas de controle entre nações, do movimento dos nacionais e estrangeiros dentro do território estatal. Assim como do repertório de imagens e símbolos de referências criadas para a posse e/ou pertencimento, podemos entender as fronteiras tanto nas dimensões constitutivas da nação, no seu caráter territorial/geopolítico como discursivo/imaginário, ou seja, no imbricamento de

aspectos semiótico-material para o exercício do poder estatal por um longo processo histórico de dominância do mundo moderno-colonial (MIGNOLO, 2003).

Nesse processo, as fronteiras e a lógica de diferenciação e dominação chamam a atenção para as questões de discriminação, exploração, inclusão/exclusão que tem lugar presente na atual fase, digamos, “subjéctiva”, do capitalismo. Os limites se referem a entidades que estão configuradas historicamente e, portanto, as experiências relacionadas com a posição social e geopolítica dos sujeitos que passam por “territórios” ou assumem posições distintas e por vezes divergentes (RAFFESTIN, 1986). Assim, desde os primeiros estágios do capitalismo, a fronteira tem desempenhado um papel de categorização e diferenciação, de construção da alteridade e de inferiorização e estigmatização de inúmeros sujeitos imersos na lógica da fronteira colonial (QUIJANO, 2000).

No caso das “fronteiras internas”, uma modalidade utilizada pelo colonialismo, é importante notar que os estados nacionais são essenciais para o sujeito-nacional atuar como proprietário dentro da sua jurisdição, resultando na normalização do estatuto de cidadão de um território estatal, bem como de processos de apropriação de propriedade como particular. Dessa relação surgem realidades em que as fronteiras nacionais já não são puramente exteriores das “fronteiras internas”, visíveis e personificadas, por exemplo, na propriedade privada (terras, imóveis dentre outros) ou “aquelas invisíveis”, produzidas pelo cotidiano, pelo movimento da cultura, através das desigualdades sociais e/ou da natureza, ou seja, que estão “localizadas” “em toda parte e em lugar nenhum”, pois são internalizadas pelos sujeitos através das relações sociais (BALIBAR, 2005, p. 80).

Desde o século XIX a globalização moderna capitalista iniciou – conjuntamente com a “produção” do nacional e a “invenção” do estrangeiro – uma ampla reorganização do mundo por meio das grandes correntes de migrações. Como esta forma de vivência surge exatamente na época quando se formam e se consolidam os Estados-Nações, desenvolve-se um novo elemento social e identitário na sociedade, que ultrapassa (ou trans-passa) a ideia de nacionalidade: o migrante. Este traz a sua bagagem cultural de um lugar para um outro e forma, assim, espaços de encontros e desencontros culturais. Curiosamente, é apenas o desconstrutivismo pós-moderno construído pelos estudos pós-coloniais (exemplarmente demonstrado por BHABHA, 1998, HALL, 2004, e MASSEY, 2008) que focaliza na figura do “sujeito-cidadão fora do seu lugar”, do migrante, numa forma positiva e teórica. Isto significa que passa-se a ressaltar a importância de espaços híbridos (CANCLINI, 2003) que configuram novas identidades e territorialidades muito mais múltiplas e complexas, tendo, nos migrantes, o ser que se “posiciona” entre o nacional e local.

Bhabha (1998), por exemplo, aborda a discussão da nação moderna, sendo o mesmo descendente de imigrantes indianos na Inglaterra, e propõe uma teoria de “territorialização” sob o olhar dos migrantes, refugiados e *émigrés*. Sugere, como proposta – numa aproximação geográfica – a *Locality*, a “localidade da cultura” (p. 199), onde diferentes sujeitos, tanto nacionais como estrangeiros (migrantes) se encontram dentro do Estado-Nação, nos guetos, nos cafés, nos novos costumes, na língua do outro, ou seja, em locais que agregam uma multiplicidade de diferenças que estão a luz de um “território” e que colocam em xeque a pretensa unidade e homogeneidade cultural e política da nação. A nação é fragmentada, é pluri ou multinacional, é rasurada por outras vozes, pelas minorias, pelos migrantes não se encaixam na história e geografia oficiais construídas pela figura do Estado. A nação é um conjunto de vozes em disputa.

As considerações de Bhabha (1998) permitem, assim, buscar compreender a construção de novas territorialidades por meio das diásporas. Na diáspora, o autor destaca o processo da “DissemiNação”, um processo de pertencimento identitário simultâneo a “dois mundos”, o deixado e o encontrado. A questão do território é fundamental, pois nele oscila-se entre o espaço material e simbólico, entre lugar concreto e imaginado.

Assim, o migrante passa em por processos que (re)definem os territórios e territorialidades por meio das fronteiras “étnicas” no Brasil:

O que, enquanto migrantes, produzimos, construímos e inventamos em nossos encontros e desencontros? Relações de todos os tipos e de todos os jeitos, sendo que muitas delas têm definido processos de identificação/diferenciação, exclusivismos, compartimentações e coexistências espaciais: as territorialidades. As territorialidades/os territórios engendram/são engendrados também como processos de objetivação e de subjetivação, em que a produção de *valores* e *sentidos* de existência (e de referência “material” e “simbólica”) tomam a centralidade enquanto *pensar* e *fazer* de um sujeito, de um grupo, de uma classe ou de uma instituição. As migrações movimentam os *valores* e os *sentidos*, que se encontram e se desencontram, se “aproximam” e se “distanciam”, se juntam e se chocam, se entrecruzam e se sobrepõem. As migrações provocaram e provocam, em qualquer tempo e lugar, “choques de territorialidades”, o que definimos aqui por “transterritorialidades”. Choques e conflitos causadores de mal-estares agudos a ponto de fazer migrantes e não migrantes se “esconderem” uns dos outros como se a invisibilidade pudesse dar fim à angústia do estranhamento ou à falsidade de uma pretensa harmonia local, regional, nacional e até internacional (GOETTERT e MONDARDO, 2009, p. 102-103).

Como o Brasil é um país quase que exclusivamente formado por “culturas migrantes”, o processo da “DissemiNação” (BHABHA, 1998) deve ser pensada como uma característica fundamental na configuração do país. Entretanto, percebe-se que a temática é raramente abordada entre geógrafos e outros cientistas sociais, ainda menos existe uma teoria consistente para se pensar uma “hibridização geográfica”.

Quando se fala de migrantes e do ato de migrar, não se refere apenas a um deslocamento de pessoas por um dado motivo, mas falam-se também da transposição de contextos estruturais que “cercam” estes sujeitos como costumes, línguas, tradições históricas, sentidos e significados de lugar, enfim, das inúmeras fronteiras simbólicas e materiais que produzem as identidades e territorialidades. Assim, essas novas relações construídas pelos migrantes e/ou sujeitos deslocados de seu “território” (seja pelo movimento físico ou de relações sociais) podemos pensar como as fronteiras nas suas dimensões concomitantes, material e simbólica, produzem, pelo diálogo ou conflito, novas territorialidades.

3 – Pela zona de fronteira entre Brasil e Paraguai: o *trânsito* de territorialidades em Dourados

O município de Dourados está localizado na faixa de fronteira internacional, situado aproximadamente a 100 km do limite entre Brasil e Paraguai. Essa condição lhe permite algumas interações com a/na fronteira internacional, seja por relações historicamente construídas, como pela presença de migrantes paraguaios no município, pelas relações de compra de produtos pelo comércio de reexportação, no trânsito de identidades, ou, ainda, pela tensão entre territorialidades étnicas, de classe e nacionais polarizadas por indígenas e fazendeiros ou entre brasileiros e paraguaios.

A presença, por exemplo, dos paraguaios em Dourados remete a Guerra contra o Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864-1870), ao período da extração da erva-mate (1900-1940) até o desenvolvimento, na década de 1970, da modernização da agricultura que produziu uma singularidade a esse território de fronteira pela mobilidade da força de trabalho, seja como mão-de-obra nas fazendas de gado, grãos no setor sucroalcooleiro, ou no trabalho do setor do comércio ou dos serviços, produzindo, com isso, intensas relações entre brasileiros e paraguaios e fazendo com

que a fronteira – na sua dimensão internacional – se manifeste constantemente pela presença do outro, do *estrangeiro*.

Há, inclusive, em Dourados, dois “territórios” para os paraguaios: a Colônia paraguaia, “território” de confraternização para realização das festas, e a Praça Paraguaia, que *representa* religiosidade desses sujeitos por meio de uma capela construída para abrigar a Virgem de Caacupé, Santa Paraguaia, bem como pela presença dos símbolos como o do tereré, além das cores da sua nação estar fixadas nesse local que, demonstra, portanto, a territorialização desses sujeitos – simbólica e materialmente, nessa porção do Mato Grosso do Sul. Essa praça se localiza também no entorno de um dos bairros com o maior número de migrantes paraguaios, o Jardim Itália.

Além disso, as interações com o Paraguai, especialmente, com Pedro Juan Caballero (Paraguai) ocorrem em função do comércio de reexportação pela compra de mercadorias, por parte dos brasileiros que se deslocam de Dourados estabelecendo um trânsito em busca de produtos importados. Essa interação faz com que Dourados mantenha vínculos funcionais, das compras, do comércio, com o Paraguai, produzindo um trânsito nessa zona de fronteira e mantendo, por meio da diferença de câmbio, um fluxo de mercadorias que alimenta o município brasileiro com produtos oriundos do comércio paraguaio. Existe, nesse fluxo criado, um conjunto de trabalhadores brasileiros e paraguaios envolvidos no comércio lícito e ilícito de mercadorias que entram no Brasil por essa parte da fronteira.

Constroem-se também ligações mais afetivas ou familiares entre paraguaios (e seus descendentes) que moram no Brasil e no Paraguai, seja pelas visitas de migrantes paraguaios que estão em Dourados e que se deslocam para municípios paraguaios para visitar seus pais, irmãos, tios dentre outros, seja pelas remessas de dinheiro que são enviadas por estes para seus parentes no outro país, ou ainda, por “fronteiriços”, sujeitos que ao nascerem na fronteira desses dois países não se identificam com um ou outro território, mas, sim, com os dois (ou, até mesmo, em certa medida, com nenhum), pois se afirmam como fronteiriços, isto é, vivem literalmente nos/os limites.

Contudo, muitos indígenas que estão na Reserva de Dourados Jaguapiru e Bororó⁹ têm familiares – das suas famílias extensas – em reservas no Paraguai e acabam, com isso, estabelecendo relações, mantendo vínculos familiares, criando territorialidades específicas, inclusive, estratégicas, de *re-existênciana* luta pelo retorno a terra, ao seu território – na língua guarani, *tekorá* –, estabelecendo de alguma forma redes de relações sociais na zona de fronteira internacional.

As fronteiras das identidades são demarcações de força, de sentidos, de valores e representações por territorialidades em confronto. A fronteira assume, assim, pelas inúmeras relações construídas, a condição de *trânsito*, de “com-fronto” e de encontro com o Outro numa potencial possibilidade de reconstrução do sujeito:

(...) “fronteira”, no nosso ponto de vista, muito mais do que uma linha divisória que separa (no sentido mais estrito de limite), é um lugar de encontro (ou, em outras palavras, do com-front[o] e do des-encontro), o espaço em que, ao nos depararmos com um Outro, realizamos o movimento mais explícito de (re)definição de nós mesmos – seja pelo aprofundamento do próprio olhar sobre nossa singularidade, seja pela indagação colocada pelo olhar do outro que nos impõe, ao mesmo tempo, contestações, afirmações e relativizações (HAESBAERT, 2011, p. 11).

⁹ A reserva de Dourados foi criada pelo decreto nº 404, de 03 de setembro de 1917, devidamente titulada e registrada na folha 82 do livro nº 23, em 14 de fevereiro de 1965, no Cartório de Registro de Imóveis na Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande (MS). A mesma foi reservada para abrigar os índios Guarani (LOURENÇO, 2008).

Seja pela lógica mercadológica no comércio de reexportação ou até mesmo nas relações afetivas, de ligações entre sujeitos, brasileiros e paraguaios, que se beneficiam de algumas condições estratégicas da situação de zona de fronteira internacional, como a diferença de câmbio, para criarem territorialidades específicas, funcionais e/ou até mesmo afetivas, assumindo, algumas vezes, uma identidade (trans)fronteiriça, ambígua, como a dos fronteiriços ou “brasiguaios”. Estes últimos, vinculados à expansão territorial da *fronteira agrícola*.

A fronteira, desse modo, incita o movimento e o trânsito, a alternância de territórios e fluxos liminares de relações. Nesse processo complexo de contornamento de fronteiras e, por extensão, de territórios, a produção de novas territorialidades, em constante devir, ocorre por meio dos processos de hibridização. Nessa relação múltipla, podemos vislumbrar a potencialidade para a emergência de multi ou transterritorialidades:

Assim como o hibridismo não corresponde a uma condição estanque, propriamente um “estado”, mas um processo em incessante ir-e-vir – ou, em outras palavras, em constante *devir* –, a multi ou transterritorialidade também deve ser vista, sobretudo, dentro de um movimento de entrada, saída e, mais do que isto, de *trânsito* entre diferentes territórios. O que mais importa aqui é a condição de possibilidade, sempre em aberto, de nossa inserção em “território alheio” (que também passa, assim, de forma ambivalente, a ser “nosso”), a abertura desses territórios que coloca permanentemente a possibilidade de entrar, sair e/ou transitar por essas territorialidades (HAESBAERT E MONDARDO, 2010, p. 34).

Nessas novas territorialidades construídas pelo encontro, desencontro e confronto de identidades, podemos verificar a importância da fronteira, seja material ou simbólica, para a territorialização de formas mais híbridas de coexistência entre uma multiplicidade de sujeitos.

Um “território” paradigmático para a multiplicidade dessas fronteiras e territorialidades divergentes é a fronteira agrícola. Nela convivem inúmeras identidades que entram em conflito, negociam e mesclam seus projetos políticos e suas culturas como podemos verificar em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

4 – A fronteira agrícola: os *fronts* de territorialidades

Uma das manifestações da condição de fronteira, de *front*, ocorre pela fronteira agrícola, na sua expressão de frente de expansão e de frente pioneira, no sentido atribuído por Martins (1997), que caracteriza a primeira como expansão da “sociedade nacional”, branca, sobre a indígena por meio da economia de subsistência e a última como uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de novas relações políticas, pela criação do “novo” vinculado à expansão dos mercados, induzindo a processos de modernização – na maioria das vezes de ordem global – e novas concepções de vida. Ou, ainda, pela modernização da agricultura, pelas noções de cidade do campo (SANTOS, 2006), ou cidade do agronegócio (ELIAS, 2006), e, hoje, cada vez mais, como parte da economia globalizada por meio da fronteira do agro-negócio.

Um primeiro aspecto a ser compreendido e problematizado é a noção de fronteira no âmbito de novos contextos (“alargados”, na expressão de Milton Santos [2006]), interesses e contradições, reinterpretando-a a partir de um novo olhar, por exemplo, pela manifestação do meio técnico-científico-informacional. Na medida em que o uso de técnicas modernas formam a base da produção do espaço numa economia mundializada, os diferentes tipos de territórios de fronteira passam a diferenciar-se por sua diferente capacidade de oferecer rentabilidade, capacidade técnica e informacional. A fluidez e a velocidade das técnicas da informação, que

articulam as demais técnicas, produzem territórios de fronteiras com novos conteúdos, ocorrendo o processo de (re)estruturação com a participação de ações políticas de Estados e instituições que contribuem para alterar a dinâmica local/regional/global.

Esse casamento cada vez mais presente nos territórios entre técnica, ciência e informação, vai constituir o que Santos (2006) considera como meio técnico-científico-informacional, resultando na cientificização e tecnicização da produção, que é rapidamente alterada por atender aos interesses dos sujeitos hegemônicos, o que se vincula aos fenômenos de globalização, conferindo uma nova racionalidade a essa fronteira, resultando, conseqüentemente, na produção de uma nova geografia, pois:

São os novos *fronts*, que nascem tecnificados, cientificizados, informacionalizados. Eles encarnam uma situação: a da difusão de inovações em meio “vazio”. Se o movimento pioneiro de São Paulo, magistralmente descrito por Mombeig e Ari França, teve o comando dos grandes plantadores capazes de construir estradas de ferro, atrair imigrantes e incorporar um maquinismo moderno, hoje as frentes pioneiras são abertas sobretudo pelas grandes empresas, com a cooperação do poder público (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 119).

As fronteiras, e nesse caso, as fronteiras agrícolas surgem com o meio técnico-científico-informacional tendo, cada vez mais importância e participação desses elementos combinados, em diferentes graus e intensidades, para a expansão da moderna agricultura na forma de agro-negócio. Se, como considera Bernardes (2006), no primeiro momento a expansão da fronteira ocorria pela ocupação de novas áreas, a fronteira atual prioriza-se a construção de um novo modelo de produção calcado na maior rentabilidade por meio da maior capacidade de tecnificação. É preciso considerar que pela incorporação da técnica na produção ocorre um aumento de produtividade, circulando, com isso, maiores capitais e lucros e aumentando, conseqüentemente, o poder de grupos hegemônicos internacionais. É preciso mencionar, ainda, que o acesso à técnica implica, inclusive, o acesso a recursos de crédito, imprescindível a agricultura moderna que depende de vultosos recursos financeiros.

No Brasil, a partir da década de 1970 o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional demonstrou a expressão geográfica da globalização no território. Assim, o território brasileiro ganhou (desigualmente) novos conteúdos, novas relações, novos usos, apropriações e dominações graças às enormes possibilidades da produção, mas, sobretudo, das novas capacidades de circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias, das informações, das ordens e, em grande medida, de pessoas na condição de personificadores da mobilidade do capital ou na condição de força de trabalho para o capital (VAINER, 2005).

Inserido neste contexto, o estado de Mato Grosso do Sul vive uma fase de transformações desde a década de 1970 (o sul do então Mato Grosso, até 1977 quando foi desmembrado o estado de Mato Grosso do Sul), com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/organização do território e da mobilização do capital e da mobilidade da força de trabalho, tendo grande destaque, por sua magnitude e quantidade, a de origem sulista. Surgiram novas territorializações do capital com o complexo agroindustrial da soja (MÜLLER, 1989) e novas territorialidades com a mobilidade espacial de certos grupos como a dos sulistas que migraram de seus estados de origem para o Mato Grosso do Sul em busca de terras e do interesse em adentrar no mercado da moderna agricultura da soja nas terras planas.

Essa “fronteira tecnicizada” começa a se desenvolver a partir de 1970, com a mobilidade de “gaúchos” que chegaram em Dourados para reproduzir sua condição de produtores agrícolas desencadeando, com isso, um processo de desterritorialização nessa fronteira agrícola por meio da expulsão de pequenos produtores do campo,

além, dos indígenas, que foram sendo encurralados para a reserva indígena, para fundos de fazendas ou em bairros periféricos da cidade de Dourados.

Nesse sentido, a fronteira foi sendo territorializada por um novo padrão de produção, o da agricultura moderna, capitaneada, pela produção de soja e milho, sobretudo, que desencadearam um profundo processo de re-territorialização pelos novos sujeitos –os sulistas, especialmente, os da classe dominante – que “detonaram” um novo padrão de produção territorial, tendo o território focado na produção da agrícola moderna, altamente concentradora de terras e de renda, e desintegradora produção de subsistência que vinha até então sendo desenvolvida. O território para ser fruto da fronteira agrícola moderna tecnificada, seja no campo pelo agronegócio, seja na cidade pela urbanização corporativa que dá apoio a esse campo moderno em expansão.

Nesse sentido, como já afirmamos em outro trabalho:

Com a migração sulista do capital e do trabalho houve a ocupação e apropriação privada de amplas parcelas de terras que se acelera na década de 1970 e que se consolida na década de 1990 com a ampliação do fluxo de migrantes sulistas (...) e de empresas do agronegócio (em sua grande maioria, de mesma origem geográfica) para Dourados e Mato Grosso do Sul. O resultado desse processo de ocupação e de apropriação privada da terra foram os conflitos desencadeados com os indígenas e com as populações locais que viram suas terras (parte ou grande parte delas) transformadas em mercadorias e atualmente supervalorizadas pela monocultura da soja [e atualmente, também, da cana] e por um mercado imobiliário do qual, também, participam muitos latifundiários sulistas reproduzindo um forte controle territorial sobre a produção do espaço agrícola e urbano (MONDARDO, 2009, p. 184).

Podemos ver, assim, a expressiva migração sulista do capital (ou dos sujeitos que personificam o capital) e da força de trabalho que se deslocaram para o estado de Mato Grosso do Sul. A partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE podemos assinalar que no ano de 1970 migraram para o estado 44.213 sulistas, destacando-se o fluxo de origem paranaense com 38.111 migrantes; em 1980 migraram 116.365 sulistas, sendo 98.571 de origem paranaense; em 1991 deslocaram 67.664 para o estado, sendo 51.363 oriundos do estado do Paraná; e, em 2000 o fluxo migratório aumenta consideravelmente deslocando-se 164.012 sulistas para o território sul mato-grossense sendo, destes, 114.641 de origem geográfica do Paraná. É importante fazer uma ressalva em relação a esses dados, pois a aparente maior participação de paranaenses durante o período de 1970 a 2000 é relativa, tendo em vista que muitos sujeitos migraram em partes, ou aos pedaços, originando-se do Rio Grande do Sul e passando por Santa Catarina ou Paraná, onde fixavam residência por meses ou mesmo anos antes de chegarem ao Mato Grosso do Sul e, especialmente, a Dourados.

Entretanto, nessa fronteira tecnificada, a contradição se revela em consequência de pressões decorrentes da expansão das áreas agrícolas modernas, em que povos indígenas têm funcionado como “barreiras” ao avanço da fronteira tecnológica, tonando-se encurralados em “territórios de contenção” – como no caso da reserva de Dourados onde vivem aproximadamente 13.000 indígenas das etnias Guarani e Kawoiá –, os quais são afetados em função das transformações territoriais do entorno em termos de destruição do ecossistema, levando, por exemplo, à extinção de espécies de animais, da contaminação e assoreamento de rios e, sobretudo, pelo controle do acesso a terra. Logo, o modo de vida desses povos vem se deteriorando em função da precariedade de seu território de vivência, já que eles não têm como fazer avançar sua fronteira.

Assim:

Com a entrada avassaladora da monocultura da soja e do agronegócio em Dourados, as manifestações de mudanças operaram-se tanto sobre o espaço agrícola que se alterou com o novo aparato técnico e tecnológico se tornando homogêneo e geométrico, e sobre o espaço da cidade que ganha novas formas e funcionalidades, sobretudo aquelas ligadas ao agronegócio, a cultura da soja e ao capital internacional. Por isso, tanto o município de Dourados bem como grande parte do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente, a sua porção sul, revelam processos contraditórios da recente modernização implementada, pois transformaram-se simultaneamente em espaços de produção de riqueza e espaços de produção de pobreza manifestando conflitos e crises, como, por exemplo, entre latifundiários e indígenas. Esse conflito atualmente ganha novos contornos e maior tensão com a proposta do Estado, juntamente com a FUNAI, para a demarcação das terras indígenas no estado que estão acarretando discussões, protestos e mobilizações de ambos os lados envolvidos na questão, desembocando tensões no interior do município de Dourados e em vários outros municípios de Mato Grosso do Sul (MONDARDO, 2009, p. 184).

Esse processo de modernização do território sul-mato-grossense se insere numa dinâmica muito mais ampla da criação de espaços mundiais econômicos – ou do alargamento de contextos (SANTOS, 2006), por meio da expansão da fronteira agrícola, onde uma rede planetarizada interliga-se através de redes de informação/circulação/produção de conteúdo técnico e tecnológico, que permitem novos ritmos muito mais acelerados de produção provocando intensas transformações sócio-territoriais.

Entender o fenômeno da expansão da fronteira agrícola pela agricultura moderna, significa perceber a desterritorialização de atividades tradicionais por outras mais modernas e do ponto de vista da lógica da acumulação, mais rentáveis, da existência de populações tradicionais, da *re*-existência e precariedade dos povos indígenas ou, ainda, das famílias camponesas “encurraladas”, do seu difícil acesso a terra, do trabalho precário e temporário indígena nas fazendas ou usinas de cana-de-açúcar, da exploração dos recursos minerais e vegetais voltados para a acumulação, significar ver o território como espaço de *mediação* política pelos confrontos de diferentes e por vezes divergentes territorialidades.

Na fronteira há sempre desterritorialização e re-territorialização, embora, se, para alguns essa re-territorialização pode implicar melhoria nas condições de vida e acumulação de renda e de terras, como para os fazendeiros, para muitos outros esse processo pode implicar a precarização das suas condições materiais e simbólicas de vivência, como a dos camponeses e indígenas. É vendo a fronteira como conflito, como *front* das tensões entre divergentes sujeitos, que podemos ver e problematizar as fronteiras da identidade e as múltiplas territorialidades.

5 – As fronteiras das identidades: territórios e territorialidades em *confronto*

Nas fronteiras agrícolas do Brasil contemporânea a mobilidade do capital e da força de trabalho tem possibilitado o encontro de diferentes sujeitos, grupos, classes sociais e/ou instituições que configuram com isso choques e conflitos entre diferentes territórios e territorialidades. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, os povos indígenas têm suas condições materiais extremamente precarizadas e sua “expressão simbólico-cultural-material” na maioria das vezes negada por pessoas, grupos, classes e instituições hegemônicas “não-indígenas”, que se personificam atualmente nos médios e grandes produtores rurais ou, os chamados, fazendeiros. Isso não quer dizer que os povos indígenas vivam exclusivamente suas territorialidades, ao contrário, mesmo subalternamente, veem-se obrigados ao trânsito descontínuo entre as suas e as

territorialidades do Outro, hegemônicas, como a dos fazendeiros, em movimento intenso e descompassado de tensões e conflitos tanto na cidade ou no campo, especialmente, em Dourados onde se encontra a Reserva Indígena Jaguapiru e Bororó.

Essa condição pode ser verificada em Dourados que, desde 2009, é relativamente comum ver em faixas em frente a casas de setores nobres da cidade ou em adesivos em camionetes, frases do tipo “Demarcação Não, Produção Sim”, em clara manifestação de oposição, pelos médios e grandes proprietários rurais e urbanos, aos processos de identificação e demarcação de terras indígenas na região. Por isso, essa problemática emerge como muita força neste município (bem como em Mato Grosso do Sul e em partes do interior do Brasil) demonstrando conflitos entre territórios e territorialidades que possibilitam pensarmos nas relações de poder que se expressam e manifestam por meio das disputas territoriais, sejam econômicas e simbólicas, emergentes.

Por isso, em Dourados, a partir da década de 1970, como já analisamos anteriormente, ocorre com a migração “gaúcha” de trabalhadores e do capital a expansão sócio-territorial da fronteira agrícola por meio da monocultura da soja, que produziu um novo espaço ao mesmo tempo, homogêneo e fragmentado pelas distintas e divergentes territorializações que passaram a se fazer presentes como a dos “gaúchos” (difusores do agronegócio e/ou da moderna agricultura), dos indígenas (antigos moradores) e dos paraguaios (migrantes empurrados em busca de trabalho ou fugindo de conflitos políticos de seu país).

Com todo esse processo de modernização implantado, tanto no campo quanto na cidade, se inscrevem no espaço com essa nova organização e produção, “*novas territorialidades*”, especialmente, aquelas vinculadas ao agronegócio ou, em outras palavras, à mobilidade do capital e da força do trabalho. Por isso, a cidade de Dourados passou a ser o espaço de *convergência de múltiplas territorialidades* como, por exemplo, aquelas dos migrantes sulistas que implantaram lojas no comércio ligadas à agricultura moderna e/ou científica, e as territorialidades dos trabalhadores atraídos dos estados do Sul para essa atividade. Aliado a isso, foram modificadas e estão em constante processo de transformação, as territorialidades, já existentes, como a dos indígenas e a dos migrantes paraguaios que ocupam/vivenciam/transitam por inúmeros e variados “territórios” da/na cidade.

Dourados, portanto, apresenta uma realidade de posições divergentes afirmadas, em torno, por exemplo, das questões vinculadas à demarcação das terras indígenas. Essas posições divergentes podem ser verificadas em notícias recentes publicadas em jornais sobre os conflitos que permeiam as demarcações das terras indígenas em Dourados. Para exemplificar, vejamos a “fala” de um indígena Guarani Kaiowá sobre a queima de sua casa no dia 18 de setembro [2009], à beira da BR 486: “Queremos declarar que estamos muito perplexos e tristes por ser expulso da nossa terra. Esses fazendeiros queimaram as nossas casas para a gente sair da nossa terra” (Adital, 21/09/09). E, ainda, “Entidades ligadas a produtores rurais da região já se manifestaram de forma contrária a novas demarcações. Em março [de 2009], a declaração final de um encontro de fazendeiros em Dourados (MS) foi ‘tolerância zero para demarcações indígenas e para a infração dos direitos do produtor rural’. No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, há 87 processos envolvendo conflitos entre fazendeiros e índios, cujo problema central é a disputa de terras. ‘Entendemos que a política indígena tem que evoluir com o trabalho da FUNAI para um modelo de assistência, de integração do índio ao sistema capitalista’, diz Eduardo Corrêa Riedel, vice-presidente da FAMASUL (Federação de Agricultura e Pecuária do MS). (...) ‘Os brancos muitas vezes dizem que estão na terra há muito tempo, mas não se dão conta que os índios estão há milênios’, afirma o indigenista e ex-presidente da FUNAI, Sydney Possuelo” (UOL Notícias, 15/07/09).

Em Dourados as tensões e disputas entre divergentes territorialidades são possíveis pela diversidade cultural e territorial que o município apresenta e, em sentido

mais estrito, a cidade comporta pela “coexistência espacial” (MASSEY, 2008) de “múltiplas territorialidades” (HAESBAERT, 2006) que transitam por distintos territórios, desde o território do lar ao território do comércio, da rua, da escola, da fazenda, do supermercado dentre outros, nos quais os encontros e desencontros entre distintas identidades acabam potencializando relações transterritoriais, de mesclas ou cruzamentos de identidades, que se expressam por territorialidades que se configuram como “hegemônicas” – como a dos fazendeiros sulistas que na maioria das vezes tentam impor seus objetivos, seus projetos, suas visões de mundo, seu modo de trabalhar sobre os indígenas e paraguaios – e as “territorialidades subalternas” – aquelas dos migrantes paraguaios e indígenas que na maioria das vezes precisam se “adaptar” ao novo meio geográfico e a condição de subalternidade que se inserem nas relações, mesmo que, expressando resistências às práticas de dominação simbólicas e materiais. Essas relações possibilitam a esses distintos sujeitos e grupos sociais, múltiplos trânsitos muitos, inclusive, efetivos, da mobilidade entre opostos territórios e territorialidades que, em algumas vezes, possibilitam o “jogar” e o acionar de identidades e de territorialidades dependendo da relação e dos objetivos que estão situados no campo de ação.

Nesse complexo e múltiplo processo de entrecruzar de territórios e de culturas em Dourados, muitos “gaúchos”, empresários rurais e urbanos acabam mantendo uma “territorialidade fechada” no sentido de tentar “preservar” sua cultura e, sobretudo, para atingir seus objetivos enquanto grupo ou “classe” agrícola difusores do novo através da modernização da agricultura. Já, os migrantes paraguaios e os indígenas – embora, esses sujeitos são distintos também em muitos aspectos – se inserem nas relações com os migrantes gaúchos personificadores do capital, na condição de subalternidade tendo, na maioria das vezes, sua “territorialidade aberta”, pois precisam se “adaptar” às regras e normas do capital. Por isso, indígenas e paraguaios acabam transitando por alguns territórios da cidade de Dourados, absorvendo e traduzindo aspectos da cultura urbana e mudando suas identidades e territorialidades pela mobilidade entre diferentes “contextos” culturais e políticos da cidade.

Assim, entendemos que ocorrem em Dourados hibridizações de territorialidades e de identidades entre “gaúchos”, indígenas e paraguaios que, tendo suas territorialidades “abertas” ou “fechadas”, acabam “assimilando” mais ou menos os comportamentos e os sentidos de vivência do Outro através das relações de entrecruzamento e de tradução, relações que são de necessidade, do trabalho ou do capital, relações de amizade e de vizinhança, relações familiares – nos casamentos e nos namoros –, relações de convivência e de coexistência espacial entre esses sujeitos em Dourados nos mais variados encontros onde os confrontos acabam aparecendo, tornam-se emergentes.

6 – A *mutação* das fronteiras:múltiplos trânsitos, entradas e vivências

Buscamos desenvolver aqui uma problematização a partir dos olhares sobre a fronteira, inter-relacionando três processos geográficos, seja na forma de faixa de fronteira internacional, fronteira agrícola e fronteira da identidade. Nesse cenário, entendemos que Dourados – e até mesmo o estado de Mato Grosso do Sul – é um *território de fronteiras* onde, convergem, coexistem e disputam “territórios” diferentes e divergentes territorialidades como as de indígenas, paraguaios e “gaúchos”. Essa territorialização impõe limites, algo difícil nesse “território” em disputa, poisse conjuga com o processo histórico de ocupação da faixa de fronteira internacional que foi e é permeada por conflitos e contradições entre Estado, grupos internacionais, fazendeiros, indígenas, paraguaios, camponeses dentre outros.

Compreender as fronteiras que formam Dourados,é entendê-las pelo processo de *modernização*, tanto para a formação de trânsitos e/ou fluxos comerciais e afetivos com o Paraguai, comopela expansão territorial da fronteira agrícola com a

moderna agricultura da soja, ou, ainda, pelas fronteiras das identidades que criam o eu e o outro, o sujeito do “progresso” que difunde o moderno”, os fazendeiros sulistas (o colonizador), e o sujeito do “velho” que produz para a subsistência, para a reprodução de um modo de vida tradicional como, por exemplo, o dos indígenas (o colonizado). Olhar a produção do território de Dourados pelos ângulos da fronteira, permite ver o processo de desterritorialização das formas mais antigas de produção e de modos de vida por formas de produção modernas com o surgimento de novas territorialidades, aquelas vinculadas à difusão do agronegócio. Nesse deslocamento do olhar para as margens é que podemos visualizar e problematizar os conflitos desencadeados nessa porção do território brasileiro.

Neste contexto conflituoso e ao mesmo tempo diverso em que convivem desigualmente indígenas, paraguaios e “gaúchos”, podemos perceber também os processos de mesclas e trocas culturais, seja por imposição para os sujeitos subalternos que precisam se “adaptar” ao trânsito funcional por inúmeros territórios, seja daqueles sujeitos que acabam usando da outra cultura como estratégia de resistência onde sair, entrar ou transitar pelo território do outro é o que permite a luta pelo retorno a terra, ao tekorá, como a dos indígenas.

Por isso, nesses choques e interações de culturas, geram-se, pelas aproximações e distanciamentos, pelas aberturas provocadas por relações afetivas como em casamentos ou em namoros, ou, ainda, pelas relações estratégicas de luta pelo território do outro, a construção de novos comportamentos e de novas territorialidades, muito mais múltiplas e algumas vezes mescladas, o que estamos chamando de transterritorialidades. Assim, focar as fronteiras na produção do território, permite ver e problematizar a multiplicidade de relações de poder, de força, que constroem as diferentes e divergentes territorialidades dos sujeitos hegemônicos e subalternos envolvidos nesse processo.

Bibliografia

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ANDRADE, O. **A Utopia Antropofágica**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1995.
- BALIBAR, É. **Violências, identidades y civilidad: para una cultura política global**. Barcelona: Gedisa, 2005.
- BERNARDES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. *In*: BERNARDES, Júlia Adão. FILHO, Osni de Luna Freire (Orgs.). **Geografias da Soja: BR-163**: fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006, pp. 13-35.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 1997.
- ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. *In*: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C. ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.
- GOETTERT, J. D. e MONDARDO, M. O “Brasil migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. **GEOgraphia**, Vol. 11, N. 21, pp. 101, 136, 2009.
- HAESBAERT, R. e MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, n. 24, 2010.
- HAESBAERT, R. Multi/transterritorialidade e “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteirços. *In*: FRAGA, Nilson Cesar. (Org.). *Territórios e fronteiras*: (re)arranjos e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- IBGE – Vários Censos Demográficos.
- LOURENÇO, R. A criação da reserva de Dourados: desterro e confinamento. In: _____. **A política indígenista do estado republicano**: Junto aos índios da reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968). Dourados: UEMS, 2008. p. 57 – 118.
- MARTINS, J. de S. **Frenteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. Hucitec: São Paulo, 1997.
- MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185.
- MONDARDO, M. L. Mobilidade sulista do capital e da força de trabalho para o Mato Grosso do Sul: modernização agroindustrial, descompassos e contradições sócio-territoriais. **Terra Livre**. São Paulo/SP, Ano 25, v. 1, n. 32, p. 1-244, Jan-Jun/2009.
- MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Caracas: Universidad Central de Venezuela y el Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe, 2000, pp. 281-348.
- RAFFESTIN, C. Eléments pour une théorie de la frontière. **Diogenes**, 1986, vol. 34, n. 134, p. 3-21.
- RAFFESTIN, C. La frontière comme représentation: discontinuité géographique et discontinuité idéologique. **Relations Internationales**, 1990, n. 63, p. 295-303.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ; Record, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- VAINER, C. B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (Orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 251-274.
- WHATMORE, S. Hybrid geographies: Rethinking the 'Human' in Human Geography. In: MASSEY, Doreen. ALLEN, John. SARRE, Philip. **Human Geography Today**. Cambridge: Polity Press, 1999.

Jornais eletrônicos

<http://www.adital.com.br>

<http://www.uol.com.br>

CONSTRUINDO BRASILIDADES – O DESAFIO DE OLHAR, ENTENDER E PERCEBER O SERTÃO E AS FRONTEIRAS “PARA DENTRO”¹⁰

Ana Cristina Yamashita

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

anacyamashita@hotmail.com

Resumo

Ao refletir sobre a fronteira vista como trajeto de evolução da sociedade nacional, esse trabalho considera o período da construção da capital brasileira e da ocupação da região da “Grande Dourados”, Mato Grosso do Sul. Ao trazer uma discussão sobre sertão e fronteira tendo como viés o discurso geopolítico brasileiro a partir da mudança da capital do país e a “marcha para o oeste”, busca-se apresentar elementos da consolidação do espaço de Brasília e de Dourados como espaços de representação do poder. Releva-se também que interferências sociais, econômicas e culturais, evidenciadas pelo discurso de segurança nacional e pelo processo de unificação do país, justificam a criação e o desenvolvimento de áreas no território brasileiro. Assim, sugere-se um olhar sobre a formação da fronteira tendo como significado o desdobramento de um mesmo imaginário: o sertão e a brasilidade. Isso leva a fomentar o debate sobre o diálogo entre Brasília e Dourados.

Palavras-chave: sertão, fronteira, discurso geopolítico brasileiro, Brasília, Dourados.

Abstract

Thinking about the frontier seen like the way's evolution of the national society, this study considers the period of the construction of the Brazil's capital city and the occupation of Grande Dourados's region, Mato Grosso do Sul. Bringing the discussion about backland and frontier, taking the Brazilian's geopolitical discourse starting from the change of the country's capital city and the “Marcha para o Oeste”, the aim is present elements of spacial structuring of Brasilia and Dourados like power representational spatial. Social, economical and cultural interferences are also relieved, evidenced through the national security discourse and by the unification process of the country. These are justified into the creation and development of the áreas of the Brazilian territory. Thus, it suggested a glance on the frontier formation taking the ramification of even imaginary as a meaning: the backland and the brasilidade. Thus, this leads to foster a discussion to consider the dialog between Brasilia and Dourados.

Keywords: backland, frontier, Brazilian's geopolitical discourse, Brasília, Dourados.

1 – Introdução

Brasil, brasileiro, brasilidades... país, povo, representações... Estado, nação, reprodução ou espaços em construção?!!!

Olhar, entender, perceber e compreender como produzimos e construímos relações e paradoxalmente como as (re)produzimos através do espaço é um desafio instigador... nossas leituras, nossos olhares diferenciados vão produzir novas idéias, e

¹⁰ Reflexão a partir da temática *Fronteira: novos e velhos significados*, da disciplina *Fronteira, território e migração*, professor Dr. Jones Dari Goettert, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), julho de 2009.

nesse processo, o desafio maior é fazer com que pessoas entendam e acreditem nestes conteúdos. O dialogar com saberes e a contribuição a partir de um olhar diferente criam e permitem novos significados!

Não é novidade alguma de que o espaço geográfico é produzido e reproduzido pelos homens em suas relações e, nesse processo, a relação espaço-tempo são sistemas sociais onde conceitos e pré-conceitos direcionam à novas leituras do território.

Uma vez considerando que o território é essencialmente um instrumento de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2007, p. 79)

Foucault (1996) ao falar sobre o conceito de acontecimento corrobora para a reflexão sobre essas indagações apontando que:

Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não tem o mesmo alcance, [...], nem a mesma capacidade de produzir efeitos. O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que engendrem, uns a partir dos outros. (p. 6).

Então, podemos pensar que a resposta não permeia apenas sobre o território e as relações de poder em um determinado período, mas caminha pela busca de leituras com relação aos “sujeitos¹¹” que constroem e reconstróem esses territórios. Nesse sentido é que essa reflexão, pautada no panorama da construção do território brasileiro, buscará mostrar interações de poder, ora do estado, ora de elites representativas na sociedade, que cooperaram para a urbanização do território brasileiro. Assim sendo, utilizar-se-á como metodologia para este estudo a apresentação desses “objetos” e “sujeitos”, para então, identificar “os fios que os ligam e que fazem com que engendrem, uns a partir dos outros”. (FOUCAULT, 1996)

Torna-se necessário dizer que, neste estudo, a construção acerca do termo território permeará pela idéia de “território nacional”, Estado, soberania e que é compreendido pela idéia de “segurança nacional” e “objetivos nacionais permanentes”, o que, na verdade, refere-se ao território que “não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar; o uso e o controle do território, da mesma forma que a repartição real de poder, devem ser elevados a um plano de relevância também quanto da formulação de estratégias de desenvolvimento socioespacial”. (Souza, 2007, p. 100)

Identificamos que, na construção da história brasileira, a instrumentalização de poder influencia e se utiliza do Estado para construir relações.

Nessa busca de compreender o evento brasileiro, insere-se a discussão de fronteira vista como trajeto de evolução da sociedade nacional, cujas condicionantes se dão a partir do período de construção da capital do país e da ocupação da “Região da Grande Dourados¹²”, Mato Grosso do Sul. Essas transformações, nesse estudo, foram denominadas por “construção de brasilidades”, ou seja, a partir das relações entre espaço e poder, em uma temporalidade específica, se propõem identificar

¹¹ Vesentini (1996, p. 37 e 38) apresenta este termo baseado nas discussões de Marx e considera a interação entre “sujeito” e “objeto” a partir de uma relação de influências recíprocas, como condição imprescindível para a construção do espaço geográfico pela sociedade capitalista.

¹² Segundo dados do Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), estabeleceu-se, oficialmente, a “Região da Grande Dourados” como uma “área-programa”, para fortalecer as atividades produtivas da região sul de Mato Grosso do Sul, em observância a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. (MINTER/SUDECO, 1976).

elementos e referenciais que possam colaborar para o entendimento da reprodução espacial no Brasil.

Esse caminho se tornou claro à medida que o debate sobre “fronteiras para dentro” e sertões apresentou uma linha de raciocínio norteada pela intervenção do Estado, o que se mostrou como ponto comum entre a interiorização da capital do país e a ocupação do sertão decorrente de uma proposta de territorialização denominada “Marcha para o Oeste”, que nos permitiu eleger como objeto de estudo a cidade de Dourados.

Demarcando o campo discursivo considerado, vale também ressaltar que a questão inicial sobre fronteira a ser discutida, será primeiramente evidenciada a partir dos estudos de Vidal e Souza (1997), que toma fronteira não como limites com outras nações, mas como índice de ocorrências transformativas dentro da área interna de um país, tendo como contribuição a investigação da representação do que é dito por sertão (*grifo nosso*). Esta afirmação se consolida ao observarmos a primeira abordagem desse estudo que envolve a mudança da capital do litoral, numa condição resultante de urbanizações e construções europeizadas, para o interior do país, num diálogo que permeia pela busca de referências nacionalizadoras, ou seja, pela consolidação de um Estado-nação representativo e de poder. Nesse processo, a fronteira “para o interior” não se apresenta como limite geográfico com outras nações, mas como um “objeto” que envolve condicionantes que serão abordadas no discorrer deste trabalho e que, teoricamente, justificariam a ocupação do sertão. Por outro lado, inserida nesse processo, será também analisada a cidade de Dourados e suas peculiaridades, que também, em função de vários fatores, nos permite perceber evidências, como a sua “vocação agrícola”, que até nossos dias se manifestam na integra o e ocupa o do sertão.

Em síntese, busca-se construir um raciocínio a partir da proposi o de que “a narra o da forma o da fronteira passa a significar o desdobramento de um mesmo imaginário: o sertão e a brasilidade” (VIDAL e SOUZA, 1997, p. 131), o que, a priori, nos permitiu construir esse diálogo entre Brasília e Dourados, tornando possível olhar, identificar e traçar elementos que apresentam essa condi o de sertão e de fronteira nesses contextos, processo esse que, em ambos os casos, conota-se a presença do Estado e do capital nas rela o de poder e, portanto, pode ser percebido na reconfigura o do território brasileiro.

Os impactos a partir desse diálogo pretendem apresentar uma reflexão sobre o modo de ver o Brasil, mostrando transforma o descritivas e valorativas na interpreta o de como se constrói *brasilidades*, ou seja, ao falar de fronteiras comparadas, intenciona-se olhar e perceber como se organizar a percep o de “coisas” brasileiras, isto  , “nossas brasilidades”!

2 – Sertão e fronteira... construindo referenciais

As no o de sertão e fronteira são elementos essenciais para a análise que se pretende desenvolver, e, nesse sentido, vale ressaltar que a condi o de fronteira-sertão teve como papel crucial o modo como a região foi simbolicamente incorporada no imaginário geográfico da na o. Isso   retratado quando, no cotidiano de nossas vivências, nos deparamos com pessoas que se estabeleceram fisicamente e geograficamente em áreas fronteiriças ou sertanejas.

Na maioria das vezes, ao traçarmos uma análise sobre quais as representa o que o não-fronteiriço ou o não-sertanejo faz de cada região a que se refere, identificamos uma política de identidades, apontado por Hobsbawn (1997, p. 9 a 23) como a condi o que nos permite inventar símbolos e identidades, enquanto que o “processo” inventa os povos.

Nesse “processo de inven o”, o imaginário   muito mais forte que os fatos, visto que o imaginário   construído historicamente, as referências são passadas de gera o em gera o, como pode ser observado em questionamentos que persistem

em abordagens de pessoas que são inerentes as realidades de fronteira-sertão, como, por exemplo: *Como é morar aqui? É perigoso?*

Diante disso, podemos identificar algumas provocações que irão auxiliar na compreensão dos referenciais científicos que irão delinear a discussão desta temática. Inicialmente, ao nos posicionarmos a partir da primeira indagação, podemos pensar que, se existe a busca de maiores informações de como é morar, se fixar e conviver com as condições de fronteira-sertão, isto provavelmente implica que há o “desconhecimento” desse espaço e das relações que nele são construídas. Mas, quando ocorre a próxima indagação subsequente a primeira, percebe-se que a partir do “desconhecimento”, ou melhor, do “reconhecimento” desse contexto espacial como diferente é a condição comum para a maioria que, automaticamente associam a outra condição construída pelo imaginário de quem não pertence ao lugar, a condição de isolamento, de perigo, de violência, de ilegalidade, de ausência de elementos singulares ao cotidiano de quem vive na centralidade espacial e urbana da sociedade “moderna”, entre outros significados que se constroem.

Assim sendo, tanto a discussão sobre fronteira como a de sertão permeiam por observações científicas desenvolvidas por vários autores. Para a consecução desse debate, define-se alguns autores que, de uma forma ou de outra, abordam os temas aqui levantados de uma maneira que “uns a partir dos outros” sejam construídos.

“Sertão... o que é sertão?!!”

De modo geral, partindo dos estudos de Galetti (2000), a autora recorre à história do Brasil, principalmente no momento de colonização, apresentando que,

[...] países de passado colonial, que possuíam territórios que se figuravam como vazios, como fronteira histórica de expansão para o capital e a civilização européias, descobrem a sua própria fronteira: lugar privilegiado onde o discurso se detém para diagnosticar o atraso da nação e aferir suas possibilidades de encurtar distâncias que a separam do modelo europeu de progresso e civilização. (p.26 – *grifo nosso*).

A condição de atraso da nação abordada pela autora supracitada refere-se aos países dominantes e aos dominados no contexto da colonização, onde se considera que os países dominantes em sua maioria se localizavam na Europa e detinham altos níveis de civilidade e progresso. Em contrapartida, os países que eram colônias, pela sua condição de submissão e exploração, eram considerados atrasados, tanto nas relações sociais quanto econômicas e culturais. Vale ressaltar nesse momento que, diante do período das grandes navegações e da descoberta de colônias, as nações colonizadoras buscavam um mercado e um comércio forte baseado nas Índias, o que refletia na relação que as colônias poderiam oferecer enquanto riqueza e construção de bens. No então “mundo conhecido”, o processo cultural e civilizatório nos padrões culturais vigentes já estava sendo construído há pelo menos dezesseis séculos, enquanto nas colônias recém descobertas essa referência temporal e cultural estava “estagnada e atrasada” em relação ao que seria um dos padrões de “moral e bons costumes” para a época.

Já nesse período, a própria relação colônia/colonizador era construída a partir das definições de “nós e o outro”, onde a conotação de “nós” refere-se a Portugal (e Europa) enquanto nação que faz parte do mundo civilizado e “o outro” é subentendido a colônia brasileira, o que fica do lado de lá, sem reconhecimento enquanto nação e civilização.

Nessa leitura, o Brasil era um território a ser desbravado, cujos limites precisavam ser demarcados, principalmente no que se associava a condição de “o que a colônia tem a oferecer”. Expedições aqui chegaram, se instalaram e foram estabelecidas no modelo europeu de progresso e civilização.

Ao apresentar este contexto de Brasil-colônia, Galetti (2000), dando continuidade a construção de referenciais, diz que “na história das representações sobre o território colonial, nos primeiros tempos da colonização, o sertão foi por muito tempo, em múltiplos sentidos, a negação do espaço já conquistado pela Metrópole”. Complementando essa afirmação, a autora ainda explora o tema apresentando representações de vocabulários e significados que delineiam o termo sertão, tais como: espaço bruto, primitivo, deserto, terra de incultos, lugar que está fora de ordem e que acolhe o desertor, etc. Ainda acrescenta que, como palavra mutante, “o sertão de agora, pode não sê-lo de amanhã e o que significa para uns, pode não fazer sentido para outros”. (GALETTI, 2000, p. 48)

Sobre essa abordagem da autora, referenciando à discussão anterior, essa “mistificação” foi e, ainda é, em nossos dias o significado mais singular sobre sertão. Por esse viés, percebe-se que espaços de outrora eram considerados como sertão por se adequarem à estas características, principalmente na condição de vazio, despovoamento, de “lugar fora de ordem” entre outros, a partir do momento que foram “civilizados” (ou não), passam a serem vistos de outra maneira.

Para uma melhor compreensão do significado que se apresenta, pode-se pensar que, enquanto as pessoas estão do “outro lado”, desconhecem a vivência e as relações desse espaço criado como sertão/fronteira no seu imaginário, cujos referenciais são relacionados à desordem, insegurança... por outro lado, quando o conhecem mais intimamente e interagem nas suas relações cotidianas, na maioria das vezes, os “pré”-conceitos e referenciais são (re)vistos e os significados anteriores passam a não fazer mais sentido. Um exemplo é apresentado por Galetti (2000), explicitado na fala de *Tollenare*¹³ ao aludir sobre a dificuldade de definir exatamente o que era sertão a partir das várias referências que ouvira dos naturais da terra, onde se percebe que nenhuma delas foi capaz de indicar uma posição geográfica claramente definida:

A dez léguas daqui, perguntava eu, o que encontro? Os sertões. E depois? Ainda os sertões. Esta palavra significa o interior do país. Designa-se vagamente com ela as florestas, os desertos, as montanhas. [...] Estas expressões vagas satisfazem a tudo¹⁴. (TOLLENARE, 1840 *apud* GALETTI, 2000, p. 166).

Sob o depoimento de um estrangeiro, podemos construir olhares voltados para o sertão, que vão além do mito teórico-conceitual que fora construído, mas como condição de subjetividade encontrada nos elementos intocados da natureza (florestas) e do território não-civilizado (desertos, montanhas), que invadem o país “para dentro”, que para o estrangeiro significava o interior do país.

Por outro lado, para o brasileiro que aqui nasceu e cresceu, o sertão significava (e ainda significa em muitos “Brasis” pelo país) tudo aquilo descrito pelo estrangeiro e muito mais, na medida em que as percepções desses brasileiros, nas dimensões simbólica, geográfica e/ou social, incorporavam o imaginário construído sobre o sertão em todo o processo colonizador português, ao mesmo tempo em que afirmavam uma visão particular dos espaços interiores do território nacional. (GALETTI, 2000, p. 167)

À essa particularidade, o sertão traz consigo significados pertinentes as vivências e aos interesses próprios de cada olhar e percepção que, ora são construídos por aqueles que o fizeram território de peregrinação, palmilhando a pé ou em lombos de animais os seus percursos, ora é o sertão dos que o demandaram em busca de terras para se estabelecer e que ali se fixaram, vivendo em diferentes

¹³ Um dos exemplos presentes no estudo de Jeanine Potelet sobre viajantes franceses que estiveram no Brasil no século XIX, onde Tollenare relata sua viagem por províncias do nordeste brasileiro, em 1840.

¹⁴ Saint-Hilaire, A. *Journal des voyages*. Apud Potelet, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français – 1816 – 1840 – Temornages et Images*. Paris, 1994.

condições sociais, como vaqueiros, fazendeiros, posseiros... Por outro lado, temos também o sertão dos brasileiros cultos, que o observa de fora, e que, por algum motivo, precisa interagir e “passar” por ele, por muitas vezes a serviço do Estado, como as comissões demarcatórias de limites, expedições de exploração de recursos naturais, de estudos de geografia do país, de civilizar indígenas, entre outras atividades. Outros percorreram sertões em viagens imaginárias, através de relatórios político-administrativos, de narrativas de viagem de estrangeiros e brasileiros, ou até mesmo por obras de ficção ambientadas nos sertões do país (GALETTI, 2000, p. 167).

Sabe-se que tais atividades faziam parte de um contexto político e intelectual profundamente marcado pelo empreendimento de construção do Estado e da nação brasileira, e, neste momento, a questão territorial do país era um dos pontos de importância, visto que a soberania nacional exigia um efetivo controle sobre o território e, sobretudo, o domínio sobre as populações (GALETTI, 2000, p. 168). Por outro lado, não podemos desconsiderar que no contexto de construção da unidade política e territorial brasileira pós-independência dá-se relevância à maneira como as elites dirigentes lidaram com o desafio de gerir um território de dimensões continentais, principalmente porque a maior parte ainda se encontrava como espaços “vazios” ou pouco povoados, o “sertão” do país.

Mesmo diante do século XIX até meados do século XX, o termo sertão esteve sempre atrelado ao conceito de grandes áreas do interior do território brasileiro, como áreas “desconhecidas”, habitadas por nações indígenas arreas ou com baixo índice de povoamento, e, até mesmo, pelo fato de não estarem completamente integradas às dinâmicas do capital moderno. Portanto, a percepção dos espaços sertanejos, ainda nesse período, traz consigo os sentidos de deserto e de barbárie presentes na tradição colonial.

Sabe-se que é a partir desse momento, no ideário de se construir uma nação grande e rica, o sertão, em sua condição espacial, passa a ser visto como patrimônio territorial não explorado. O Brasil, delineado por um pensamento de unificação e ocupação do território traçado na vertente capitalista, encontrará nestes espaços as possibilidades de projeção para um país em desenvolvimento. Nesse contexto, os obstáculos não são empecilhos para o desenvolvimento de uma marcha para a “civilização”, ao contrário, no ideário nacionalista acreditava-se (ou se fazia acreditar) que esse espaço poder-se-ia encontrar genuínas expressões da cultura e das tradições nacionais.

Por fim, em seu discurso Vidal e Souza (1997), considera que o sertão é o terreno para a formação da fronteira no Brasil, cuja ocupação interna para acontecer com segurança deve passar pelo sertão. Com isso, para ela, a partir do pensamento social, a “marcha para o sertão” não totaliza as regiões imaginadas para serem fronteiras, pois essa região imaginária persiste na denominação de sertão.

“E a Fronteira? Como pode ser entendida?!!!”

Ao traçar um raciocínio a partir da historicidade do Brasil que se apresenta mediante o empenho do colonizador em transformar o sertão em uma região colonial, Vidal e Souza (1997), nos mostra que a fronteira é uma pista de uma renomeação para significados constantes na tradição sociográfica de imaginação do Brasil, numa condição proposta por um contexto de simbolização do espaço e de seu povo (grifo nosso). E, nesse processo de simbolização, a fronteira pode ser construída a partir de vários significados, visto que a sua espacialidade pode ser entendida a partir de vários “sujeitos”.

Assim sendo, a princípio estabeleceremos que a condição de fronteira seja diferente de limite, visto que limite é um referencial fixo, estabelecido por relações de ordem e poder. Em contraposição, a fronteira pode ser entendida como móvel e indefinida, justamente por “não respeitar limites estabelecidos”.

Raffestin (1993) apresenta os temas: limite e fronteira, sob a ótica de que os limites são sêmicos, como comunicadores de um sinal, e que, geralmente o limite pode ser considerado como “toda linha que divide dois ou mais territórios”, informando uma forma, ou seja, indicando a maneira como se estrutura um determinado espaço. Já a fronteira, ela não comunica, mas emite um sinal, dizendo a todos nós quais são nossos limites! Portanto, todo limite é limite, mas nem toda fronteira é limite!

Pode-se entender também que a fronteira é bem definida a partir das relações de ordem e controle do Estado sobre o território (RAFFESTIN, 1993, p. 167), pois na organização deste território existem dispositivos de controle. Assim, podemos dizer que as fronteiras são “dispositivos de organização do espaço social”, muitas vezes subentendidos em processos de urbanização, formação de cidades, programas de comunicações, estratégias militares, entre outras. Um dos “sujeitos” que compõem esse contexto de fronteira é o Estado, que possui poder somente dentro de suas fronteiras; detentor de uma condensação material de forças (em uma época) e que passa a definir o que está dentro, assim como o que está fora, ou seja, “a construção material e simbólica da fronteira”. (grifo nosso)

Assim, o Estado capitalista estabelece as fronteiras ao constituir o que “está dentro”, ou seja, o povo-nação, o que Foucault (2004) retrata com o conceito de “Panóptico”, ou seja, os espaços de controle¹⁵. Para ele, o efeito mais importante do Panóptico é “fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos”, e complementa com a idéia de “quem controla vê tudo, mas os controlados ou quem não controla, não vê nada”, assim como o “Panóptico pode constituir-se em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos”. (FOUCAULT, 2004, p. 165-168)

Por outro lado, as fronteiras garantem a nacionalidade, o que na visão de Foucault, nos atrevemos a chamar de “panoptismo nacional”, em que por esse raciocínio, podemos entender que a fronteira também é para “vigiar e punir”, mantendo um poder sobre o conjunto, a população – nacional, regional, municipal, local -, que por vezes pode ser acionado e, por outras, não. Por esta ótica, Foucault, em “A razão do Estado”¹⁶ discute que a arte de governar é se manter como Estado, que por conseguinte, mantém a fronteira como estrutura territorial para manter a estrutura do Estado.

Vale destacar que o Estado surge a partir da formação dos Estados-nacionais, fruto do capitalismo. Nesse sentido, torna-se necessário compreender qual é o papel das fronteiras no interior do capitalismo. Adam Smith nos auxilia nesse olhar para o Estado, quando insere na discussão as “funções” do Estado (século XVIII) e que, com a mudança para o capitalismo, o Estado passa a se adequar à uma condição de capitalismo empresarial.

Para tanto, se voltarmos às abordagens iniciais desse trabalho, retomando que o espaço é fruto das relações humanas, primeiramente podemos entender que existem fronteiras naturais, mas que mesmo assim são estabelecidas de uma demarcação que não se dá somente pelos elementos físico-naturais, mas sim por acordos políticos construídos a partir de disputas territoriais de poder. Então, podemos considerar que “toda fronteira é uma construção humana e política”.

Contraditoriamente, a fronteira também pode ser vista como “espaço de encontros e desencontros, continuidade e descontinuidades” e isso implica na “construção de novas relações e na anulação do outro”! Essa visão pode ser explicitada por Turner (2004, p. 23-47), ao abordar que a fronteira criou a democracia¹⁷ e, em conseqüência, torna-se uma condição socioterritorial e sociopolítica em um determinado momento. Ideologicamente, paradoxos e contradições são deixados de

¹⁵ O exemplo utilizado por Foucault é a prisão.

¹⁶ Vale esclarecer que em “A Razão do Estado”, Foucault discute a relação de controle representada por militares e “pela polícia”.

¹⁷ Na Europa não havia democracia como prática ou expressão das relações cotidianas, foi fundada sob o peso da história.

lado no texto, quando, por exemplo, entende-se que existe uma harmonia da sociedade vigente com a sociedade indígena americana... é a questão do “mito fundador”, ou seja, cria-se um significado político-ideológico, onde a evolução e o progresso tem como destino desbravar fronteiras e civilizar o outro.

No Brasil, “Marchar para o Oeste” surge com a conotação de “fronteira móvel”, e, por outro lado, sinaliza a presença firme de gente povoadora no território do Brasil. “Para dentro”, o país começa a crescer, evidenciando a expansão da fronteira, muitas vezes sendo também intermédio entre um Brasil “cultivado” pela civilização e outro ainda bruto, o “sertão”. Nesse sentido, estender a nacionalização por meio da posse de terras de interior, sem a marca de pertencimento ao Brasil, torna-se a missão dos agentes fronteiriços. E por assim dizer, por meio do pensamento social, é “nesse ocupar de si mesmo que está o profundo sentido de construção da nacionalidade”. Assim, espalham-se fronteiras onde era sertão, relevando-se que com a substituição de um por outro é que faz o movimento coletivo gerador do ideário da nação, esclarecendo diferenças e distinguindo valores. (VIDAL e SOUZA, 1997, p. 135)

Nesse sentido, a fronteira é apresentada como transportadora de significados úteis, que aparece nos relatos e revela enorme interesse para a excursão na imaginação da nação brasileira. Essa condição de significação tem relevância nesse estudo pelas análises da reconfiguração do território e das áreas urbanizadas, de modo particular, perceber como se posiciona a especificidade nacional de Brasília como capital geopolítica e a especificidade de Dourados como cidade-pólo para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais, pois é a respeito de “seu lugar” que as pessoas se identificam, por meio de suas brasilidades.

3 – O discurso geopolítico brasileiro e a construção do espaço social pelo olhar de fronteira-sertão

Diante do modo de produção capitalista, encontramos profundas transformações na percepção e nas relações dos homens com o tempo e o espaço. Surge a noção de tempo útil, enquanto que o espaço é reestruturado pelo político (fortalecimento e centralização do Estado) e pela divisão territorial do trabalho. Quanto à sociedade burguesa, esta se organiza espacialmente sob a forma de Estados-nações, em que “o Estado capitalista funciona como nação” (POULANTZAS, 1981, p. 113). Assim, para Vesentini (1996, p. 40), “o meio (e local) pelo qual se exerce o poder, a dominação, sempre foi, nas sociedades de Estado e, especificamente, no capitalismo, o espaço”.

Mas, com a intensificação da mobilidade espacial do capital (tanto em nível internacional como pelo interior dos países), ocasionou a renovação dos espaços urbanos e do próprio território, o que coloca o setor de construções como indústria básica, à reprodução do capital. (VESENTINI, 1996, p. 40)

Nesse contexto onde as questões de poder e dominação não podem mais serem vistas como derivações da economia ou da noção tradicional do Estado, é que se coloca, a nosso ver, a valorização da construção do espaço social.

Proferindo uma rápida abordagem acerca da construção do espaço a partir do capitalismo, observa-se que esta construção do espaço social só adquire sua plena existência na segunda metade do século XX, mas, desde as origens do capitalismo, o espaço vem sendo instrumentalizado pelo capital e pelo Estado. No momento em que uma reorganização espacial em certas parcelas da sociedade se fazia necessário para a reprodução do capitalismo, a categoria espaço passa a ser reduzida a percepção de “natureza externa”. E, na arquitetura, essa condição se torna mais explícita como pode ser observada na análise de M. Foucault:

Parece-me que no final do século XVIII a arquitetura começa a se especializar [...]. Outrora, a arte de construir respondia, sobretudo a necessidade de se manifestar o poder, a divindade, a força. O

palácio, a igreja constituíam as grandes formas, as quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus [...]. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômicos-políticos [...] pouco a pouco o espaço torna-se funcional [...]. Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar [...] (1996, p. 211 a 212).

Assim, no final do século XVIII e, mais especificamente, no século XIX, várias transformações em nível espacial decorrentes do capitalismo industrial tornaram-se bastante conhecidas, como: a rápida urbanização e a formação de redes urbanas com uma complexa divisão territorial do trabalho, não somente entre a cidade e o campo, mas também entre as diversas categorias de cidades; o engendramento dos Estados-nações; as alterações na divisão internacional do trabalho surgidas como o sistema colonial do período moderno e a expansão da Revolução Industrial, além da independência política de inúmeras colônias do continente americano e a maior penetração econômica e política das potências européias na África e na Ásia, etc. (VESENTINI, 1996)

Diante dessa realidade, o papel da burguesia evidencia-se à medida que consolidava sua influência sobre o aparato dos Estados e nas formas de pensar, que legitimava o avanço da economia do capitalismo industrial, cuja palavra-chave era “progresso”¹⁸.

Para a compreensão do Estado-nação contemporâneo, Vesentini (1996) aponta como pilares deste processo:

[...] a obra de centralização político-administrativa e unificação territorial feita pelas monarquias absolutistas, a necessidade de um “fechamento” de um dado mercado “nacional” por uma certa burguesia enraizada nesse local, o peso das instituições do exercício profissional e a escola para a consolidação (e organização) dessa construção histórica. (VESENTINI, 1996, p. 48).

É, nesse sentido, que o Estado-nação foi gerado como uma obra política e, nos bastidores dessa história, as relações de poder se estabeleceram, muitas vezes (re)direcionando os acontecimentos, como podemos destacar uma das maiores reformulações urbanas da história, Paris, sob o governo de Napoleão III (Luis Bonaparte) e o prefeito, barão de Haussmann, que promoveu um “embelezamento estratégico”, para melhor controlar os movimentos populares e facilitar a repressão:

O ideal urbanístico de Haussmann eram as vistas em perspectiva através de uma série de avenidas. O que corresponde a uma tendência, que encontramos algumas vezes no século dezanove, de enobrecer necessidades técnicas ao fazer delas finalidades artísticas [...]. O verdadeiro objetivo dos trabalhos haussmanianos era assegurar a cidades contra a guerra civil. Ele pretendia impossibilitar para sempre o levantamento de barricadas em Paris. Com essa intenção, Luis Felipe introduziu a pavimentação. [...] Haussmann

¹⁸ Acerca desse assunto, Eric J. Hobsbawm, discorre em sua análise a idéia de uma burguesia *triumfante*, que promove a criação de grupos distintos, o que no século XIX se entendia por “nacionalidade”, prossequindo neste raciocínio para a formação do conceito de “nação” e, por conseguinte, para as aspirações de formas Estados-nações, tudo isso como produto da Revolução Francesa. In: HOBSEBAWN, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 22-24 e p.103.

pretendeu impedi-las de duas maneiras. A largura das avenidas tornaria impossível a edificação de barricadas, e ruas novas estabeleceriam o caminho mais curto entre os quartéis e os bairros operários. Os contemporâneos batizaram essa empreitada como: “*L’embellissement stratégique*” [...]. A subida dos alugueis nas áreas centrais empurra o proletariado para a periferia. Os bairros de Paris começam então a perder a sua fisionomia. (BENJAMIN, 1987 *apud* VESENTINI, 1996, p. 49)

Por fim, a instrumentalização do espaço, tanto em nível de Estado-nação como do urbano, coloca-se a partir do capital e também para o controle social e dominação, que foram “subentendidos” pelas formas militares de organização.

Outra questão que não pode ser desconsiderada e nem somente considerada simplesmente como uma instrumentalização do espaço pelo Estado moderno, é a geopolítica. Acerca desse tema, vale ressaltar que,

Não existe apenas uma geopolítica, aquela da razão do Estado; existem outras geopolíticas como, por exemplo, aquelas que permitem uma regionalização mais eficaz, aquelas que favorecem o desenvolvimento de certos povos no seio de Estados federativos multinacionais, aquelas que transgridem as fronteiras frente às quais ficamos muito tempo encerrados, aquelas que atribuem, ao nível local, mais poder aos camponeses, para gerir suas próprias atividades [...] (LACOSTE, 1982, p. 3-9 *apud* VESENTINI, 1996, p. 54).

Complementando esse raciocínio, SILVA (1967) em uma análise sobre a geopolítica do Brasil fez um rol de definições a partir de vários autores, dentre elas destaca:

[...] A geopolítica considera como o Estado supera as condições e as leis do espaço e faz com que estes sirvam a seus propósitos [...]. Em resumo: ‘a geografia política encara o Estado do ponto de vista do espaço; a geopolítica encara o espaço do ponto de vista do Estado’. (Otto Schäfer); ‘A geopolítica deseja fornecer elementos à ação política e quer ser um guia para a vida prática. Assim, permite a esta passar do saber ao poder.’ (Henning); ‘Geopolítica é planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos’. (Spykman); [...] e outras semelhantes. (SILVA, 1967, p. 162 a 165)

Assim, podemos pensar o espaço a partir de um Estado nacional, em suas representações, apresentadas por meio das relações de “segurança” e de (re)arranjos espaciais, evidenciando aspectos que se referem as condições de recursos, contingentes sociais, urbanos e logísticos (comunicações, transportes, etc.). No bojo dessa ação política, permeia uma nova ordem econômica e social, cuja estratégia de reordenamento espacial a partir da geopolítica, resulta em novas divisões regionais e administrativas para o país, o que permite um maior controle e maior fortalecimento.

Silva (2003), em seus estudos acerca de “Fronteira e Identidade Nacional”, resume que:

Enquanto os países europeus consolidaram Estados nacionais baseados na homogeneidade étnica e cultural dos seus integrantes, os países das América que emergiram da situação colonial se viram na contingência de forjar uma identidade singular para a sustentação ideológica da nação-Estado em formação. (SILVA, 2003, p.1).

Assim a autora procura olhar a fronteira como “fronteira móvel”, tendo como referencial o impacto do artigo de Frederick Jackson Turner na historiografia norte-americana. Apropriando-se de algumas percepções, Silva (2003) trabalha com o mito reforçador da nação no Brasil (e na Argentina) no século XIX, reconhecendo a marcha da civilização para diminuir os efeitos para a conquista dos “espaços vazios”-reconhecido nesse estudo como “sertão” – na construção da identidade nacional.

Ao discutir o papel da fronteira sob o enfoque turneriano, Silva (2003) destaca duas condições indispensáveis:

[...] a existência de recursos naturais abundantes e “apropriáveis”, enquadrados por uma legislação agrária que os tornava acessíveis a contingentes significativos de população. (SILVA, 2003, p.7).

Diante do estabelecido por Silva (2003), identificamos em nossa análise que os recursos naturais, principalmente em Dourados, eram extremamente abundantes e pela vastidão de terras do país, ainda estavam “disponíveis” para a apropriação do Estado, visto que na questão das políticas de terras do Brasil¹⁹, deparamo-nos com especuladores, investidores estrangeiros, grandes proprietários, comerciantes e militares beneficiando-se do processo de apropriação territorial em detrimento de ex-escravos, imigrantes, peões,...

Silva (2003) ainda nos auxilia, esclarecendo que:

Em diferentes momentos históricos, governos de diferentes tendências fizeram um esforço no sentido de promover o mito da epopéia dos bandeirantes (do período colonial) para resgatá-la e aproximá-la de certos episódios contemporâneos da ocupação do interior do país. Foi assim [...] no final do século XIX, começos do século XX, com a “marcha para o oeste” do primeiro governo Vargas [...]. Mas tratava-se de inculcar, através da propaganda governamental, uma visão idealizada dos processos de ocupação em curso e em épocas passadas, mas com vistas a políticos objetivos imediatos. (p. 16).

Podemos pensar, por esse olhar, que o pensamento geopolítico, tendo como “pano de fundo” a fronteira-sertão e a construção da identidade nacional, relaciona-se a uma ação estatal sobre o espaço, tal como a transferência da cidade-capital e a consolidação da cidade de Dourados como um referencial regional; promovendo a idealização de toda uma dimensão geopolítica de reordenação espacial do território nacional, e, portanto, de uma (nova) regionalização do Brasil.

4 – Marcha para o Oeste: a presença do Estado consolidando Brasília e Dourados no sertão-fronteira do Brasil

Nessa etapa da discussão, busca-se apresentar a compreensão acerca da construção de Brasília enquanto transferência da capital federal, assim como a consolidação da região da “Grande Dourados” e da cidade de Dourados como pólos concentradores de serviços e da produção agrícola e agroindustrial no sul de Mato Grosso do Sul. Subsidiando essa análise, releva-se a presença do Estado, além do avanço do pensamento promovido pela indústria e pelo capitalismo, que, associado à “Marcha para o Oeste”, viabiliza, através do Plano de Metas e da criação da Sudene, a ideologia nacional-desenvolvimentista.

¹⁹ Para maior aprofundamento, Silva (2003) sugere: Ligia Osório Silva e Maria Verônica Secreto, “Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil”, *Economia e Sociedade*, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, n. 12, junho de 1999, p. 110-141.

As reflexões sobre a implantação de Brasília serão desenvolvidas a partir das abordagens de Vesentini (1996, p. 17), em que foi adotada como premissa temporal a fundação de uma nova República em oposição ao mundo antigo, simbolizado pela Europa Ocidental da Época Moderna, sugerindo uma concepção de democracia. Contribuindo com essa discussão, Geiger (1963, p. 425) coloca que:

O desejo de interiorização da Capital do Brasil foi manifestado [...] logo no início de nossa vida independente [...]. Essa vontade tem sido interpretada como um reflexo da rejeição, por parte do povo brasileiro, de todas as reminiscências coloniais, retirando a sede do Governo de uma localização periférica em relação à configuração territorial do País [...] Esta vontade reflete, ainda, o interesse do país independente em povoar o vasto território, colocando a Capital no seu centro geográfico [...].

Para o historiador Varnhagen (1877), existia uma conveniência na mudança da capital do país para o interior e, vislumbra, teoricamente, sem conhecer *in-loco* as espacialidades a que se referia, que a nova Capital deveria estar sediada no que denominou de Planalto Central. Membro da elite intelectual do Império e diplomata brasileiro na Europa num momento de consolidação dos Estados-nações, Varnhagen sempre se preocupou com a construção da nação brasileira,

[...] com ênfase na integridade e integração do território, além de uma perspectiva que vê o Estado como único sujeito ativo, e reduz o povo a recurso que necessitava ser aprimorado, educado convenientemente para os fins estatais.

[...] Ora, pois, hoje que não somos colônia; que não necessitamos estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de termos a Capital sobre o mar não compensam a fraqueza e comprometimentos que daí podem resultar em Nação, e outras muitas vantagens que se colheriam de a transferir para o Interior [...] assentamos por princípio que a Capital do Império [...] não deve ser em porto de mar, sobretudo atualmente, em que graças à invenção dos caminhos de ferro podemos fazer em algumas horas comunicar com a beiramar qualquer ponto do sertão [...] O Rio seria uma boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a África, assim como seria a cidade de Cuiabá ou de Mato Grosso se nós quiséssemos estender para o Ocidente; ou Bagé se quiséssemos ameaçar os Estados do Sul. Mas se a nossa missão for só conservarmos integro o território que era de nossos pais e melhorá-lo quanto possível, a Capital num lugar forte e central é melhor. (VARNHAGEN, 1877, p. 10 a15 *apud* VESENTINI, 1996, p. 72 e 73).

Essa idéia de mudar para desvincular do passado a conotação de colônia fica implícita na condição de fraqueza e comprometimento na formação de uma nova Nação que, espacialmente e simbolicamente pode ser observada no urbanismo e nas edificações deste período no Rio de Janeiro²⁰ que retratam uma elite européia, conforme já apontamos anteriormente nessa análise. Por esse viés, o contorno “exterior” do país, mais especificamente o litoral, fazia parte das relações civilizatórias da sociedade européia, cuja própria capital, por exemplo, Rio de Janeiro, fora reestruturada pela Missão Francesa²¹. Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em uma cidade com estruturas européias, com a criação de parques (Jardim Botânico, Cantareira), *boulevards*, grandes avenidas, “arquiteturas” em estilos

²⁰ Naquele momento, capital do Brasil.

²¹ Grupo formado por arquitetos e urbanistas da Escola de Belas Artes de Paris que vieram para o Brasil, ainda colônia de Portugal em 1822, a convite da elite real portuguesa que, ao se instalar na colônia “necessitava” das referências européias e de “civilização”.

neoclássicos retratadas nos palácios, teatros, mansões das elites locais, entre tantas outras estruturas.

Coexistindo nesse raciocínio, encontramos o general Djalma Coelho, diretor geográfico do Exército e nomeado em 1946, presidente da Comissão de estudos para a localização da Nova Capital, apresentando que outro motivo para a interiorização da capital do país se aplica no sentido de que,

A geopolítica é uma doutrina que se aplica ao Estado considerado como organismo geográfico, ou melhor, como organismo espacial [...]. Por isso mesmo é a Geopolítica uma doutrina que pode ser aplicada ao Brasil [...]. Na América do Sul, o Brasil possui uma grande área que se pode chamar também de Terra Central, ou Herthland. Essa Terra Central que pertence integralmente ao Brasil, não está, entretanto ocupada pelos brasileiros senão em proporções insignificantes [...]. De modo que no ponto de vista da geopolítica sul-americana, sob o qual devemos encarar a segurança do Estado brasileiro, o que precisamos fazer quanto antes é realizar a ocupação da nossa Terra Central, mediante a interiorização da Capital, porque esse é o meio que todos reconhecem como o mais rápido e eficaz para se realizar aquela indispensável ocupação e o conseqüente fortalecimento econômico da Nação. (Relatório Técnico Rio de Janeiro, 1948, 1ª parte, v. I, p. 19-22 - Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital / Presidência - *apud* VESENTINI, 1996, p. 63 - *grifo nosso*).

Por meio dessa exposição, fica claro o papel político que se apresenta também como uma estratégia militar, que visa a “segurança nacional”, portanto, faz-se necessária a transferência e escolha do local da Capital, assim como as idéias progressistas que se evidenciam apoiadas no discurso nacionalista.

Outra questão apresentada na proposta integracionista era a de que o local para a construção da nova Capital seria estrategicamente relacionado às regiões do país, de modo que a proposta de mudança oportunizará o “progresso” as demais áreas do País.

Assim, se apresenta um panorama que, de um lado, temos o ponto de vista comprometido *a priori* com o Estado nacional, onde o espaço é visto como algo instrumentalizável para os desígnios da segurança do poder político; em que o “país” é entendido como território, espaço a ser convenientemente ocupado pelo Estado, que usa a população e os demais “recursos” (vias de transportes, atividades econômicas) para esse fim. De outro lado, um ponto de vista que, mesmo sem ser crítico em relação ao Estado, encarava o território como “recurso” e a população como fim, sendo o Estado visto como um órgão com funções de promover o bem comum; “daí imaginar-se a área vital do ponto de vista demográfico e da vida econômica do país como local ideal para a localização da cidade-capital”. (VESENTINI, 1996, p. 67)

Para a geopolítica, torna-se fundamental não somente a preocupação com a segurança do Estado, mas também com as relações que estejam em jogo e que são pertinentes a esse parecer. Assim, a referência à “cultura” e à “história nacional” trata-se de uma proposta de dominação, onde ocorre a apropriação do passado mítico com a concepção progressista, que culmina no significado maior que é a “construção da Nação”, adotado desde o Segundo Reinado. Nesse sentido, é fato dizer que o pensamento geopolítico nacional herdou idéias da elite intelectual do Império.

Diante deste discurso, o tema mais presente sempre foi o da “necessidade” de se interiorizar a Capital Federal. A essa idéia, vinham várias outras interligadas, num conjunto em que aparecem temas e propostas de ação, como, por exemplo:

[...] a integração mais efetiva do espaço nacional; a ocupação do interior do País mediante uma “marcha para o Oeste”; o estabelecimento de uma divisão territorial (administrativa) “mais

racional” do País; a construção de uma rede de transportes densa e eficaz para facilitar a interiorização da economia e da população; a preocupação com as fronteiras do País; e, o maior tema, que norteia e incorpora os demais, o estabelecimento de um conceito de “segurança nacional”. (VESENTINI, 1996, p. 70 – *grifo nosso*).

Um dos temas freqüentemente abordado pelo discurso geopolítico neste momento e que também envolve as preocupações com as fronteiras, com a integridade do território e com a transferência da Capital para o Interior, é a ênfase no sistema de transportes.

É nesse contexto que ocorrem a disseminação de condicionantes para a redefinição de áreas no território brasileiro, entre elas a preocupação com o povoamento efetivo das áreas do Brasil, principalmente o sertão despovoado, que para o entendimento dessa discussão, observaremos o cenário nacional e as propostas desenvolvimentistas do Estado que nos ajudarão a entender e como nos aproximar da realidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

No início do século XX, era notável a discussão sobre a construção de um Brasil Estado-nação derivado dos pensamentos até aqui expostos. Assim, nos anos 30 o governo de Getúlio Vargas propõe promover a integração do mercado nacional através da interiorização da economia. Para tanto, organizou a “Marcha para o Oeste”, que além de outras propostas, contemplou a região Centro-Oeste com dois projetos de colonização: a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na cidade de Ceres em Goiás, com uma área de 106.000 ha, divididos em lotes de 20 ou 30 ha; e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no atual Mato Grosso do Sul, com 200.000 hectares, divididos em lotes com a mesma extensão que os primeiros. Ambas atraíram trabalhadores empobrecidos da região Nordeste e do estado de Minas Gerais, ocorrendo na primeira uma ocupação desordenada, que sem contar com a assistência governamental, posteriormente entra em declínio pressionada por grandes proprietários de terra. A segunda apresentou desenvolvimento através de incentivos governamentais, criando raízes na região.

A implantação dessa Colônia permitiu uma ocupação territorial calcada, inicialmente, na pequena propriedade porque tinha como objetivo, justamente, a “nacionalização” da faixa de fronteira.

Na década de 50, dando continuidade a proposta de interiorizar a economia, é estabelecido o Plano de Metas (1956-1961) no governo Juscelino Kubitschek, determinando a implantação de importante malha rodoviária e infra-estrutura no Centro-Oeste. Segundo Guimarães e Leme (2002, p. 38),

O Plano de Metas foi um grande divisor de águas entre o processo de ocupação – tipificado pelas frentes de subsistência e as frentes de pecuária extensiva e rudimentar – e a moderna incorporação do Centro-Oeste, caracterizada pelas novas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada, assim como as frentes especulativas. O Plano foi responsável pela montagem de um novo padrão de acumulação de capitais, em cujo arcabouço articulava três grandes eixos: a) abolição dos pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais a cargo do Estado; b) ampliação e instalação das indústrias de base, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros; c) interiorização forçada da economia, através da construção da nova capital, sintetizada na proposição de JK, segundo a qual, “todos os rumos levam a Brasília”. (*grifo nosso*)

É nesse conjunto de propostas que, ao lançarmos o olhar sobre Dourados, MS, nos apoiaremos inicialmente nos estudos de Silva (2000) e Abreu (2005) para traçarmos uma trajetória sobre o desenvolvimento da cidade e a sua importância no panorama regional e brasileiro.

Assim, para a consecução e entendimento do que se propõem, Silva (2000) apresenta que inicialmente:

[...] é necessário esclarecer que as etapas da trajetória do desenvolvimento da cidade encontram-se estreitamente relacionadas à evolução da história de sua região. As modificações históricas desta última repercutem com intensidade e também mudam a cidade. Assim, as fases do desenvolvimento regional, grosso modo, coincidem com as etapas da evolução da cidade. Essa constatação evidentemente se aplica aos processos mais amplos que se manifestam em escala nacional, ou mesmo internacional, embora os intervalos temporais, neste último caso, nem sempre coincidam perfeitamente. (SILVA, 2000, p. 84).

Em síntese, para compreender os “por quês” até aqui traçados, torna-se necessária a compreensão de todo um processo em nível “macro”, ou seja, nacionalmente e geopoliticamente falando, que consistiu na reorganização espacial e política do País. De modo geral, esse processo envolve o entendimento acerca da intervenção do Estado no próprio país, a proposta da mudança da capital, ampliando suas fronteiras para o sertão até o Centro-Oeste, a região da “Grande Dourados”, e, por conseguinte à cidade de Dourados propriamente dita.

Desse modo, torna-se necessário engendrar pela evolução urbana de Dourados, enfatizando duas etapas distintas que se referem à temporalidade deste estudo, onde:

[...] a primeira que se inicia na primeira década do século XX e estendendo-se até aproximadamente 1940, correspondendo à origem e consolidação do novo núcleo urbano como pequeno centro de abastecimento local, resultado da interação das duas principais atividades econômicas regionais: o extrativismo da erva-mate e a pecuária extensiva. (SILVA, 2000, p. 84).

Já na segunda fase (1943 a 1970), sob o olhar desenvolvimentista do Estado nacional, encontramos o município de Dourados-MS, consolidando-se com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada no contexto da “Marcha para Oeste” e implantada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, fato este que passa a nortear a ocupação efetiva do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul – é a ocupação do “vazio” do sertão e das fronteiras. Finalmente, entre os anos de 1975 e 1985, a ação da monocultura da soja, introduzida pelos colonos sulistas na CAND, passou a ser fomentada pelas políticas públicas para o desenvolvimento regional que desde o contexto da ditadura – poder centralizado – objetivava desenvolver na região da Grande Dourados uma agricultura de alta produtividade, principalmente em seu município pólo - Dourados - MS. (Silva, 2000)

Mas, por quê Dourados?

Silva (2000) justifica que a questão da ocupação e controle das fronteiras nacionais, assim como o problema da presença de interesses ou populações estrangeiras nessas áreas de fronteira fez com que:

... a porção meridional do Mato Grosso do Sul, sob a notória influência da Cia. Matte Laranjeira, grande empresa controlada por capitais internacionais e que promovia quase exclusivamente a utilização de mão-de-obra estrangeira (constituída, em sua maior parte, de paraguaios responsáveis pela operacionalização da produção e, em menor proporção, de argentinos encarregados da parte administrativa), tornou-se um dos alvos privilegiados das intervenções desencadeadas pelo Estado Novo nesse período. (SILVA, 2000, p. 107).

Assim, seguindo as concepções norteadoras de integração e segurança Nacional do Estado, a necessidade de controlar e povoar não somente o sertão “para dentro”, mas também a condição de “sertão-fronteira”, Dourados e região foi “integrada” nos planos de desenvolvimento nacional, ou seja, com a ocupação desta área por brasileiros que possuíam costumes efetivamente “do Brasil”, e não decorrentes de outras interferências sócio-culturais, a saber:

Para o Estado Novo, a existência da Companhia controlando largas extensões das melhores terras do Estado, funcionava como uma barreira que se opunha ao prosseguimento da “marcha” que garantiria a ocupação daquela região de fronteira por brasileiros natos. Ao mesmo tempo, a Companhia, ao fomentar a ocupação da região por um contingente demográfico estrangeiro responsável pela rápida disseminação de costumes estranhos e sobretudo de uma língua alienígena (o guarani), além de promover a larga circulação de moedas estrangeiras (a libra esterlina e o peso argentino) em território nacional, funcionava como um perigoso vetor de desnacionalização da fronteira. Nessas condições, era urgente desencadear no sul do atual Mato Grosso do Sul um processo de nacionalização da fronteira, através da remoção do obstáculo representado pela companhia estrangeira e a posterior promoção da ocupação da referida área com população e costumes genuinamente nacionais. (SILVA, 2000, p.107 a 108).

Desse modo, o Estado Novo criou um projeto de colonização pública, a CAND²², que se tornou o principal instrumento utilizado para a implementação da “Marcha para o Oeste” e que respondia a preocupações essenciais, como:

[...] a ocupação dos espaços vazios; o combate ao coronelismo e à sua base de sustentação, o latifúndio, através da promoção da pequena propriedade familiar dos colonos; a garantia de abastecimento alimentar em um contexto de conflito mundial de duração e conseqüências incertas para o País; o redirecionamento das correntes migratórias internas descortinando uma nova rota de migração em direção ao Oeste, estabelecendo assim uma alternativa ao fluxo migratório majoritário em direção ao Sudeste industrializado; e finalmente o esvaziamento de tensões sociais e dos conflitos pela terra em regiões problema, como o Nordeste, através da transferência de contingentes demográficos dessas regiões para o Oeste. (SILVA, 2000, p. 107).

Diante do exposto, a proposta de unificação e de um “Brasil – nação para todos”, ao menos na questão discursiva, foi abordada como um dos subsídios para a (re)estruturação da região fronteira de Dourados, onde a própria proposta da CAND vinha de encontro à uma realidade econômica e regional ligada ao latifúndio, que se resumia na extração ervateira e na pecuária extensiva. A esse panorama, soma-se o fator mais importante da política nacional vigente que condicionou na interiorização de Brasília e no programas governamentais de intervenção aqui na região, a ocupação dos espaços pouco povoados do Brasil e, nessa linha de raciocínio somava-se a de potencializar estas áreas de modo a auxiliar na economia nacional.

Apesar do baixo nível do sistema produtivo adotado, a CAND foi sem dúvida a iniciativa estatal desencadeada pelo Estado Novo que maior impacto e mais repercussão produziu na trajetória do desenvolvimento de Dourados e de sua região. Em função da colônia,

²² A Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi criada pelo Decreto-lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943.

o município de Dourados transformou-se, ao longo dos anos 50, de insignificante centro de pecuária tradicional e extração ervateira, em principal pólo de produção agrícola do Estado. Nesse período, verificou-se uma verdadeira metamorfose na base da produção da agropecuária municipal [...]. (SILVA, 2000, p. 109).

Vale ressaltar aqui que, diante dos incentivos e do desenvolvimento de Dourados, a cidade se tornou um pólo de produção agrícola do Estado. Nesse contexto, consolida-se no “sertão matogrossense²³” uma rede urbana regional e bem estruturada.

Assim, a Região da Grande Dourados nasceu, oficialmente, como uma “área-programa²⁴”, cuja preocupação estava relacionada à integridade do território brasileiro, e, nesse sentido, ampliava-se a rede transportes e comunicações:

[...] Porque o problema primordial das nações ocupantes de espaços desérticos é povoá-los, não transitória e precariamente, mas de modo estável e duradouro. Para fixar a população junto ao solo cumpre possuir rede de comunicações abundantes, para que se dê a exploração econômica efetiva. A mudança da Capital não é, portanto, um ato isolado, como que solto ao ar. Cumpre acompanhá-lo de uma política territorial bem estruturada [...]. (BACKEUSER, 1947, p. 1033 a 1034 *apud* VESENTINI, 1996, p. 77 – *Grifo nosso*).

Na justificativa da SUDECO²⁵, a região da Grande Dourados se tratava de uma área com elevada produtividade e que se encontrava sob o impacto direto da influência do Estado de São Paulo, em virtude das inter-relações comerciais com as áreas de mercado do Centro-Sul. A idéia era fomentar a infra-estrutura necessária para potencializar “vantagens comparativas” já estabelecidas, quais sejam: a fertilidade dos solos e a produção agrícola. Assim,

As metas e objetivos do PRODEGRAN²⁶ eram fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, apareceriam algumas proposições como: incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate à erosão urbana e intensificar a infra-estrutura capaz de potencializar essas realizações. Além dessas, havia também discursos acerca de “equipamentos sociais”; uma perspectiva que se perde no decorrer da programação efetivamente elaborada e realizada.

²³ Até esse período, o Mato Grosso do Sul fazia parte do antigo Mato Grosso. Em 1977 foi promulgada a lei de dividiu administrativamente o Estado de Mato Grosso em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

²⁴ Área-programa é no contexto do planejamento desenvolvimentista uma região a ser potencializada de acordo com suas vantagens comparativas e que tem como pólo uma cidade a ser promovida, no sentido de irradiar o desenvolvimento, podendo ser uma já existente e que “naturalmente” atua como pólo ou até ser planejada e construída, como ocorreu no Polamazônia, por exemplo. Ver. Abreu (2001); Souza (2002). In: ABREU (2005). *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, p. 161.

²⁵ Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, é um órgão brasileiro que foi criada por meio da lei nº 5.365, de 1 de dezembro de 1967, com o objetivo de promover a expansão da região Centro-Oeste.

²⁶ PRODEGRAN- Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados, criado em 7 de abril de 1976. Relatório do SEPLAN/IPEA. Desempenho do PRODEGRAN (Relatório até junho de 1977). Brasília, ago./1977.

A SUDECO organizou os subprogramas de armazenamento, energia elétrica (rural), transportes (estradas vicinais), controle de erosão urbana, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, elaboração de planos urbanos de uso do solo e instalação da Bolsa de Cereais de Dourados (ABREU, 2005, p. 161).

Cumprindo com as propostas desenvolvimentistas de transporte, comunicação e infra-estrutura, o planejamento criou uma 'região', cujo papel da Grande Dourados era o de 'Celeiro agrícola do País'. Assim, o município de Dourados e sua região de abrangência consolidam-se como uma área-programa, que passou a atrair imigrantes, capital comercial, capital agro-industrial e o capital financeiro. Para Abreu (2005), esses fatores contribuíram também "para justificar, do ponto de vista do planejamento, a divisão político-administrativa do Mato Grosso, como uma política regional de desenvolvimento". Ainda para a autora, é nesse sentido que o planejamento "cria uma região".

Já Brasília, capital do país, atualmente é uma cidade com escassas atividades produtivas. Vesentini (1996, p. 141) apresenta que "Brasília vive de sua 'função político-administrativa': o país todo lhe 'paga' os serviços como o capital Federal".

Por outro lado, Dourados se dinamiza por intermédio do setor produtivo agrícola, da prestação de serviços e do comércio, adentrando no patamar do desenvolvimento. Para Silva (2000, p. 112), esse processo de dinamização, desencadeado pela CAND, foi um dos fatores decisivos para a ampliação e conformação da atual rede urbana regional, ao dar origem, durante a década 50, a diversos povoados e vilas que posteriormente foram transformados em cidades. Ressalta-se que o surgimento desses centros forneceu importante contribuição para a densificação de relações que possibilitaram a promoção de Dourados à condição de centro de uma hierarquia urbana mais bem estruturada.

5 – Considerações Finais

O desafio que nos permitiu chegar até aqui, teve como proposta, inicialmente, traçar, a partir da temática "fronteiras para dentro" e "sertão", uma análise sobre a criação e a consolidação de duas cidades do centro-oeste do país, Brasília e Dourados, no MS.

Na busca de referenciais para a construção desse diálogo, em meio a leituras, estudos e idéias, a palavra *brasilidade* surgiu como "uma luz no fim do túnel"... uma pequenina e fraca luz, muito distante, mas... perceptível. Assim, num labirinto de idéias e caminhos que necessitavam serem traçados, buscar um significado para o termo *brasilidade* na construção de fronteira-sertão passou a ser uma hipótese, que a princípio, norteou o olhar, o entender e o perceber o que poderia ser construído a partir de então.

Brasilidade...brasilidades... o primeiro passo foi perceber que no país que vivemos, na diversidade social, econômica, cultural e territorial, não existe uma brasilidade a se construir, mas várias...portanto, esse passou a ser o desafio, de construir brasilidades, para entender o objetivo real deste trabalho.

O primeiro olhar foi para perceber e entender o sertão e a as fronteiras, não somente pragmatizá-los a partir de conceitos diversos, mas construir referenciais que permitissem olhar para um sertão que se apresenta não somente nos conceitos expostos a "olho nú", mas o sertão de várias brasilidades e significados... o sertão que outrora era vazio e desinteressante, que significava atraso e "fora de lugar", e, numa mutação de interesses, se torna o "sertão do poder"...

... o mesmo procede com a fronteira... fronteira do desconhecido, do outro, da distancia, da estranheza...e, que pelo mesmo processo de interferência do sertão, torna-se a fronteira de aproximação, de divulgação, de significados!

O espaço?! Brasilidade (re)construída.... pois não tem como construir algo que já existe, mas reconstruí-lo a partir de olhares e sujeitos que lutaram na sua transformação... ora, inicialmente, os nossos “objetos” – espaços – faziam parte do sertão e fronteiras que retratavam o atraso de um Brasil que buscava renovação... contrariando o que foi exposto, numa inversão de jogo, o que outrora era atraso, foi visto como sinônimo de progresso e desenvolvimento... era a renovação que o País buscava...

...no entanto, como caminhar? ... no estudo do espaço pela visão política que o Estado vai se estruturar... portanto, a geopolítica será a grande estratégia e resposta para o desafio da renovação.... renovação do Estado na construção de uma nova Nação, portanto, também um Estado Novo, que no auge da sua mocidade, busca forças e não mede esforços para o bem da nação... integração e desenvolvimento a partir das idéias progressistas e capitalistas será a ideologia do momento, e quem vai deter do poder de executar esses planos... o Estado!

Assim, os caminhos foram traçados e os olhares caminharam no sentido de perceber e entender o sertão e as fronteiras “para dentro”, cujo poder maior que se tornava como ponto-chave de toda esta estratégia, era o Estado. Por esse viés, foi construída toda a Marcha para o Oeste, cujos focos a serem observados nesse estudo a que nos propusemos, era a Capital do país – Brasília, na categoria de cidade político-administrativa - e a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, na categoria de “capital do agronegócio”.

Assim, o desafio se concretizou em dois objetos de análise, Brasília e Dourados, que foram delineados a partir dos sujeitos e/ou significantes que, de algum modo, colaboraram ou interferiram para a consolidação desses espaços, ora sociais, ora físicos, ora culturais, ora espaços de representação e de valores.

Diante do exposto, considera-se que, enquanto Brasília foi criada como uma cidade planejada, numa negação de referências históricas na busca do “novo” como referencial de uma nação que estava se estruturando. Por outro lado, Dourados surge alienada aos princípios de modernidade, num sertão-fronteira despovoado, estabelecendo-se enquanto núcleo urbano a partir da historicidade absorvida da colônia, miscigenada as referências socioculturais e econômicas.

Por fim, entendemos no processo de sertão - fronteiras para dentro que Brasília foi o marco de ocupação do sertão como representação do poder estatal, retratando todas as condições que significavam a integração nacional, o desenvolvimento e a modernidade. Observa-se que Brasília foi uma proposta feita na juventude, sem pensar nas conseqüências que o tempo e a consolidação das estruturas sócio-econômicas, culturais e urbanas pudessem trazer. Apesar de não ser o objeto de estudo desse trabalho, vale apontar que, como Brasília foi pensada sem história, ou seja, com uma história a se construir, os problemas surgiram (e ainda surgem), como é o caso da demanda populacional que ocasionou o surgimento das cidades-satélites, além de várias outras conseqüências, como empregos, as dificuldades de circulação, produção econômica da cidade, entre outras.

Por outro lado, Dourados também fazia parte deste contexto de sertão e fronteira, foi ocupada para se evitar a diversidade sociocultural que se instalava, principalmente após a Guerra do Paraguai. É inegável que, com a Marcha para o Oeste, essa condição de diversidade étnica e cultural local tenha se intensificado, se colocando muito mais representativa que a condição econômica. Nesse sentido, alvo de planos e metas do Estado, Dourados foi crescendo em cada momento, até tornar-se uma cidade significativa na região. Por fim, Dourados também possui seus “ajustes”, mas tem a possibilidade de se desenvolver a mercê do tempo, porque a sua história está sendo construída, e não foi negada. Se estabelece como uma cidade-média, que possui uma importância regional como prestadora de serviços diversos, hoje ampliados na área da saúde, educação e um comércio que está em desenvolvimento. Portanto, a cidade está acompanhando as mudanças e está respondendo-as, adequando as suas potencialidades e construindo outras, pois ainda

tem uma relação de produção, notadamente no setor agrícola globalizado, com ampla presença no seu cotidiano.

Assim, construir brasilidades a partir desse estudo foi e é o desafio de olhar, entender e perceber o que é o sertão e as fronteiras hoje. Como foram construídos e o que estes envolvem, significam ou representam na atualidade, no nosso cotidiano, na nossa vida diária... é a reflexão que aqui se pretendeu construir, e por fim, como olhar, entender e perceber “para dentro” estas redefinições espaciais, mesmo que sejam com olhares diferentes do que se estabeleceu.

Bibliografia

ABREU, Silvana. “Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des)construção de uma região”. Anais **do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de Universidade de São Paulo, 2005, p. 159-180.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso**. Tese de Doutorado. São Paulo: FELCH-USP, 2000, p. 29, 30.

CHAUI, Marilena S. **Seminários sobre o nacional e o popular na cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir – nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 29. ed., Petrópolis: Vozes, 2004, p. 161-187.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso**. Tese de Doutorado. São Paulo: FELCH-USP, 2000, p. 26, 27.

GEIGER, Pedro P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro, INEP, 1963.

HOBSBAWN, Eric J. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARTIM, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1994, p. 35-59.

MINTER/SUDECO - **Programa Especial da Região da Grande Dourados**. Brasília, julho, 1976. Disponível em: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD. Centro de Documentação Regional. Acervo. Dourados, MS.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 143-185. (Série Temas, volume 29 – geografia e política)

SILVA, Golbery de Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

SILVA, Ligia Maria Osório. “Fronteira e Identidade Nacional”. In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferencia Internacional de História de Empresas**, 2003, Caxambu, MG. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferencia Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG: ABPHE, 2003.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Os Novos Rumos da Política Habitacional e o Processo de urbanização de Dourados**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Profª.Drª.Claudette Barriguella Junqueira, São Paulo, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: **Geografia: Conceitos e temas**. Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. 10 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

TURNER, Frederick Jackson. **Oeste Americano – quarto ensaios de história dos Estados Unidos da América.** Paulo Knauss (org). Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: EdUFF, 2004, p. 23-54.

VESENTINI, José Wiliam. **A capital da geopolítica.** 4 ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996.

VIDAL e SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro.** Goiânia: Ed. da UFG, 1997, p. 131-153.

A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI E SEUS DESDOBRAMENTOS: O CASO DA COLÔNIA NUEVA ESPERANZA EM YBY YAÚ/ CONCEPCIÓN

Karoline Batista Gonçalves

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD
Participante do Grupo de Discussões *Outrosnós*
estiloartesc@hotmail.com

Resumo

Este artigo trata-se de analisar a migração de brasileiros para o Paraguai que registrou as primeiras trajetórias a partir de 1960, onde muitos cruzaram a fronteira Brasil-Paraguai como desdobramento dos processos de mecanização agrícola, projetos de infraestrutura no Brasil e a expansão da fronteira agrícola em ambos os países. Como resultado dessas inúmeras trajetórias pode-se identificar a Colônia *Nueva Esperanza* localizada em Yby Yaú, no Departamento de Concepción, formada em sua maioria por brasileiros. Assim, no presente trabalho nossas preocupações e atenções se redobram em relação à migração de brasileiros para o Paraguai, a afirmação ou negação identitária, bem como esses construíram uma “nova” identidade que não é nem *totalmente* brasileira nem *totalmente* paraguaia, e sim de migrante brasileiro no Paraguai e por fim, analisar as relações estabelecidas pelos migrantes tanto de forma interna como externa, que só é possível identificar no contato com os próprios brasileiros evidenciando quais os desdobramentos que esse fenômeno acarreta e/ou acarretou ao Paraguai.

Palavras – Chave: Migração, Território, Identidade.

Abstract

This article comes to analyzing the migration of Brazilians to Paraguay which recorded the first trajectories from 1960, where many have crossed the border between Brazil and Paraguay as unfolding processes of agricultural mechanization, infrastructure projects in Brazil and the expansion of the agricultural frontier in both countries. As a result of these numerous paths can identify the Colonia Nueva Esperanza located in Yby Yaú, the Department of Concepción, formed mostly by Brazilians. Thus, in the present work and our attention was redoubled concerns regarding the migration of Brazilians to Paraguay, the affirmation or denial of identity, as well as those built a "new" identity that is neither totally Brazilian or Paraguayan totally, but migrant Brazil Paraguay and finally analyze the relationships established by migrants from both internal and external form, which is only possible to identify in contact with Brazilians themselves showing what the ramifications that this phenomenon entails and / or led to Paraguay.

Keywords: Migration, Territory, Identity.

1 – Introdução

As primeiras trajetórias migratórias de brasileiros para o Paraguai iniciaram-se em meados de 1954, fato que coincidiu com o começo de um novo governo ocupado pelo general Alfredo Stroessner²⁷, que ao assumir o poder teve como prioridade

²⁷ De acordo com (NICKSON, 2010, p.265) “Alfredo Stroessner Matiuda nació el 3 de noviembre de 1912 en Encarnación, hijo de un inmigrante alemán, Hugo Stroessner, y la paraguaya Heriberta Matiauda, gobernó el Paraguay desde el 15 de agosto de 1954 hasta el 3

conseguir o apoio do Partido Colorado e das Forças Armadas visando sua sustentação política.

Após ajeitar a casa o General Stroessner como era conhecido começou a colocar em prática um plano de modernização econômico denominado "Plano de Crescimento para Fora", que visava aumentar a presença paraguaia no mercado externo, exportando o que até ali o Paraguai produzia como a pecuária, a erva-mate, algodão e a madeira.

Entretanto, para colocar em prática seus planos destinados à economia o governo Stroessner escolheu a Região Oriental, mais precisamente o Alto do Paraná para receber os primeiros investimentos, com o intuito de desenvolver a agricultura, devido fato, de ser uma divisão administrativa composta por distritos, no qual Cidade do Leste é a capital, bem como pela região ser próxima ao porto marítimo do Paraná, o que permitiu que a madeira extraída ali pudesse ser comercializada nos estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Assim, o General Stroessner assume o poder apostando na permanência de um modelo de sociedade rural, e para alcançar esse objetivo, a partir de 1960 o mesmo decide confiar às colonizadoras brasileiras, norte-americanas e japonesas a tarefa de organizar o processo de colonização, dando origem a "*Marcha al Leste*" cujo objetivo consistia em fazer um reordenamento territorial que materializasse os ideais de progresso e modernização capitalista de ambos os agentes.

Há que se destacar que, tal empreendimento ocorreu à custa da desarticulação da territorialização preexistente nesses espaços, não necessariamente vazios. Nos dois lados da fronteira, um grande contingente de brasileiros e paraguaios foi desmobilizado e outro utilizado como mão de obra nesse projeto de ocupação.²⁸

Os colonizadores distribuíram as terras em sua maioria entre os líderes do Partido Colorado e as Forças Armadas, que por sua vez renunciaram a sua missão institucional, ou seja, o controle das fronteiras do país para participar da venda e colonização das terras, resultando na expulsão dos camponeses paraguaios que eram "indolentes para o pesado serviço de derrubar mato"²⁹, ou seja, estes não possuíam o mesmo sentimento em relação à terra que o colono brasileiro devido a sua cultura, eles apenas chegavam e ocupavam a terra sem se preocupar com registros e escrituras, fato que contribuiu para expulsão desses camponeses.

Dessa maneira fica evidente que a *Marcha al Leste* visava ocupar a fronteira leste do país, tanto que nesse período o governo Stroessner criou o Instituto Bienestar Rural (IBR)³⁰, que tinha o intuito de retirar tanto os agricultores pobres, como os ocupantes de terras alheias da Zona Central, e assentá-los em novas colônias agrícolas ao norte e ao leste do país.

Percebe-se que grande parte dos camponeses paraguaios que foram levados pelas colonizadoras à região norte do país não tiveram muito êxito na produção, e não conseguiram contribuir para o desenvolvimento esperado pelo General Stroessner, assim nesse mesmo período foi modificado o Estatuto Agrário de 1940³¹ permitindo a

de febrero de 1989. También conocido como "El Rubio" fue el jefe de Estado que más tiempo gobernó en la historia de Latinoamérica.

²⁸ BÁRBARA, Marcelo Santa. Brasiguaios: territórios e jogos de identidade. IN: PÓVOA NETO, Helion & FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 335.

²⁹ WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. 1º Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

³⁰ A partir do ano de 2004, o Instituto de Bienestar Rural- IBR foi substituído pelo INDERT (Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra), por meio do meio da LEY 2.419 de 2004.

³¹ Em comunhão com RIQUELME (2005) o Estatuto Agrário ou Lei de Reforma Agrária do Paraguai não existia até 1936. A Constituição Nacional do país não mencionava artigos diretamente ligados a questão do acesso a terra e ao seu uso racional e equitativo. Assim em 1940 foi criado a Lei de Reforma Agrária, que modificada em 1963 e por último em 2003, estabelece em seus artigos como se deve utilizar a terra das propriedades rurais

partir de então a venda de terras a estrangeiros, fato esse que abriu o caminho para a venda de terras férteis do país aos brasileiros e corporações transnacionais.

Com a retirada dos camponeses paraguaios e pela proximidade geográfica e vínculos econômicos existentes entre Paraguai e o Brasil, foi deste que saiu a maior parte dos colonos para habitar e desenvolver a agricultura paraguaia, até pelo fato de que o Paraguai nunca desenvolveu uma política voltada a beneficiar seus camponeses, como também políticas públicas destinadas aos seus habitantes, o que abria as portas para grupos estrangeiros.

Os primeiros brasileiros a chegarem ao Paraguai foram atraídos pelas amplas extensões de terras virgens, assim em concordância com Wagner (1990) podemos salientar que foram os moradores das regiões Norte e Nordeste do Brasil por serem desprovidos de posse, e naquele momento os paraguaios necessitavam de mão de obra para derrubarem as matas e prepararem a terra:

Estos “*negros*”, tal como los llama, son actores tradicionales de los frentes pioneros del *sudeste* brasileiro esencialmente. En su gran mayoría mestizos (caboclos) y originarios del *nordeste* del Brasil, desmontadores que han recorrido de Norte a Sur los estados de San Pablo y de Paraná siendo expulsados poco a poco por la especulación de un contingente pionero para el cual preparaban el terreno. Los que encontramos son originarios de los estados de Pernambuco, de Paraíba y sobre todo del sudeste de Bahía y del noreste de Minas Gerais (este último no está administrativamente incluido en el nordeste a pesar de que se asimila con éste en diferentes aspectos). Su papel estaba entonces claramente definido, se encargaban de preparar las tierras forestales para el cultivo. (SOUCHAUD, 2007, p. 121).

Sendo assim, percebe-se que os migrantes nordestinos foram os pioneiros a chegarem ao Paraguai, cujo intuito era trabalhar no papel de agregado dos colonizadores, entretanto, é importante salientar que eles também levavam consigo a esperança de ganhar dinheiro o suficiente para comprar terras. De acordo com Wagner (1990) levantamentos feitos por religiosos, na época, demonstraram que de cada cem brasileiros que entravam no território paraguaio, cerca de setenta e cinco eram provenientes do norte ou nordeste brasileiro.

No Paraguai os nordestinos começaram seus trabalhos derrubando matas, e vendendo a madeira para garantir seu sustento, por um preço muito baixo aos proprietários das terras, que negociavam com comerciantes da fronteira cujo objetivo muitas vezes era contrabandear a mesma para o Brasil³². Algumas estimativas³³ apontam que esses migrantes por mais de oito anos viveram com certa tranquilidade, pois conseguiam o necessário para garantir o seu sustento e o de sua família. Entretanto, com o passar dos anos a calma começou a ficar comprometida:

A pesar de estar con contrato de arrendamiento o de *aparcería*, eran expulsos por diversos procedimientos (fin del contrato, especulación o a veces expulsión violenta) una vez que habían quemado el bosque y realizado algunas plantaciones en suelos vírgenes. El contrato podía prever de ante mano que las tierras se repartirían poco a poco entre la agricultura de autoconsumo en los rosados y la agricultura comercial (menta y café, en los primeros años) o ganadería. Año tras años progresaba, por la lenta intervención de estos desmontadores, una agricultura casi exclusivamente manual que mientras los

conscientizando os proprietários que medidas serão impostas contra aqueles que não obedecerem ao presente estatuto.

³² Consultar Sprandel (1998).

³³ Consultar Wagner (1990, p. 16).

desmontadores prendían fuego al bosque que avanzada del frente también limpiaban las tierras recientemente integradas a la superficie agrícola. (SOUCHAUD, 2007, p. 121).

Os “desmontadores” como eram conhecidos os nordestinos tinham a função de preparar a terra, e por muitos anos eram os únicos que contribuíam para o desenvolvimento da agricultura, até que por volta de 1960 o governo Stroessner alterou sua política, ou seja, optou por implantar a produção mecanizada na agricultura, pois como a terra já estava desmatada, organizada e pronta para o cultivo, e com isso a mesma adquirira grande valor, e como os migrantes nordestinos não estavam aptos a trabalhar no desenvolvimento de uma agricultura mecanizada e nem possuíam capital para adquirir terras, o interesse pelos mesmos foi posto de lado.

Todavia, de acordo com Wagner (1990) por mais de oito anos esses migrantes pioneiros, ou seja, os nordestinos viveram em relativa paz, entretanto no final da década de 1960 o governo Stroessner mudou sua política, isso devido fato de que grandes partes das terras estavam desmatadas apresentando apenas pequenos tocos das árvores que haviam sido derrubadas, o que agregou um grande valor as terras, pois bastava arrancar os tocos, e ela já estaria pronta para o cultivo mecanizado que era o principal objetivo do General Stroessner. Entretanto, quando a terra já estava preparada o General Stroessner percebeu que os migrantes nordestinos não sabiam trabalhar com a agricultura mecanizada, o que atrapalharia seus projetos de desenvolvimento, assim o mesmo decidiu mudar sua estratégia, pois:

En la inmigración, hay que preferir siempre la calidad a la cantidad, y proteger eficazmente la corriente sana y útil de poblaciones laboriosas... necesitamos extranjeros inteligentes y laboriosos que enseñen a nuestros campesinos el hábito del trabajo y del ahorro...A fin de prevenir resultados negativos que podrían aparecer en el futuro, es menester buscar en la inmigración seleccionada, los hombres capacitados que por su moral y energía puedan convertirse en elementos estables y útiles. (SOUCHAUD, 2007, p.76).

Portanto, como os migrantes nordestinos apenas contribuíam para a preparação da terra e não estavam aptos a trabalharem com a mecanização agrícola, outro esquema fora traçado com o intuito de atrair para o Paraguai os camponeses sulistas. Para atraí-los foi montada uma propaganda utilizando o seguinte *slogan* “Com a venda de um hectare no Brasil é possível comprar mais de cinco lá no Paraguai”³⁴.

Com todos os benefícios proposto pelo General Stroessner visando atrair os migrantes sulistas, para trabalharem na agricultura mecanizada, o Paraguai se tornou um berço de oportunidade para esses migrantes, que se comparado aos nordestinos levam vantagem por sua superioridade numérica.

De acordo com Wagner (1990) diariamente dezenas de famílias do sul do Brasil atravessavam a aduana paraguaia na divisa de Foz do Iguaçu no Paraná, em um trânsito contínuo e desordenado, e levavam consigo máquinas, animais e ferramentas, e algumas rádios do interior do Brasil principalmente as gaúchas, divulgavam notícias de colonos que alardeavam terem ficado ricos no país vizinho:

Os pequenos médios agricultores e empresários agrícolas oriundos do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são indiscutivelmente de origem europeia. Estes grupos, que trouxeram capital e implementos agrícolas foram muito privilegiados pelo regime Stroessner e conseguiram ascender socialmente muito rapidamente dentro da estrutura de classe. (RIQUELME, 2005, p.62).

³⁴ Consultar Wagner 1990.

Com tantas promessas e propagandas feitas, muitos migrantes sulistas decidiram migrar para o país vizinho com o objetivo de conseguirem terras para produzirem e deixar aos seus filhos já que muitos desses habitavam no Brasil poucos hectares de terras, e muitas vezes improdutivas, e não viam nas mesmas perspectivas de crescimento, dessa forma migrar para o Paraguai tornou-se uma chance única.

De acordo com Souchaud (2007) a maioria dos migrantes sulistas era de origem alemã, italiana ou eslava e se distinguiam de forma notável dos migrantes nordestinos tanto culturalmente quanto nas condições sócio-econômica. Além disso, esses migrantes sulistas chegando ao Paraguai não deixaram de seguir suas estruturas de produção, bem como também mantiveram sua forma de comercialização e o estilo de vida modificando radicalmente a paisagem.

Parte dos migrantes sulistas que chegaram ao Paraguai se organizavam em comunidades que na maioria das vezes estava ligada a um representante religioso ou a um líder de uma associação, que se encarregavam de cuidar e prestar assistência aos mesmos, pois, esses migrantes foram para o país vizinho sem nenhum plano de colonização bem definido e sem uma garantia de que conseguiriam reconstruir suas vidas no Paraguai:

A partir del fin de los años sesenta y el comienzo de los setenta, los colonos se lanzan a la conquista. La parte de la colonización espontánea es difícil de determinar, aunque parece que la asistencia técnica, pública o privada, a los colonos ha sido limitada. Las comunidades se organizan a veces alrededor de un representante religioso, asociación que contribuirá a la ruptura del aislamiento y a limitar la vulnerabilidad de los colonos. (SOUCHAUD, 2005, p. 24).

Dessa forma, observa-se que esses migrantes tiveram o apoio de religiosos e associações de pequenos agricultores o que contribuiu para que os mesmos pudessem se organizar em território paraguaio, pois ao chegarem ao país as dificuldades e desafios eram muito grandes e com o auxílio dessas pessoas os mesmos conseguiriam aos poucos se adaptarem e construir uma nova vida no país vizinho.

É importante frisar o fato de que esses migrantes ao chegarem a terras paraguaias de forma ágil conseguiram modificar as práticas agrícolas importadas da Europa e adaptá-las ao clima tropical, mostrando assim uma grande capacidade de adaptação e inovação. Mas há que se apontar que os mesmos tiveram uma vantagem se comparado aos nordestinos, pois eles migraram para o Paraguai, mas não foram totalmente desprovidos:

A diferencia de los *Nordestinos*, atravesaron la frontera con un capital, a veces pequeño, pero suficiente para la adquisición de tierra en Paraguay, entonces aproximadamente diez veces más barata. Las magras economías provenientes de un paciente ahorro, fruto de la venta de una parcela o de algunos bienes mobiliarios, no habrían bastado para acceder a la propiedad inmobiliaria en el Brasil meridional, mientras Paraguay les ofrecía amplias perspectivas. Este acceso rápido a la propiedad de la tierra les permite instalar, en la región Oriental, un tipo de organización espacial en pleno desarrollo en el sur del Brasil, basado en un monocultivo intensivo fuertemente integrado al mercado agro-industrial internacional. (SOUCHAUD, 2007, p. 122).

Contudo, nota-se que os migrantes brasileiros sulistas tiveram uma trajetória migratória que lhe proporcionaram perspectivas diferentes se comparadas aos migrantes nordestinos. E foram justamente as condições de migração que permitiram que os mesmos se instalassem no Paraguai, e em muitas vezes formassem pequenas comunidades ou colônias que “se converteram em um ponto de atração para a

aceleração da migração brasileira para o Paraguai³⁵, pois a venda de suas terras no Brasil permitiu aos mesmos chegarem ao Paraguai com um capital líquido considerável, ou seja, o suficiente para comprar certa quantidade de terras, assim como os equipamentos necessários para a produção mecanizada.

No entanto, ao analisarmos a migração de brasileiros para o Paraguai evidenciamos que o mesmo se converteu em um país de oportunidades, isso pelo fato, de grande parte dos migrantes optarem em ir para o país vizinho em busca do sonho de ascensão financeira, pois o dinheiro que eles conseguiram com a venda de suas terras aqui no Brasil, o que lhes garantiria a reconstrução de suas vidas em terras paraguaias. Dessa forma, as margens fronteiriças ricas e férteis do Paraguai acabaram ficando a disposição do dinamismo dos colonos brasileiros:

En una decena de años (en las postrimerías de los años 60) el ritmo de las transacciones de tierras se dispara y se establecen nuevas reglas del juego. Los brasileños se constituyen poco a poco en la mayoría de los propietarios de la región y sus ambiciones difieren de las de sus predecesores. Éstos quieren desmontar, abrir caminos, plantar cafetales. En suma, como pioneros van a ocupar, rentabilizar y poblar la región fronteriza. Allí tampoco el espacio estaba reservado solamente a colonos brasileños sino que fueron precedidos por especuladores extranjeros y también por el Estado paraguayo que favorecería el movimiento Oeste-Leste. (SOUCHAUD, 2007, p.96).

É importante salientar que parte dos migrantes sulistas que foram para o Paraguai se instalaram na Região Oriental do país se constituindo pouco a pouco na maioria dos proprietários da região, isso pelo fato de os mesmos ao se instalarem em território paraguaio passaram a se dedicar a plantação de café, ou seja, formar os cafezais além de ocuparem e rentabilizarem as regiões fronteiriças, pois à medida que passaram a necessitar de instrumentos de trabalho, objetos e alimentos para sua sobrevivência recorriam a região de fronteira.

Em suma, percebe-se que a trajetória migratória dos sulistas foi bem sucedida se comparada a dos migrantes nordestinos, além disso, os mesmos se organizaram em pequenas comunidades ou colônias, aqui podemos destacar a região Norte da parte Oriental, mais precisamente a cidade de Yby Yaú em Concepción, onde se localiza a Colônia *Nueva Esperanza* formada em sua maioria por migrantes sulistas, que em grande parte deixaram o Oeste do Paraná, e decidiram ir em busca de melhores oportunidades no país vizinho, o que será objeto de nossa investigação.

2 – A Formação da Colônia *Nueva Esperanza*

A chegada dos primeiros migrantes brasileiros a região que posteriormente veio a ser Yby Yaú no Departamento de Concepción/ Paraguai, onde se localiza a Colônia *Nueva Esperanza*, iniciou-se em meados de 1966 no qual, atraídos pelo baixo preço das terras paraguaias, e com o sonho de mudarem suas vidas, construindo um futuro para suas famílias, muitos migraram.

Nesse período quando os primeiros brasileiros chegaram a região em busca de novas oportunidades vieram para a cidade de Horqueta, mais precisamente para zona rural da cidade, e muitos vieram para adquirir terras e trabalharem nos projetos de infraestrutura como a abertura da *Ruta 5*, ou seja uma estrada estratégica, como também para trabalharem com outros brasileiros que haviam adquirido terras na região. Dessa forma para adquirirem suas terras muitos migrantes recorriam aos funcionários da empresa Unión Paraguaya para conseguirem comprá-las.

Há que se destacar que à medida que os brasileiros começaram a comprar terras na parte norte da cidade de Horqueta a população foi aumentando e a região se desenvolvendo, e a colônia *Nueva Esperanza* também foi aumentando

³⁵ Consultar (NICKSON, 2005, p.232).

consideravelmente, chegando em 1984 a uma totalidade de 320 famílias.

Apresentando um considerável crescimento a parte norte de Horqueta foi emancipada em 1984 através do Decreto Lei Nº 1100 de 20 de Dezembro de 1984, o que deu origem a cidade de Yby Yaú que possui uma superfície de 2.174 quilômetros quadrados³⁶, e um total de 19.764 habitantes dos quais 3.331 vivem na zona urbana e os demais na zona rural³⁷, sendo que grande parte desses habitantes formam a Colônia *Nueva Esperanza* localizada a sete quilômetros do centro urbano da cidade, e possui uma área de 20.000 hectares.

É importante salientar que um dos fatores que contribuiu para muitos brasileiros optarem ir para a cidade de Yby Yaú é o fato de a mesma estar situada a uma distância de 120 quilômetros da fronteira Brasil- Paraguai, mais precisamente das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, pois muitos migrantes afirmavam que ao atravessar a fronteira não poderiam ficar em Pedro Juan Caballero por ser uma capital departamental e pelo fato da maioria ainda não possuírem o visto de permanência, então a cidade se apresenta como uma nova possibilidade além de possuir um solo fértil para desenvolver diversas atividades agrícolas. Assim, é possível observar a localização da cidade de Yby Yaú no mapa abaixo:

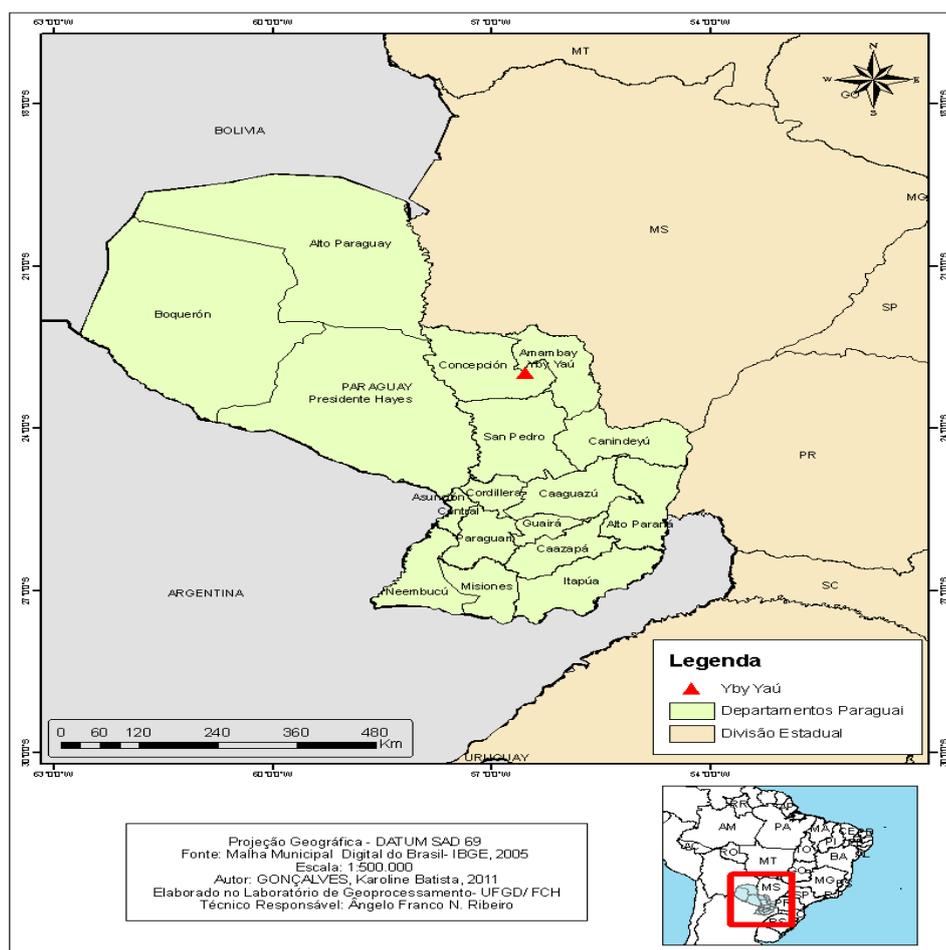


Figura 1: Localização Yby Yaú

Localizada em um ponto estratégico da entrada do Departamento de Concepción a cidade de Yby Yaú está situada a uma distância de 359 km da capital

³⁶ Consultar VAZQUEZ (2006).

³⁷ Dados obtidos através do Censo 2002 do Paraguai. Disponível no Atlas Censal del Paraguay 2002 elaborado pela Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos- DGEEC.

federal Assunção e abrange o cruzamento de duas rodovias importantes como a *Ruta* 3 Gral. Elizardo Aquino e a *Ruta* 5 Gral. Bernardino Caballero, conforme figura abaixo:



Figura 2: Ruta 5 Gral. Bernardino Caballero Tramo: Yby Yaú Km 179 (esquerda) e Ruta 3 Gral. Elizardo Yby Yaú Tramo Yby Yaú Km 353 (direita). Fonte: Gonçalves (2011).

Entretanto, para que possamos compreender como ocorreu o processo de formação da Colônia *Nueva Esperanza* faz-se necessário analisarmos como esses migrantes se organizaram ao chegarem no Paraguai, levando em consideração, as dificuldades e desafios que os mesmo enfrentaram e as relações que passaram a estabelecer com os paraguaios.

La llegada de los brasileños acá data del año de 1966 cuando esta Ruta de Asunción llegaba acá. Entonces en el año de 1966 comenzó, y yo era encargado de la Firma de la tierra la Unión Paraguaya y tenía 117 mil hectáreas en el total. Una tierra que era muy grande en el Departamento de Concepción con la abertura de la Ruta 5. Entonces con eso se fue posible el loteamiento, colocar personas que tiene que trabajar en agropecuaria, tanto en la agricultura como en haciendas. Entonces llamamos a una publicación para la gente interesada y aparecerán dos personas ambos brasileños y yo estuve en la representación de la firma Unión Paraguaya Anónima y fundamos esa colonia brasileña. Primeramente trece mil hectáreas tenían la Nueva Esperanza luego se hizo la adquisición de otras siete mil hectáreas más y completamos veinte mil hectáreas. Entonces podemos decir que la población son los migrantes brasileños que vienen del Brasil. Nosotros loteamos a los brasileños y generalmente lo que más vinieron son del estado de Paraná y también del Rio Grande do Sul y también de otras localidad así como São Paulo. (Sr. Nímio Claudio Almirón Llanes – Pioneiro, Primeiro Prefeito da cidade de Yby Yaú e fundador da colônia).

Eu vim para o Paraguai com uma tropa de gente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nós viemos para cá por causa de um padre europeu chamado Vendelino Glauber (falecido) que veio da Alemanha e morava no Paraguai, e esse padre ia lá ao Sul nos visitar e aí ele informava aos brasileiros sobre o Paraguai. Até que um dia o padre organizou um ônibus que ia sair de Santa Catarina para a gente visitar o Paraguai, porque ele disse que lá tinha muito fazendeiro que gostava dos peões brasileiros. Então o padre nos levou e nos apresentou a um fazendeiro que tinha 100 hectares, e então nós começamos a trabalhar para ele, abrindo o mato e logo depois começamos a plantar café. Três anos depois de trabalhar nós ajeitamos a terra e começamos a plantar para sobrevivência nossa, fizemos uma roça com arroz, mandioca e feijão. Depois dessa

experiência cada um dos brasileiros que tinha terra no Brasil vendeu e compraram outras aqui no Paraguai. (Sr. Afonso, 51 anos, morador da Colônia *Nueva Esperanza* há 28 anos).

Nós viemos de caminhão três mudanças tudo junto num caminhão, e veio amigos e vizinhos junto, não veio só da família não... veio outra turma também, um monte de gente... veio uns pares de família tudo de uma vez, mas foi bom, mas quando nós chegamos aqui em Ponta Porã, que foi difícil atravessar pra cá porque a gente não sabia falar nada né... e ninguém entendia nada eles perguntavam as coisas para a gente e a gente não sabia aí eles mandava a gente voltar para trás aí voltamos pra traz lá e arrumamos um conhecido que sabia entender a língua deles né aí deu certo atravessamos e viemos parar aqui e estamos até hoje. O que nos levou a vir para o Paraguai foi ganância para ter um pedaço de terra porque na verdade para a gente não sobrava, porque a gente não tinha terra né, a gente tocava as terras do meu sogro, então a gente juntou um dinheiro, e como tinha amigos da gente que vieram de lá para cá, nós falamos vamos lá ver também né... aí meu marido veio ver e gostou e aí falou: "O dinheiro que a gente tem dá para comprar cinco alqueires de terra, e no Brasil nós não compramos nada, porque lá no Paraná não dava para comprar nada daquilo né". Aí a gente falou vamos, e veio gente junto, veio minha irmã e o filho dela, veio mais uns irmãos meus tudo com a família. Viemos então em oito famílias, viemos tudo junto e assim foi por causa da ganância de um pedaço de terra, por querer ter um pedaço de terra da gente, foi por isso. Quando a gente chegou aqui tivemos que derrubar árvores sabe do comecinho nem casa para morar a gente tinha e a água era de poço. A gente chegou e foi ficar numa casa pequenininha de um amigo que tinha um ranchinho e aí a gente ficou nesse ranchinho até derrubar o mato para poder fazer a nossa casa. A gente ainda levou um ano para fazer a casa porque era longe de tudo. Mas a gente não pode reclamar daqui não porque compramos cinco alqueires, e aqui a gente nunca teve miséria. (Aparecida Silva, 62 anos, moradora da colônia há 35 anos).

Os relatos apresentados³⁸ são de pessoas que acompanharam o processo de formação da Colônia *Nueva Esperanza*, e são de grande importância para que se possa compreender como os mesmos construíram uma "nova" identidade, ou seja, a identidade territorial de migrante brasileiro no Paraguai.

A vida na colônia sempre foi enfrentada com grandes dificuldades, pois esses migrantes, ao se instalarem no país vizinho, tiveram que aprenderem a conviver com língua, cultura e pessoas diferentes, ou seja, os mesmos tiveram que adaptar-se com um novo lugar, conciliando o sentimento nacionalista³⁹ de migrante com os desafios de uma cultura estrangeira. Desse modo, a Colônia *Nueva Esperanza* representa um lugar de possibilidades para esses migrantes brasileiros que ao migrarem levaram consigo a identidade de brasileiro, mas também tiveram que passar por um momento de adaptação, pois agora estavam vivendo em território paraguaio.

Os migrantes brasileiros construíram uma "nova" identidade (sobretudo territorial [cf. Haesbaert, 1999]) que não é nem *totalmente* brasileira nem *totalmente* paraguaia, e sim de migrante brasileiro no Paraguai, podendo se constituir, como hipótese inicial, em identidade de "entre-lugares" (em aproximação a Bhabha, 1998). Na formação da Colônia *Nueva Esperanza*, podemos já inferir, em concordância com Bárbara (2005), que ocorreu um cruzamento da fronteira jurídico-política e as relações

³⁸ Relatos colhidos em trabalho de campo do Programa de Pós-Graduação em Geografia (FCH-UFGD) em outubro de 2010.

³⁹ De acordo com SAID (2003) o sentimento de nacionalismo seria uma declaração de pertencer a algum lugar, a um povo ou a uma herança cultural.

cotidianas vividas no Paraguai, influenciando os migrantes brasileiros a ativarem a identidade nacional, de modo a realçar e legitimar uma pretensa superioridade frente à população paraguaia.

Desse modo, pesquisar os migrantes brasileiros que vivem na Colônia *Nueva Esperanza* pode se constituir em um avanço para se compreender as trajetórias migratórias de brasileiros para o Paraguai, dando destaque para os traços identitários que se formaram como resultado da migração, e como essa nova identidade de migrante brasileiro no Paraguai se reflete sobre o Brasil.

3 – A Construção da Identidade Territorial na Colônia *Nueva Esperanza*

A identidade pode ser abordada de diversas formas, entretanto, optamos por analisar como as relações que ocorrem na colônia podem contribuir para criar “novas” identidades, tomando como ponto inicial as relações que são estabelecidas dentro da mesma, partindo dessa ideia é de fundamental importância observar como o intercâmbio entre línguas, costumes e ideais diferentes contribuem para a construção identitárias dos sujeitos que habitam esse território.

A construção e a reconstrução de identidade é um processo cheio de contradições, ambiguidades e complexidades que podem ser influenciadas pelas condições sociais em que são estabelecidas. De tal modo, Machado (2005) afirma que a presença de “marcos” ou referenciais históricos geográficos pode ser um fator decisivo no que se refere à formação identitária.

É importante ressaltar logo de início que a ideia de identidade tanto pode ser utilizada como uma valoração simbólica, como um processo de identificação num espaço geográfico. Dessa maneira, a noção de identidade, o qual se utilizará é a identidade territorial, ou seja, aquela definida a partir das relações que são construídas em um determinado território. A identidade territorial é um tipo de identidade que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária, dessa forma a mesma é carregada de subjetividade e objetividade tendo um espaço como estruturador da identidade. Destarte, pode-se afirmar que:

Identificar, no âmbito humano social é sempre identificar-se, um processo reflexivo, portanto, e identificar-se com, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas múltipla. Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas. (HAESBAERT, 1999, p.175).

O que se pode destacar é que a identidade territorial encara a identidade como movimento, ou seja, ela se “reinventa” e passa por uma “adaptação” na medida em que as relações são construídas por novos discursos e diferentes sujeitos. A identidade está ligada as relações que ocorrem numa determinada escala territorial.

Entretanto, não se pode afirmar de acordo com Haesbaert (1999 e 2007) que é o território que “vai fundar” uma nova identidade, mas é a força política e cultural dos grupos sociais que neles se reproduzem e sua capacidade de produzir que estimularão uma determinada escala de identidade, até porque a identidade é uma construção social-histórica, e em nossa abordagem pode ser vista pelo viés geográfico que de acordo com Hobsbawn e Ranger (2002) “a identidade é possível de ser sempre reinventada”.

Na Colônia *Nueva Esperanza* o sujeito encontra-se no meio de duas identidades, uma é a sua identidade nacional, e a outra é aquela que pode ser assumida. Constrói-se assim, uma relação “entremeios” ou de “entre-lugares”. O

“entre-lugar” é concebido como um terceiro espaço, híbrido⁴⁰, que permite a emersão de outras posições, no caso, a constituição de novos sujeitos. Esse terceiro espaço desloca as histórias que o constituem e geram novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas. Assim, os “entre-lugares”, passam a se configurar não como meros espaços de dominação, mas o terreno de trocas, intersubjetivas individuais e coletivas, onde anseios comuns e outros signos de valores culturais são negociados.

O processo de hibridação cultural origina algo diferente, algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação, e é justamente esse processo que é perceptível na Colônia *Nueva Esperanza* as diversas trocas culturais e identitárias contribuem para a formação de um processo de diferenciação, pois de alguma maneira as novas relações definem situações e condições de alteridade.

Assim, se torna perceptível que na Colônia *Nueva Esperanza* quando o migrante utiliza a identidade de brasileiro é uma forma de o mesmo afirmar e reconhecer sua identidade territorial frente ao paraguaio. Entretanto, é importante destacar que o migrante da colônia além de afirmar e reconhecer sua identidade frente à outra, o mesmo pode entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas:

Determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi - lá nas áreas para onde se dirigem. (HAESBAERT,1999, p. 184).

Destarte, muitos dos sulistas que formaram a Colônia *Nueva Esperanza* levaram consigo suas territorialidades, que em nosso contexto essa territorialidade é pensada como uma tentativa de análise geográfica sobre as identidades culturais, pois a mesma tem uma mistura de elementos culturais, econômico e político, além disso, busca construir uma hegemonia geral sobre uma base territorial. Isso pode ser perceptível na colônia quando um dos migrantes faz a seguinte afirmação:

A comunidade daqui se parece com as do Sul do Brasil, e a propriedade é diferente das propriedades paraguaias, você olha pra cá e se lembra do Sul até o modo de plantar é igual a do Sul. (Sr. José dos Santos – 45 anos produtor e morador da Colônia *Nueva Esperanza*).

É importante salientar que na colônia os laços que esses colonos ainda mantêm com o Brasil são muito fortes, pois na comida, na forma de organizar a casa, na forma de se vestir predomina os costumes brasileiros. Além disso, a maioria das famílias recebe familiares do Brasil, ou quando necessitam de algum tratamento de saúde ou até quando estão chegando próximo a idade de se aposentar, os mesmo recorrem ao seu país de origem.

O migrante parte e leva consigo as relações passadas “imobilizadas”, pois o migrante é no fundo um ser de outro lugar, sendo que de todos e de nenhum ao mesmo tempo. É um ser presente e ausente:

⁴⁰ De acordo com Hall (2003) o hibridismo não se refere a indivíduos híbridos que podem ser contratados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade. Já BHABHA (1998, p. 71-72) salienta que, o hibridismo significa um momento ambíguo e ansioso de... transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo...[Ele] insiste em existir...as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade as disjunções de poder e posições a ser contestadas; os valores éticos e estéticos a serem “traduzidos”, mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência.

Os movimentos de migração ultrapassam fronteiras, intercambiam saberes, chocam culturas, dividem trabalhos, trocam línguas, provocam casamentos e traições..., mas sempre quem chega é condicionado às leis, as normas, regras, códigos, etiquetas, sotaques, dialetos, visões, divisões e julgamento em terra estrangeira. É ser sempre, o Outro. (GOETTERT, 2010 p. 24).

Assim, percebe-se mesmo que o migrante brasileiro tenha trago consigo quando chegou ao Paraguai parte de seus costumes e práticas culturais, é evidente que houve a criação de uma nova identidade, ou seja, a identidade territorial onde houve uma adaptação pelo fato de que as novas relações que são estabelecidas nesse novo território, ou seja, as relações estabelecidas com os paraguaios influenciou no seu modo de vida.

Contudo, na colônia *Nueva Esperanza*, a perspectiva identitária é construída a partir das relações que os migrantes brasileiros estabelecem com outros sujeitos que podem ser paraguaios, brasileiros que vivem na colônia ou ainda com os brasileiros que vivem no Brasil. À medida que esses migrantes mantêm contato com o “outro” o mesmo percebe a diferença a partir da afirmação de sua identidade nacional que lhe proporciona tanto a condição de membro de um Estado-Nação político, quanto uma identificação com uma cultura nacional, pois as culturas nacionais a partir do momento em que produzem sentidos sobre a nação, sentidos esses com os quais podemos nos identificar, constroem identidades.

4 – Os Desdobramentos resultantes da migração de brasileiros para o Paraguai

Ao chegarem no Paraguai muitos migrantes brasileiros trouxeram consigo seus instrumentos de trabalho, juntamente com seus costumes e cultura o que acabou contribuindo para que houvesse transformações em algumas regiões do país, ocorrendo aquilo que podemos denominar de “brasileirización”⁴¹ do território paraguaio.

Há que se destacar que ao chegarem em território paraguaio grande parte dos migrantes se organizaram em comunidades ou colônias, isso devido fato de que muitos migraram em grupos de amigos ou familiares, formando assim inúmeras colônias como a exemplo a *Nueva Esperanza* o que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento da agricultura, pois no Paraguai os brasileiros são responsáveis por cerca de 80% da produção de soja do país cerca de 520 milhões de dólares em exportações⁴²:

Cuando los primeros brasileños vinieran para vivir en las tierras de la colonia aprendimos la forma de trabajar en la tierra. Nosotros como paraguayos, anteriormente cuando teníamos un pequeño desarrollo todavía solamente una vez al año hacíamos producir la tierra. Sin embargo, vinieran los brasileños y han enseñado a producir cuatro veces al año la tierra y eso también aprenderán los paraguayos de manera que de muchas cosas nos enseñó la presencia de los brasileños acá. (Sr. Nimio Claudio Almirón Yanes, 74 anos fundador da colônia *Nueva Esperanza*).

Nota-se que a migração de brasileiros alterou a visão do mapa político do Paraguai, modificou a rigidez dos seus limites políticos e redefiniu a sua representação nacional. Regiões que há trinta anos apresentavam baixa densidade demográfica, hoje possuem fortes núcleos de povoamento. Novas formas culturais, políticas e sociais foram postas em movimento, tanto no sentido histórico, como espacial. (FIORENTIN, 2010, p. 73).

⁴¹ De acordo com (SOUCHAUD, 2007, p.100) “la brasileirización del territorio paraguayo “ ocorre quando o Governo Stroessner lança uma política que satisfazia não apenas o interesse individual dos colonos brasileiros, mas também os objetivos geoestratégicos do governo brasileiro. Assim, Assunção acaba se integrando com a rede de rodovias do sul do Brasil, como também com os portos marítimos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná).

⁴² Consultar (FIORENTIN, 2010, p.40).

Yo veo la migración de brasileños al Paraguay como una construcción de espacio, entonces construcción de espacios dinámicos en el caso de la zonas fronterizas, estos inmigrantes independientes pero los brasileños de un campo movimiento anecdótico construyeron ciudades, construyeron un modelo económico expansivo que me parece relevante como forma que crearan ciudades eso fue inédito en el Paraguay, la colonización internacional creó ciudades en el caso la colonización brasileña, creo ciudades muy rápida, muy revolucionaria y eso rompe con padrón tradicional urbano del Paraguay. (Entrevista Fabrício Vázquez realizada en 14 de septiembre de 2010).

De acordo com Marta Fiorentin (2010) existem alguns problemas que acarretam a população de brasileiros no Paraguay que conseqüentemente acabam se tornando um problema para o governo paraguaio como exemplo podemos inferir: a falta de documentação completa, típico de todos os migrantes de baixo nível socioeconômico que querem manter a nacionalidade e a identidade brasileira, a falta de organização para exigir demandas legais e concretas, a deficiência de serviços públicos (educação, saneamento básico, eletricidade, telefonia) e de estradas.

Além disso, pode se afirmar que a colonização brasileira de certa forma favoreceu a integração política e econômica do Paraguai, mas ao mesmo tempo aprofundou a sua dependência externa, como por exemplo, é possível perceber que as cidades fronteiriças possuem seu comércio voltado a atender as necessidades do país vizinho, neste caso o Brasil:

El problema de las ciudad fronterizas es para Paraguay porque gran parte de la estrategia de desarrollo fronterizo del Paraguay es jugar a un supermercado, así vamos a vender a la medida que los que se quedan en la frente vean a comprarnos y eso hace que se cuestione muy las ciudades, en vez de mirar al Paraguay miran al Brasil, y funcionan con Brasil y se hay niveles altísimos de integración, pero, que focalizan la cuestión publica exclusivamente no solo apenas el espacio de intercambio. (Entrevista Fabrício Vázquez realizada en 14 de septiembre de 2010).

Diante do exposto, percebe-se que as cidades fronteiriças, que por coincidências são capitais departamentais acabam funcionando de forma a atender o mercado local nesse caso os consumidores do país ao lado, o que acaba contribuindo para que as cidades do interior não consigam atender todas as necessidades básicas da população.

Isso posto, podemos afirmar que ao mesmo tempo em a migração de brasileiros para o Paraguai contribui para desenvolver o país, o mesmo fenômeno contribui para que surjam outros problemas de ordem burocrática, políticas e sociais e ao mesmo tempo proporciona um intercâmbio cultural muito grande onde podemos encontrar uma construção identitária.

Ao longo dos trabalhos de campo realizados na Colônia *Nueva Esperanza* evidenciamos três termos, que são frutos de uma construção identitária resultantes do processo de migração de brasileiros para o Paraguai que merecem destaque: Brasileiros, *Brasiguaios* e *Paraleños*, que podem ter significados distintos tanto no Brasil, como no Paraguai. Nesse sentido, o que inicialmente podemos afirmar é que os primeiros migrantes brasileiros que vivem na colônia não aceitam serem chamados de outro termo que não seja o de “Brasileiro”, pois de acordo com os mesmos eles são brasileiros só que pelas dificuldades que estavam enfrentando no Brasil entre os anos de 1960 a 1970 a única opção que lhes restou foi migrar ao país vizinho em busca de novas oportunidades.

Já o termo *Brasiguai* pode ser visto com certa dualidade, pois no Brasil é utilizado para denominar os brasileiros que migraram para o Paraguai em busca de

terras e ascensão financeira, e não obtendo o êxito esperado, retornaram assim poderemos observar que:

Tal vulgarização do uso de “Brasiguaios” para referir-se a todos os brasileiros residentes no Paraguai é um equívoco metodológico (e também político). Não podemos nos esquecer nunca que a expressão “Brasiguaios” surgiu como auto-atribuição, exatamente para diferenciar os camponeses que retornaram em 1985 dos demais setores do movimento social que lutaram também por terra no Brasil, e para se distinguir do restante da população de brasileiros no Paraguai. Os chamados “Brasiguaios” ao utilizarem uma identidade étnica como bandeira de luta, souberam reivindicar um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros. (SPRANDEL, 1998, p. 122).

Percebe-se então, que os *Brasiguaios* são aqueles que migraram e por algum motivo retornaram do Paraguai. De acordo, com Sprandel (1998) os mesmos afirmam que os principais sofrimentos que originaram o retorno são: a necessidade e o preço da documentação de imigrantes, problemas na produção e na comercialização de produtos agrícolas, irregularidades no mercado de terras e, a atuação das autoridades paraguaias entre os migrantes brasileiros.

Entretanto, no Paraguai o termo *Brasiguai* é utilizado para denominar os migrantes brasileiros que ainda vivem no país bem como seus respectivos filhos, de forma que esse termo é aceito com mais frequência por parte dos filhos dos primeiros migrantes.

Com o passar do tempo, e à medida que esses migrantes se organizaram e reconstruíam suas vidas, o número de brasileiros no Paraguai foi crescendo e os primeiros migrantes já passaram a ter netos que em grande parte nasceram da união entre brasileiros e paraguaios, surgindo assim o *Paraleño*, uma mistura de paraguaio com *brasileño*, para referir-se aos netos dos primeiros migrantes:

Los primeros que llegaron eran brasileños, los hijos son brasiguayos y los nietos son Paraleños y los bisnietos se juegan llaman Brasiguayos luego es Paraleños. Y no son paraguayos totalmente es por un proceso de integración. Hay una integración creciente entre ya no hay brasileños no Paraguay hay descendientes de brasileños pero que tienen la cédula paraguaya, pero también tienen brasileña. (Fabrício Vázquez, geógrafo paraguaio, setembro 2010).

Dessa forma, podemos evidenciar que na colônia *Nueva Esperanza* brasileiros são os primeiros migrantes que chegaram ao Paraguai, e enfrentaram grandes dificuldades e desafios para reconstruírem suas vidas, entretanto é necessário enfatizar que esses de forma alguma aceitam serem chamados de *Brasiguaios*, pois esses seriam os seus respectivos filhos que chegaram ao país vizinhos, ainda muito novos, e o termo *Paraleño* seria utilizado para denominar os netos desses migrantes.

Todavía, é preciso salientar que todos esses termos criados para denominar os brasileiros e seus descendentes que vivem em território paraguaio são resultados de uma mistura de elementos culturais, econômico e político que contribuíram na construção de uma nova identidade em território paraguaio.

Portanto, percebe-se que ao mesmo tempo em que a migração de brasileiros para o Paraguay contribuiu para o desenvolvimento de algumas regiões do país através de novas formas de produzir na agricultura, esse mesmo processo trouxe grandes desdobramentos para o país aqui podemos destacar o problema para legalizar esses migrantes como atender suas necessidades básicas como saúde e educação e saneamento básico. Entretanto, ao analisarmos todo esse fenômeno

migratório percebe-se que foi um movimento migratório positivo que contribuiu para o desenvolvimento do país.

5 – Considerações Finais

Talvez fosse importante pontuar o fato de que este trabalho ainda não está finalizado para apresentar todas as características dessa nova identidade territorial formada por esses migrantes brasileiros em terras paraguaias, bem como todos os desdobramentos resultantes desse processo migratório, mas por meio de alguns relatos dos migrantes que vivem na colônia pode se apontar algumas características importantes no que se diz respeito à formação identitária desses migrantes bem como de que forma esse fenômeno migratório contribuiu no desenvolvimento de algumas regiões do país.

A discussão feita aqui mostrou que a migração de brasileiros ao Paraguai pode ser considerada um momento histórico e muito particular para o país, pois ao mesmo tempo em que contribuiu para o desenvolvimento da agricultura do país, trouxe alguns problemas ao governo paraguaio como: a falta de documentação completa por parte dos migrantes de baixo nível socioeconômico e a deficiência de serviços públicos (educação, saneamento básico, eletricidade, telefonia) e de estradas.

Há que se destacar, que esse processo migratório contribuiu para a formação de uma nova identidade que se encontra em movimento, pois, se formou a partir das relações que os migrantes brasileiros estabelecem com os paraguaios e com os brasileiros tanto da colônia como os do Brasil, assim a partir do momento em que esse migrante afirma sua nacionalidade colocando em prática características identitárias e culturais de brasileiro ele se diferencia dos paraguaios, devido ao fato das relações que são estabelecidas proporcionarem aos mesmos vivenciarem um conjunto diferenciado de possibilidades, que lhes permitem ativar sua identidade de acordo com as relações que estão sendo realizadas no momento.

A nova identidade que os migrantes brasileiros que vivem na Colônia Nueva Esperanza formaram é uma identidade que buscou referenciais em uma base territorial num processo de intercâmbio de identidades, onde o mesmo não deixou suas práticas culturais e foi inserindo novas práticas a partir do contato que teve com outros grupos sociais onde “novas e antigas formas de identificação convivem no mesmo território”⁴³.

Por fim, o referencial de análise aqui adotado ainda pode gerar debates interessantes e profícuos e apontar para outras possibilidades de investigação no que se diz respeito às trajetórias migratórias de brasileiros para o Paraguai, bem como para a construção de “novas” identidades.

Bibliografia

BÁRBARA, Marcelo Santa. Brasiguaios: territórios e jogos de identidade. IN: PÓVOA NETO, Helion & FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo horizonte: EdUFMG, 1998.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS, ENCUESTAS Y CENSOS- DGEEC. **Atlas Censal del Paraguay**. Asunción 2002. Disponível em <<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/4%20Atlas%20Concepcion%20censo.pdf>>. Acesso em 31 de março de 2011 às 17h54min.

⁴³ Consultar(Haesbaert, 1999, p.187).

FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)**. Dissertação (Mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2010.

GOETTERT, Jones. Paradoxos de lugar mundo: brasileiros e identidades. IN: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUSA, Adriano Amaro de (Orgs.). **Geografia e Migração: movimento, territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EdUFF, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério *et al.* O desenvolvimento da Faixa de Fronteira – uma proposta conceitual metodológica. IN: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2005.

NICKSON, Andrew. Colonización Brasileira en la Región oriental del Paraguay. In: FOGEL, R; RIQUELME, M. **Enclave Sojero, merma de soberanía y pobreza**. Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

_____. **El Régimen de Stroessner**. In: TELESCA, Ignacio. Historia del Paraguay. Asunción: Taurus Historia, 2010.

RIQUELME, Marcial Antonio. Migrações Brasileiras no Paraguai. In OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: EdUFMS, 2005.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. 1º Ed. Asunción: UNFPA-ADEPO. 2007.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasileiros de além-fronteira: Paraguai. In: **O fenômeno migratório no terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 113-138.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio e Población: Nuevas Dinámicas Regionales en el Paraguay**. 1º Ed. Asunción: ADEPO, 2006.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. 1º Ed. Petrópolis: Vozes. 1990.

Parte 2

Sobre Fronteiras

ENTRE AS FRONTEIRAS DO PENSAMENTO: ENSAIO SOBRE O PENSAMENTO E A NATUREZA A PARTIR DE DELEUZE, GUATARRI E NIETZSCHE

Bianchi Agostini Gobbo

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Membro do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas - GPLG

bgobbo.geografia@hotmail.com

Resumo

De forma geral, observa-se que os professores de Geografia tentam ensinar a partir da comunicação de determinadas noções geográficas (lugar, região, natureza, território, etc.) sem que se tenha segurança e domínio quanto aos seus significados. Dessa forma, a aprendizagem dos alunos tem ocorrido a partir da apropriação de alguns conceitos previamente estabelecidos pelos materiais didáticos de Geografia. A comunicação, neste caso, ocorre via sentido único: dos materiais didáticos para professores, e destes para alunos. É o ensino da re-cognição, aprendido como cópia, sobretudo, via linguagem verbal, ou seja, através do uso de palavras. No entanto, as dimensões da comunicação se ampliam quando consideramos as comunicações não-verbais (sons, imagens, gestos). Logo, neste artigo, desenvolvemos uma reflexão sobre as fronteiras do pensamento, no sentido de contribuir com a ampliação da percepção sobre a riqueza que é o pensar, e ajudar os professores de Geografia e de outras disciplinas a irem além do livro didático como fonte de dados e de conceitos.

Palavras-chaves: fronteiras do pensamento, ensino de Geografia, pensamento e natureza.

Abstract

Generally, it is observed that teachers try to teach Geography from the communication of certain geographic concepts (place, region, nature, territory, etc.), without having security domain and about their meanings. Thus, student learning has occurred from the appropriation of some concepts established by Geography textbooks. Communication in this case occurs via one way: the teaching materials for teachers, and for these students. It is the teaching of re-cognition, learning how to print, especially via verbal, or through the use of words. However, the dimensions of communication are magnified when we consider the non-verbal communications (sounds, images, gestures). Therefore, in this article, we develop a reflection on the boundaries of thought to contribute to the expansion of awareness about the richness that is the thinking, and help teachers of Geography and other subjects to go beyond the textbook as a source of data and concepts.

Keywords: frontiers of thinking, teaching geography, nature and thought.

1 – Introdução

Comunicação implica em ligação, em transferência, em relação, em ação. O mundo globalizado é caracterizado pelo avanço das técnicas de comunicação, assim como pela rapidez e volume das comunicações. A cada momento surgem novos objetos que ampliam as possibilidades de comunicação entre as pessoas. Celulares,

computadores, televisões, rádios, roupas, pinturas, carros, gestos, sinais, signos, etc. Segundo Ferrara:

A fala e a escrita não são nossos únicos sistemas de comunicação. Telefone, telégrafo, rádio, televisão, imprensa são outros meios de comunicação que marcam a vida moderna e as sociedades industrializadas pelo aparato tecnológico que as caracterizam. Não se trata apenas de comunicação de pessoa a pessoa, mas, graças àqueles meios, as cidades, os estados, os países, os hemisférios se comunicam e transformam o universo em uma “aldeia”, na medida em que ampliam a escala das comunicações humanas (FERRARA, 2007, p. 5).

Esses meios de comunicação são utilizados a partir de sistemas de signos, onde a palavra tem grande importância, sendo largamente utilizada. As palavras são portadoras de significados e conceitos que são passíveis de serem apreendidos durante os atos de comunicação quando seus sentidos são convencionados entre os comunicantes. Segundo Guiraud (1972, p. 22), “a comunicação implica em um locutor (ou sujeito falante), um ouvinte, uma coisa que o locutor quer comunicar ao ouvinte, e signos lingüísticos por meio dos quais ele a comunica”. Fazendo referência a Nietzsche, Abel assim nos escreve quanto ao papel da comunicação nas relações humanas:

Chega-se à constituição da consciência no sentido de tornar-se-consciente e do pensar consciente, segundo Nietzsche, sobretudo porque se tem construído para o homem individual, na relação com outros homens, uma “necessidade”, uma “permanência”, de se comunicar, de chegar rápida e sutilmente a um entendimento recíproco. Trata-se de “*necessidade de comunicação*”, que, por sua vez, pressupõe uma “capacidade de comunicação”. A “sutileza e força da consciência” de um homem está na relação com essa capacidade de comunicar-se. Não se trata nisso tanto que o homem individual é conduzido, com suas necessidades, a outros homens. Trata-se, ao contrário, da “força e arte da comunicação”. Nesse sentido, conforme a tese de Nietzsche, a consciência “desenvolveu-se em toda parte somente sob pressão da necessidade de comunicação” (ABEL, 2005, 233-4).

Tendo assimilado esse papel da comunicação nas relações humanas quanto às funções da consciência a partir das relações do homem com o meio, podemos vislumbrar a importância da dimensão comunicacional no ensino de geografia.

Nas escolas a aprendizagem acontece, necessariamente, a partir de comunicações. Comunicam-se professores com alunos, alunos com alunos, professores com professores, diretores com alunos, cozinheiras com alunos, alunos com amigos através de celulares; etc.

O conhecimento geográfico se constrói nas escolas a partir de seus próprios espaços: o espaço das salas de aula, dos corredores, dos banheiros, dos saguões, das escadas, das quadras esportivas, etc.; nos contatos entre as pessoas que formam o meio escolar. Cabem aos docentes da disciplina de Geografia coordenar uma série de atividades no sentido de permitir o desenvolvimento de competências e habilidades de leituras e raciocínios espaciais nos alunos.

Para isso, os professores utilizam um conjunto de noções, dados e conceitos geográficos, que advêm, sobretudo, das produções científicas da Geografia a partir de academias e universidades. Esses conhecimentos são transmitidos e trabalhados por meio das linguagens geográficas.

As noções a que nos referimos são consideradas por muitos geógrafos conceitos e categorias de análise. O que se vê, de forma geral, são professores

tentarem ensinar Geografia a partir da comunicação de certas noções geográficas como, por exemplo, lugar, região, natureza, território, sem que se tenha, os próprios professores, segurança e domínio quanto ao conjunto de significados que essas noções encerram. Assim, a aprendizagem dos alunos tem ocorrido a partir da apropriação dos significados de algumas palavras, significados previamente estabelecidos, geralmente, pelos materiais didáticos de Geografia. A comunicação, neste caso, ocorre via sentido único: dos professores para alunos, isto é, dos materiais didáticos para professores, e destes para alunos. É o ensino da re-cognição. Aprendizado como cópia.

Os modos de comunicação, ou seja, como elas acontecem, caracterizam a cultura de uma sociedade. Em nossa sociedade, as comunicações se dão, hegemonicamente via linguagem verbal, ou seja, através do uso de palavras. No entanto, as dimensões da comunicação se ampliam quando consideramos as comunicações não-verbais, por exemplo, sons, imagens, gestos. Segundo Ferrara (2007, p. 15), o que define um texto não-verbal é o fato de ele possuir “uma linguagem sem código”, ou seja, não possuir um signo convencionalizado.

A aprendizagem nas escolas ocorre muito em função das comunicações não-verbais e de agenciamentos¹. O aprendizado é um processo contínuo no vivido, onde a comunicação não-verbal requer dos alunos e dos professores a capacidade de comunicação em desenvolvimento, agenciando a criação de novos sentidos. A associação entre uma imagem, um som, uma letra, uma cor, um gesto com um significado ou um sentido precisa ser produzido. A comunicação é um meio pelo qual o ensino se realiza. Ela deve ser facilitada e exercitada em formas diversas para permitir a criação de conhecimentos geográficos que se atrelem ao existir humano, a existência do homem enquanto ser-devir-no-mundo.

Por isso, neste artigo, procuramos desenvolver uma reflexão sobre as fronteiras do pensamento, de modo a contribuir para com os professores de qualquer disciplina e em especial de Geografia quanto à ampliação da percepção sobre a riqueza que é o pensar expressas nos modos de pensamento que produzem o real, logo, que agenciam a aprendizagem.

2 – Fronteiras entre Filosofia e Ciência

Segundo Deleuze e Guattari (1992), a Filosofia é produtora de conceitos que se remetem a um plano de imanência, enquanto que as Ciências produzem funções científicas se remetem a um plano de referência onde se atualizam o estado de coisas.

O plano de imanência é uma espécie de recorte não geométrico, no qual os conceitos filosóficos formam uma espécie de campo de transcendência imanente ao vivido. Segundo Vasconcellos (1998, p. 119), é “a pré-condição de existência de todo conceito filosófico, ele é o solo onde os conceitos devem vir à luz. O plano de imanência é a terra do conceito”.

¹ Félix Guattari entende o espaço e corpo como agenciamento de enunciação (1992). Espaço e corpo são conceitualmente inseparáveis: “Ainda aí um outro Agenciamento de enunciação desencadeia outras modalidades de espacialização e corporalidade. O espaço da escritura é, sem dúvida, um dos mais misteriosos que se nos oferece, e a postura do corpo, os ritmos respiratórios e cardíacos, as descargas humorais nele interferem fortemente. Tantos espaços, então, quantos forem o modo de semiotização e de subjetivação” (GUATTARRI, 1992, p. 153). Neste sentido, o espaço não é algo que está dado. O espaço não é algo pronto ou alguma plataforma de shows naturais e sociais. O espaço é algo que existe na relação, pois é algo que *está para*. Por isso tantos espaços quantos forem o modo de semiotização e de subjetivação. Então espaço é um agenciamento de enunciação.

O plano de referência é análogo ao plano de imanência, porém não funciona como pré-condição para a criação de conceitos, mas sim para a criação de funções por meio do estabelecimento de coordenadas que ao desacelerar o real, melhor dizendo, o virtual, atualiza o estado de coisas através de proposições lógicas ou proposições de fato.

O conceito ocorre no seio da imanência do vivido e se forja nos atos de transcendência do sujeito que cria sentidos no mundo. O conceito filosófico é uma totalidade fragmentária², é ato de transcendência do sujeito em relação com as variações do vivido.

Os conceitos são errantes, transmutáveis. “O conceito é uma forma ou uma força, jamais uma função em qualquer sentido possível. Em resumo, não há conceito senão filosófico sobre o plano de imanência, e as funções científicas ou as proposições lógicas não são conceitos” (DELEUZE & GUATTARRI, 1992, p. 171).

Já as proposições científicas, muitas vezes confundidas como conceitos, funcionam como descrições lógicas, remetendo-nos a mundos possíveis, pois são proposicionais, e “*tornando-se proposicional, o conceito perde todos os caracteres que possuía como conceito filosófico*, sua autorreferência, sua endoconsistência e sua exoconsistência” (DELEUZE & GUATTARRI, 1992, p. 164).

Neste sentido, a ciência cria funções que denotam estados de coisas, sendo que estas funções já não podem ser consideradas conceitos. Deleuze e Guattari nos esclarecem:

A confusão do conceito com a função é ruinosa sob vários aspectos para o conceito filosófico. Ela faz da ciência o conceito por excelência, que se exprime na proposição científica (o primeiro prospecto). Ela substitui um conceito filosófico por um conceito lógico, que se exprime nas proposições de fato (segundo prospecto). Ela deixa ao conceito filosófico uma parte reduzida ou degenerada, que ela se reserva no domínio da opinião (terceiro prospecto), servindo-se de sua amizade por uma sabedoria superior ou uma ciência rigorosa. Mas o conceito não tem seu lugar em nenhum destes três sistemas discursivos. O conceito não é uma função do vivido, nem uma função científica ou lógica. A irredutibilidade dos conceitos às funções só se descobre se, ao invés de confrontá-las de maneira indeterminada, se compara o que constitui a referência de umas e o que faz a consistência de outras. Os estados de coisas, os objetos ou corpos, os estados vividos formam as referências de função, ao passo que os acontecimentos são a consistência de conceito. São esses termos que é preciso considerar do ponto de vista de uma redução possível. (DELEUZE & GUATTARRI, 1992, p. 179).

Percebemos uma importante característica sobre Ciência e Filosofia: é que elas são produzidas de forma diversa, ou seja, ocorrem de maneira muito diferente. Isto serve tanto como uma crítica à lógica quanto uma crítica a se tomar a Filosofia como mera opinião de um sujeito. Isto porque se considerarmos que todo conhecimento se encontra no sujeito, então tudo o que se produz são opiniões diversas; se considerarmos que a realidade está dada, basta apenas que a conheçamos tal qual ela é; então caímos no paradoxo metafísico, no qual ao homem se atribui a capacidade da pura representação do real por proposições logicizadas, tendo como consequência ter de aceitar que o mundo possui uma lógica predeterminada. Por isso, os conceitos não formam sistemas a partir de concatenações entre variáveis, pois seus elementos com suas bordas não se

² Dizemos que é uma totalidade fragmentária porque os sentidos produzidos pelos conceitos são completos, porém eles não alcançam a totalidade do real, ou melhor, dos acontecimentos.

encaixam. Eles possuem seus sentidos completos em relação ao seu plano de imanência.

Cada forma de pensamento influi sobre a outra. Filosofia e Ciência agenciando novos elementos que as potencializam para desenvolverem novos conhecimentos, novos olhares e a criarem novos sentidos.

A Filosofia impulsiona o desenvolvimento das Ciências sendo uma estrutura outrem, muitas vezes questionando as pretensas verdades científicas; ela é outro saber que pode condicionar a produção do conhecimento científico, servindo como uma diferente coordenada a compor o plano de referência da Ciência, possibilitando um repensar científico. Granger assinala que:

A primeira marca desta diferença profunda seria justamente o fato de que o conhecimento científico exige e suscita um metaconhecimento que o examina, descreve, critica ou fundamenta, mas que não poderia, sem impostura, pretender-se inteiramente científico; é, ao mesmo tempo, lógica e *filosofia* da ciência. (GRANGER, 1989, p. 10).

Granger usa o termo metaconhecimento, talvez no sentido de qualificar a filosofia como um metaconhecimento. Um conhecimento além do científico. Isso não quer dizer que a função da Filosofia seja tornar-se Filosofia das Ciências, ou seja, ter nestas suas referências. A Filosofia pode servir de referência para a Ciência e a esta, enquanto *acontecimento*, por ser uma *variação do vivido*, pode agenciar os atos de transcendência filosóficos, porém estes atos de transcendência nunca se remetem ao real, ou seja, os conceitos filosóficos não são representações da realidade.

Deleuze e Guatarri argumentam a favor de se pensar Filosofia a partir de um pensamento aberto, que fuja à lógica. O sentido de se colocar contrariamente a lógica não provem da consideração de que o pensamento deve ser ilógico, o que seria um absurdo, mas que o pensamento não deve se prender a uma determinada lógica enquanto a forma correta de se pensar. Eles a pensam em oposição à lógica:

A lógica é sempre vencida por si mesma, isto é, pela insignificância dos casos de que se alimenta. Em seu desejo de suplantar a filosofia, a lógica desliga a proposição de todas suas dimensões psicológicas, mas não deixa de conservar o conjunto dos postulados que limitava e submetia o pensamento às coerções de uma reconhecimento do verdadeiro na proposição. (DELEUZE & GUATARRI, 1992, p. 166).

Com isso eles chamaram nossa atenção para um aspecto do conhecimento filosófico, que é seu aspecto lógico. O conhecimento científico também é dotado de uma dimensão lógica. A crítica feita por Deleuze e Guatarri encontra sentido quando se entende a lógica por uma espécie de expressão formal, que ocorre em função de regras estabelecidas num jogo de “variáveis”, como, por exemplo, os silogismos e que visa determinar o verdadeiro como um postulado não contraditório, impondo assim uma regra de como se deve pensar.

Quando a lógica tenta suplantar a liberdade do pensamento filosófico acaba por operar um empobrecimento do pensamento. A liberdade de pensar é um dos fundamentos do pensamento que aborda o mundo pela sua diferença. A lógica impõe um reconhecimento do mundo, ou seja, induz o sujeito a reconhecer no mundo aquilo que já está predeterminado pela lógica. Excluem-se neste processo todas as diferenças do mundo e privilegiam-se as semelhanças entre os fenômenos.

Pelo lado da Ciência, considera-se necessário produzir conhecimentos com base em teorias e metodologias que sejam consistentes. Essa consistência funcionaria como a garantia de se obter um resultado, uma verdade. Muitos consideram que o problema da Geografia, por exemplo, tem sido a falta de consistência teórico-metodológica dos trabalhos científicos (PROST, 2009; RODRIGUES, 2009).

A liberdade de se construir ou criar um conhecimento filosófico interessante através da não subordinação deste à lógica pode sinalizar para a Ciência que ela deve rever constantemente as suas lógicas e mesmo, indicar a necessidade dela ser produzida sempre considerando o lógico e o ilógico. O ilógico, neste caso, significa outras lógicas. O que importa então é a tensão entre as formas de pensamento, pois a tensão imprime mudanças.

No entanto, é preciso dizer que não é viável desejar fugir da lógica a todo custo. O pensamento organizado necessariamente é lógico. É impossível produzir Filosofia e Ciência sem lógica, no entanto ambas não se limitam a uma expressão lógica. O que se deve fazer nesse caso, a maneira de Nietzsche, é não absolutizar o termo da razão. Não partir da lógica, mas sim construir uma lógica. O importante seria:

Ao invés de um encadeamento de proposições, valeria mais a pena revelar o fluxo do monólogo interior, ou as estranhas bifurcações da conversão mais ordinária, desligando-as, também elas, de suas aderências psicológicas e sociológicas, para poder mostrar como o pensamento, como tal, produz algo *interessante*, quando acede ao movimento infinito que o libera do verdadeiro como paradigma suposto e reconquista um poder imanente de criação. (DELEUZE & GUATTARRI, 1992, p. 166).

Uma nuance entre Filosofia e Ciência é a liberdade relativa com que a primeira pode produzir-se. A liberdade em filosofia advém de que ela cria lances infinitos sobre as variações do vivido, sendo que os conceitos são pensamentos puros, no sentido de que não são referenciáveis no real, não se remetem à realidade das coisas, dos objetos, das relações, mas dá sentido ao mundo, forja sentidos. O que importa na Filosofia não é tornar-se passível de classificação enquanto verdade ou falsidade.

Ao contrário disso, o paradigma da modernidade impôs à Ciência a condição de ser expressão máxima da realidade. Tão comum se ouvir em notícias televisivas que foram feitas descobertas científicas ou que algo está provado cientificamente.

O valor do conhecimento científico tem se dado a partir de sua capacidade de representação da realidade, mas, sobretudo, de sua potência enquanto um saber prático ou enquanto fundamento da construção de tecnologias.

O que importa para Deleuze e Guattari é justamente a liberdade de pensamento, o pensamento aberto, “nômade”, criativo, sem o qual não se produz conhecimentos interessantes.

3 – A Arte como forma de pensamento

Para que a Geografia possa ampliar seus horizontes de forma a sentir e compreender mais de perto o mundo é necessário que ela busque sua ampliação nas formas que se identificam ao vivido, com a existência humana em seus espaços de vida, em seu cotidiano. A Arte, sobretudo a arte nômade, pode potencializar novos sentidos no campo da Geografia.

As obras de arte são produzidas a partir de planos de composições que se identificam com a existência, e que podem, por meio de seus afectos e perceptos, ajudar a Ciência a produzir conhecimentos.

Um plano de composição é análogo ao plano de imanência para a Filosofia e ao plano de referência para a Ciência. O plano de composição é uma espécie de recorte por onde surgirão as figuras estéticas da Arte, ou seja, é uma dimensão do qual surgem criações artísticas, como se fosse um conjunto de matérias-primas e idéias que fundamentam e servem de base para a obra de arte.

Os afectos e perceptos são as idéias, sensações, emoções e mudanças produzidas pelas artes na relação com o sujeito. Elas são capazes de suscitar variadas interpretações, institui uma desterritorialização dos referenciais dos sujeitos e

instituem a diferença na medida em que suscitam a projeção de novas formas de pensamento e de ação, bem como de sensações e emoções. Mas, como na Filosofia, ela nunca se remete ao real, ao verdadeiro, mas sim as variedades do vivido. Sendo assim, as Artes são potências que nos impulsionam para a mudança.

Não há nenhum problema em se tomar, em caráter experimental, outras linguagens, outras formas do conhecimento diferentes das da Ciência, para se produzir um diálogo entre ambas. Dessa forma, buscamos não a racionalização científica dos outros saberes, mas sim compreender quais são os *limites* que encontramos em cada uma delas e como podemos articulá-los.

Nietzsche tinha grande apreço por Arte e produziu muitos comentários a seu respeito. Nietzsche compreende-a “como contraposta a toda vontade de negação da vida, como o anticristão, antibudista”. Concordamos com ele com relação à capacidade de a arte nos proporcionar prazer, estimular a vida, redimir sofrimentos. “A arte... é a grande possibilitadora da vida, a grande aliciadora da vida, o grande estimulante da vida (NIETZSCHE, 1978, p. 28).

Devemos levar em consideração que a Ciência tem trabalhado com generalidades, preocupando-se antes com a similaridade do que com a diferencialidade existentes nos fenômenos. Pensamos que a Arte é, ao contrário da Ciência, preocupada com a diferença, ou ela é totalmente despreocupada. Neste sentido, a Arte não visa uma representação. Ela não visa ser uma cópia exata de um objeto real. Este é sentido de *arte nômade*.

O diálogo entre os saberes é necessário na medida em que suscita o outro, o novo, o diferente. Por exemplo, a pintura, por atuar mais ao nível das sensações, se aproxima mais de como percebemos o mundo em sua diversidade, daí ser ela potencializadora dessa capacidade de conhecermos o mundo a partir da totalidade de nosso corpo, não apenas com a metafísica da razão tão preconizada pela Ciência.

Segundo Schöpke (2004, p. 172), “todo pensador ou artista nômade é necessariamente um criador. Os que nada fizerem além de reproduzir e retratar as coisas são artistas sedentários”. Schöpke aborda a concepção deleuziana sobre nomadismo e arte, ressaltando a diferença entre criar e reproduzir. Desse modo, consideramos a Arte como criação, como plano de composição:

Trata-se, como já dissemos, da exaltação da arte como potência criadora máxima. Tal como o pensamento, a arte deve estar livre da reconhecimento e da representação para efetuar-se como autêntica atividade de uma alma nômade. A arte representativa, a despeito de sua beleza e de sua magnitude, paga tributos à identidade e à similitude perfeitas, jamais rompendo com um determinado estado de coisas. Neste sentido, a arte corre o perigo de se tornar um simples adorno ou uma mera peça decorativa. Uma arte nômade, ao contrário, causa uma espécie de mal estar e uma desagradável sensação de ignorância àqueles que tentam decifrá-la segundo os códigos do mundo sedentário. É desta arte que Deleuze trata preferencialmente, quer ele esteja falando de literatura, pintura ou cinema. (SCHÖPKE, 2004, p. 179).

Arte é considerada por nós como uma forma de pensamento. Sua produção se dá diversamente da produção da Filosofia e da Ciência, que são outras formas de pensamento. Essas formas de não se remetem a totalidade do real. Elas produzem cortes, traçam planos, estratificações do vivido. São ao mesmo tempo limitadas e infinitas.

A linguagem musical, por exemplo, nos oferece inúmeras possibilidades. Serve como ferramenta para se pensar a cultura de um grupo ou povo, a produção mercadológica musical em determinado contexto, a cidade, o campo, movimentos sociais, o espírito humano, etc. São meios de produção de sensações, perceptos e

afectos, já que a música tem o poder de induzir e agenciar os mais diversos sentimentos nas pessoas, tais como a tristeza, a calma, a saudade, o ódio, etc. Serve também como ferramenta didática para o profissional das diversas áreas da educação básica e superior. Não são raros os casos em que professores de Geografia utilizam-se de músicas em sala de aula, de modo a ela ajudar os alunos a entender determinadas questões discutidas por esta disciplina. Porém, muitas vezes a apresentação de uma obra artística não é feita de modo propício, com condições ambientais e técnicas, a potencializar sensações outras, resumindo-se na mera constatação de uma palavra, um objeto, uma forma ou um timbre.

Visando o desenvolvimento de habilidades como observação, raciocínio, percepção, Fernandes (2010, p. 122) realizou experiências com seus alunos do ensino básico utilizando-se da música 4'33" de John Cage. Através do contato com esta música, marcada pelo sons que vão surgindo a partir do silêncio, Fernandes aponta que os alunos puderam perceber que é possível construir um entendimento sobre o conceito geográfico de paisagem, valorizando e trabalhando as habilidades de observação e percepção dos sons e silêncios, através da paisagem sonora da sala de aula, ou mesmo de outros lugares. Ou seja, eles puderam aprender que podemos conhecer melhor os lugares a partir dos sons característicos dos lugares não apenas através das imagens dos lugares.

Ao nosso ver, esse é o trabalho do professor, a eterna busca por novas estratégias de ensino/aprendizagem que possibilitem a melhor forma de se estabelecer a comunicação com os alunos, contribuindo para o desenvolvimento da sua capacidade de refletir e agir, combinando o pensar e o sentir. O resultado disso se reverbera na capacidade dos mesmos melhor observar o contexto dos ambientes em que se encontram, não restringindo à reprodução de conceitos e ideias inerentes à sala de aula (FERNANDES, 2010, p.131).

Para que a ciência geográfica e seu ensino possam ter real valor e sentido, de modo a nos ajudar a melhor nos localizarmos e agirmos no mundo, é preciso o diálogo entre as múltiplas formas de conhecimento, ou seja, entre múltiplas linguagens.

4 – O pensamento de Nietzsche: contra a metafísica da linguagem, o sentido!

Nietzsche tomou parte “no discurso da modernidade” (HABERMAS, 2000, p. 124), alterando a argumentação dos filósofos antecessores de forma radical. Isso significa que ele foi até a raiz do problema por ele considerado. Um grande problema é a fundamentação metafísica do mundo. A vontade de potência negativa. Essa fundamentação implica num conceito de razão no qual Nietzsche discorda. Para ele “a vida não é argumento; entre as condições da vida poderia estar o erro” (NIETZSCHE, 1978, p. 202).

Os fundamentos dessa razão tão criticada por Nietzsche tiram da vida toda a sua efetividade como devir; dizer que a vida não é argumento é uma forma de criticar toda dialética. A dialética cria uma imagem de natureza como sendo semelhante a um jogo de teses e antíteses que se negam gerando uma síntese. A realização da natureza enquanto negação da negação.

Ademais, essa razão se demonstrou como uma grande vontade de verdade, travestindo-se de um saber cuja marca é a neutralidade da sua efetivação lógica. A vontade de verdade é sintoma de vontade de dominação. Segundo Deleuze (1976, p. 36) “a filosofia ativa de Nietzsche só tem um princípio: um termo só quer dizer alguma coisa na medida em que aquele que o diz *quer* alguma coisa ao dizê-lo”.

O “caráter geral do mundo é, por toda a eternidade, o caos, não no sentido de falta de necessidade, mas da falta de ordem, articulação, forma, beleza, sabedoria” (NIETZSCHE, 1978, p. 199). A existência não tem significado, nem sentido

predeterminado. Se desejarmos imputar sentido ao mundo devemos então criar esse sentido.

Para Nietzsche, o homem e, sobretudo, o seu super-homem são criadores de sentidos. O super-homem ou o além-do-homem nietzscheano é aquele que supera a moral estabelecida, afirma a vida, não segue ninguém a não ser a si próprio e também não deseja que ninguém o siga; é aquele que assume a sua condição de criador da vida.

Encontramos os sentidos das coisas, de qualquer natureza, a partir de quando conhecemos as forças que delas se apropriaram e exploraram. Então um sentido é uma relação entre forças num campo. Segundo Deleuze (1976, p. 5), “a dualidade metafísica da aparência e da essência e, também, a relação científica do efeito e da causa são substituídas por Nietzsche pela correlação entre fenômeno e sentido. Toda força é apropriação, dominação, exploração de uma quantidade de realidade. Esta noção de sentido, portanto, está atrelada a uma noção de relação entre forças de uma quantidade de realidade.

O sentido não se expressa numa relação de necessidade, sistematicamente. Isso equivale a dizer que uma coisa não contém uma essência. Sua essência é plural, pois ela tem vários sentidos e que sempre mudam a cada instante. “A filosofia de Nietzsche só é compreendida quando levamos em conta seu pluralismo essencial” (DELEUZE, 1976, p. 5). O pluralismo é considerado aqui como a forma de pensar filosófica na medida em que estabelece diferenças. Então, equivale a dizer que Nietzsche tem uma posição antiessencialista.

Buscar compreender o sentido das coisas seria a mais alta tarefa da filosofia, a filosofia como uma arte de interpretar. Este é o sentido deleuzeano de filosofia em *Nietzsche e a filosofia*. Postura que mudou em certo sentido em suas últimas obras conjuntas com Guattari, onde o sentido de filosofia passou a ser o de produtora de conceitos, como já vimos anteriormente, noção esta que vai além da interpretação.

A noção de sentido em Nietzsche se desenvolveu através dos trabalhos que ele foi realizando sobre o mundo grego, sobre a antiguidade, sobre a cultura contemporânea, na medida em que ele foi se deparando com as grandes diferenças entre os valores de sua época e os valores de sociedades antigas. Percebia que os valores eram contingentes e que mudavam. Os sentidos de uma mesma palavra mudavam conforme o momento, ou seja, conforme a tensão entre forças de diferentes potências e, portanto, conforme a relação entre diferentes tipos de forças. Um mesmo fenômeno com sentidos opostos pode ser exemplificado através da idéias de Nietzsche sobre Dionísio e Cristo. Segundo Deleuze:

Em Dionísio e em Cristo o martírio é o mesmo, a paixão é a mesma. É o mesmo fenômeno, mas são dois sentidos opostos. Por um lado, a vida que justifica o sofrimento, que afirma o sofrimento; por outro, o sofrimento que acusa a vida, que testemunha contra ela, que faz da vida alguma coisa que deve ser justificada (DELEUZE, 1976, p. 10).

Duas formas de enxergar a vida. Duas formas opostas que coexistem. Apesar dos sentidos serem opostos, pois o sentido de dionísio é o de afirmação da vida e o sentido de cristo, ou Apolo, é o de negação da vida, eles não são antíteses um do outro. O sentido é uma noção antidialética, pois que é afirmação diferencial.

A simplificação do mundo tomada a partir da racionalidade metafísica transforma a riqueza em pobreza, o efetivo em ideal, o diferente em igual. Para afirmar a vida em toda sua riqueza, Nietzsche posicionou-se contra toda metafísica, elencando a arte como a grande criação do homem; “já em *O nascimento da tragédia* encontra-se, *atrás* da arte, a vida” (HABERMAS, 2000, p. 137).

A vida somente pode ser justificada enquanto fenômeno estético. Nietzsche valorizou o poder do mito e da arte como expressões dos tempos, no sentido do poder

que mito e arte possuem de transmutar os valores, ou seja, de afirmar novos sentidos para a vida humana. Em contrapartida, criticou as formas que se pretendem puras, que são tomadas como absolutamente verdadeiros por basearem-se na precisão lógica interna da linguagem. Neste sentido, a verdade científica pode ser uma falsidade, enquanto que uma mentira, um mito, pode remeter-se ao efetivo.

As Filosofias que trabalham no horizonte dos universais identificam-se em alto grau com as Ciências, pois não formam conceitos, mas formam proposições lógicas. Os universais, desse modo, são proposições lógicas, que objetivam ser fidedignas expressões das realidades essenciais inferidas a partir do contato do homem com as coisas.

No universo da linguagem como meio universal, a razão é uma espécie de capacidade que dispomos para conhecermos o mundo em sua essência; para conhecermos o mundo objetivamente. A razão também é a medida das coisas; expressando-se enquanto verdade matematicamente e logicamente. Nietzsche é um crítico da idéia de uma racionalidade pura que se manifesta verdadeiramente nos universais. “Os limites da linguagem, segundo Nietzsche, estão principalmente no caráter de *universalidade* de suas palavras e de todas as suas sentenças possíveis” (ABEL, 2005, p. 250).

Para Nietzsche, consciência e linguagem são indissociáveis. Não se atribui para a filosofia de Nietzsche a categorização de linguagem como meio universal. A semântica, para Nietzsche, é acessível. A razão não é apenas a forma através do qual pensamos o mundo, ela é também a forma pelo qual sentimos o mundo.

O pensar consciente implica um fundamento lingüístico-gramatical; “Nietzsche mencionou isso numa formulação concisa, a saber, que ‘o pensar racional’ é um *‘interpretar segundo um esquema, que nós não podemos dispensar’*” (ABEL, 2005, p. 232).

Outro ponto a destacar, é o caráter público da linguagem e do uso dos signos: as linguagens estão intimamente relacionadas ao existir humano, que é um *existir-com-os-outros*. A linguagem para além da forma como pensamos o mundo, é um instrumento de sobrevivência, de realização, pois é o meio pelo qual nos comunicamos e nos agenciamos. Por isso, a consciência não se restringe a um *eu*, mas a um *nós*.

A linguagem pode induzir o homem a erros de compreensão, na medida em que a crença comum na palavra, pelo homem, condiciona o olhar sobre o fenômeno. A linguagem natural é prática; não é contra ela que Nietzsche escreve. Ele escreve contra a absolutização do valor da linguagem discursiva; contra a dotação de valor de verdade para sistemas interpretativos. Segundo Abel:

Esse caráter de universalidade das palavras de uma linguagem é reforçado decididamente, assim que as palavras se tornam *conceitos*, que atuam como nomes para um grande número de coisas iguais. “Toda palavra”, notava Nietzsche, “torna-se logo conceito, através do qual ela não deve ajustar-se, como lembrança, à vivência original, única e totalmente individualizada, à qual deve seu surgimento, mas tem de servir, ao mesmo tempo, para inúmeros casos, mais ou menos semelhantes, isto é, rigorosamente falando, para casos nunca idênticos, portanto claramente desiguais. Todo conceito surge por meio da igualação do não-igual” (ABEL, 2005, p. 251).

O sujeito produz corporalmente “metáforas” sobre o mundo. O conceito de essência, por exemplo, para a filosofia nietzschiana é desprovido de significado, assim como o de Deus, pois ele considera que não são conceitos surgidos a partir da imanência, mas sim ideais; estes conceitos carregam valores nihilistas, que depreciam a vida. São conceitos que expressam uma natureza de relações de forças negativas e

reativas. O conceito não pode confundir-se com os universais; antes, ele funciona como uma espécie de metáfora; Nietzsche³ foi um grande “metaforizador”:

Ferramenta de trabalho do filósofo provê na metáfora construtora de interpretações inesgotáveis um antídoto para a fixação de conceitos. A manipulação proposital da linguagem metafórica ao menos desestabiliza conceitos e revela a natureza do conhecimento como mais próxima da interpretação do que da explicação. (BRAGA, 2003, p. 76).

A linguagem metafórica é uma ferramenta de que Nietzsche dispõe para questionar a concepção do discurso conceitual que visa apenas o universal da verdade em si, apontando os limites desta idéia de verdade universal e resgatando o papel da interpretação artística como forma de conhecer. A metáfora é uma figura de linguagem que se adéqua ao pensamento do múltiplo, dos sentidos, das diferenças. Ela é uma afirmação, não é uma representação como são os universais. As metáforas nietzscheanas não surgem isoladamente de outras. Elas acontecem, sobretudo, nos aforismos:

O poema e o aforismo são as duas expressões metafóricas de Nietzsche; mas estas expressões estão numa relação determinável com a filosofia. Um aforismo considerado formalmente se apresenta como um *fragmento*, é a forma do pensamento pluralista; e, em seu conteúdo ele pretende dizer e formular um sentido. O sentido de um ser, de uma ação, de uma coisa é o objeto do aforismo (DELEUZE, 1976, p. 17).

Vê-se que a própria forma de expressar o pensamento, através de metáforas, o estilo de escrever de Nietzsche evidencia sua posição filosófica. Pensamento e linguagem indissociáveis em Nietzsche, no sentido de que é necessário ruminar, fabricar, selecionar, organizar as palavras para melhor poder transmitir os conteúdos, isto é os sentidos. Certas possibilidades interpretativas do mundo podem se fechar em função da linguagem. Nietzsche nos chama atenção:

Sempre que há afinidade lingüística não se pode evitar que, graças à filosofia comum da gramática, em outras palavras, graças ao domínio e orientação inconscientes pelas funções gramaticais idênticas, tudo se encontre preparado, desde o início, para um desenvolvimento e uma sucessão semelhantes dos sistemas filosóficos. Igualmente certas outras possibilidades de interpretação do mundo parecem bloqueadas (NIETZSCHE, 2008, p. 50).

Esta é uma questão complexa que nos exige um aprofundamento para podermos tomar um posicionamento mais sólido, porém, a indicação da relação entre as formas interpretativas e estrutura lingüística dos povos é muito interessante. Isso pode servir como indicativo da possibilidade de entendermos como povos diversos, estruturalmente pensam iguais, ou seja, interpretam o mundo de forma muito parecida. Além disso, evidencia uma dificuldade interna de lógica da linguagem que impede que formas interpretativas diversas sobre o mundo possam surgir. Em última análise, parece que linguagem em Nietzsche não se restringe ao campo da expressão racional, mas também de expressão dos impulsos fisiológicos.

³ Observem que Nietzsche dava outro significado para a idéia de conceito diferentemente da interpretação de Deleuze e Guatarri. No entanto, os três convergem quando criticam o sentido de universais que os conceitos pretendem carregar. Por isso Nietzsche contrapõe metáforas a conceitos.

5 – Natureza e cultura: uma perspectiva não usual na Geografia

Uma perspectiva interessante sobre natureza pode ser encontrada na filosofia de Nietzsche. Para Nietzsche, a natureza não é um recurso que está disponível para a realização das necessidades materiais dos homens.

Sobre a dualidade cultura/natureza em Nietzsche, Frezzatti Jr. afirma que “pensar a relação entre tais pressupostas esferas como um processo dinâmico é, para nós, a principal contribuição de Nietzsche para a discussão. Com a dissolução da dualidade cultura/biologia, dissolve-se tanto o determinismo cultural quanto o determinismo biológico” (FREZZATTI Jr., 2006, p. 294).

Esta questão é de extrema importância para o pensamento na medida em que implica na problematização de qualquer fundamento biológico ou cultural, de superioridade ou inferioridade, como justificativa de qualquer tipo de política de privilégios. O sentido de natureza em Nietzsche não é, portanto, o de oposição em relação ao homem. Segundo Abel:

Tendo em vista uma concepção não dualista da conexão entre o orgânico e consciente, fisicalista e mental, é de grande importância que os ‘elementos’ da natureza e da vida não seja tomados como ‘coisas’, no sentido de ‘corpos materiais’, que ocupam posições no espaço-tempo, mas como ‘eventos’ (‘Ereignisse’), ou seja, ‘processos’.

[...] O conceito nietzschiano de mundo, a saber, de natureza, pode ser caracterizado por meio da figura de efeitos cambiantes dinâmicos, altamente complexos, de variadas organizações de forças ‘vivas’ e ‘inteligentes’. Na nova interpretação da realidade em Nietzsche, essas organizações de forças processuais são qualificadas como forças-da-vontade-de-potência (ABEL, 2005, p. 215).

Isto quer dizer que a natureza em Nietzsche não é algo localizável, no sentido de fixidez dos corpos físicos e rígidos num espaço; ela também não tem sentido de exterioridade em contraposição a interioridade da consciência, como algo essencialmente exterior ao pensamento; a natureza é coexistência de forças caóticas em mudança. A natureza não sendo exterioridade, ordenada e não tendo sentido algum, logo, não podemos atribuir qualquer legalidade à natureza.

A natureza não tem lei alguma. Nietzsche se coloca contrário a todo estabelecimento de fundamentos legais na natureza e, também, de qualquer fundamento legal de valor absoluto para a sociedade. As leis humanas também expressam a hierarquia momentânea de determinada correlação entre forças. De acordo com Frezzatti Jr. (2006, p. 294), “A implosão da dualidade biologia/cultura por Nietzsche está no âmbito das outras críticas realizadas pelo filósofo contra a dualidade metafísica”.

Por isso, toda essa correlação entre corpo, subjetividade, pensamento, linguagem, vontade de potência, devir, consciência, natureza, forças, etc. Esse foi o caminho que Nietzsche percorreu para demonstrar alguns erros profundos da filosofia e das relações humanas. Ele não instaurou nenhuma nova verdade; ele permitiu como afirmou Deleuze, “erguer uma nova imagem do pensamento, liberar o pensamento dos fardos que o esmagam”. Ao não contrapor natureza e cultura, ele quebrou o valor da idéia platônica; do conhecimento desprovido de território.

Esta ausência de distinção essencial entre natureza e cultura ou natureza e consciência no pensamento nietzscheano, implica em afirmar que não há pensamento sem corpo, ou seja, sem territorialização da idéia. Por isso, consciência e corpo são indissociáveis. Segundo Deleuze (1976, p. 21), “como Freud, Nietzsche pensa que a consciência é a região do eu afetada pelo mundo exterior”. Mas esta consciência não

é definida em pelos reflexos produzidos pelo mundo exterior, antes se define a partir dos valores que ela produz.

Isto quer dizer que a consciência é algo ativo e não contemplativo. Ela não busca no mundo da Ideia o simulacro para reconhecer no mundo sua cópia. Ele é manifestação, “sintoma” das forças que a compõe. “Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político” (DELEUZE, 1976, 21.). Então, podemos dizer que Nietzsche buscou naturalizar o homem, na medida em que esta era uma forma de romper com os valores metafísicos atribuídos ao homem. O sentido de naturalizar o homem é o de torná-lo profano. O homem como natureza implica em não homogeneizá-los, mas sim em diferenciá-los. De acordo com Cavalcanti:

Na modernidade assiste-se à formação de um valor absoluto do homem, fundado no princípio de igualdade e universalidade dos direitos humanos, independentemente das diferenças entre os indivíduos e de seu poder em dar forma e criar a si próprio. Na interpretação de Nietzsche, a esfera da auto-conservação, a afeição do existir, constitui o critério fundamental da atribuição moderna de valores, conferindo, desse modo, valor em si à espécie humana (CAVALCANTI, 2007, p. 118).

Esse valor metafísico do homem, valor tipicamente atribuído a algo em si, como se isso fosse possível já que nada é em si, é considerado por Nietzsche enquanto um sintoma de um tipo de força. É sintoma do niilismo que marca a modernidade. Esse tipo de valor manifesta o tipo reativo de força, pois é depreciativo. Se o homem já tem valor em si, então, todos os homens são iguais. Isto implica na não superação do homem pelo homem. No entanto, o mundo-natureza é a diferencialidade pura. Esta diferencialidade do devir impede-nos de atribuir valores absolutos quaisquer. Pensar o mundo é vislumbrar diferenças; é estabelecer planos; é agenciar desterritorializações; é encontrar relações entre potências ou entre forças. Neste sentido, de quais relações de forças falamos quando falamos em natureza? Segundo Deleuze:

a própria natureza tem uma história. A história de uma coisa é geralmente a sucessão das forças que dela se apoderam e a coexistência das forças que lutam para delas se apoderar. Um mesmo objeto, um mesmo fenômeno muda de sentido de acordo com a força que se apropria dela (DELEUZE, 1976, p.5).

O pensamento, em Nietzsche, não pode ser explicado enquanto algo que concorda ou se adequa aos objetos. Os objetos possuem componentes maquínicos⁴, no entanto, o sentido do objeto só acontece no ato, não é, portanto, pré-dado. Da

⁴ O agenciamento é maquínico quando as forças de suas linhas intensivas são indutivas de “co-adaptações de conteúdo e expressão num estrato” (DELEUZE & GUATTARRI, 1995, p. 88), ou seja, ele é maquínico enquanto portador contemporâneo de blocos de significados que reafirmam o estado de coisas e quando tenta impor ordem. Segundo Guattari: “Quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciadoras. Elas produzem subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação” (GUATTARRI, 1992, p. 158). Os fixos são máquinas enunciadoras. Elas disciplinam, induzem as percepções e as ações. Neste sentido, elas produzem subjetivação parcial. Porém, elas não determinam os acontecimentos. Estes acontecem. Toda disciplina não dá conta do caos.

mesma forma, a natureza não tem sentido até que se construa algum. Segundo Nietzsche:

São somente homens ingênuos que podem acreditar que a natureza do homem possa ser transformada em uma natureza puramente lógica; mas se houver graus de aproximação desse alvo, o que não haveria de se perder nesse caminho! Mesmo o homem mais racional precisa outra vez, de tempo em tempo, da natureza, isto é, de sua *postura fundamental ilógica diante de todas as coisas* (NIETZSCHE, 1978, p. 96).

Ao naturalizar o homem, imputando-lhe a dimensão do ilógico e dos impulsos, significa atribuir certa irresponsabilidade ao homem. Nossa cultura atribui ao homem uma noção de absoluta responsabilidade por parte deste sobre seus atos. Todos devem ser conscientes de seus direitos e deveres, ou seja, para hipoteticamente termos algum direito, antes somos obrigados a cumprir deveres muitas vezes determinados por forças que se sobrepõe a nossa vontade; forças estas que temos de nos submeter em certo sentido ou nos adaptar para poder subvertê-lo. “Afirmar que as condições culturais e as condições fisiológicas são graus de hierarquização de configurações de impulsos é asseverar que o processo de educação ou seleção é um processo de luta entre impulsos por mais potência, envolve dominação e submissão” (FREZZATTI Jr., 2006, p. 297).

No entanto, nunca na história humana foi tão recorrente a ausência de controle de nós sobre nós mesmos e ainda mais sobre o mundo ou a sociedade. A regra é burlar as regras. Por isso, tantas prisões, escolas, hospitais psiquiátricos, tantas avaliações, etc. O que se tem tentado é burocratizar a natureza e as relações sociais; normatização e vigilância excessiva sobre como devemos nos relacionar com a natureza e conosco mesmos.

Portanto, os sentidos de natureza em Nietzsche são: como vontade de potência; como diferencialidade absoluta; como corpo; como consciência; como linguagem; como caos; como sem sentido, ou seja, esfera do ilógico; como devir; como mundo; como antiessência; como imanência; como vida:

Fatalidade: resultado da luta de impulsos por mais potência! Não há estrutura biológica, não há cultura nem educação que formam o homem. Apenas fatalidade, apenas acaso, apenas luta por mais potência. “A vida mesma não é o meio de algo: ela é apenas uma forma de crescimento de potência” [...]. Não há um mundo biológico ou natural, nem um mundo cultural, apenas luta por potência (o “todo”). Nessa concepção, não há macro cosmo ou microcosmo, nem volta a uma matriz primordial, nem religação com nada, nem caminho à redenção. Criação, destruição, recriação e assim por diante, sem finalidade (FREZZATTI Jr., 2006, p. 296).

A naturalização do homem no sentido nietzscheano não implica em reduzir a existência humana a determinações de natureza físico-químicas, ou seja, não se considera que os fenômenos sociais não tenham distinção qualitativa em relação aos fenômenos, dito, naturais. O que muda é o próprio sentido de natural.

Nietzsche naturaliza o homem porque este não se fundamentaria pela alma ou pela razão, mas sim pela sua diferenciação natural, pela vida, pelo mundo que constrói, no qual a racionalidade do homem nada mais seria que um elemento de sua diferenciação, assim como a asa da mosca é um elemento de diferenciação da mosca.

O sentido desta idéia não é o de justificar qualquer ordem social pela superioridade natural das classes sociais ricas e proprietárias que, por isso, por serem

naturalmente superiores, teriam o direito natural (ou divino) de exercer domínio sobre os naturalmente inferiores, ou seja, domínio sobre os pobres do mundo.

Sentido é o de propor a plenitude de vida ao homem; valorização do instinto humano; valorização das realizações triviais como comer, dormir, dançar, fazer sexo, etc.; valorizar o sofrimento não como purgação dos pecados, mas como força criadora; em última instância, o sentido de naturalização do homem em Nietzsche é o de dessacralização do homem, é torná-lo acaso; é abrir caminho para a chegada do super-homem, pois a condição para a criação de novos valores estará aberta; o campo para a criatividade estará fértil.

6 – Conclusão

Reconhecer as fronteiras entre as diversas formas de pensamento, Filosofia, Ciência e Arte, possibilita a compreensão de como elas podem ser mobilizadas no sentido da ampliação dos nossos horizontes de pensamento. Por isso, somos partidários do princípio moderno “da escola que aprende”, pois não apenas os alunos devem aprender nas escolas, mas também os professores e outros profissionais que formam o conjunto escolar. Neste sentido, os professores devem procurar ir além do livro didático como fonte de dados e, sobretudo, de conceitos. No caso da Geografia, tendo em conta que o pensamento nietzscheano não é utilizado em larga escala como referencial de produção do conhecimento geográfico, e observando a riqueza de seu pensamento, trouxemos o exemplo de como ele compreende natureza e problematiza o pensamento. O conceito nietzscheano de natureza pode contribuir para que os professores de Geografia problematizem os conteúdos próprios da Geografia de modo a induzir o desenvolvimento de competências geográficas, fazendo, assim, os alunos perceberem que eles não estão separados da natureza porque pensam, e que o pensamento não é pura abstração, mas é, antes de tudo, a forma como sentimos o mundo.

Bibliografia

ABEL, Günter. Consciência – Linguagem - Natureza. In: MARTON, Scarlett. **Nietzsche na Alemanha**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 200-260.

BRAGA, Paula. A linguagem em Nietzsche: As palavras e os pensamentos, **Cadernos Nietzsche**. São Paulo: USP, v. 14, p. 71-82, 2003.

CAVALCANTI, Anna. Arte da experimentação: política, cultura e natureza no primeiro Nietzsche. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, 2007. p. 115-133.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. I.

FREZZATTI Jr., Wilson. **A fisiologia de Nietzsche: a superação da dualidade cultura/biologia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

GRANGER, Gilles-Gaston. **Por um conhecimento filosófico**. Campinas: Papyrus, 1989.

GUATTARRI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERNANDES, A. M. Paisagem Sonora e o Ensino de Geografia: quatro minutos e trinta e três segundos de leitura do espaço. **Entre-Lugar**. Dourados, ano 1, n. 1, p. 113-132, 1º semestre de 2010.

FERRARA, Lucrécia. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. O nascimento da tragédia no espírito da música. In: **Nietzsche - Obras Incompletas**. São Paulo: Nova Cultura, 1978. p. 5-28.

NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiado humano. In: **Nietzsche - Obras Incompletas**. São Paulo: Nova Cultura, 1978. p. 83-151.

NIETZSCHE, Friedrich. A Gaia Ciência. In: **Nietzsche - Obras Incompletas**. São Paulo: Nova Cultura, 1978. p. 185-223.

PROST, Catherina. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: Espaço e Tempo, 2009, Curitiba. **Anais do ANPEGE**. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p. 181-200.

RODRIGUES, Arlete M. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: Espaço e Tempo, 2009, Curitiba. **Anais do ANPEGE**. Curitiba: ADEMADAN, 2009, p.167-180.

SCHÖPKE, Regina. Por **uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. São Paulo: Edusp, 2004.

VASCONCELLOS, J. Imanência e vida filosófica, considerações preliminares acerca da idéia de plano de imanência em Gilles Deleuze. In: **Princípios**. Rio de Janeiro: Ed., 1998, p. 115-122.

PERSPECTIVAS DIVERSAS SOBRE A FRONTEIRA: DA PARTILHA DOS ESTADOS-NAÇÕES A PARTILHA DA CIÊNCIA

Vivianne dos Santos Cavalcanti⁵

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
vianicorao@yahoo.com.br

Resumo

Quando se pensa em fronteira logo se visualiza a delimitação que é posta entre nações vizinhas. O conceito de fronteira, no entanto, sem perder a sua essência adquiriu acepções diversas e que perpassam pelas múltiplas escalas de vivência do homem. Além das fronteiras que se situam na zona de separação entre países, na escala micro, os indivíduos ao se relacionarem uns com os outros acabam impondo uma série de limitações para demarcar seus interesses ou mesmo se defender de possíveis fatores que os ameaçam e que podem trazer danos a sua estabilidade. Além disso, alguns elementos ao serem criados acabam impondo também uma série de limitações a outros pré-existentes pelo fato de considerarem os mesmos como sendo inferiores. Dessa maneira se deu o processo de desenvolvimento e consolidação da ciência moderna, que ao ser criada subjugou os conhecimentos já existentes e ainda limitou a suas pesquisas a objetos específicos, deixando de lado alguns elementos que apresentavam uma grande relevância para o entendimento de aspectos imprescindíveis da sociedade e suas relações com o meio.

Palavras-chave: fronteira; limite; Ciência Moderna; Geografia.

Abstract

When you think of just viewing the border demarcation which is placed between the neighboring nations. The concept of the border, however, without losing its essence and acquired several meanings that underlie the multiple scales of human experience. Beyond the borders of which are located in the buffer zone between countries at the micro level, individuals relate to each other end up imposing a number of limitations to demarcate their interests or to defend against possible factors that threaten them and can bring damage to its stability. In addition, some elements to be created also end up imposing a number of limitations to other pre-existing because they considered them as inferior. This gave way if the process of development and consolidation of modern science, to be created that overthrew the existing knowledge and further limited their research to specific objects, leaving out some elements that had a great importance for understanding the essential aspects society and its relationship with the environment.

Keywords: border, boundary; Modern Science, Geography.

1 – Algumas considerações a cerca do conceito de fronteira

O conceito de fronteira pode ser designado como “o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos, por diferentes

⁵ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES e integrante do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas, coordenado pelo Prof^o Dr^o Cláudio Benito Oliveira Ferraz.

grupos humanos” (MARTINS, 1997, p.11), sendo quase sempre visualizado desta forma, como uma zona limítrofe entre duas áreas vizinhas.

Este conceito, no entanto, pode dar margem a uma pluralidade de significações, não se restringindo somente a fronteira geográfica definida acima, mas sim a uma série de limitações criadas pelos indivíduos nas diversas ações, entre si e com o meio, que praticam em seu dia-a-dia.

Assim, essa noção de fronteira que se restringe a retratar a zona de separação entre dois países tem se mostrado um tanto quanto limitada, pois, como já dito acaba não contemplando as múltiplas significações que podem ser extraídas deste termo.

Como nos diz Martins (1997),

[...] fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (p. 13).

Diz-se então que atualmente a concepção tida de fronteira por vários estudiosos tem adquirido significados diversos que também nos dizeres de Albuquerque (2010) correspondem a “delimitações de territórios ou (...) metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos” destacando ainda que na atualidade “a palavra passa a ser bastante utilizada nos textos e discursos acadêmicos sobre os limites entre as áreas do conhecimento e as formas híbridas de percepção dos fenômenos sociais na atualidade” (p.329).

A fronteira ainda, como já dito, por suas amplas acepções pode ser visualizada nas relações entre os indivíduos dentro de uma sociedade, de seus conflitos e de suas implicações em geral. Depreende-se então a partir disso que o estabelecimento de limites e, dentro destes, de fronteiras é um fenômeno que pode se apresentar estritamente ligado a nossas relações cotidianas dentro de um determinado grupo humano. Diz-se então que

diariamente, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota. (RAFFESTIN, 1993, p.164).

Dessa maneira, coloca-se a importância do limite e, derivando deste, da fronteira em nossa existência como indivíduos, não devendo, portanto haver uma simples limitação do fenômeno fronteira como sendo apenas uma zona que separa duas áreas, dois países.

Vale ressaltar ainda que é de fundamental importância que seja feita uma diferenciação entre o limite e a fronteira, sendo que algumas vezes estes conceitos são postos erroneamente como se representassem um elemento comum. Martin (1992), diferenciando estes dois conceitos, nos coloca que “o ‘limite’ é reconhecido como linha, e não pode portanto ser habitada, ao contrário da ‘fronteira’ que ocupando uma faixa, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada [...]” (p.47).

Dessa maneira pode-se dizer que é do limite que se origina a fronteira. A partir da imposição, da delimitação de um elemento específico, de uma área, uma zona de separação entre “este” e “aquele” é criada, sendo esta zona a fronteira. Nos dizeres de Raffestin (1993), o limite é uma classe geral, sendo a fronteira um subconjunto.

A fronteira em todas as suas significações, zona que se situa entre duas áreas, dois elementos, acaba recebendo as influências de elementos de ambos os lados de seu entorno, sendo por isso um fenômeno possuidor de características próprias e únicas. Um local considerado por isso híbrido e que foi definido pelo brasileiro Silvano Santiago nos anos 70 como sendo um “entre-lugar”, um lugar intermediário e paradoxal, onde se mostram e se encontram relações e características únicas (HANCIAU, 2005).

O “entre-lugar” passa então a designar o sentido do que é a fronteira, uma zona que por se situar entre duas regiões, dois elementos, acaba não sendo nem o “eu” nem o “outro”, mas sim uma mescla destes. Esse conceito foi cunhado numa tentativa de explicar os acontecimentos que surgiram nos últimos anos do século XX, quando se mostrou necessário o levantamento de explicações e novas interpretações acerca das relações que se davam entre os indivíduos moradores de regiões periféricas do planeta, buscando-se sobretudo explicações para o sentido de pertencimento que norteavam os mesmos nestes locais (FERRAZ, 2010).

Em sua origem a fronteira surgiu como sendo a moldura dos Estados Modernos que se constituíram na Europa a partir do século XVI (MARTIN, 1992). Esta delimitação entre Estados ocorreu através do agrupamento, em um mesmo espaço, de indivíduos que eram vistos como possuidores de características semelhantes. Grupos que possuíam um idioma, costumes e modos de vida comuns foram postos como sendo semelhantes e alocados em um mesmo local, sendo este delimitado por fronteiras.

Essa ideia de delimitar um grupo em relação a outro, é apontada como uma delimitação cultural, isto se dando por meio da colocação das fronteiras entre áreas. Dessa forma diz-se que “definir uma cultura seria um exercício de afirmar quais eram os seus limites e o que caberia e o que não caberia nela. Para tanto, era fundamental delimitar o território em que habitavam os portadores desta cultura, estabelecer sua língua, seus símbolos, seus costumes, etc.” (OLIVEN, 2006, p. 157).

De início prevaleceram as fronteiras naturais, estas sendo rios, florestas, desertos, etc. Posteriormente foram construídos limites físicos entre nações, sendo esses mais frequentemente muros (MARTIN, 1992). As fronteiras a princípio, quando da constituição dos Estados-Nações, eram estruturas bem vigiadas, pois tinha-se muito receio de que o território delimitado fosse invadido e tomado por estranhos, vistos como sendo na maioria das vezes bárbaros e inferiores.

A vigilância feita na zona das fronteiras ainda é perceptível nos dias de hoje. Nestes espaços que separam duas nações muitas vezes é mobilizado um grande número de forças armadas na tentativa de impedir a entrada de estranhos, estrangeiros que representam uma ameaça à estabilidade social, política, ideológica, cultural etc. do país.

Nos países ricos que se localizam próximos a países em desenvolvimento esta preocupação em se vigiar as fronteiras se mostra ainda maior, pois a entrada de pessoas com uma orientação ideológica, cultural e principalmente com um nível econômico inferior é apontada como sendo uma grande ameaça a ordem vigente e a “estabilidade” que é percebida dentro dos Estados-Nação.

A estrutura de fronteira pode ser vista então acima de tudo como um elemento representativo do poder que um grupo de governantes ou um único soberano exerce sobre uma determinada área sobre a qual acaba impondo limites, lançando-lhe um projeto social específico e conseqüentemente uma ideologia, a qual todos, considerados indivíduos “culturalmente homogêneos” devem seguir. Por possuírem este caráter, os espaços delimitados por limites e fronteiras foram denominados por Raffestin (1993) “quadrículas de poder”.

Como já dito anteriormente, fronteiras e limites apesar de possuírem significados diferenciados podem ser vistos, do ponto de vista de sua criação e instauração, sob o prisma do poder já que são postos para atender aos interesses

particulares de um grupo de governantes, de um soberano, ou até de um indivíduo que em suas relações cotidianas impõe certos limites para que possa desenvolver e defender seus objetivos, de modo mais tranquilo (RAFFESTIN, 1993; ALBUQUERQUE, 2010).

Apesar de algumas fronteiras, ainda nos dias de hoje, apresentarem uma separação rígida entre duas nações não sendo possível a movimentação entre indivíduos de um local a outro, muitas apresentam estruturas bastante fluidas, permitindo assim a passagem dos indivíduos entre espaços delimitados. Com isso o objetivo principal da instalação das fronteiras que seria o de delimitar, entre outras coisas culturas, acaba sendo deixado de lado já que as pessoas que viajam acabam levando consigo alguns de seus valores culturais, seus costumes e práticas (OLIVEN, 2006).

Ainda nos dizeres de Ferraz (2010),

as fronteiras não são mais tão rígidas e nítidas. As interações de fenômenos, objetivos, ideias, imagens, sons e pessoas de diferentes lugares e escalas de manifestações, ocorrem no lugar, em cada lugar, nesse lugar em que se busca consolidar os sentidos de identidade e existência pessoal. (p.19).

Outro sentido que pode ser atribuído ao conceito de fronteira é o que diz respeito às delimitações que foram impostas pelo conhecimento científico ao longo de seu processo de desenvolvimento e consolidação, quando adquiriu algumas características próprias como um pensar extremamente racional, baseado em definições prévias e delimitações feitas a priori.

Ao se apoiar em uma série de limites na elaboração de seus estudos, tendo estes alguns fatores priorizados como a objetividade, a imparcialidade e a ruptura com o senso comum, tornou-se extremamente racional e objetivo, distanciando-se cada vez mais do que é vivenciado cotidianamente pelos indivíduos.

Tendo sido conduzida pelo paradigma da modernidade, a Ciência⁶ entre outros fatores, objetivou uma ruptura com tudo aquilo que não representasse o “puramente científico”, marcando assim uma série de rupturas epistemológicas que a acompanharam por todo o seu processo de desenvolvimento.

Com isso, a Ciência deixou de abarcar em suas pesquisas uma série de elementos que não se enquadravam dentro dos “novos padrões” adotados. Caracterizando-se como sendo uma Ciência Moderna, iniciou uma série de rupturas voltadas ora a conhecimentos já existentes, ora a outros considerados como sendo inferiores, além de deixar de fora de sua área de interesse e análise elementos vivenciados pelos indivíduos e que poderiam ser utilizados para uma maior aproximação entre o homem e a ciência.

A primeira ruptura epistemológica feita pela Ciência quando de seu surgimento foi direcionada aos mitos, onde houve a separação entre o que era considerado senso-comum - os mitos, no caso - e o científico, o conhecimento que estava sendo elaborado (HISSA, 2006).

Mostra-se importante salientar que os mitos constituem-se em conhecimentos elaborados por povos primitivos, produzidos no contexto do grupo e utilizados por estes povos como um meio de explicação de sua realidade. Organizam-se em princípios utilizados por estes indivíduos para se manterem estáveis diante do desconhecido, buscando um equilíbrio cultural dentro de sua sociedade (HISSA, 2006).

⁶ Neste trabalho o termo Ciência, seja grafado com a letra C maiúscula ou c minúscula, estará fazendo referência a todos os ramos do saber científico, que em maior ou menor medida foram afetados pelas novas características adquiridas pelo mesmo ao longo do tempo.

Além disso, os mitos utilizam-se quando da sua elaboração das sensações e das subjetividades do grupo, manifestando muitas vezes a sua inquietude perante o cotidiano da sociedade, no que diz respeito à disponibilidade de alimentos (caça, pesca, coleta de vegetais), da segurança do grupo em relação aos inimigos, da saúde dos que estão vivos, da paz espiritual daqueles que já morreram etc. (HISSA, 2006). Por possuírem estas características,

os mitos primitivos constituem verdades para o grupo. Tais verdades, de caráter dogmático e intuitivo, não estão fundamentadas no pensamento racional e tampouco são regulamentadas pela investigação e pelo trabalho empírico (no significado moderno que se atribui ao conhecimento construído pelo saber científico). São crenças que não necessitam de comprovação – nos termos regulamentados para a produção do saber moderno – que não admitem contestação. (HISSA, 2006, p. 50).

O conhecimento científico, por sua parte e utilizando de critérios próprios, interpreta o mito como sendo um conhecimento sem valor algum. Faz isso pelo fato de que este pensamento, considerado hegemônico e em sua maior parte produzido pela comunidade científica ocidental, coloca as sensações, as quais são bastante utilizadas na elaboração dos mitos, à margem dos conceitos científicos. Já o pensamento das sociedades primitivas, por sua vez, “calcula, não com dados abstratos, mas com ensinamentos de natureza sensível, odores, texturas, cores” (LEVI-STRAUSS, 1989 apud HISSA, 2006, pp. 50 e 51).

Além de considerar os mitos elaborados pelas sociedades ditas selvagens como sendo inferiores, o conhecimento científico também coloca as pesquisas desenvolvidas por estudiosos originários do Hemisfério Sul como sendo menos relevantes, quando comparadas as que são produzidas na porção Norte do planeta, mais precisamente no continente europeu (SANTOS, 1989; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os povos do Hemisfério Sul por terem sido colonizados pelos países do Norte são considerados atrasados e inferiores em diversos de seus aspectos, sendo que o campo que abarca o conhecimento científico não fica de fora deste processo. Dessa maneira a Ciência que é produzida pelos pesquisadores da linha de baixo do Equador, “as epistemologias do Sul” como nos diz Santos (1989), é praticamente ignorada pelos países ricos, pelo conhecimento produzido no Norte, o qual Santos (1989) também denomina “epistemologias do Norte”.

Ainda como nos diz Santos (2009), o pensamento ocidental é dividido em dois universos distintos: “o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’” (p. 23), sendo que o outro é visto com tamanha insignificância, que chega até ser posto como inexistente. Nos dizeres de Santos (2009) “do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica” (p. 25).

Esta linha que separa o conhecimento produzido do “lado de cá” do que é produzido do “lado de lá” é denominada linha abissal, sendo designada assim pelo fato de suprimir qualquer possibilidade de haver uma realidade digna de ser representada do outro lado da linha (SANTOS, 2009). As epistemologias do Sul são então reconhecidas como sendo inferiores e este discurso de inferioridade é utilizado pelos pensadores do Norte para subjugar as mesmas, caracterizando assim mais uma ruptura epistemológica da ciência.

Outra ruptura imposta pela racionalidade extrema adotada pela ciência moderna, e que também pode ser destacada, foi o esquecimento dentro das pesquisas de cunho geográfico das práticas cotidianas, fazendo com que a Geografia em certa medida se constituísse em uma ciência sem dinamicidade, pautada em

pesquisas extremamente teóricas e com métodos e conceitos fechados, elaborados a priori (FERRAZ, 2004).

Assim, juntamente com a racionalidade da ciência e a colocação dos objetos de estudo dentro de modelos rígidos e fechados, houve com o passar dos anos uma desvalorização das práticas cotidianas na Geografia. No entanto, esta ciência originou-se das práticas dos indivíduos com o ambiente vivido (SANTOS, 2007) e seu relacionamento com o cotidiano e a vivência dos mesmos mostra-se imprescindível na elaboração de pesquisas de caráter geográfico.

Como nos diz Ferraz (2008): “um saber dito geográfico [...] não pode se restringir a modelos e metodologias que não abordem a dinâmica das relações cotidianas estabelecidas pelos indivíduos na construção de seus referenciais espaciais e paisagísticos [...]” (p.11).

Dessa maneira, partindo dos elementos expostos acima: a falta de importância dada pela ciência aos mitos elaborados pelos povos primitivos, a desvalorização dos conhecimentos produzidos por pesquisadores do Hemisfério Sul e por fim do “esquecimento” das práticas cotidianas dentro dos estudos propostos pela Ciência, percebe-se que a consolidação do pensamento científico fez-se ao longo do tempo a partir da criação de uma série de rupturas que devido a sua essência de subjugar os demais conhecimentos e práticas, podem ser denominadas de fronteiras, fronteiras criadas pela ciência.

Fronteiras estas, que ao apartarem o “este”, “daquele”, podem ser visualizados como instrumentos utilizados pelo conhecimento para apartar de si o que considera estranho e inferior. Essa caracterização da instauração de fronteiras pela ciência atende claramente as características que são ligadas a esta, onde o outro é degradado para viabilizar a existência de quem o considera inferior, o subjuga, explora e domina (MARTINS, 1997).

No caso das fronteiras instaladas pela ciência o “outro” - mitos, “epistemologias do Sul”, práticas cotidianas - são subjugados e desvalorizados pelo conhecimento que se põe como hegemônico. Nessas fronteiras o outro é reconhecido, sendo este reconhecimento utilizado pelos do “lado de lá” para reforçar as suas características diferenciadoras, sua superioridade (OLIVEIRA, 1995; MARTINS, 1997).

A partir daí coloca-se então como a ciência, e no caso específico deste trabalho a ciência geográfica, conhecimento que objetiva, entre outros fatores, o estudo do homem e de seu relacionamento com o meio, havendo a aproximação entre a teoria e a prática da vida social, acabou se tornando um elemento que traz mais estranheza do que conhecimento de fato.

Essa estranheza associada às pesquisas de cunho científico nas quais a Geografia se enquadra se dá pelo fato de que, as mesmas pouco ou nada podem ser aplicadas a realidade dos homens, caracterizando a Ciência Moderna como sendo um elemento que apesar de sua dita importância é encarado como importante ou válido apenas perante a sociedade que lhe deu origem.

Diz-se por isso, que a Ciência Moderna acabou, por uma série de fatores, tornando-se um objeto que mais separa do que agrega o conhecimento, que mais traz estranheza ao homem que conhecimento do real, do mundo em que vivem e se relacionam os indivíduos, um mito elaborado em bases racionais e que se constitui em verdade apenas a sociedade que a criou.

2 – Rupturas epistemológicas: fronteiras impostas pela ciência

Como já dito anteriormente, o elemento fronteira atualmente denota uma pluralidade de significações, não se restringindo, portanto a simples colocação dela como sendo a zona que separa duas nações vizinhas, ou seja, não se limita apenas a noção de fronteira geográfica.

Nos dias de hoje uma das discussões feitas acerca do conceito de fronteira é a que diz respeito as rupturas que foram impostas pela ciência ao longo de seu processo de desenvolvimento e consolidação (HISSA, 2006; SANTOS, 1989; 2009).

Todos os ramos da ciência, com o passar dos anos, foram adquirindo algumas características que fizeram com que uma série de limites fossem impostos na elaboração de seus estudos, tendo estes alguns fatores priorizados como a objetividade, a imparcialidade e a ruptura com o senso comum. Estas limitações foram impostas pela ciência pelo fato de reconhecerem os outros conhecimentos pré-existentes quando de seu surgimento como sendo inferiores (HISSA, 2006; SANTOS, 1989; 2009).

Este caráter da ciência de considerar os outros conhecimentos como possuidores de uma menor relevância caracteriza a imposição de fronteiras feita pela mesma. Os pesquisadores ao elaborarem seus estudos apartam o “este” do “aquele”, utilizando-se de instrumentos próprios para descaracterizar e retirar o cunho científico de práticas e conhecimentos que julgam como sendo estranhos e inferiores.

Essa caracterização da instauração de fronteiras pela ciência atende claramente as características que são atribuídas a esta, onde o outro é degradado para viabilizar a existência de quem o considera inferior, o subjuga e domina (MARTINS, 1997).

A Ciência, então, como já dito, sendo guiada pelo paradigma da modernidade, ao longo do tempo foi estabelecendo uma série de cisões entre o que considerava como não sendo válido de ser visualizado como parte integrante do conhecimento científico, marcando assim uma série de rupturas epistemológicas, verdadeiras fronteiras que a caracterizaram por todo o seu processo de construção.

Com isso, a ciência adquiriu características próprias e acabou se tornando quase que restrita ao pequeno grupo que detém o poder de formulá-la. Assim, acabou se afastando da coletividade, constituindo-se em uma verdade absoluta para os que a elaboraram e um conhecimento estranho para os que observam-na de fora. Mais uma fronteira imposta pela ciência.

A ciência dita moderna edificou-se seguindo os passos de uma sociedade também denominada moderna, baseada em ditames referenciados pelo Renascimento e pelo Iluminismo. Além disso, outra corrente também marcou fortemente o desenvolvimento desta nova sociedade. Como nos diz Hissa (2006):

na reprodução histórica da modernidade, a ciência desenvolve-se a partir de uma concepção filosófica compatível com a realidade em processo de edificação: o positivismo. Limites são impostos à imaginação, na expectativa de que se construam os pretendidos caminhos do rigor, na indiscriminada procura da objetividade como estratégia de solução de ‘erros científicos’ (p.58).

Assim, de acordo com o fragmento exposto, pode-se dizer que grande parte da objetividade e racionalidade adquiridas pela ciência, e que foram levadas a todas as suas áreas, devem-se aos princípios positivistas, que não enxergavam a subjetividade e a imaginação como elementos favoráveis a realização de um bom trabalho científico. Ainda nos dizes de Hissa (2006):

as emoções, que permeiam toda a trajetória de vida e de relações dos indivíduos com o mundo, seriam definidas – sobretudo pelos adeptos mais radicais da modernidade que se constitui e se propaga – como um campo de sensações que dificultam e obscurecem o ato científico objetivo e rigoroso, construindo um universo ilusório e ficcional que não conduz ao conhecimento reivindicado pela ciência (HISSA, 58).

Percebe-se com isso que para a elaboração de uma ciência dita moderna seria indispensável a partir daí, a elaboração de pesquisas que seguissem normas rígidas, sendo necessário, entre outros fatores, a adoção de um método, este sendo próprio e sistemático, e apropriado para a elaboração de conhecimentos que serão interpretados como leis. Além disso, a metodologia científica deve ser utilizada – como se representasse uma única metodologia – ilustrando o rigor e a objetividade da ciência (HISSA, 2006).

Os trabalhos científicos a partir de então passaram a adotar esses critérios na elaboração de seus saberes, sendo que conhecimentos que não se enquadrassem dentro destes padrões não eram validados. Havia até certa temeridade entre os pesquisadores de que seus trabalhos a não atender as exigências impostas pelos novos padrões científicos fossem considerados como uma “não-ciência” (FERRAZ, 2008).

O gradativo desenvolvimento da ciência trouxe concomitantemente consigo a desvalorização dos mitos, saberes das sociedades primitivas (HISSA, 2006). A ciência, adotando a racionalidade para explicar os fenômenos que ocorriam no mundo, fez com que houvesse um desencantamento na explicação dos questionamentos levantados pelos indivíduos, que até então encontravam um grande respaldo nos saberes dos povos tidos como selvagens⁷. Dessa maneira

cada pequeno avanço da ciência correspondeu a um recuo no conjunto mítico dos valores éticos utilizados para explicar o mundo. A ciência evoluiu em um processo de desencantamento, correspondente a um desencantamento nas explicações. Através dos modelos racionais a explicação das coisas foi sendo liberada da dependência que a vinculava às crenças que o pensamento tinha. O pensamento científico permitiu às ideias fugirem da ética que norteava as explicações prevalecentes, onde deuses bons e deuses maus provocavam o nascer e o pôr-do-sol, eclipses e terremotos, a criação e o funcionamento do mundo (BUARQUE, 1991, p.11).

Assim, a ciência iniciou o processo de construção de fronteiras entre o conhecimento produzido por si própria e os outros tidos como inferiores. Vale ressaltar aqui que a noção de fronteira perpassa a clássica visão de que consiste em uma área que separa dois Estados-Nação. Para Martins (1997),

[...] fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (p. 13).

⁷ É interessante destacar a noção tida pelo senso comum e de certa forma também adotada pela ciência, do que é ser “moderno” e ser “selvagem”. Pensa-se sempre no moderno como algo novo e por isso melhor, a superação do antigo tido quase sempre como inferior, ultrapassado, sem maiores serventias. A passagem – superação – do primitivo (ruim) pelo o considerado moderno (melhor) é sempre esperada. No entanto, não há nenhuma garantia que algo que é considerado primitivo será um dia superado pelo novo. Pode-se citar uma dada sociedade, por exemplo, que sendo considerada primitiva, pode conviver durante anos com uma sociedade “moderna”. Não há uma sucessão cronológica padrão ou ideal, que leve uma sociedade considerada “primitiva” a se tornar uma sociedade “moderna”. Uma sociedade pode continuar coexistindo com uma outra sociedade tida como superior, moderna, mantendo os seus costumes e modos de vida primitivos. Diz-se então que os conceitos de “moderno” e “primitivo” tem a função de apenas referenciar os acontecimentos que se dão na história (HISSA, 2006).

Como “fronteira do humano” depreende-se então que fronteiras são estabelecidas pelos indivíduos em suas relações consigo e com o ambiente e os fenômenos que vivenciam, assim como dos conflitos ocasionados deste processo. Assim, considera-se a fronteira acima de tudo um fato social nos dizeres de Martins (1997), que pode possuir vários sentidos de acordo com o contexto, as relações e as problemáticas vivenciadas pelos indivíduos.

O estudo realizado por Albuquerque (2010) aponta que na contemporaneidade a noção de fronteira adquire significados diferenciados, sendo utilizada para designar “delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos” (p.330).

Ainda, de acordo com Martins (1997), tem-se que a noção de fronteira nos últimos anos esteve/está muito presente entre os estudos elaborados por autores das ciências humanas, sobretudo entre aqueles que questionam os rumos que os pressupostos científicos tomaram em seu processo de consolidação.

Faz-se então também neste trabalho o uso do conceito de fronteira para designar as rupturas feitas pela ciência, e especialmente pela ciência geográfica, concomitantemente ao seu desenvolvimento e consolidação.

Como já apontado, além da ruptura com os mitos das sociedades consideradas primitivas quando do surgimento da ciência, há uma grande discussão que se acentuou muito nos últimos anos a cerca dos limites impostos pela ciência que é produzida pelos países do Norte em relação à ciência produzida pelos países do Sul. As ciências produzidas pelos dois hemisférios são denominadas epistemologias, designando todas as formas válidas do pensar (SANTOS, 1989).

No final da década de 70, quando começaram as discussões acerca da pós-modernidade, verificou-se o abismo existente entre as ciências que eram produzidas pelos países localizados na porção Norte e na porção Sul do Planeta. Este abismo, distância entre estas formas de pensar foi denominado “pensamento abissal” por Santos (1989; 2009), sendo que como já dito ao invés de unir, separa o pensamento entre o que é considerado válido (pensamento eurocêntrico) e o que não é (demais pensamentos, mais notadamente os originados do hemisfério Sul).

Esta desvalorização do pensamento produzido pelos países do hemisfério Sul parte do sentimento de superioridade que os países do Norte nutrem pelos mesmos, já que foram os colonizadores destes países no advento das grandes navegações iniciadas no século XV. Apesar de passados séculos da descoberta do Novo Mundo e da colonização dos países do Sul, a dominação imposta pelos países europeus aos mesmos ainda é visível, diferenciada do tradicional saque de especiarias, madeiras, pedras preciosas e produtos agrícolas, mas os mecanismos que põem os países do Norte como superiores ainda persistem (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A separação e a desvalorização do conhecimento científico produzido por pesquisadores de países do Sul podem ser postas também como mais uma ruptura epistemológica imposta pela ciência no decorrer de seu processo de desenvolvimento, mais uma fronteira imposta pelo saber.

A ciência geográfica, também refletindo os novos paradigmas adotados pela ciência na pós-modernidade, teve suas pesquisas pautadas em modelos racionais e matemáticos, que elaborados a partir de métodos e conceitos definidos previamente, não se mostraram totalmente eficazes na explicação das relações dos indivíduos entre si e com o ambiente que os rodeia.

Esses modelos gerais e absolutos da Ciência quando colocados de frente com sua área humana e mais notadamente com o saber geográfico, acabam se mostrando um tanto quanto vazios já que muitos destes ramos do saber utilizam-se, quando da transmissão de seus conhecimentos para que haja uma melhor assimilação, das experiências vivenciadas cotidianamente pelos indivíduos que na maioria das vezes não são quantificáveis e nem se adéquam a nenhum modelo científico operacional.

A ciência geográfica, aliás, é um ótimo exemplo de como um ramo do saber se desenvolveu a partir dos saberes já tidos pelo homem. Como bem salientou Santos (2007), a Geografia não foi um campo do conhecimento criado por um sábio específico e nem a partir de pesquisas feitas por um grupo de cientistas, mas sim nasceu como uma atitude social, ou seja, partindo de conhecimentos prévios já tidos pelos homens e reforçados a partir de seu relacionamento com o meio. Assim, ainda de acordo com Santos (2007) a Geografia é “um tipo de conhecimento e, portanto, de um conjunto de respostas que a sociedade constrói para compreender alguns dos aspectos de sua relação consigo e com o mundo” (p.11).

Tendo a Geografia, então, este caráter de relacionar o conhecimento dos homens com sua vivência e suas práticas do dia-a-dia, para que assim tenham um melhor entendimento sobre esta ciência, sobre si mesmo e sobre o ambiente que os rodeia, o estudo de suas práticas cotidianas mostra-se de fundamental importância para o enriquecimento e consolidação do saber geográfico.

Com seus estudos pautados nestas características a Geografia deixou de abordar em suas pesquisas, práticas vivenciadas e realizadas cotidianamente pelos indivíduos e que demonstravam as relações estabelecidas pelos mesmos com os seus espaços de vivência e convivência (FERRAZ, 2004).

O cotidiano sendo aqui visto como um elemento que além de expressar, materializa temporal e espacialmente a realidade vivida e também experimentada e produzida pelos homens individualmente e em suas relações com a sociedade (FERRAZ, 2004), mostra-se dessa maneira estritamente relacionado à ciência geográfica, que se propõe, entre outras coisas, em estudar e analisar a relação da sociedade com o seu meio.

Além disso, as ações realizadas no dia-a-dia têm muito a ver com a ciência geográfica, já que o cotidiano se materializa no espaço e é nele que os homens se mostram como seres humanos em suas relações entre si e como os locais em que vivem e frequentam.

Dessa maneira o conhecimento científico, e nesse caso específico de relação da sociedade com o espaço, as ciências humanas e dentro destas a Geografia, não levou em consideração em suas pesquisas atividades que poderiam ser utilizadas para o levantamento de alguns aspectos imprescindíveis e que dizem respeito ao homem. Nas palavras de Ferraz (2004):

(...) os sonhos, emoções, vícios, sentimentos, gestos, gostos, desejos, loucuras, banalidades e detalhes do dia-a dia [...] foram negligenciados por não serem passíveis de catalogação, manuseio, classificação, controle, rigor e enquadramento em algum modelo científico. (p. 177).

Mostra-se a partir dos elementos levantados - desvalorização dos mitos elaborados pelos povos primitivos e dos conhecimentos produzidos no Hemisfério Sul, assim como o esquecimento das práticas cotidianas - que a Ciência Moderna, e a Geografia inserida dentro desta, foi impondo uma série de barreiras, fronteiras do conhecimento, perante estes conhecimentos e práticas que não atendiam a lógica uniformizante e totalizadora pré-estabelecida seguida pela sociedade científica.

3 – Considerações finais

Desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente sem, no entanto, nunca desaparecerem (RAFFESTIN, 1993, p. 165). É sabido que a noção tida sobre o que é fronteira, assim como o significado de

outros conceitos analisados pela Geografia, existiu em diferentes momentos históricos, sendo sua significação diferenciada no decorrer destes diversos momentos variando no tempo e no espaço (OLIVEN, 2006).

A fronteira em sua formulação original compreende uma separação feita entre um grupo de indivíduos que se assenta em uma determinada porção espacial e que é considerado coeso no que diz respeito a suas memórias, seus valores, costumes. A delimitação “deste” grupo em relação ao “outro” ocorre então para diferenciá-la dos demais, os de fora que na maioria das vezes são vistos como impuros, por não apresentarem os mesmos valores que o grupo delimitado sendo, portanto, perigosos (OLIVEN, 2006).

São considerados então como elementos de separação entre grupos ora obstáculos naturais, como rios e penhascos, ora obstáculos físicos como muralhas. No entanto, as pessoas não ficam presas dentro dos limites de uma nação, elas ao se moverem, viajarem, levam consigo alguns elementos de sua cultura, fazendo com que muitas vezes haja um intercâmbio entre os seus costumes e os costumes de outros grupos.

Os conceitos de “desterritorialização” e “reterritorialização” (HAESBAERT, 2009) podem ser utilizados para exemplificar este fenômeno. Diz-se então por isso que a “desterritorialização é um termo utilizado para designar fenômenos que se originam no espaço e que acabam migrando para outros” sendo que o mesmo só encontra seu sentido “se for associado ao de reterritorialização, pois as ideias e os costumes saem de um lugar mas entram noutra no qual se adaptam e se integram” (OLIVEN, 2006, p. 158).

Por instituir-se entre dois lugares, a zona fronteira passa a ser designada como sendo um “entre-lugar”, termo cunhado nos anos 70 representando um lugar situado entre duas áreas e que por isso possui suas especificidades, não podendo ser comparado a “este” nem “aquele” lado. Esta zona possui características próprias, denominadas híbridas por associarem elementos de todos os seus lados circunvizinhos.

Por se situar entre dois ambientes, em um entre-lugar, a fronteira se apresenta como sendo um lugar diferenciado dos demais do seu entorno possuindo, portanto suas singularidades. Como nos diz Oliveira (2005) os espaços fronteiriços “são singulares em relação ao território-nação e singulares entre si – cada fronteira é uma fronteira” (p. 380).

Nos últimos anos a noção de fronteira tem se mostrado muito presente entre os estudos elaborados por autores das ciências humanas, sobretudo entre aqueles que questionam os rumos que os pressupostos científicos tomaram em seu processo de consolidação (MARTINS, 1997), em que como já dito, rupturas epistemológicas se deram caracterizando o que é ou não passível de ser visto como parte integrante do conhecimento científico.

Pode-se dizer que um dos principais objetivos tomados para si pela ciência é o fato tentar levar e explicar ao homem os fenômenos que fazem parte de sua realidade, através da elaboração de conhecimentos que devem ser compreensíveis e acessíveis ao mesmo (HISSA, 2006). No entanto, tornando-se um elemento extremamente teórico e racional, a ciência acabou tornando-se quase que um elemento enigmático o que fez com que muitos indivíduos passassem a de certa forma estranhá-la.

É justamente esta estranheza, a visão do “eu” diferente do “outro”, que constitui uma das principais características do que é tido como um dos “pré-requisitos” para a imposição de fronteiras, entre espaços, entre elementos, entre pessoas (MARTINS, 1997; OLIVEIRA, 2005).

O conhecimento científico, então, ao subjugar alguns elementos e práticas valeu-se de mecanismos utilizados quando da instauração de fronteiras entre países, na concepção clássica do termo, ao reconhecer no “outro” – mitos, epistemologias do

Sul e práticas cotidianas – características que as colocavam como sendo inferiores, devendo por isso serem apartados do “puramente científico”.

Além disso, o conhecimento elaborado pela ciência, seguindo os paradigmas que a modernidade ditou como sendo os corretos, “produz um discurso que se pretende rigoroso, anti-literário, sem imagens nem metáforas, analogias ou outras figuras de retórica [...] (SANTOS, 1989, p.34). Contudo, acabou tornando-se “um discurso desencantado, triste e sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade (SANTOS, 1989, p.34).

Também, no contexto em que a ciência vem se desenvolvendo, em um mundo progressista e que cada vez mais experimenta novas descobertas científicas e tecnológicas, a mesma seguindo os paradigmas já citados, acaba se constituindo em verdade somente para um grupo restrito, o que a aproxima da definição dada de mito, em que determinado conhecimento produzido só possui validade e sentido dentro do grupo o produziu.

Tornando-se por isso inacessível aos demais que não fazem parte da “sociedade científica”, coloca-se então que, “diante disso, distanciando-se da maioria dos homens, a ciência espontaneamente desvincula-se da ação sob a ótica de uma prática coletiva” (HISSA, 2006, p.53).

Para Milton Santos, durante seu percurso histórico, a Geografia - como reflexo das características adquiridas pelo conhecimento científico - perdeu a filosofia, a arte, a literatura, sucumbindo ao “método do poder científico” (apud HISSA, 2006, p.67). Todo este método, objetividade, racionalidade da ciência, fizeram com que ao longo do tempo algumas características singulares fossem adquiridas pela mesma, sendo repassadas aos seus diversos ramos, estando o saber geográfico aí incluso.

Com estas características, a ciência passou a instituir uma série de rupturas em relação a outros saberes que eram considerados como “não-científicos”, ou seja, que não se adequavam dentro dessas novas normas da ciência racional e objetiva, instituída como verdade absoluta. A primeira ruptura imposta foi a que diz respeito aos mitos, conhecimentos elaborados pelos povos primitivos que se utilizam essencialmente de sua sensibilidade para formulá-los.

Por possuírem principalmente esta característica da subjetividade, os mitos foram desvalorizados pela ciência que como já tido, tinha a racionalidade como um de seus pilares. Além disso, outra ruptura imposta pela ciência foi a que diz respeito a não abordagem das práticas cotidianas em seus estudos, também pelo fato de não atenderem aos novos “pré-requisitos” científicos.

Voltando-se para discussões que ganharam bastante força nos últimos anos, principalmente com as obras de Boaventura Souza Santos (1989; 2009), tem-se a colocação de outra ruptura epistemológica imposta pela ciência: a separação entre o conhecimento produzido por pesquisadores do Norte e pesquisadores do Sul, sendo estes últimos julgados como inferiores.

Todas estas rupturas impostas pela ciência e aqui no nosso caso específico, pela ciência geográfica, podem ser visualizadas de certa forma como fronteiras impostas para diferenciar um dado elemento do outro, para distinguir o que é considerado estranho, ou no caso dos três elementos citados aqui – mito, práticas cotidianas, epistemologias do Sul – para mostrar que são inferiores e sendo inferiores, são considerados o “outro”, o estranho para o “eu”, devendo ser por isso diferenciado e apartado.

As características adquiridas pela ciência, no entanto, fizeram com que ela contrariasse o seu principal propósito e se aproximasse daquilo que tanto criticou e considerou como não sendo ciência.

Pode-se dizer que um dos principais objetivos tomados para si pela ciência é o fato tentar aproximar o homem de sua realidade, através de conhecimentos que devem ser compreensíveis e acessíveis ao mesmo (HISSA, 2006). No entanto, tornando-se um elemento extremamente teórico e racional, a ciência acabou tornando-

se quase que incompreensível o que fez com que muitos indivíduos passassem a de certa forma estranhá-la.

É justamente esta estranheza, a visão do “eu” diferente do “outro”, que constitui uma das principais características do que é tido como um dos “pré-requisitos” para a colocação de fronteiras, entre espaços, entre elementos, entre pessoas (MARTINS, 1997; OLIVEIRA, 2005).

Também, no contexto em que a ciência vem se desenvolvendo, em um mundo progressista e que cada vez mais experimenta novas descobertas científicas e tecnológicas, a ciência seguindo os paradigmas já citados, acaba se constituindo em verdade somente para um grupo restrito, o que a aproxima da definição dada de mito, sendo por isso inacessível aos demais que não fazem parte da “sociedade científica”. Coloca-se então que “diante disso, distanciando-se da maioria dos homens, a ciência espontaneamente desvincula-se da ação sob a ótica de uma prática coletiva” (HISSA, 2006, p.53).

Com isso tem-se então que o conhecimento produzido pela ciência ao se afastar da grande maioria dos indivíduos, que a veem como algo estranho, que não faz parte de suas vidas, de seu cotidiano, não possui nenhuma serventia para explicar as práticas que são vivenciadas, acaba se tornando um mito, mito da razão.

Este mito no qual a ciência vem se transformando representa de certa forma um dos elementos negados pela mesma ao longo de seu processo de consolidação. A Ciência pode ser considerada um mito, já que, como já dito, assim como os mitos elaborados pelas chamadas “sociedades primitivas” só se apresenta como sendo verdade e tendo validade dentro do grupo de cientistas que a produziu. Só que ao contrário dos mitos criados pelos povos primitivos, os mitos das “sociedades científicas” são mitos racionais, baseados nas vivências teóricas e metodológicas de cada pesquisador.

Além disso, ao se constituir em um conhecimento extremamente racional e baseado em definições e conceitos elaborados a priori, deixa de lado na maioria de seus estudos, elementos vivenciados cotidianamente pelos indivíduos que poderiam se mostrar imprescindíveis para a compreensão de fenômenos tanto da ciência quanto do homem em sua relação com o meio.

Ao adquirir então as características derivadas do conhecimento científico moderno, A Geografia perdeu entre outras coisas a sua dinamicidade, produzindo suas pesquisas partindo de modelos prévios que praticamente não podem ser associados com a realidade vivenciada pela maioria dos indivíduos, destacando-se assim o caráter da estranheza criada entre o homem no que diz respeito aos princípios científicos modernos.

Por isso diz-se que a Ciência, e no caso específico deste trabalho a ciência geográfica, elemento que se propôs/propõe levar o conhecimento aos homens, acabou por uma série de fatores, tornando-se um objeto que limitou o conhecimento a espaços e grupos específicos, havendo no decorrer dos anos a consolidação de um mito, um mito elaborado em bases racionais e que se constitui em verdade apenas a sociedade que lhe criou, podendo ser designado de “mito racional”, tendo sido este formulado pela sociedade científica moderna, sendo, portanto, compreensível e adequado somente à mesma.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n195/n195a05.pdf> acesso em 17 de Julho de 2010.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys Teresa. **Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”**. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p.195- 228.

FERRAZ, Cláudio Benito O.. **O Entre-lugar: apresentação**. Revista Entre-Lugar. Programa de Pós-Graduação de Dourados, MS. Ano 1. n°.1, 2010, p.15-31.

_____. **Linguagem, Ciência e Arte – Considerações a partir do “Drama Barroco” de Walter Benjamin**. R’RAEGA. Editora UFPR, Curitiba n°16, 2008, p. 9-28.

_____. **Ensino de Geografia: Alguns enfoques a partir do Messias e de casamentos**. Geografia- Londrina. Vol.13. n°1, Jan./Jun, p. 172-199, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HANCIAU, Núbia J. **Entre-lugar**. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). Conceitos de literatura e cultura. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 125-142.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2006, p. 19-111 e 159-198.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 35-59.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.09-77 e 145-203.

OLIVEN, Ruben G. **Territórios, fronteiras e identidades**. In: SCHULER, Fernando; BARCELLOS, Marília de A. (Orgs.). Fronteira: arte e pensamento na época do multiculturalismo. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 157-166.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 07-34.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: SANTOS, Boaventura de S. MENEZES, Maria P. (Orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009, p.23-72.
SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** Inédito, 2007.

OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 87-112.

AS FRONTEIRAS DO HUMANO. IMAGEM E REFLEXO NO SISTEMA-MUNDO MODERNO COLONIAL

Everton Luís de Souza Júnior

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Membro do Grupo de Pesquisa “Processos Políticos e Políticas Públicas na América Latina” Bolsista CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior evertonlsjr@gmail.com.

Resumo

O neoliberalismo, que ganhou força na década de 1990, vem apresentando resultados que merecem ser analisados. A globalização neoliberal reverbera o discurso de um mundo sem fronteiras, onde o global e o local estão interconectados. Mas o que se vê é que o capital se apresenta como móvel, subjugando as fronteiras dos Estados-nações, enquanto para os sujeitos da periferia – os “colonizados” – a fronteira ganha o sentido de “conter”, “limitar” e se materializa no espaço. Consideramos aqui que o neoliberalismo funcionou como um espelho – que possuía uma imagem geratriz e um reflexo - que quebrou e propiciou o encontro de “colonizador” e “colonizado” no sistema-mundo, agora moderno, reatualizando o debate sobre a colonialidade de poder. O outro, o diferente – o migrante, o refugiado e o terrorista - deve ser barrado e é por meio da fronteira que as ações são tomadas. Essa fronteira também é imaterial e se revela na não-convivência com o diferente, com o outro, fazendo renascer conflitos e situações paradoxais na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Fronteira, Sistema-mundo moderno, Colonialidade do poder, Migração, Neoliberalismo.

Abstract

Neoliberalism, which gained momentum in the 1990s, is showing results that are worth analyzing. Neoliberal globalization discourse reverberates in a borderless world, where global and local are interconnected. But what we see is that capital is presented as mobile, subduing the borders of nation-states, while subject to the periphery - the "colonized" - the border gets the sense of "contain", "limit" and materializes in space. We consider here that neoliberalism has functioned as a mirror - which had an image and a reflection generator - which broke and caused the meeting of "colonizer" and "colonized" the world-system, now modern, reviving the debate on the coloniality of power. The other, the different - the migrant, refugee and terrorist - and it must be stopped by border actions are taken. This border is also immaterial and is revealed in the non-coexistence with the different, with the other, rekindling conflict and paradoxical situations in capitalist society.

Keywords: Frontier, the modern world-system, Coloniality of power, Migration, Neoliberalism.

1 – Introdução

Durante a década de 1990, o neoliberalismo se tornou regra nos Estados-nações capitalistas, reestruturando o modo de produção. Com grande apelo ideológico, apoiado pela mídia, que possui interesses na manutenção do sistema, o

neoliberalismo se tornou a doutrina da década após a derrocada do socialismo, injetando em mentes e corações a ideia da globalização e do mundo sem fronteiras⁸.

Com ideários de lucratividade, individualização, coisificação e mercantilização dos seres humanos e das relações sociais; solapamento do Estado – enquanto controlador e detentor do território –; mundialização do capital, que torna o mundo sem fronteiras para as operações financeiras, subsumindo com as delimitações dos Estados-nações, essa doutrina permanece vigente no atual sistema-mundo de alcunha moderno.

Mas o atual sistema mundial vem apresentando sinais de uma crise estrutural tríplice (CHESNAIS, 2009): social, econômica e ecológica. Detendo-nos na primeira estrutura, temos que no bojo do processo de acumulação de capital e expansão deste no atual mundo globalizado, com grande ênfase na individualização e na socialização através do mercado – e da “mercantilização” da vida e das relações humanas -, além de ampliar as desigualdades sócio-espaciais, percebemos que o neoliberalismo produziu o encontro de opostos até então separados pelo espaço-tempo.

Partimos do pressuposto que o neoliberalismo é como um espelho, que criou nos países da periferia, imagens fictícias – reflexos - das imagens do centro. Mas como toda imagem de espelho, ela é invertida. E este reflexo, como não se acreditava, tem movimento próprio. Este movimento de imagens espaço-temporais distintas/distantes é o movimento da periferia do sistema. Há vida do outro lado da linha, da fronteira (ou do espelho, para nos determos na metáfora).

O reflexo, que possui vida, iniciou seu movimento pelo sistema-mundo, indo ao encontro de sua imagem geratriz, atravessando a linha até então imposta e intransponível (abissal). Em termos mais simples, o colonizado encontrou seu colonizador separado há tempos pelo espaço geográfico. Esse encontro gera situações ímpares na sociedade dita moderna (ou pós-moderna, como a mídia gosta de conchamar) e tentaremos discutir algumas.

Imagem versus reflexo. O sistema-mundo moderno, ainda possui outra face: a colonial. Mas o que acontece com o reflexo? Como a imagem central se coloca perante esse movimento? Como ocorre esse encontro nas fronteiras do eu e do outro nessa colonialidade moderna?

A primeira seção do presente capítulo versará sobre o neoliberalismo e a criação do aqui denominado reflexo, demonstrando que os países ditos subdesenvolvidos tentaram seguir o ideário neoliberal na esperança de se tornarem desenvolvidos, situação que não se concretizou. A segunda seção retrata o encontro da imagem central com o reflexo no espaço geográfico: sujeitos separados pelo espaço-tempo e que se esbarram no território, reatualizando o debate sobre a colonialidade do poder⁹. Na terceira parte serão discutidas as materializações e as imaterializações da(s) fronteira(s). Como esta(s) se tornam(ram) importantes para barrar o outro, o diferente ao mesmo tempo que foram subsumidas pelo capital que exige, para sua acumulação no tempo e reprodução no espaço, sua aniquilação.

A imaterialidade se realiza (materializa) na não-convivência com o outro. A última seção almeja interpretar como o reflexo se tornou central nas discussões atuais do modo de produção capitalista, uma vez que a imagem geratriz depende de seu reflexo, mas inverte o discurso e a lógica dessa dependência.

⁸ O neoliberalismo aqui é entendido como uma “estratégia ideopolítica” das classes dominantes para a reversão da crise do capital dos anos 1970 (BRANCO, 2009). O apelo ideológico feito pela mídia, que reproduz a ideologia de classes dominantes, para a aceitação da doutrina neoliberal foi um fator muito importante, muitas vezes desconsiderado.

⁹ Aníbal Quijano (2005) coloca que a base da colonialidade de poder é a “raça”, que é o eixo fundamental para a classificação e dominação social. Foi criada a mais de quinhentos anos e é a mais profunda expressão da dominação colonial, uma vez que foi imposta a todos os povos do planeta Terra.

2 – Neoliberalismo e a criação do reflexo marginal

O neoliberalismo consiste em uma doutrina capitalista que enseja o livre mercado, incentivando a propriedade privada e a não influência do Estado em diversos seguimentos, que, portanto, ficam a cargo do mercado, que tem ampliado seu escopo de atuação. Aquele passa apenas a ser um mantenedor das ações sociais e da garantia da integridade do dinheiro. Iniciado na América Latina nas décadas de 1970 e 1980 – Chile (com os famosos *Chicago boys*) e México - consolidou-se na década de 1990 no restante dos países latino-americanos.

A doutrina teve como grandes representantes a Grã-Bretanha – no governo de Margareth Thatcher, eleita em 1979 – e os Estados Unidos – no governo de Ronald Reagan eleito em 1980. Por “incentivo” desses dois países, a doutrina se instalou na maioria das nações a partir da década de 1980 (MAGNOLI, 1996; HARVEY, 2008).

Na Ásia, África e América Latina iniciava-se uma renovada iniciativa de recuperação do atraso da industrialização, desta vez financiada em grande estilo por créditos privados do exterior. Um desenvolvimento das economias nacionais orientado à exportação e aberto ao mercado financeiro mundial, e não apenas a uma substituição de importações como na década de 1930. (ALTVATER, 1995, p. 13-14).

Os países subdesenvolvidos¹⁰ – países do polo dominado do padrão de poder mundial (PORTO-GONÇALVES, 2006) – viram, com a abertura comercial, suas economias se transformarem, com o território nacional sendo explorado por transnacionais e suas economias cada vez mais dependentes do mercado financeiro internacional.

Durante toda a década de 1990, os países do “mundo subdesenvolvido”- que inclusive ganhou nova subdivisão entre esses: os países “emergentes” - conectados à economia global por possuírem em seus territórios multilaterais e transnacionais, viveram a ilusão de que se adequando à economia mundial e seguindo fielmente o ideário neoliberal pregado pelos países do polo dominador do padrão de poder mundial, conseguiriam alçar o tão esperado desenvolvimento; afinal, estavam seguindo os mais ricos, sendo seu fiel reflexo.

La lectura política dominante fue que la única opción para los Estados nacionales era someterse a este movimiento de integración, abriendo y adaptando sus estructuras internas a los parámetros de la modernidad global. De modo que las evidentes – y persistentes – diferencias entre territorios nacionales se atribuyeron a la incapacidad de algunos – y habilidad de otros – para adoptar las medidas necesarias para atraer capital y arraigarlo en inversiones dentro de sus fronteras. (...) para los países periféricos endeudados, el disciplinamiento a los estándares internacionales de acumulación de capital vino de la mano de las imposiciones de organismos supranacionales como el FMI y el Banco Mundial, que revistaron como una suerte de gendarmes de una lógica unívoca e imparable del capital (THWAITES REY, 2009, p.9).

¹⁰ É comum se considerar o Terceiro Mundo – ou agora os países subdesenvolvidos e os em desenvolvimento – como situados em um momento de transição até atingirem a situação de desenvolvidos. Concordamos com Santos (2004[1979]) ao considerar que os países subdesenvolvidos possuem suas características próprias e seus mecanismos fundamentais, além de não se assemelharem com os avançados antes da industrialização; portanto, analisar o “mundo subdesenvolvido” como um estágio anterior ao “mundo industrializado” é um equívoco, tanto teórico quanto empírico.

Mas, o espelho neoliberal refletiu a imagem, porém, de forma invertida, ocasionando então crises e pontos de colisão.

O reflexo produzido como resultado do ideário neoliberal não passou de uma imagem repaginada da periferia que continuou sendo periferia. O crescimento econômico não veio; a desigualdade não recuou; os direitos sociais retrocederam e crises estruturais se deram.

Nada de anormal, uma vez que o reflexo de uma imagem no espelho é esta “ao contrário”, ou seja, a periferia seria o oposto do centro. O rótulo de país “desenvolvido” não chegou (mas seu oposto, o seu contrário, continua e se confirma com o neoliberalismo). Harvey (2008) demonstra a situação que o neoliberalismo impôs aos países da periferia.

Em boa parte da América Latina, a neoliberalização produziu estagnação (na “década perdida” de 1980) ou surtos de crescimento seguidos por colapso econômico (como na Argentina). Na África, a neoliberalização não fez coisa alguma que gerasse resultados positivos. Só no leste e no sudeste da Ásia, seguidos em certa medida pela Índia, ela foi associada a algum registro positivo de crescimento, e, nessa região, os Estados desenvolvimentistas não muito liberais tiveram um papel bem importante. (HARVEY, 2008, p. 168).

Percebe-se, portanto que a neoliberalização não rendeu o que se esperava (se é que se esperava que os países periféricos conseguissem sair da dominação econômica em que se encontravam) para os Estados da periferia. Na verdade o que o neoliberalismo fez foi acentuar a descontinuidade do desenvolvimento econômico no espaço global, que ocorre de forma não simultânea nas diversas regiões e Estados-nações (ALTVATER, 1995), um crescimento desigual e combinado (SMITH, 1998), e gerar tensões estruturais no bojo do próprio modo de produção capitalista.

Enquanto alguns pontos do sistema prosperavam – criando novos ricos, ilhas verdes no meio do deserto – outros pontos se afundavam nas disparidades socioeconômicas. O que os Estados periféricos tentavam fazer era atrair capitais para seus territórios – mesmo que leis importantes fossem deixadas de lado para que o capital externo se fixasse - como demonstra Aceves Lopez (2006).

Los Estados que quedan al margen del centro, en su intento por mantenerse vigentes, es decir relacionados con el proceso de acumulación, tienen que atraer a los capitales o, dicho en otros términos, “generar condiciones atractivas a la inversión” mediante reformas fiscales que cargan todo el peso del Estado a los trabajadores, cambios legislativos que abaratan el costo del trabajo y privatizando todo aquello que asegure ganancias al capital (ACEVES LÓPEZ, 2006, p. 114).

Atualmente o capitalismo se encontra em um momento delicado. O reflexo da imagem central causou rachaduras no espelho capitalista neoliberal, o que acarretou então sua quebra e o encontro há muito separado pelo espaço-tempo: pobres-ricos, colonizadores-colonizados, Norte-Sul, Leste-Oeste.

3 – A clivagem espaço-tempo se atualiza como debate ou o encontro da imagem com o seu reflexo

O que se demonstrou até aqui foi que o neoliberalismo aumentou as divergências e disparidades sociais, propiciando o encontro dos desiguais. Por meio da mercantilização de todas as instâncias da vida, os seres humanos se tornaram

“capital” humano, passível de ser manejado e controlado. Por se socializarem no mercado, suas realizações são inteiramente de sua responsabilidade, não há influências externas.

O que se conhece como “justiça social”¹¹ ou equidade torna-se, então, mérito individual e as desigualdades, portanto, justificáveis, uma vez que é descontextualizada historicamente, despolitizada socialmente e deseconomizada economicamente¹², de obra do indivíduo (do ator como melhor se encaixa nessa situação o “ser” que tem sua socialização no mercado).

Além disso, o Estado não se responsabiliza mais pelas situações descontroladas por parte do mercado em que os cidadãos são expostos. Simplesmente age sanando eventuais problemas em busca de uma equidade social, uma justiça social com base no mercado (que como dito, está em mudança pela mudança da forma de agir do Estado), passando a oferecer vantagens econômicas enquanto o Estado de Direito zela pela lei e ordem para que o sistema funcione – garantindo a propriedade privada, proteção contra fraudes e o cumprimento de contratos e ainda para que as fronteiras materiais sejam percebidas – e utilizadas - de formas diferentes em situações diversas.

Mas nesse bojo, o qual à diminuição da participação do Estado cresce a participação do mercado, chamamos a atenção para o encontro entre espacialidades diferentes. O encontro do moderno com o colonial – ou da imagem central com o reflexo – no sistema mundo neoliberal.

Pelo conceito sistema-mundo moderno colonial, enxerga-se claramente a aglomeração no espaço geográfico de tempos e temporalidades distintas e as relações de poder. Delimitando-se mais, ao se pensar que o encontro, em um território – sem esquecer que este território é um Estado neoliberal, de proteção social mínima - de explorados e exploradores – ou desenvolvidos e subdesenvolvidos - ocorre com frequência, o debate se atualiza enquanto conflito.

Porto-Gonçalves (2006) discute muito bem essa situação, supostamente colocada como anacrônica, ao apresentar o ocorrido na França em 2005 em que descendentes de argelinos estavam protestando por empregos e denunciando a discriminação que lhe impunham franceses brancos – salientando-se que esses descendentes são também franceses, mas negros. Ou quando a Bolívia foi palco de uma batalha entre transnacionais contra a população originária. As distintas realidades causam choques, atritam-se e divergem cada vez mais. O conflito entre imagem e reflexo está em ação contínua.

¹¹ A justiça social pode ser entendida como a forma que o Estado – no caso, o Estado de Bem-estar social (*Welfare State*) – assegurava aceitáveis padrões de vida à população, oferecendo aparatos protecionistas como pleno emprego e educação, classificados então como direitos dos cidadãos (respaldado juridicamente) (PEREIRA, 2008). Mas com o encolhimento da atuação do Estado, esses direitos estão sendo também encolhidos e transformados, assim como a própria noção de justiça e equidade social.

¹² Para o neoliberalismo, a história é linear, não havendo confrontos e regressos, portanto se torna uma história a-histórica. A essa visão, junta-se a despolitização das desigualdades justificáveis que ocorre quando se justifica a pobreza e as desigualdades como simples falhas do mercado que, com aparatos de proteções sociais simples, fornecidos pelo Estado, serão solucionados. Retira-se do entendimento social que as desigualdades devem ser mantidas para que o modo de produção capitalista continue a se expandir. A justiça social de mercado é deseconomizada da economia porque o indivíduo não é o mentor das políticas econômicas ou da economia em si. A deseconomização ocorre ao dissociar a responsabilização das desigualdades geradas no processo histórico pelo capitalismo, colocando o indivíduo como responsável pelo fracasso econômico próprio, não sendo culpa da economia ou do sistema como um todo. Essas três situações advêm da individualização do sujeito mercantil, agora responsabilizado (ou responsável) por tudo.

Esses choques entre a imagem central e o reflexo marginal retira daquela toda sua segurança – que pode ser entendida como a segurança ontológica desenvolvida por Giddens (2002)¹³, obviamente fazendo as adaptações necessárias – de centro do sistema e também retira a segurança do reflexo enquanto periferia. Eu não sou aquele. Aquele quer ser igual a mim?

Em nenhum momento se considerou que a situação vivida por aqueles povos e regiões [*reflexo marginal*] se devia, fundamentalmente, ao fato de terem sido submetidos aos desígnios dos europeus e depois Estados Unidos e Japão e que, portanto, a experiência de desenvolvimento europeu era impossível de ser reproduzir nessas áreas e entre esses povos, pelo simples fato de lhes faltar o lado colonial que constituiu aquele lado moderno, assim como pelo fato irreduzível de serem esses povos outros, diferentes. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 349, grifo meu).

Segurança que foi abalada, em sentido literal pelo atentado ao *World Trade Center* em setembro de 2001, que alterou todo o rumo da primeira década do século XXI. O país “**central** do **centro** do sistema”¹⁴ ferido por seres do outro lado da linha abissal (para lembrar Sousa Santos); o reflexo intimidou e amedrontou a imagem central. Esta mais que depressa se certificou travar uma batalha contra terroristas e contra o então denominado “eixo do mal”.

A batalha contra o eixo do mal se tornou nos Estados Unidos uma política de Estado, uma vez que Barack Obama, presidente que assumiu depois de George W. Bush, continuou com a denominada guerra preventiva. E no início de maio de 2011 autoridades estadunidenses divulgaram que Osama Bin Laden havia sido capturado e morto durante uma operação secreta no Paquistão, dez anos depois dos atentados. Controvérsias à parte que tal situação causou (como a não divulgação de imagens do corpo, que foi jogado ao mar, e a falta de amostras para um efetivo exame de DNA) o terrorista e sua morte já não eram mais o maior problema.

Detenhamo-nos na caça aos terroristas. O adjetivo tornou-se substantivo¹⁵ e se generalizou. Qualquer pessoa diferente é uma ameaça, como ocorre muitas vezes com pessoas imigrantes. O estranho, o do outro lado, o reflexo pode e deve ser tratado como um terrorista. Foi a partir dos atentados terroristas que a intolerância e a xenofobia cresceram nos países centrais. Estes, por medo do reflexo marginal, uma

¹³ A segurança ontológica seria, simplificada, a segurança que o indivíduo – ou uma classe - tem ao fazer parte de uma determinada cultura, ou seja, a sua cultura própria. A perda de sentido da realidade - ligada à desordem no território, que até então respaldava suas ações de reconhecimento – altera a realidade e a cultura produzida por ele. Ou seja, quando a imagem central vê seu território invadido pelo outro (o colonizado), pelo seu reflexo, perde suas bases e tenta, então, encontrar uma forma de se reestruturar nessa condição. E é nessa (re)estruturação que a fronteira emerge, material e imaterialmente.

¹⁴ Essa colocação, que a princípio aparenta ser redundante, demonstra toda a centralidade que exerce os Estados Unidos no sistema mundial: o centro do sistema tem um Estado central, que é o ponto do qual saem a maioria das decisões em nível global e que irá influenciar todos os outros Estados.

¹⁵ Como ocorre normalmente. Ao se substantivar um adjetivo referente ao humano, descontextualizamos fatos histórico-sociais e espaciais: “Aquele homem é um terrorista”. Isto denota que aquele homem, com todas as qualidades de um ser humano, *por algum motivo* está realizando *atos terroristas* (em determinado espaço e tempo e motivado por algo). Ao substantivarmos a frase: “Aquele terrorista atacou pessoas inocentes” desumanizamos o terrorista e esse passa a ser *um substantivo na nossa sociedade, tendo ações e vida própria, a-histórico*. A mesma coisa ocorre com a pessoa imigrante nos dias de hoje ao categorizarmos somente como um substantivo e não contextualizando nem se questionando o porquê de sua migração.

vez que sua segurança ontológica foi abalada, tentam evitá-los de todas as maneiras, com barreiras físicas ou não. Os “do outro lado da linha” estão sendo culpados pela insegurança social e política das sociedades desenvolvidas (PÓVOA NETO, 2005, p. 297). Nada mais contraditório (não era para se surpreender já que o modo de produção sob o qual vivemos é paradoxal).

A imagem encontrou o reflexo marginal. O colonial se atualiza a partir desse confronto. O espaço-tempo se reconfigura. A tão promulgada civilização pós-moderna não é mais do que a mesma civilização dual de quinhentos anos atrás. Sousa Santos (2007) apresenta bem o encontro dessas espacialidades distintas no atual espaço geográfico.

Aqui, o colonial é uma metáfora daqueles que entendem as suas experiências de vida como ocorrendo do outro lado da linha e se rebelam contra isso. O regresso do colonial é a resposta abissal ao que é percebido como uma intromissão ameaçadora do colonial nas sociedades metropolitanas. Este regresso assume três formas principais: o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado. De formas distintas, cada um deles traz consigo a linha abissal global que define a exclusão radical e inexistência jurídica. (SANTOS, 2007, p.12-13).

4 – A fronteira do ser: materializada e imaterializada

A imagem geratriz, dotada de toda sua centralidade e segurança ontológica, se vê abalada com a mobilidade do outro, do ser que se encontra do outro lado da linha. O espelho se estilhaçou e em seus estilhaços o colonizado foi lançado no sistema-mundo, agora moderno. O colonizado, “o do outro lado”, agora se move. O reflexo se tornou vivo e tenta encontrar e fazer suas escolhas.

Mas o que fazer se o que se quer é a mobilidade do capital e da imagem e não do reflexo? Simples: a materialização e o reavivamento das fronteiras.

Desde os atentados do *World Trade Center*, os países do centro do sistema aumentaram a vigília a quem entra em seus territórios. A fronteira passou a ser vigiada para que o estranho não possa entrar. Novos critérios para selecionar quem tem acesso ao território central foram criados, inclusive à revelia de tratados internacionais em favor de pessoas imigrantes e pessoas refugiadas¹⁶.

A França criou um ministério somente para cuidar da imigração. Os Estados Unidos reforçaram a vigia na fronteira com o México; a Alemanha não concede mais asilos porque os imigrantes não se encaixam nos perfis de quem merece ficar no país. A fronteira para os sujeitos vindos da periferia se torna material nessa perspectiva, tendo o sentido de separar, como afirma Hissa (2006, p. 19) “o limite é algo que se insinua entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. O limite insinua a presença da diferença e sugere a necessidade da separação”.

Porém o discurso se torna paradoxal quando confrontado com a ideia de globalização, aldeia global e todas aquelas metáforas para denominar um mundo em que o espaço foi consumido pelo tempo, onde as fronteiras não mais existem, onde o local e o global se interconectam diretamente.

Esse abaixo às fronteiras somente é levantado para o capital financeiro, a qual se torna imaterial e fluída. No caso de pessoas, se torna coisa material, no sentido físico-militar, jurídico-político e sócio-econômico. Essa fronteira material atualiza o colonial. Eles estão do outro lado da linha, centrais, desenvolvidos, colonizadores; nós, do lado de cá, periféricos, subdesenvolvidos, colonizados, imersos em uma natureza

¹⁶ Referência a não substantivação de adjetivos, para não cair na a-historicidade como já mencionado.

selvagem, desordeira e caótica (ALTVATER, 1995). “O outro lado da linha desaparece enquanto realidade inexistente” (SANTOS, 2007, p. 3-4).

A fronteira se materializa imaterialmente – reterritorializa-se - na não-convivência com o outro, exatamente por esse outro ser o diferente e estar imerso do outro lado da linha. A não-tolerância com o colonizador/colonizado repercute em ações no território. Choques, confrontos, guerras, mortes, legislações, atos. Ocorrências do encontro de temporalidades e espaços distintos. O colonizador não quer encontrar em seu território o colonizado. Afinal, esse irá desfrutar dos progressos e ações conseguidas a suas custas. Portanto, a fronteira materializa e reproduz as relações poder.

Uma reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma reflexão sobre o poder. Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício pleno do poder, em suas diversas instâncias. Fronteiras e limites reclamam pela exatidão, pela presença insinuante da linha visual que muitas vezes não possuem. Fronteiras e limites reclamam a imagem, o marco – concretude que, substituindo a abstração, possa fornecer a ideia de exatidão (HISSA, 2006, p. 35).

Raffestin (1993, p. 169) diz que o “invólucro espaço-temporal no qual se originam as relações de poder é um todo. Assim o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo”. Isto abre o caminho para que se analise a situação através do tempo e não de forma estanque e apenas vista como uma face imposta pelo neoliberalismo. A sociedade já se conforma assim há muito tempo, tendo o neoliberalismo exacerbado e justificado estas ações, criando situações ímpares e de difíceis soluções na(s) sociedade(s) capitalista(s).

5 – Transpondo a fronteira? Considerações finais

O reflexo marginal ou a periferia do sistema capitalista reflete o que é feito no centro, ou seja, a imagem central. As ações feitas lá reverberam aqui como quando se está diante de um espelho. Porém, o reflexo, neste caso, começou a se mexer sem necessariamente estar ligado à imagem. O espelho foi quebrado e o reflexo passou a andar pelas próprias pernas e encontrou a imagem que lhe originou.

É aí que se encontra o impasse da atual sociedade capitalista: o encontro entre essas temporalidades, entre espaços-tempos e realidades diferentes permeadas sempre por um modo de produção que a tudo e todos subjuga. As fronteiras do capital estão fluídas, o mundo é agora um sistema unido e integrado, mas com fronteiras bem claras: colonizados de um lado e colonizadores de outro, conformando um par contraditório e dialético.

Mas o centro também se movimenta no sentido de refrear essa autonomia criada pelo reflexo ao intensificar a fronteira, a contenção territorial de sujeitos vindos do outro lado da linha que são tratados como “terroristas”, “imigrantes” ou “refugiados”. A fronteira aparece demarcada como questão de segurança nacional, apesar de ser colocada, no discurso oficial, como algo já ultrapassado, desimportante e banal, como assinala Raffestin (1993).

Sem dúvida, o limite ou a fronteira não passam de um fenômeno banal e é por isso que não têm sido objeto de um grande interesse. Mas, na realidade, eles nada têm de banal quando retomados na qualidade de sistema sêmico no projeto social. Constituem uma informação lato sensu indispensável a qualquer ação. Portanto, cada

vez é preciso estudá-los como portadores de uma informação que consome energia, para ser criada, controlada e mantida. Participam de todo o projeto sociopolítico ou socioeconômico e é por intermédio desses projetos que é conveniente situá-los (RAFFESTIN, 1993, p. 169).

O que o centro tenta escamotear é que é dependente da periferia. Sua dependência é econômica e ecológica. A riqueza natural do Sul gera tensões e disputas no Norte; as dívidas dos países periféricos servem para acumular a riqueza dos países centrais. O senhor depende do escravo e não este daquele. É nesse sentido que a colonialidade de poder se mantém enquanto conflito, enquanto pensamento e ação no atual sistema-mundo, interdependente, mas cuja interdependência está estruturada em relações hierárquicas de poder – o moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A colonialidade do poder se mantém justificada, e muito atual, na globalização neoliberal, que se apropria de reivindicações e justifica as diferenciações, a exclusão e a escassez – entre sujeitos, entre classes e renda. Assimila à lógica do mercado as questões sociais e despolitiza e inverte o discurso, colocando a dependência econômica como forma de continuar a manter o *status quo* dos países centrais e culpando as reais vítimas da situação e da desordem em que se encontra o sistema mundial.

No entanto, luta-se para que a fronteira seja estudada e analisada mais do que um marco, um limite geográfico, o fim de tudo. Fronteira é um fato social (MARTINS, 1997), um elemento de comunicação biossocial (RAFFESTIN, 2005), em que o poder lá está, mesmo que velado, materializado e imaterializado. Enquanto esta for analisada como limite de separação ou uma linha abissal, o outro estará imerso na inexistência, sendo então o outro estranho e ameaçador, o colonizado, o reflexo, o periférico, que está na base do sistema capitalista sustentando o topo.

Bibliografia

ACEVES LÓPEZ, Liza. El desmantelamiento del Estado. In: CALVEIRO, Pilar (et. al) **El estado y sus otros**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2006.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BRANCO, Rodrigo C. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **Revista Oikos**. Vol. 8, n.1, p. 71-92, 2009

CHESNAIS, François. Um momento crítico. **Revista Margem Esquerda** – ensaios marxistas. Tradução de Ana Paula Hey. São Paulo: Boimtepo Editorial, 2009. p: 23-28.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HISSA, Cássio V. **A mobilidade das fronteiras**. Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. Relações Internacionais 1945-2000. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

MARTINS, José de S. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PÓVOA NETO, Helion. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: _____; FERREIRA, Ademir P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: **Territórios sem limites**. Estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 78, outubro/2007. pp. 3-46.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979].

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. Tradução de Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

THWAITES REY, Mabel. "Después de la globalización neoliberal. ¿Qué Estado en América Latina?". **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**. n. 32. CLACSO, 2010.

Parte 3

Fronteiriços

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS TERRITÓRIOS, FRONTEIRAS E IDENTIDADES NAS RELAÇÕES ENTRE OS DE *DENTRO* E OS DE *FORA* NA/DA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Mestre em geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Doutoranda em geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/ Presidente Prudente.

Resumo

Este artigo parte da necessidade de compreendermos os territórios, as fronteiras e as identidades. Consideramos que para tal análise a Reserva Indígena de Dourados se coloca como um importante lugar para *des-locarmos* nosso olhar, e a partir daí visualizarmos suas manifestações múltiplas. Por meio das relações entre indígenas e também não indígenas, buscamos demonstrar as implicações dos processos de fazer-se humanamente em *condição de reserva*, partindo das implicações em que os sujeitos elaboram e reelaboram seus olhares sobre os outros e constroem o olhar sobre si mesmo. Nestes olhares marcados pela multiplicidade, principalmente no que concerne aos modos em que construímos e inventamos os outros, as relações de dentro e fora se tornam um importante meio para esta compreensão, principalmente, quando envolvem os marcadores de diferenciação existentes nas redes de sociabilidade e de afirmação étnica, mas também envolvem relações políticas e econômicas. Assim, elencamos que as relações que envolvem indígenas e não indígenas tornam-se um importante meio para traçarmos os jogos de identidades existentes na reserva, fundamentalmente, nas relações que envolvem os Guarani, Kaiowa e Terena.

Palavras-chave: Reserva Indígena de Dourados, Territórios, Fronteiras e Identidades.

Abstract

This article is part of the need to understand the territories, boundaries and identities. We believe that such an analysis for the Indian Reserve Gold stands as an important place to *move about* our look, and from then visualize its multiple manifestations. Through the relationship between indigenous and non-indigenous also, we demonstrate the implications of the processes to be humanly condition in reserve, leaving the implication that subjects develop and rethink their views on others and build the look on yourself. In these eyes marked by multiplicity, especially with regard to the ways in which we build and invent others, relationships inside and outside become an important means to this understanding, especially when they involve the differentiation markers in existing social networks and ethnic affirmation, but also involves political and economic relations. Thus, we list the relations involving indigenous and non-indigenous become an important means to trace the identities of existing games in the reserves, primarily in the relationships involving the Guarani, Kaiowa and Terena.

Keywords: Indian Reservation Golden, Territories, Frontiers and Identities.

1 – Introdução

... A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre

si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro [...].

José de Souza Martins (1997, p. 150 – grifo nosso).

A Reserva Indígena de Dourados foi criada pelo decreto nº 404, de 03 de setembro de 1917, devidamente titulada e registrada na folha 82 do livro nº 23, em 14 de fevereiro de 1965, no Cartório de Registro de Imóveis na Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande/MS (LOURENÇO, 2008). Localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã (MS), a mesma é compartilhada territorialmente pelas sociedades indígenas Guarani¹, Kaiowa, Terena² e outros grupos indígenas como os Kadiwéu e Xavante³, mas também, por não indígenas. Ainda a reserva tem a maior densidade populacional indígena por extensão territorial comparado a outras Terras Indígenas no Brasil, estimando haver uma população de 13.020 indivíduos, segundo os dados oficiais da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2007), para uma extensão territorial de aproximadamente 3.475 hectares.

Desde a criação da reserva, a mesma sofreu múltiplas mudanças em torno de sua organização socioterritorial. Os principais agentes destas transformações tem cotidianamente definido e redefinido as fronteiras, os territórios e as identidades, assim como tem traçado os olhares sobre os outros, definindo relações que podem ser estabelecidas como os de dentro e os de fora da reserva. É notório que as relações entre os de fora e os de dentro não são relações tranquilas e muito fáceis de serem identificadas. A dualidade nesta relação se dá em um movimento dialético entre os grupos étnicos que vivem na reserva e, também, os agentes externos (como as ONGs, Instituições estatais, como: a FUNAI, FUNASA, universidades, entre outros) que também dinamizam os territórios e territorialidades que envolvem as ações e reações dos sujeitos em *condição de reserva*⁴, assim como os modos que estes vêm a si mesmo e os outros. Nesse sentido, podemos pensar que as fronteiras ou limites, como salienta Raffestin (1993, p.170),

[...] não são inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários [...] Eles fazem parte do nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo. A reprodução social não sendo, enfim, nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos, consumidos [...].

¹ Denominados e reconhecidos como Guarani no estado de Mato Grosso do Sul.

² Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976) “Os Terena representam, pois, um dos subgrupos Guaná ou Txané [...]”. (p. 21). Os demais grupos Guaná são Laiana e Kinikinawa. “Todos estes grupos indígenas que falam a língua Aruak têm diferenças entre si, mas possuem uma mesma língua de origem. Além desta proximidade que indica uma origem comum, estes grupos têm semelhanças na forma de sua organização social. Todos esses grupos possuem ou possuíam formas de organização internas características, sendo tradicionalmente agricultores e conhecedores das técnicas de tecelagem e cerâmica” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 19).

³ Dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2007). É importante dizer que alguns Terena sinalizam que são Kinikinawa, como discutiremos posteriormente neste capítulo. Os Kadiwéu e Xavante podem também, como caráter político acionarem outras identidades indígenas existentes. Contudo, durante a pesquisa, não encontramos subsídios para discutir estas duas sociedades indígenas territorializadas também na RID.

⁴ A ideia de condição de reserva é encontrada no trabalho de Mota (2011), na perspectiva de que a reserva é a imposição de um novo modo de viver, fundamentalmente, após o contato com a sociedade não indígena, e está explicitamente relacionado com o processo de esbulho dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas.

Assim, a fronteira implica o desbravamento de novos territórios e territorialidades, no encontro e desencontro com o outro. Por isso, a reprodução étnica, cultural, política, ideológica e econômica existente na Reserva Indígena de Dourados são relações que devem ser localizadas *no tempo e espaço da fronteira*, entre *múltiplos mundos* que se encontram e se desencontram, na linha limite que define, redefinindo os de dentro e os de fora.

Referente ao processo de construção dos dados de campo, assinalamos que no processo de entendimento sobre os territórios, as fronteiras e as identidades que envolvem os Guarani, Kaiowa e Terena na Reserva Indígena de Dourados, e também as relações que envolvem os não indígenas, o “mapeamento” das relações vividas por estes sujeitos se deu por meio da metodologia, considerada por Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.12), como observação participante – etnografia, que o autor considera haver três momentos importante, sendo eles “[...] Olhar. Ouvir. Escrever. – como atos cognitivos que são –, além de trazerem em si responsabilidades intelectuais específicas, formam, pela dinâmica de sua interação, uma unidade irreduzível”.

No que concerne à etnografia, Roberto Cardoso de Oliveira (2000) salienta a necessidade de um diálogo entre iguais, considerando haver um “*encontro etnográfico*”, pois não é só o pesquisador quem pergunta, questiona, observa, mas também as gentes pesquisadas que estão perguntando, questionando, interagindo com o pesquisador. A etnografia propõe o estar com o outro e participar das redes sociais de interação familiar e trocar experiências de vida, de modo que há nestes diálogos negociações, em uma relação em que o pesquisador carregará um pouco deles na construção do saber e os mesmos carregaram um pouco do pesquisador.

Neste contexto, as questões levantadas neste trabalho se fazem a partir de alguns *olhares* da pesquisadora sobre a Reserva Indígena de Dourados, sabendo-se que é apenas um modo de olhar, pensar, imaginar, vivenciar as relações com o outro, sabendo-se que também é o outro. A questão principal destes olhares é que ele se faz na construção do saber, da pesquisa científica, e por ser um olhar, nunca está completo, está sempre em construção. Em aproximação as colocações do poeta sul-matogrossense Manuel de Barros, em seu livro *Menino do Mato* (2010, p.241), durante a construção da pesquisa, e o que será dito sobre ela, é necessário que o pesquisador e os outros, fundamentalmente seus leitores, saibam que: “*Tenho o privilégio de não saber quase tudo. E isso explica o resto*” (grifo nosso).

2 – Algumas considerações em torno de territórios, fronteiras e identidades

O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. [...]. A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1998, p. 15 – grifo nosso).

Segundo Oliveira (1988), o processo de construção dos territórios é simultaneamente a construção/destruição/manutenção/transformação de outras territorialidades. Neste sentido, buscamos pensar a Reserva Indígena de Dourados no movimento de construção e reconstrução de territórios e, concomitantemente, de fronteiras e identidades.

Para Raffestin (1993), o território é um espaço onde se projetou uma ação humana, que pode ser entendido como o trabalho, e que o mesmo foi incorporado ao espaço o domínio/controlado/poder. Sendo, assim, o espaço antecede ao território e a

qualquer ação humana. Espaço e território são categorias de análise distintas. No entanto, com essa interpretação, Raffestin (1993, p. 144) classifica espaço como sendo semelhante a matéria-prima/recurso natural e o território como sendo semelhante ao espaço social.

[...] espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. [...] O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação [...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço [...].

Assim, concebe o espaço como sendo sinônimo de espaço natural, ou seja, o espaço enquanto recurso natural ou matéria-prima, que se transforma em território através das relações de trabalho da sociedade. A concepção de território para Raffestin é análoga a concepção de espaço para Milton Santos, ou seja, é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Neste sentido, o território é produto da sociedade e de suas relações sociais, ou seja, sem as relações de trabalho e de poder que a sociedade exerce sobre o espaço, não há território.

A concepção de espaço para Raffestin, enquanto espaço natural ou matéria-prima, é interpretada por Souza (2007, p.97) como sendo uma visão reducionista de espaço. Para o autor, Raffestin “[...] praticamente reduz espaço ao *espaço natural*, enquanto que *território* de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social. [...]” (grifo do autor).

Para Souza (2007, p.96-97), espaço social não é sinônimo de território, pois:

[...] todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território: pense-se no caso extremo de uma cidade-fantasma, testemunho de uma antiga civilização, outrora fervejante de vida e mesmo esplendorosa, e hoje reduzida a ruínas esquecidas e cobertas pela selva; essa cidade hipotética, abandonada, não retrocedeu, lógico, à condição de objeto natural, mas ao mesmo tempo “morreu, em termos de dinâmica social, não sendo mais diretamente território de quem quer que seja.

Para Souza (2007), o espaço antecede ao território, no entanto, este não é concebido apenas como recurso natural, pois entende que exista também um espaço social que, não necessariamente, é um território, como assinala em seu exemplo, a respeito de uma cidade fantasma. Daí seu ponto de discordância com relação ao Raffestin que praticamente transforma o espaço social em território. Vejamos em suas palavras: “naturalmente que se concorda aqui com Raffestin [...] em que o espaço é anterior ao território. “Mas acreditamos que este autor incorre no equívoco de “coisificar”, “reificar” o território, ao incorporar ao conceito ao próprio substrato material – vale dizer, o espaço social [...]” (SOUZA, 2007, p.96).

Embora, Raffestin tenha recebido críticas pela sua concepção de espaço enquanto recurso, a discussão conceitual de território, até então, presa a idéia de “estadocentrismo”, legitimador direto ou indireto da figura do Estado (SOUZA, 2007) foi se delineando para outras dimensões territoriais de análises para além do Estado/Nação. Segundo Haesbaert (1997, p.32), Raffestin:

[...] foi um dos que mais se dedicou à discussão conceitual sobre território, analisando o processo que ele denominou de T-D-R: territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para ele a territorialidade humana, nossos laços como território, numa concepção bastante aberta, “pode ser definida como ‘o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade – e, portanto, um indivíduo

que a ela pertence – com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos”.

Para Haesbaert (2006, p.243) o que distingue tais territórios “[...] não é tanto ‘o controle do movimento’, que as duas lógicas, por meios muito distintos, de certa forma implicam, mas a centralidade do movimento como forma da vida, quase como um fim ‘em si mesmo’”.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2004, Não paginado).

Neste sentido, o território, “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2006, p. 95 - 96). Assim, pensar o território é trazer para a discussão as fronteiras externas e internas (de fora e de dentro) que delineiam a construção do território e, também, as identidades reproduzidas nos territórios. Assim como Silva (2003) temos que pensar a fronteira como tema central para a formação da identidade nacional e de suas instituições e, especificamente, neste trabalho, as identidades étnicas como formadoras de fronteiras e territorialidades na reserva de Dourados.

No trabalho *Fronteira e Identidade Nacional*, Silva (2003) discute a fronteira a partir da construção dos Estados/Nação. Segundo a autora, poucos consideram as fronteiras como tema central para a formação da identidade nacional e suas instituições. Segundo Turner, analisando a expansão da fronteira norte – americana, salienta que a “[...] existência de ‘terras livres’, foi determinante para a edificação da democracia norte – americano [...]” (apud SILVA, 2003, p.02). Ou seja, a “[...] experiência na/da fronteira como responsável pelos principais traços distintivos do intelecto do homem americano (branco): inventivo, prático, irrequieto, curioso, otimista e individualista [...]” (SILVA, 2003, p.02). Ainda há necessidade de elencar que para a autora, “[...] fronteira significava o retorno às condições primitivas” e dava aos pioneiros a oportunidade de construir sua sociedade de modo novo [...]”. Posteriormente, a reafirmar um sentimento “idealista de identidade do povo americano” (SILVA, 2003, p.02).

A fronteira assim, em um constante desbravar, do conhecer e reconhecer a partir da/na fronteira. A fronteira contrastante entre arcaico e moderno, no encontro e desencontro com o “outro”, na negação e afirmação de identidades. Neste contexto, a fronteira, enquanto produção/invenção humana é um movimento contínuo de produções/reproduções materiais e simbólicas entre indivíduos que se colocam de um lado ou de outro, da/na fronteira.

As fronteiras culturais são construtoras de identidades e, também, as identidades são construtoras de fronteiras e territorialidades, a partir do estabelecimento de limites entre os dentro e os de fora, pois “[...] entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 164).

Assim, estabelecemos uma relação entre território, fronteira e identidade, visto que “[...] o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizados pelas coletividades para marcar o território [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.165). E, o território, por sua vez, é marcado por especificidades próprias de territorialidades, delimitados

por limites visíveis ou invisíveis, considerado por Raffestin (1993), e que os mesmos possibilitam a criação de identidades e, conseqüentemente, de fronteiras.

No que concerne as fronteiras, as mesmas foram inventadas, criadas por homens e mulheres, que inventam tradições, re-significam as já existentes, redefinindo fronteiras, territórios, territorialidades e suas identidades. Assim, as sociedades Guarani e Kaiowa a partir das novas conjunturas sociais, não mais existentes em tempos ancestrais, inventaram, instituíram ou desenvolveram novas redes de convenções e rotinas. Entretanto, “[...] o “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. [...] não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. [...]” (HOBSBAWN, 1997, p. 10). Ainda, é o “[...] que fazem os juízes; “tradição” (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado [...]” (HOBSBAWN, 1997, p. 10).

Neste sentido, há diferenças expressivas entre costume e tradição no decorrer do movimento da sociedade. As tradições e, tal quais os costumes foram e são inventados/reinventados cotidianamente, amparados pelo movimento da/na sociedade. Neste contexto, é possível dizer que “As mulheres e homens inventaram mitos para dizer como tudo foi inventado. Inclusive as mulheres e os homens” (GOETTERT, 2006, p.17). As invenções se dão no decorrer do tempo, a partir dos mais diversos agentes sociais que se cruzam e se chocam, delineando novos costumes e novas tradições, novas maneiras de ser homem, mulher, indígena, camponês, quilombola entre outros. Portanto, a sociedade é, e se dá no movimento, pois são as sociedades que se movimentam.

Ao estabelecer novas práticas culturais, se estabelecem, também, novas fronteiras e territorialidades, delineando novas conjunturas de poder, novas formas de “ser” e “estar” no mundo, sem deixar, necessariamente, de “ser o que são”.

Nesse sentido, concordamos com Barth (1998, p.188) de que em primeiro lugar:

[...] as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. [...] as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e de informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são freqüentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes.

Neste sentido, no concerne a Reserva Indígena de Dourados, temos territorialidades em disputa a partir de identidades que são acionadas em determinadas conjunturas que são postas cotidianamente. No território da reserva de Dourados há múltiplas territorialidades que se cruzam e se chocam, redefinindo as relações entre o eu e o outro. De acordo com Barth (1998, p.198), “[...] a identidade étnica implica uma série de restrições sobre os tipos de papéis que um indivíduo pode desempenhar [...]”.

Portanto, a afirmação das identidades na reserva demonstra que embora ocorra um processo de hibridação frequente entre culturas, sempre permanece resquícios da tradição a partir da afirmação da identidade, denotando limites entre o pertencer e o não pertencer. Pois, [...] a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma

estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais [...] (BARTH, 1998, p.196).

As fronteiras étnicas canalizam a vida social, acarretando determinados modos de organização nas relações sociais e comportamentais. Sendo que “[...] a identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento. [...]” (BARTH, 1998, p.196). Ou seja, pertencer a determinado grupo implica em participar de determinadas práticas culturais, costumes e tradições, implicando, também, a “não participar/praticar” de outros ritos culturais, costumes e tradições de outra sociedade. Tornando, assim, “[...] possível a compreensão de uma forma final de manutenção de fronteiras, através da qual as unidades e os limites culturais persistem [...]” (BARTH, 1998, 196). Contudo, as relações de fronteiras, permitem também relação de contato entre culturas diferentes e a partir desses contatos podemos estabelecer as relações de fronteiras e a manutenção das mesmas. Deste modo, as fronteiras são construídas, destruídas e reconstruídas cotidianamente a partir das relações sociais. As fronteiras só existem a partir das relações que os homens e mulheres estabelecem com os outros homens e mulheres, criando e recriando territórios e territorialidades.

3 – Territórios, fronteiras e identidades na/da Reserva Indígena de Dourados

... O movimento de construção de fronteiras ultrapassa uma marca ou um sinal histórico que esvai com o tempo, mas gruda no próprio espaço e é nele – incorporador dos próprios tempos – que a fronteira, (re) feita diária, cotidiana, diuturna e relacionalmente, se apresenta/representa, é apresentada/representada e é produzida/consumida no interior de um habitus, portado pelas gentes de/da fronteira.

Jones Dari Goettert (2008, Não paginado, grifo nosso).

As fronteiras estão sendo construídas, e como nos coloca Goettert (2008), esta construção se dá cotidiana, diuturna e relacionalmente. Se a questão é pensarmos as fronteiras como contínuo vir-a-ser, é necessário salientarmos que sua construção se dá nos modos em que os sujeitos se fazem humanamente no espaço e no tempo, definindo e redefinindo por meio das territorialidades traçadas nos caminhos que os levam ao encontro e também ao desencontro com o outro.

As territorialidades, para Bonnemaïson (2002), “[...] se apoia em uma relação interna e sobre uma relação externa: a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território “que dá segurança”, símbolo de identidade, e o espaço que se abre para a liberdade, às vezes também para alienação”. Assim, a territorialidade, assim como a identidade, se manifesta em seu caráter simbólico-cultural de pertencimento e de enraizamento do sujeito social ao território, mas tem também, seu caráter político-econômico, nas distintas formas em que os homens se apropriam da terra e, assim, dão significado a esta.

A construção de identidades está sempre se encontrando e desencontrando com o outro, fazendo e desfazendo-se em outras identidades e/ou melhor dizer, em múltiplas identidades. Desta forma, é possível dizer que mesmo as identidades sólidas como de homem, mulher, país “[...] escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação [...]”. *Identidades são, pois, identificações em curso*” (SANTOS, 2005, p.135). Ainda, as identidades são criações humanas, negociações cheias de sentidos no sistema mundo, podendo ser compreendida através das trajetórias históricas, assim, Souza Santos (2005, p. 148) salienta que “[...] a cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência [...]”. Assim, a cultura “[...] é baseada em critérios de valor, estéticos,

morais ou cognitivos que, definindo-se a si próprios como universais, elidem a diferença cultural ou a especificidade histórica dos objetos que classificam [...]” (SOUZA SANTOS, 2003, p. 27).

As culturas estão no movimento que as sociedades constroem cotidianamente para si. Neste sentido, territórios, territorialidades, identidades e as fronteiras só podem ser compreendidos no tempo e no espaço, já que como considerado por Souza Santos (2005, p.135), “[...] as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação [...]”.

Nesse sentido, os Guarani e os Kaiowa, reconfiguram suas identidades étnicas diante do dinamismo da *arte de viver na fronteira*, e assim transitam cotidianamente como migrante, nas múltiplas territorialidades e identidades postas e sobrepostas, de encontros e desencontros, de contatos e estranhamentos, de conflitos e sonhos, construindo representações identitárias do lado de lá e do lado de cá da fronteira. A territorialidade, ou seja, o *espaço vivido* que as sociedades humanas têm com seu território, inclui as relações que fixam os homens aos lugares e também os que impelem para fora do território. (BONNEMAISON, 2002).

Os conflitos identitários são mais visíveis quando se trata de conflitos ou negociações inter-étnicos no território na/da reserva. Assim, a afirmação e a negação de identidades se dão explicitamente no conviver com o outro, fundamentalmente por meio da diferenciação. Esta relação pode ser exemplificada de diferentes formas, e um importante elemento de diferenciação são os marcadores de identificação que denotam e representam o jeito correto de ser um tipo específico de *fazer-se humanamente*. Esta relação pode ser percebida em Geertz (1989, p. 38), quando o autor assinala que o mundo é percebido a partir de vários olhares, e que “[...] ser humano certamente não é ser Qualquer homem; é *ser uma espécie particular de homem [...]*”. (GEERTZ, 1989, p. 38).

No contexto da reserva esta relação torna-se perceptível de diferentes maneiras. Uma dela se dá nas relações entre os Guarani e Kaiowa, demonstrando ocorrer múltiplos tensionamentos. Porém, estas sociedades estabelecem relações culturais mais similares do que em relação aos Terena. Estas diferenciações podem ser notáveis por meio das narrativas da seguinte forma, apontando principalmente marcadores de cunho sociocultural:

Ao perguntarmos por que os Guarani e os Kaiowa eram diferentes, alguns respondem da seguinte forma, como é demonstrado na narrativa abaixo:

“[...]No meu modo de entendê, pai meu, vô, explica a diferença nossa, é essa aqui. O Kaiowa nosso, nós que somo Kaiowa mesmo [...] nós Kaiowa já bebe chicha. Diz que é mais ou menos assim. Diz que os Guarani lá nas aldeia dele, eles corta aqueles coqueiro, deixa lá mais uns quinze dias no chão, corta no meio, acha o coró⁵, desse coró eles faz parte torresmo, coloca na panela, torra. E aquela banha tira pra fervê, pra remédio. Nossa alimentação, Kaiowa é na chicha, a do Guarani é no coró, por isso não se dá bem Kaiowa. [...] A comida do Kaiowa é do milho, cana, mandioca, a chicha do Kaiowa faz da mandioca, o do Guarani não faz da mandioca, tem diferença [...]”.

Entretanto, apesar das diferenciações entre os Guarani e Kaiowa, ao perguntamos tais diferenças frente ao modo de viver Terena, tem-se a seguinte exemplificação, como: *“Os Terena é mais do lado dos brancos. É quase branco... é diferente o sistema do Guarani, Kaiowa do Terena [...] O Terena não tem a chicha, nem o idioma dele ele fala, é só ver isso daí. É bem diferente, o Terena tá perdendo a cultura dele...”*.

⁵ O Coró é uma espécie de larva de coco, conhecido também como **bicho-do-coco** (*Pachymerus nucleorum*).

A partir das narrativas podemos dizer que as relações dos Guarani e Kaiowa com os Terena tendem normalmente a serem mais conflitivas, com disputas internas mais constantes e com fronteiras étnico-sociais mais rígidas, podendo ser justificado pelas diferenciações socioculturais frente aos Guarani e Kaiowa. A presença Terena na reserva participa de um contexto de tensionamento com os Guarani e Kaiowa⁶, de modo que os mesmos aparecem nas narrativas frente ao contato histórico com os Kaiowa, como aqueles que saqueavam as casas, roças, levam suas mulheres, entre outros⁷. Também é necessário não perdermos de vista o caráter econômico de tais diferenciações, tais como: “os Terena são mais ricos, estão do lado dos brancos”, como descreve uma Guarani ao diferenciar-se dos Terena e da sociedade não indígena.

Neste sentido é explícito os tensionamentos existentes na reserva, assim como os marcadores de diferenciação participam desta relação por meio das narrativas. A partir das narrativas, acaba sendo notório que as relações entre os Guarani e Kaiowa se estabelecem de forma mais recíproca se comparadas com as relações que estes têm com os Terena. Ou seja, as relações com os Terena aparecem ser sempre mais conflitivas, com disputas internas mais constantes e com fronteiras étnico-sociais mais rígidas, podendo ser justificado pelas aproximações socioculturais que se diferenciam dos Guarani e Kaiowa. Entretanto, é necessário considerar, a partir de Levi Marques Pereira (1999, p. 16), que muitas tensões existentes na reserva, principalmente as que envolvem os Terena, se fazem com base no:

[...] modelo hegemônico do indigenismo praticado nesta área [que] identifica os Terena como mais aptos e receptivos às iniciativas de desenvolvimento e integração à sociedade nacional, os Kaiowa estariam no pólo oposto, considerados como os mais apegados aos seus próprios valores, enquanto os Nandeva constituiriam uma categoria intermediária entre Kaiowa, com quem o parentesco linguístico e cultural é indisfarçável e os Terena, entre os quais realizam preferencialmente suas escolhas matrimoniais.

Ainda, é necessário considerar, a partir de Pereira (1999, p.16) que os marcadores de diferenciação, e/ou as fronteiras existentes entre um grupo e outro na reserva, muitas vezes tendem a “[...] ser mais social do que étnica, na qual as pessoas pertencentes a cada um destes grupos manipulam os marcadores que compõem o sistema multiétnico [...]”.

Estas relações de diferenciação entre um grupo étnico e o outro é muitas vezes uma necessidade de demonstrar as diferenciações existentes na reserva, do que a existência efetiva de tais diferenciações entre estes grupos, de modo que por vezes estas diferenças possam aparecer mais como caráter de estratégia política e social, do que necessariamente cultural. Entretanto, é necessário partimos sempre da prerrogativa de que os sujeitos buscam as melhores formas de representar e apresentar a si mesmo, partindo sempre da necessidade de diferenciar-se dos outros.

⁶ Para a compreensão da presença Terena na Reserva Indígena de Dourados, sugerimos a leitura de Lourenço (2008) e Mota (2011).

⁷ Parte destas histórias pode ser constatada na narrativa do Kaiowa João Aquino, ao dizer o seguinte: “Meu pai dizia que lá para o lado de Maracaju mataram muitos Kaiowa. Eles queriam levar as meninas para criar, para ser a mulher deles. Então, entravam na aldeia esparramando tudo! Matavam os homens, matavam as velhas e pegavam as meninas... As pessoas que trabalhavam na estrada de ferro. Eles ficavam 2, 3 anos sem mulher, então iam roubar as mulheres dos Kaiowa... Eles eram Terena. A [empresa] Continental era quem empreitava o trabalho deles. Empreitava os Terena para matar os Kaiowa. Terena já matou muito Kaiowa! Terena era mbaja [inimigo]” (VIETTA, 2007, p.187).

A fim de entender esta relação, a partir de Barth (1998, p. 188), podemos considerar que “a interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; *as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato inter-étnico e da interdependência dos grupos*”.

A partir da discussão de fronteiras étnicas discutida por Barth (1998), elencamos que estas relações podem ser demonstradas da seguinte forma, a partir das narrativas do Kaiowa Jorge e da Kaiowa Floriza:

“Os Kaiowa é diferente do Guarani... O Guarani ele fica mais do lado dos Terena, parece que tá ficando branco” (Jorge, 2010).

“[...] Ali uns menino tem pai branco, casô com índia e tá aqui na reserva, mas eles são muito violento né. Não é igual a gente”. (Floriza, 2009).

“[...] os índios não é acostumado a morar lá na cidade, com a casa pertinho uma da outra, igual dus branco, dá briga demais.” (Jorge, 2009).

“[...] antigamente, em 73, aqui, não tinha Terena, só tinha Kaiowa e Guarani, aqui tá tudo misturado, tem negro, gaúcho, o índio com o branco, e mais violência”. (Jorge, 2009).

“[...] o Kaiowa e o Guarani puro a gente vê, não tem terra, o Terena tá tomando conta de tudo, eles têm muita terra, nós, o Kaiowa, o Guarani, rezador originar, não tem”. (Jorge, 2009).

“[...] nós, aqui. mostra a cultura pra nossa criança, artesanato, ensina de tudo. Só os Kaiowa né, o Guarani não, nem o Terena”. (Floriza, 2009).

“[...] nossos dois fio, meus guri, vai pra cana e estuda a noite, eles num quer deixá o estudo”. (Floriza, 2009).

A partir de Jorge e Floriza (2009) por meio das narrativas corriqueiras, estes nos demonstram as relações entre os de dentro e os de fora da/na reserva, assim como as múltiplas identidades no qual pertencem, buscando por meio de múltiplos fatores se auto-afirmarem enquanto Kaiowa. E, também, buscarem manter a diferença entre aqueles que pertencem e não pertencem a sua territorialidade na reserva, por meio das relações de parentesco e de etnia. Descreve, também, a conflitualidade provocada pelas múltiplas formas de viver em condição de reserva, assim como os tensionamentos que este convívio tem participado dos marcadores de diferenciação.

Assim, reconhecemos que no jogo das relações sociais existentes na reserva, ser um determinado tipo de pessoa perpassa também, os valores sociais e organizacionais intrínsecos na divisão social de classe⁸, gênero, relações de parentesco, etnia... Assim, ser Guarani, Kaiowa e Terena implica estar inter-relacionado em *jogos de identificação*, assim como participar dos *jogos de poderes* existentes na reserva que estão sendo disputados e estão sempre em processo de fazer-se.

4 – Considerações finais

... A fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando: “Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens

⁸ Segundo Marx apud Oliveira (1999, p. 72) a conceitualização de classe social se remete aos: “Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista”.

pra lá e pra cá, de modo que eles possam alcançar outras margens... A ponte reúne enquanto passagem que atravessa.

Homi K. Bhabha, (1998, p.24).

A criação da Reserva Indígena de Dourados pelo SPI é parte das definições e redefinições a partir do contato entre indígenas e não indígena, e que estas relações redefinem fronteiras que separam o índio do branco, o branco do índio, o índio do bugre⁹, os Guarani do Kaiowa; o Kaiowa do Guarani; o Guarani do Terena; o Terena do Guarani; o Kaiowa do Terena; o Terena do Kaiowa; o Kaiowa e Guarani do Terena; e o Terena do Kaiowa e Guarani, nas relações internas e externas à reserva. As identidades são assim, desconstruídas, reconstruídas e construídas, junto à produção de fronteiras, territórios e territorialidades dos/para os Guarani, Kaiowa e Terena na/da reserva.

No que concerne às discussões de fronteiras como “o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente”, elencado por Bhabha (1998, p. 24), esta se coloca como meio de passagem que possibilita o encontro com o outro, com suas múltiplas dimensões étnicas e culturais de ser e estar no mundo. As fronteiras étnicas culturais exigem o encontro com o novo, a partir das trocas culturais (hibridações) constantes no viver nas/das fronteiras. Não apenas retomando o passado, mas renovando, elucidativo em Bhabha (1998, p.27) ao dizer que o reconfigura “[...] como um “entre - lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente” (grifo nosso).

Nesta perspectiva, ao analisar os marcadores de diferenciação a partir de uma escala que recoloca o sujeito entre uma relação de ora estar dentro e por outra estar fora, nesta relação, podemos elucidar as seguintes questões que permeiam a construção de territórios, fronteiras e identidades na Reserva Indígena de Dourados. É necessário deixar claro que está relação de diferenciação e identificação é sempre múltipla. Por exemplo, para os Guarani, os de fora podem ser os Kaiowa e os Terena, assim como para os Kaiowa os de fora podem ser os Terena e os Guarani. E, ainda, para os Terena os Guarani e os Kaiowa podem estabelecer uma relação de distanciamento, sendo os de fora. Portanto, nessa relação de criação e invenção do outro, é elucidativo que as relações entre os de dentro e o de fora depende sempre do olhar lançado sobre sujeito que é identificado pelo outro e identifica a si mesmo como outro e também participante de uma comunidade, de um grupo e de uma classe social... Ou seja, a partir dos olhares que definem e redefinem o transmissor e o receptor da ação social no processo e construção do outro.

Elencamos ainda nesta correlação de pertencer e não pertencer, de dentro e fora, que se partirmos do pressuposto de que a idéia de índio é uma criação não indígena/eurocêntrica/ocidental apropriada pelas sociedades indígenas, as relações entre os de fora e os de dentro podem ser estabelecidas entre Terena, Kaiowa, Guarani (índios) referente aos não indígenas. Neste contexto, partimos do pressuposto de que as relações entre os de dentro e os de fora são redimensionadas a partir de várias conjunturas identitárias, territoriais e de construção de fronteiras em que participar os processos de afirmação e negação de si e do outro.

A relação entre os de fora e os de dentro vão se estabelecer mediante uma fronteira cultural de igualdade entre determinado grupo social, assim como nas múltiplas territorialidades em tensionamentos na reserva, e que envolvem relação de gênero, classe, religiosidade, etnia... Assim, nas relações de dentro e fora, ou seja, entre aqueles que pertencem e não pertencem a uma determinada territorialidade, as fronteiras ou limites estruturam o território e as territorialidades, redefinindo sempre as identidades no espaço e no tempo.

⁹ Discussão de Roberto Cardoso de Oliveira (1976) relaciona o que é ser índio a partir da estigmatização do índio ao bugre, quando o índio já “não é índio”, mas sim “índio genérico”.

Ainda no contexto destas relações em torno da construção de fronteiras, territórios e identidades na reserva, e que envolve indígenas (um modo específico de fazer-se indígena) e não indígenas, deve-se considerar, a partir de Santos (2006) que “o mundo se instala nos lugares”, e assim deixar claro que as relações de dentro e fora dependerá sempre do lugar de alcance vivido, pensado, imaginado, sonhado pelos sujeitos. Assim, no atual mundo global os Guarani, Kaiowa, Terena, Guató, Kinikinau, Ofaié, Kadiwéu, Chamacoco, Kaingang, Tupiniquim, Kaxinawá, Wapixana, Kamba, camponeses, operários, quilombolas, seringueiros, entre outros, inventam e reinventam as mais diversas formas de ser e estar no mundo, de estar dentro e fora de algumas relações socioterritoriais a partir do lugar em que vivem. Como considera a Kaiowa Floriza (2009) “*O mundo... o mundo pro Kaiowa é de um tipo... [assim vale para todas as formas de fazer-se humanamente]. Assim né, o mundo é assim...*”

Bibliografia

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Phlippe. *Teorias da etnicidade*. Tradução: FERNANDES, Elcio. São Paulo: EDUNESP, 1998. p.187 – 227.

BHABHA, Homi k. *O local da cultura*. Belo Horizonte. EDUFMF, 1998. p.19 - 42.

BONNEMAISON, Joël; VANUATU, Orstom. Viagem em torno do território. In: Corrêa, Roberto Lobato; ROSENDAAL, Zeng. (Org). *Geografia Cultural: um século*; Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

GOETTERT, Jones Dari. *A fronteira como “Jogo de espelhos côncavos”*: considerações sobre a construção de representações de cá e de lá em território de fronteira. XV Encontro Nacional de Geógrafos – “O Espaço não pára. Por uma AGB em movimento”, 2008.

GOETTERT, Jones Dari. *Dos pés virados do Curupira*. Rio Branco: EDUFAC, 2006. p.15 – 24.

HAESBAERT, Rogério. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In_____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaucha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 31-91.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade*. Disponível em: www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pd. Acesso em: 15 jun. 2008. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOBBSAWN, Eric J; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 09 - 23.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. *Povos indígenas do Brasil – 2001/2005*. São Paulo: ISA, 2006.

LOURENÇO, Renata. *A política indigenista do estado republicano: junto aos índios da reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 a 1968)*. Dourados: UEMS, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. *Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-137.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao brugre: o processo de assimilação do Têrena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. São Paulo: EDUNESP, 2000.

PEREIRA, Levi Marques. *Parentesco e organização social Kaiowa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UNICAMP, Campinas, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Ligia Osório. Fronteira e identidade nacional. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas, 2003. Minas Gerais: Caxambu. ANAIS. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Minas Gerais: Caxambu. ABPHE, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In:_____. *Pela mão de Alice*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 135-157.

SOUZA SANTOS, Boaventura de Souza. Prefácio. In:_____. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13 - 68.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

VIETTA, Katia. *Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados/MS), após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2007.

IDENTIDADES EM TRÂNSITO: BRASILEIROS E PARAGUAIOS NA FRONTEIRA ENTRE PONTA PORÃ (BR) E PEDRO JUAN CABALLERO (PY)

Cirlani Terenciani

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Resumo

O objetivo deste artigo é discorrer sobre as diversas concepções de fronteira, principalmente àquelas que permeiam o contato entre brasileiros e paraguaios numa área de fronteira internacional. Entendemos que nas cidades de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), diversas concepções sobre a fronteira se entrecruzam no viver diário dos moradores locais, devido à mobilidade cultural e identitária que perpassa os limites do Estado-Nação. Dessa forma, vamos realizar uma discussão a respeito dos elementos que envolvem o cotidiano dos sujeitos transfronteiriços a partir das condições políticas e das configurações identitárias presentes nessa fronteira Brasil/Paraguai, sobre as relações e práticas culturais entre sujeitos de nacionalidades distintas que materializam a fronteira como um local privilegiado de encontros/desencontros.

Palavras-chaves: fronteira Brasil/Paraguai, sujeitos transfronteiriços, encontros/desencontros na fronteira.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the various conceptions of the border, especially those that permeate the contact between Brazilians and Paraguayans in an area of the international border. We understand that the cities of Ponta Pora (Brazil) and Pedro Juan Caballero (Paraguay), different concepts of boundary intersect in daily life of the locals, due to mobility and cultural identity that permeates the boundaries of the nation state. Thus, we will hold a discussion of the elements that involve the subject of border everyday from political conditions and identity configurations present in this the Brazil / Paraguay, on the relationship between subjects and cultural practices of different nationalities that materialize the frontier as a privileged place for meetings / disagreements.

Keywords: border Brazil / Paraguay, border subject, meetings / disagreements on the border.

1 – Introdução

[...] o local é um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram e talvez entrem em conflito [...] (COSGROVE, 2004, p. 93).

Como referencia Denis Cosgrove (2004) na epígrafe acima, o local (onde estamos e vivemos) pode se manifestar como um lugar simbólico onde várias culturas podem se encontrar, o que pode implicar em relações de conflito e tensões entre grupos culturais distintos. Nesse sentido, nos propomos aqui a realizar uma breve discussão a respeito das práticas culturais e identitárias nas cidades de Ponta Porã (Estado de Mato Grasso do Sul), e Pedro Juan Caballero (Departamento de Amambay), localizadas político e geograficamente na fronteira Brasil-Paraguai.

Este artigo é resultado de alguns elementos por nós discutidos na dissertação de mestrado *“Interculturalidade e ensino de Geografia em escolas na fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul”*, concluída no ano de 2010, e que nos despertou para o caráter híbrido e intercultural que as fronteiras podem adquirir no tocante à formação identitária e cultural.

Um dos fatores que acarreta grande complexidade em relação às fronteiras internacionais, refere-se à possibilidade de contato entre povos de nacionalidades distintas. De acordo com Stuart Hall (2006), a nacionalidade emerge na modernidade como uma das principais formas de identidade cultural, remetendo diretamente a uma forma de identificação, fundamentalmente vinculada a um conjunto de representações, afirmando que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior a nossa representação” (p. 48). O contato entre sujeitos de nacionalidades distintas implica em embates culturais e identitários que nem sempre ocorrem de forma harmoniosa, havendo, em muitos casos, conflitos que se manifestam através de preconceitos de uns sobre outros. Cultura e identidade estão, assim, intimamente vinculadas e interligadas, garantindo aos sujeitos que as compartilham um sentimento de pertencimento e reconhecimento grupal. A identidade concentra aquilo que se é em relação ao que *não se é*, ou seja, representa a comunidade de valores, gestos, significados e comportamentos, sendo definida a partir do que se difere destes, estando, dessa forma, diretamente vinculada às concepções de diferença/alteridade (SILVA, 2000).

No caso das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, estas relações e práticas culturais entre sujeitos de nacionalidades distintas ocorrem cotidianamente, na qual a fronteira se materializa como um local privilegiado de encontros/desencontros entre brasileiros e paraguaios.

Assim, nosso principal objetivo aqui é discorrer sobre as diversas concepções de fronteira que permeiam o contato entre brasileiros e paraguaios numa área de fronteira internacional. As fronteiras podem adquirir sentidos e significados diversos, que variam de acordo com as abordagens e correntes teóricas que se propõe a analisá-las. Entendemos que nas cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, diversas concepções sobre a fronteira se entrecruzam no viver diário dos moradores locais, que em função da mobilidade cultural e identitária entre ambos os países, podem apresentar uma nova configuração identitária, híbrida, transfronteiriça e que perpassa os limites do Estado-nação.

O presente texto está dividido em três partes. A primeira visa discutir alguns elementos em torno dos conceitos de cultura e identidade a fim de compreender os elementos históricos e geográficos que permeiam suas composições. Na segunda parte, objetivamos analisar a composição das identidades brasileira e paraguaia, bem como os processos de antagonismos que se fundamentam em torno das mesmas. Por fim, buscamos discutir as diversas concepções que o sentido de fronteira pode congrega, indo desde abordagens geopolíticas, vinculada à delimitação e área de soberania do Estado, até adquirir dimensões subjetivas que aproximam e/ou distanciam sujeitos e identidades. Assim, discutimos elementos que perpassam o cotidiano dos sujeitos transfronteiriços a partir do entendimento de que a fronteira se materializa tanto na condição política, como a partir de encontros e desencontros entre brasileiros e paraguaios, possibilitando que novas configurações identitárias se façam a partir do caráter híbrido e intercultural.

2 – Entendendo cultura para compreender identidade

A cultura é uma realidade vivida que se manifesta material e simbolicamente (BONNEMAISON, 2002) estando numa constante relação de (re) produção espacial à medida que representa os modos de vida, os significados e a própria percepção do espaço humanizado pelos sujeitos. Constitui-se como um conceito amplo, possuindo diversos significados em correntes teóricas distintas. Para Corrêa (2008), as

mudanças relativas ao conceito de cultura ao longo da história levam-nos a considerá-la como “como sendo simultaneamente reflexo, meio e condição social” (p. 3). Sendo ainda mais enfático, o autor afirma que “A cultura é entendida como os significados que um dado grupo social elabora e re-elabora com base em sua experiência, que inclui avaliações, contatos e descobertas” (2009, p. 1). A cultura constitui-se, nessa perspectiva, como um elemento sempre em movimento, concentrando e ampliando seus significados para os membros de determinado grupo que compartilham se seus valores e símbolos.

Para Adam Kuper (2002), embora cada grupo considere a cultura com um significado distinto, o elemento comum a todos eles está relacionado à forma como ela representa as identidades, de modo que “em seu sentido mais amplo, cultura é simplesmente uma forma de falar sobre identidades coletivas. Porém, o status também está em jogo. Muitas pessoas acreditam que, as culturas podem ser comparadas, e tendem a prezar mais a sua própria cultura [...]” (KUPER, 2002, p. 24).

A cultura apresenta diferentes significados e é também vivenciada de forma plural e diversa, o que corrobora a afirmação de Vera M. Candau (2005) de que a cultura deve ser entendida e analisada sempre no plural, como “cultura(s)”, para assim tentar compreendermos suas representações no interior de grupos culturais distintos. Podemos afirmar que as culturas são tão diversas quanto a quantidade de povos que vivem na Terra.

A cultura resulta do conjunto de ações e relações sociais que geram valores e significados para os membros do grupo, conferindo-lhes uma forma de *identificação* e *pertencimento*. Tal como a identidade, a cultura está sendo (re) construída ao logo da existência e a partir das práticas diárias que os sujeitos desenvolvem entre si no tempo e no espaço.

Entretanto, é importante analisarmos que a noção de cultura que temos hoje perpassou por diferentes abordagens e significados ao longo da história, passando por concepções “supra-orgânicas”, como a discutida por Carl Ortwin Sauer em 1922, na qual a cultura era entendida como determinante da ação humana, algo superior que influencia a sociedade e o homem não passava de um “mensageiro da cultura”, o que a tornava – a cultura - um elemento explicativo por si só, uma forma autônoma que determina a vida humana. Ou também apresentando leituras como a de Raymond Williams, embasa na “tese base-superestrutura” (CORRÊA, 2008).

Nesse sentido, uma importante contribuição conceitual a respeito do conceito de cultura surgiu a partir da década de 1980, quando emergiu na Inglaterra os chamados “Estudos Culturais” (*Cultural Studies*), que lançaram um novo olhar sobre as concepções de cultura. Na perspectiva dos Estudos Culturais a cultura estava ligada a sentimentos e visões de mundo que davam a cada grupo um pertencimento próprio e que os diferenciava de outros, quebrando a lógica homogeneizante em voga de *uma* cultura e *uma* identidade. A cultura, nesse contexto, passa a ser considerada como um conceito estratégico no processo de definição de identidades e alteridades, atuando como campo de lutas. Vale lembrar que este debate em torno do caráter diverso das culturas também se fazia presente na América Latina, tendo como um de seus representantes Nestor G. Canclini, estudando o caráter híbrido que estas podem adquirir no contexto moderno.

Um importante “aliado” neste processo de redefinição conceitual de cultura surgiu na Inglaterra em 1964, na Universidade de Birmingham, com a criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* – CCCS (Centro de Estudos Culturais Contemporâneos), tendo como principais representantes Richard Hoggart, Stuart Hall e Raymond Williams. O Centro tinha como objetivo inicial se dedicar à crítica literária inglesa, que representava um pensamento elitista, branco e que não abarcava todo o país como se pretendia. Estes estudos tinham como premissa a existência de uma “conexão orgânica” entre a vivência cotidiana e as posições teóricas adotadas pelos pesquisadores.

Os estudos realizados pelo CCCS influenciaram em grande medida vários campos de pesquisa, dentre eles a Geografia, que passou por um importante processo de ressignificação da cultura como objeto de análise passando a ser considerada também pelo viés da sociedade de classe e a partir da perspectiva de cultura dominante, de massa e popular. As influências teóricas e concepções de cultura adotadas pelo CCCS se espalharam, contribuindo para reforçar as críticas e o movimento de renovação da Geografia cultural que se fazia presente.

De acordo com Denis Cosgrove e Peter Jackson (2007), umas das principais contribuições realizadas pelo Centro e seus teóricos está em nos mostrar o caráter instável e mutável da cultura, passível de transformações ao longo do tempo e do espaço. Ademais, deixa claro que esta é permeada por uma pluralidade, podendo apresentar um conteúdo político implícito ou explícito espacialmente, ressaltando o papel das formas culturais no tocante ao espaço, pois “a estrutura espacial é parte ativa da constituição histórica das formas culturais”. (COSGROVE & JACKSON, 2007, p. 142).

A cultura é entendida assim como meio e condição para a existência individual e coletiva. Para Paul Claval (2007, p. 56), no que diz respeito à Geografia, o objetivo dos geógrafos culturais passa a ser assim “[...] a interpretação simbólica que os grupos e as classes sociais dão ao ambiente, as justificativas estéticas ou ideológicas que propõem e o impacto das representações sobre a vida coletiva [...]”. Como a paisagem ganha destaque, o processo de interpretação das mesmas pode ser realizado sob diferentes perspectivas, nas quais a arte (pintura, escrita, filmes, fotografias) e seu significado tornam-se alvo e objeto de análise.

A cultura é representada pelo conjunto de símbolos que dão significado aos objetos e que garantem a determinados grupos uma identidade. É através do desenvolvimento e (re) produção da cultura e seus elementos que cada grupo garante e mantém sua identidade perante os outros. Assim, Paul Claval (2007) arguiu sobre a importância do processo educativo na transmissão das culturas, seja ele formal (realizado através das escolas) ou informal (de base familiar) e que fazem parte do processo de constituição e (re) definição de nossas identidades. A relação entre cultura e identidade dos sujeitos se mantém íntima, uma influenciando na outra.

Nesse sentido, os sujeitos são carregados por referenciais identitários que fazem parte de sua vida, sejam eles individuais ou coletivos. Inicialmente, a definição de *uma* identidade parece ser um exercício simples: a identidade alude àquilo que se é (brasileiro, branco, negro, mulher, homem, jovem, velho...) baseando-se, assim, em um único referencial pensado a partir do “eu”. A diferença, nesta mesma perspectiva, é considerada também como um referencial autônomo, porém, que define o que o “outro” é e que se difere do “eu” (SILVA, 2000). *Identidade e diferença/alteridade* estão interligadas, entretanto, tendemos a considerá-las como realidades antagônicas, na qual a *diferença* é considerada, muitas vezes, como sinônimo de inferioridade.

A identidade se caracteriza como uma forma de garantir o significado e a experiência de um grupo. Todo conhecimento a respeito de pessoas e lugares deriva de uma denominação (identificação) que acarreta na sua distinção perante outros grupos. A identidade de um grupo ou coletividade é definida mediante processos de significação que elementos culturais desempenham (CASTELLS, 2002), processos estes mediados e marcados por relações de poder imbricadas no interior das relações inter-grupais¹⁰.

¹⁰ São estas relações que definem no interior dos grupos as características positivas ou negativas e que são socialmente aceitas. Para Michel Foucault (1984), as relações de poder podem se expressar através dos efeitos da palavra, entendidas como *práticas discursivas*; através das disparidades econômicas, por mecanismos de controle e vigilância. Estas relações de poder têm a capacidade de (re) criar hierarquias culturais e sociais, tornando-se aceitas e (re) produzidas como tais.

Manuel Castells (2002) caracteriza três formas nas quais os processos identitários estão pautados, sendo eles: legitimador (representado pelas instituições dominantes como os Estados nacionais); de resistência (representado pelos diversos atores sociais que são estigmatizados historicamente, desvalorizados perante a lógica dominante); e a de projeto (caracterizada pela ação que os atores sociais podem construir no sentido de criação de uma nova identidade, redefinindo-a perante a sociedade). Como as identidades são móveis, os papéis que estas podem ocupar também não estão estanques no tempo e no espaço. Assim, o autor afirma:

[...] A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados por indivíduos, grupos sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço [...] (CASTELLS, 2002, p. 23).

A identidade constitui-se como o elemento de identificação entre os semelhantes, e a cultura caracteriza os fatos que são comuns a um grupo cultural: seus símbolos, costumes, comportamentos; enfim, uma série de fatores que trazem para o grupo um sentimento de identificação, configurando, assim, uma identidade cultural que se impõe sobre a sociedade global.

Com a emergência do sistema capitalista e a insurgência do Estado-nação, baseado no que Stuart Hall (2009) caracteriza como “*cidadania universal e neutralidade cultural*”, houve uma apropriação de aspectos identitários por parte desta instituição visando a criação de uma identidade nacional, pautada sobre valores reconhecidos por ele. As identidades de diferentes povos passam a ser representadas em torno da concepção de “*identidade nacional*”. Na mesma perspectiva que Stuart Hall enfatiza a criação de uma identidade em nome da nacionalidade, Boaventura Souza Santos (2005) reflete sobre a modernidade e a formação das identidades em torno de um Estado, que tenta desconsiderar, apagar e anular o que este autor considera “*lealdades alternativas*”, ou seja, culturais, étnicas ou territoriais. Para o autor, “[...] sob a égide do capitalismo, a modernidade deixou que as múltiplas identidades e os respectivos contextos intersubjetivos que habitavam fossem reduzidos à lealdade terminal ao Estado, uma lealdade omnívora das possíveis lealdades alternativas [...]”. (SOUZA SANTOS, 2005, p. 142).

Muitos aspectos de culturas específicas como, por exemplo, a indígena, foram agregadas a Estados maiores, acarretando em uma neutralização no sentido de extinguir os laços culturais grupais em nome de um ideal moderno de *identidade nacional*. Desse modo, para Stuart Hall (2009), “a cidadania universal e a neutralidade cultural do Estado são as duas bases do universalismo liberal ocidental” (p. 74), que pressupõe uma homogeneidade da cultura nacional. Entretanto, ele afirma que “sob as novas condições multiculturais, entretanto, essa premissa parece cada vez menos válida” (p. 74), já que as sociedades apresentam cada vez mais um caráter híbrido e plural.

Para que isso acontecesse, a escola – entendida aqui como instituição do Estado – teve um papel fundamental como veiculadora da ideologia nacional. Aspectos simbólicos, como uma Bandeira Nacional, o hino de um país, a língua oficialmente falada, além de datas comemorativas se tornam elementos importantes para a construção de uma identidade nacional que valoriza e legitima o pertencimento a tal país, como se sua história se constituísse como a história de todo o povo¹¹.

¹¹ No caso brasileiro, Marilena Chauí (2010) discorre sobre o “verde-amarelismo” que marca a sociedade e a identidade brasileira em torno de seus elementos “naturais” e que buscam criar e fundamentar a identidade e a nação brasileira, atuando como um “simiófaro”, ou seja, “um

A identidade étnica ou cultural se configura, assim, como uma alternativa inicialmente à unidade nacional e, posteriormente, ao universalismo global, proposto por um sistema desigual que tenta impor-se aos mais diversos espaços e temporalidades. A preservação de uma identidade étnica ou cultural é a prova de que há uma resistência a essa lógica universalizante. Entretanto, as identidades se configuram como “*identificação em curso*” como afirma, dentre outros, Boaventura de Souza Santos (2005), ao alegar que “mesmo as identidades aparentemente sólidas [...] escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques e temporalidades em constante processo de transformação [...], que de época para época dão corpo e vida a tais identidades, *identidades são, pois identificações em curso*” (SOUZA SANTOS, 2005, p. 135, grifo nosso).

Entender os processos de identificação e de manifestação cultural representa uma forma de compreender a própria construção espacial, bem como relações de aproximação/distanciamento entre grupos culturais distintos que fazem emergir fronteiras materiais e simbólicas que afetam direta e indiretamente o contato interétnico e intercultural.

No caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, os processos de identificação entre brasileiros e paraguaios são carregados de tensões e conflitos que trazem consigo práticas e relações de poder capazes de inferiorizar um em detrimento do outro, neste caso, o paraguaio perante o brasileiro. O contato entre eles revela tensões identitárias e preconceitos históricos que se manifestam no tempo e no espaço.

Identidade e alteridade estão numa relação recíproca, uma só existe pela existência da outra. Ao refletirmos sobre nossa identidade, nos voltamos para o interior de práticas executadas e exercidas dentro de um determinado círculo de relações, mas não conseguimos enxergar estas relações em outros grupos. Tomaz T. da Silva (2000) considera que o processo de inferiorização da diferença ou da alteridade ocorre porque temos como primeiro referencial de análise a identidade, como se esta fosse o primeiro padrão de análise, de forma que “[...] consideramos a diferença como um produto da identidade [...]” e assim, tendemos a “[...]tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos [...]” (SILVA, 2000, p. 76), daí resultando os conflitos/contatos interculturais.

Entretanto, consideramos que a questão que se apresenta em relação a contatos culturais não está na pluralidade e na existência da diferença, mas sim nas situações de desprezo com que as culturas subalternas são tratadas. Sobre esta relação de inferiorização, Adam Kuper (2002, p. 296) considera que uma cultura hegemônica, representada pelo branco, classe média, homem e heterossexual “[...] impõe suas regras a todos. O restante da população é estigmatizada por ser diferente. Suas diferenças os definem: eles não são brancos, não são anglo-saxões, não pertencem à classe média, não são homens e nem heterossexuais”. Assim, qualquer forma que fuja a estas “normas” é desprezada socialmente, como se fosse um desvio de conduta que deve ser desconsiderado. É nesse contexto que surgem as práticas de intolerância, discriminação e preconceito para com grupos culturais periféricos.

Assim, a problematização dos conceitos e cultura e identidade é fundamental para a compreensão das práticas e relações desenvolvidas no contexto das cidades transfronteiriças, como é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A população local, brasileiros e/ou paraguaios vivenciam uma territorialidade própria, na qual o movimento e trânsito entre as duas identidades e os dois países se desenvolvem de forma espontânea no cotidiano local. Apesar das tensões e dos dramas provocados pelo contato como a “diferença e a alteridade”, novas identidades podem se fazer, recriando novos e velhos significados do que seja o viver transfronteiriço.

conjunto de signos trazidos à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim, por sua força simbólica” (p. 11).

3 – Brasileiros e paraguaios: conflitos em torno das construções identitárias

A nacionalidade no cenário transfronteiriço ganha um forte sentido identitário para os moradores locais, sendo através dela que se distingue e emergem os contrastes culturais. Como afirmou Roberto C. de Oliveira (2006), identidades étnicas e nacionais estão numa relação de soma e reciprocidade que se dão a partir do contato com o que se apresenta como “outro nacional”.

A etnicidade representa a interação entre grupos culturais diferentes dentro de um contexto social que lhes são comuns, estando intimamente vinculada ao sentido de território como lugar de pertencimento e reconhecimento do grupo (BONNEMAISON, 2002). Entretanto, a etnia tende a se fortalecer a partir do contato com outras etnias, ou seja, a partir de seu questionamento perante os demais. Esta interação nem sempre é pacífica e implica em relações de reconhecimento mútuo por parte destes grupos. O reconhecimento de grupos culturais e étnicos é uma busca moral pelo reconhecimento de direitos e, sobretudo, o *direito de ter uma identidade* (OLIVEIRA, 2006).

Esta dificuldade de interação e compreensão por parte de grupos externos sobre a dinâmica de outros grupos pode levar a práticas extremadas de etnocentrismos, ou seja, privilegiam-se as normas e regras do próprio grupo como parâmetro para outras sociedades acarretando, em muitas vezes, em relações de preconceitos e discriminação por parte dos mesmos.

Na visão de Joël Bonnemaïson (2002), a delimitação de uma etnia é fundamental para a existência da cultura, sendo a consciência do grupo que funda suas bases étnicas, “[...] uma etnia existe, primeiramente, pela consciência que tem de si mesma e pela cultura que produz [...]” (p. 93). Entretanto, ele considera que esta definição apresenta contornos mais concretos em sociedades tradicionais e que na sociedade moderna, estas equivalem à definição de *grupo cultural*, afirmando:

Em outras palavras, a etnia é aquilo que em outros lugares é denominado grupo cultural, mas cujos contornos nas civilizações tradicionais são fortes porque estão freqüentemente ligados a uma expressão política – circunscrição de chefes tribais, reinos, eventualmente nações – e geográfica, isto é, um território, ou pelo menos uma certa área de ocorrência espacial (BONNEMAISON, 2002, p. 93, grifo nosso).

Por serem permeadas por elementos identitários dos grupos, as relações entre culturas são, em muitas vezes, conflituosas, pois entram em atrito práticas que envolvem a definição do ‘eu’ em relação ao ‘outro’, na qual cada grupo tenta se afirmar perante o outro, tentando provar sua importância e força, o que acarreta em práticas de inferiorização nas quais o grupo dominante se impõe e classifica o que é “bom” e o que é “ruim” a partir de suas próprias concepções de parâmetros e regras próprias. As afirmações das identidades são permeadas por antagonismos, nos quais se olha o “outro” a partir de “nosso” olhar, a partir de “nossas” práticas e experiências, do que consideramos como certo e errado, como se só “nossos” valores e práticas fossem o “correto”.

Nesse sentido, a situação de uma fronteira internacional ganha destaque nas discussões, pois os sujeitos locais estão inseridos em práticas cotidianas que revelam os contrastes do “eu” em relação ao “outro”. Os brasileiros, conforme constatamos através da realização de entrevistas com moradores locais e também consultas bibliográficas, sentem-se superiores aos paraguaios, que em alguns casos, internalizam esta inferiorização, manifestando sentimentos de vergonha e negação de sua identidade.

A grande questão que se coloca na relação entre identidade e diferença/alteridade consiste no fato de que tendemos a classificar o diferente a partir

de tudo o que não somos, ou seja, é o nosso padrão identitário que conduz as avaliações do outro, sendo este o modelo de classificação do positivo e do negativo, no qual o positivo é representado a partir de nossas características e o negativo seria o seu oposto. Nesse caso, o *brasileiro* representa o *bom*, o *bonito*, o *aceito*, em detrimento do “outro” *paraguaio*, que representa o seu oposto. Assim, entendemos que as palavras de Vera M. Candau (2005, p. 20) nos auxiliam na compreensão da relação ambígua e contraditória “eu *versus* outro”:

Nosso modo de situar-nos diante do “outro”, assume-se uma visão binária e dicotômica. Uns são bons, os verdadeiros, os autênticos, os civilizados, os cultos, os defensores da liberdade e da paz. Os “outros” são maus, falsos, bárbaros, ignorantes e terroristas. Se nos situarmos nos primeiros, o que temos de fazer é eliminar, neutralizar, dominar ou subjugar o “outro”. Caso nos sintamos representados como integrantes do pólo oposto, ou internalizamos a nossa “maldade” e nos deixamos “salvar”, passando para o lado dos “bons”, ou nos confrontamos violentamente com estes.

Corroborando os argumentos desta autora, Tomaz T. da Silva (2000) afirma que o problema que se coloca a partir da identidade e diferença/ alteridade é derivada de processos linguísticos, pois, para ele, é através da fala, do processo de comunicação social que os seres humanos constroem os aspectos semelhantes e diferentes entre si, aspectos culturais que são incorporados em nome de um ideal identitário que é construído e que passa a ser considerado como tradição de um povo ou grupo cultural, “[...] a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 76).

A identidade do “eu” só se faz presente quando entra em contato com o “outro”, sendo esta uma relação indissociável entre ambas as partes. No caso das culturas brasileira e paraguaia, estas são pautadas por elementos de referências distintas, representadas por aspectos da cultura européia, indígena, africana, e que formam as identidades (múltiplas) de ambas. Entendemos que a identidade é um elemento complexo de identificação dos indivíduos e que, portanto, falar em uma *única identidade brasileira* e uma *única identidade paraguaia* seria contradizer tudo o que já foi dito a respeito do assunto. Entretanto, em situação de fronteira, questões relativas à nacionalidade dos povos atuam como importantes elementos de identificação, principalmente por se tratar de uma área de fronteira internacional.

No Brasil, durante o processo de colonização, a cultura européia serviu de base para os colonizadores e também como padrão a ser seguido e disseminado para os povos indígenas que aqui viviam - considerados como bárbaros - e os elementos que representavam o europeu, eram reconhecidos como legítimos e verdadeiros¹².

¹² Sobre a colonização européia no Brasil, Jones D. Goettert e Marcos L. Mondardo (2009) afirmam que: “A *causa* que moveu os europeus foi produzida no contraponto entre o civilizado-Eu e o incivilizado-Outro. Não era uma questão meramente identitária, mas uma questão civilizacional participante de um “processo civilizador” – em empréstimo de Norbert Elias (1993, 1994b) –, do processo de acumulação primitiva de capital e da expansão de um novo modo de produzir ou de um modo novo de produção material, calcado sobre uma nova racionalidade. Mais que um projeto de Nação, estava em curso o projeto europeu de conquista de um território (mundial ou *intemacional*) de produção, de uma moral, de uma ética e de uma estética de pensar e de fazer. Evangelização, educação, racionalização, civilização e ordem obedeciam a esse ideal. O Outro – os índios e os negros – era o escravo, e os pobres não escravos, fora da polarização civilizados/não civilizados, eram os “desclassificados sociais”, os “inclassificáveis” ou mesmo a “humanidade inviável” [...]” (p. 106).

[...] De modo particular, no mundo ocidental a cultura europeia tem sido considerada natural e racional, erigindo-se como modelo de cultura universal. Desse ponto de vista, todas as outras culturas são consideradas inferiores, menos evoluídas, justificando-se, assim, o processo de colonização cultural. A doutrinação, nessa perspectiva, era interpretada como uma forma de ajuda que os povos ‘desenvolvidos’ dirigem aos ‘subdesenvolvidos’ para favorecer o seu crescimento [...] (FLEURI, 2003, p. 18).

Como aponta Reinaldo M. Fleuri (2003), a cultura europeia é disseminada às mais diversas localidades e no caso brasileiro, não foi diferente, pois tivemos como padrão de cultura o que era representado pelo “Velho Mundo europeu”. Sobre esta questão, Otávio Souza (1994) considera que durante a fase de colonização americana e brasileira, os colonizadores tiveram dois olhares diferentes que se manifestaram em momentos distintos, de modo que, inicialmente os colonizadores olharam “muito mais para os índios e para a natureza americana do que para a Europa” (p. 124) e, posteriormente, se voltaram “para a Europa, muito mais na busca de identificação simbólica para ressituar-se na tradição que lhes deu origem” (SOUZA, 1994, p.125).

Desde o processo de colonização da América e, neste caso, do Brasil, os padrões da cultura europeia figuram como a representação do verdadeiro, real e correto, portanto, devendo ser reproduzido, sendo este um legado da racionalidade moderna ocidental. Para Lylia da S. G. Galetti (2000), o processo de colonização sul-americana pautou-se em dois elementos centrais, pois de um lado, as elites sul-americanas “professavam em alto e bom som sua adesão aos valores civilizados da velha mãe Europa” (p. 21), porém, para se consolidar enquanto nações independentes, “esforçavam-se por inventar tradições próprias”, pois como haviam se libertado da situação de colônia, “deveriam apresentar-se ao mundo civilizado como entidades culturais distintas das metrópoles (GALETTI, 2000, p. 21). Ainda nessa perspectiva, continua a autora:

De qualquer modo, pode-se dizer que o modelo europeu figurou como referencial para um projeto político que apontava para a própria constituição da nacionalidade. Deste ponto de vista, o ‘caminho da ocidentalização’ deveria levar não apenas à modernização *tourt court*, ao desenvolvimento material que asseguraria o progresso econômico do país, mas também à plena constituição do que, no estilo de representação ocidentalista era considerado como uma nação moderna: estruturada em um Estado autônomo, politicamente soberana, portadora de uma cultura própria e capaz de tomar assento entre as demais nações *civilizadas* (GALETTI, 2000, p. 21).

No Brasil pós-independência era necessário criar uma imagem da brasilidade e do Brasil como nação portadora de originalidade e também de sua própria cultura. Para isso, a área conhecida como sertão¹³ (relativa aos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) teve uma grande importância, pois representava ao mesmo tempo a natureza - que alude ao mito da natureza perfeita na América e no Brasil – e a necessidade de levar a civilização e criar uma sociedade realmente brasileira, que não estivesse relacionada à metrópole.

O Brasil e a identidade brasileira são formados, assim, pela ação e presença dos colonizadores com seu olhar para as representações culturais da Europa. Durval

¹³ Lylia da S. G. Galetti (2000) afirma que a imagem do sertão era permeada por uma relação dicotômica na qual ora era considerado como símbolo da verdadeira brasilidade e das tradições realmente brasileiras, ora como sinônimo de atraso, de passado, de rural em oposição do urbano e moderno que tinha como *locus* o que hoje entendemos como região Sudeste.

M. Albuquerque Jr. (2007) argumenta que mesmo após o processo de Independência (1822),

[...] o Brasil como nação e como Estado se propunha a apenas continuar a obra aqui iniciada pelo colonizador, obra civilizatória, caracterizada pela garantia da ordem e da unidade política, administrativa, lingüística e religiosa de todo o território nacional. O Império brasileiro deveria se legitimar por continuar o processo de constituição do território, da população, da economia, da sociedade e da cultura brasileiras iniciado com sucesso pelos portugueses. Não deveríamos ter em relação à metrópole qualquer ressentimento, pois esta nos teria dado até mesmo a nossa elite dirigente e o imperador que, sabiamente, dirigia o país. As identidades do Estado, da nação, bem como de suas elites são constituídas como sendo continuidades do Estado, da nação e das elites portuguesas, portanto, européias, civilizadas, aristocráticas e brancas. (p. 48).

No caso do Paraguai, a hibridização ocorrida entre os indígenas e os colonizadores espanhóis foi intensa. De acordo com Alvina D. Boeira (2001), este processo ocorreu em dois sentidos: inicialmente o contato entre os colonizadores e os índios guaranis foi pautado por uma relação de intercâmbio na qual o modelo de colonização foi aceito em troca de proteção contra as tribos de guerreiros guaicurus; em troca os guaranis ofereciam recursos humanos e alimentos aos colonizadores. Entretanto, os índios da região não tinham idéia da verdadeira intenção dos colonizadores, que estavam em busca da mitológica “Serra do Prata”, onde supostamente estavam escondidas as riquezas.

Alvina D. Boeira (2001) argumenta que um dos principais fatores que contribuíram para esta hibridização foi o fato de que os espanhóis se deram conta de um importante elemento da cultura guarani: após o casamento os irmãos do sexo masculino da noiva deveriam estar à disposição do marido para ajudá-lo no que fosse necessário. Além disso, a mulher era responsável pelas práticas de agricultura e tecelagem, assim, “se os índios tinham em mente que um parentesco com os espanhóis traria status e proteção, os espanhóis, por outro lado, utilizavam tal aspecto cultural com estratégia de dominação e exploração” (p. 67)¹⁴.

Dessa forma, a relação de contato entre colonizadores espanhóis e indígenas paraguaios fez com que a cultura do país se mantivesse carregada de elementos de ambos os povos, que são visíveis nas tradições e valores paraguaios, como se pode verificar através da língua falada no país, sendo o Paraguai o único país a apresentar a Língua Guarani como língua oficial.

Entretanto, o idioma guarani sofreu intensa discriminação chegando, inclusive, a ser proibida a sua reprodução através da fala e/ou da escrita no país, pois era considerado como língua de “ignorantes”. Entretanto, os elementos identitários não são facilmente destruídos e, neste caso, esta proibição não foi aceita, e fez com que o idioma guarani permanecesse como forte elemento da identidade paraguaia. Assim:

A língua guarani passou por teste de resistência no Paraguai até se firmar, fazendo com que o país se tornasse o único em todo o mundo que oficialmente fala o idioma. O primeiro deles foi no período de

¹⁴ Entendemos a partir da leitura de Darcy Ribeiro (1995), que no Brasil o sistema de cunhadismo entre as comunidades-feitorias e as tribos indígenas se assemelha ao processo vivenciado no Paraguai entre os grupos indígenas e os colonizadores espanhóis. No caso brasileiro, o cunhadismo serviu de embrião para a formação da identidade brasileira. Para Darcy Ribeiro, a estruturação da cultura e da identidade brasileira se fundou em três principais pilares: a identidade étnica; a estrutura socioeconômica, representada pelo mercantilismo; e as técnicas produtivas, baseadas na dependência externa.

1844 a 1862, época em que o então presidente da república, Carlos Antônio Lopez, defendia o idioma castelhano em detrimento do guarani. A perseguição continuou no governo do general Alfredo Strossner (1954-1989); em um ato de discriminação, ele proibiu a população de falar em Guarani alegando que a língua era de 'ignorantes' [...] (BOEIRA, 2000, p. 63).

Mesmo o guarani sendo considerado como uma língua proibida e inferior, no Paraguai a população local ainda o manteve vivo e presente em seu modo de vida, sendo este não apenas um teste de resistência, mas a representação simbólica de elementos de uma cultura que revelam um passado significativo que remete às relações de parentesco e pertencimento a uma determinada identidade. O reconhecimento do peso que o idioma representa para o país e para a sua população veio com a Constituição de 1992, que reconheceu o idioma guarani como língua oficial do país juntamente com o espanhol, sendo desenvolvido um programa escolar específico para que todos tivessem acesso a seu aprendizado (SOUZA, 2001).

O povo paraguaio apresenta uma cultura marcada por elementos distintos, que tem como principais manifestações a dança, a música, a culinária e também uma religiosidade intensa, que se misturam nas representações cotidianas e que caracterizam o que Cleonice Gardin (2007) considera como "*modo paraguaio de ser*". No tocante à formação da cultura e identidade paraguaia, José C. de Souza (2001) expressa o que considera ser os fatores decisivos para a configuração da mesma:

Muito embora existam outros fatores importantes para a formação da sociedade e da cultura paraguaia, os mais decisivos parecem ser: a originalidade do conflito interétnico na época da conquista e da colônia; o isolamento do país e a conseqüente formação de uma cultura camponesa, que mais tarde debilitou, por não haver terra onde trabalhar; a falta de uma vida urbana mais intensa, ficando o país inteiro dependente, em todos os aspectos, da capital (SOUZA, 2001, p. 53).

Muitas das imagens que temos a respeito do povo paraguaio são repletas de preconceitos e reproduzidas de diferentes formas, conforme pode ser observado nas próprias palavras de José C. de Souza (2001), quando este discute as representações em torno do homem paraguaio, afirmando: "Quando líder é arbitrário, prepotente e individualista, agindo sem diplomacia. Se tomar dinheiro emprestado, não gosta de pagar e não quer que o lembre da dívida. É vingativo para com as pessoas que lhe traem a confiança". Descrições como estas corroboram as imagens depreciativas em torno dos paraguaios e do Paraguai como um lugar e um povo em que não se pode confiar. Nesse sentido, continua o autor, "Costuma-se dizer que três coisas o paraguaio não dá: a mulher, o cavalo e a arma" (SOUZA, 2001, p. 55).

As afirmações de José C. de Souza (2001) revelam o olhar preconceituoso que muitos brasileiros lançam sobre os paraguaios. Estas representações são, na maioria das vezes, construídas a partir de características tidas como negativas e que servem para acentuar ainda mais os estereótipos. Este tipo de discurso contribui para reforçar a imagem do paraguaio como sinônimo de "*falsidade, ilegalidade, desconfiança*", enfim, uma série de adjetivos depreciativos que lhes são atribuídos.

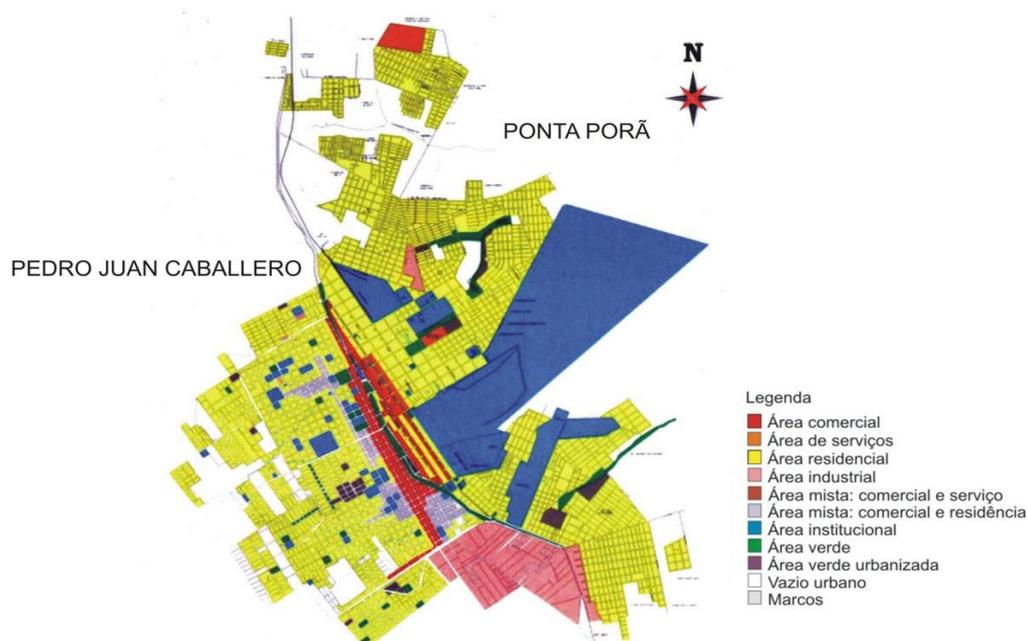
Nesse sentido, através do estudo da cultura podemos chegar a uma compreensão mais ampla dos fenômenos humanos, com o conjunto de relações e símbolos que os sujeitos tomam para si como elementos coletivos e que refletem a sua forma de viver e entender o mundo, ou seja, um modo de vida. Através do estudo das culturas e suas manifestações no espaço é possível verificar as transformações ocorridas não apenas com relação a aspectos físicos como também relativos ao comportamento das pessoas, as diferentes formas de organização espacial que variam de acordo com a forma de viver e que tornam-se visíveis material e

simbolicamente. A partir das discussões sobre cultura e identidade, podemos compreender acerca dos processos de processos de identificação e os conflitos existentes entre brasileiros e paraguaios na fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Os conflitos e tensões diários existentes entre ambos os povos refletem elementos históricos e geográficos que vem sendo reproduzidos ao longo dos anos, mas expressam também a possibilidade de novas formações identitárias que se fazem no movimento transfronteiriço que dialoga entre o “ser brasileiro” e o “ser paraguaio”, dando origem ao “sujeito transfronteiriço”, híbrido e intercultural.

4 – As fronteiras em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero: multiplicidade de relações e territorialidades

É no contexto de um país com uma grande extensão de faixa de fronteira¹⁵ que se insere Ponta Porã. O lugar onde hoje está localizada a cidade foi elevado à categoria de município no ano de 1912, tornando-se, em 1943, território nacional e voltando a ser município em 1946. Geograficamente é caracterizada como área de fronteira seca com Pedro Juan Caballero, sendo separadas/unidas apenas por uma rua (Figura 1), o que lhes confere a classificação de “cidades-gêmeas”, estando conurbadas uma à outra, o que lhes possibilita tornarem-se um dos principais *lócus* da interação e cooperação transfronteiriça.

Figura 1. Mapa do traçado urbano dos municípios de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)



Fonte: LAMBERT, E. & OLIVEIRA, T. C. M. de. 2006

¹⁵ A fronteira abrange uma extensão muito maior que o limite, transpondo as demarcações definidas pelos Estados e indo além, abarcando uma área do território vizinho, não havendo uma definição exata para sua extensão, dependendo de cada país. No caso brasileiro, de acordo com a Lei de Fronteiras nº 6.634, de 02/05/1979, a extensão da faixa de fronteira brasileira corresponde a 150 km para além dos limites internacionais do país, mas esta definição não é a mesma para todos os países (MACHADO, *et. al.* 2005). Dessa forma, aproximadamente, 27% de todo o território nacional (15.719 km) está inserido em faixa de fronteira. (GADELHA; COSTA, 2005).

A área onde hoje estão localizadas Ponta Porã e Pedro Juan Caballero tiveram uma origem comum. Inicialmente denominado como Punta Porã, no qual “[...] *punta*, oriundo do castelhano, significa cabeceira, e *porã*, do guarani, bonita. Com o decorrer do tempo, o termo *punta* foi incorporado à língua portuguesa, passando à ‘ponta’”. (PEREIRA, 2001, p. 21). Entretanto, esta era uma área sob domínio paraguaio, pois o povoado de Punta Porã foi criado pelo governo paraguaio oficialmente em 1899, objetivando subsidiar a população paraguaia que trabalhava nos ervais da Companhia Matte Larangeira¹⁶. Posteriormente, esta cidade passou a se chamar Pedro Juan Caballero, em homenagem a um dos capitães protagonistas da independência paraguaia e também em função de que o nome “Ponta Porã” se popularizou mais no aglomerado de lado brasileiro. Mas o processo de nomeação e controle destas cidades não foi harmonioso por parte de Brasil e Paraguai, passando por intensas disputas ao longo do tempo, conforme aponta Jacira H. do V. Pereira (2002).

Com o povoamento destes locais, surgiram conflitos étnicos, culturais e nacionais entre a população, e que, em alguns casos, se prolongam até os dias atuais. Nesse sentido, a formação e estruturação do Estado-nação vinculado diretamente à definição precisa de sua base territorial confere ao limite e à fronteira internacional certa singularidade com relação a outras áreas do país.

Este caráter peculiar característico das fronteiras ocorre em grande parte devido à infinidade de contatos e encontros interétnicos que se dão nas mesmas, envolvendo sujeitos com nacionalidades distintas, implicando em culturas e modos de vida diferenciados. Por isso, mesmo na escala de um único país, suas fronteiras também não são únicas: não podem ser simplesmente comparadas em função da localidade geográfica, pois englobam uma extensa área muito diversa, com uma população plural representando um conjunto intensamente variado de relações sociais, políticas, culturais, econômicas que, em muitos casos, quando se trata de fronteiras secas, acabam se entrecruzando diariamente.

Historicamente, os limites e as fronteiras eram considerados termos basicamente equivalentes, representando ambos o “*fim do território nacional*”, uma área rigidamente definida e controlada que separa *um Estado e sua população do outro*. Embora pareçam ser sinônimos, há algumas distinções entre as definições de limite e fronteira na literatura corrente: o limite, numa definição bastante grosseira, não pode ser habitado, aparecendo como uma *linha abstrata* que separa países distintos e que “parece significar o fim do que estabelece a coesão do território” (HISSA, 2002, p. 34); a fronteira representa a *área* ou *região abstrata* por onde passa o limite. Para Cassio V. Hissa, “o limite estimula a idéia sobre distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração.

Tradicionalmente, o ideário de fronteira está intimamente vinculado à concepção de Estado-nação, ideia que se fundamentou principalmente a partir da leitura de Friedrich Ratzel e sua concepção de “espaço vital”, necessário à consolidação e solidificação do Estado. Entretanto, no caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, observamos que a fronteira se manifesta em dois sentidos que se

¹⁶ Esta empresa desenvolveu uma intensa atividade de extração de erva-mate tanto no Paraguai quanto no Brasil. Sua atuação ocorreu de 1882-1940, fundada por Tomás Laranjeira, arrendando áreas num total de mais de cinco mil hectares. Inicialmente suas atividades estavam concentradas no Paraguai, em Laguna Capi-ivary, no Departamento de Concepcion, mas em função de problemas de exportação foi transferida para o lado brasileiro. Para Pereira (2002), a atuação da empresa na região fronteira apresenta dois pontos centrais, pois atuou como importância emblemática na economia da região e do Estado, uma vez que sua receita era superior à estadual, concedendo empréstimos ao então estado de Mato Grosso. Isso implicava em um forte controle político e econômico da região. Entretanto, atuava também como elemento que dificultava o povoamento da local, pois impedia os deslocamentos populacionais para a área em questão, impossibilitando a efetivação de núcleos urbanos locais.

entrecruzam na vida dos sujeitos: uma fronteira político-administrativa representando a escala do Estado-nação; e uma fronteira étnica/identitária, caracterizada pela diferenciação cultural dos sujeitos. Nesse sentido, Jones D. Goettert (2011) sintetiza alguns elementos que a fronteira congrega em seu significado.

A fronteira *captura, orienta, determina, intercepta, modela, controla e assegura gestos, condutas, opiniões e discursos*. Obviamente que não é a fronteira *em si*, ela mesma, *em sujeito*, que captura, orienta... mas, ao contrário, é o território subjetivado, “dividido ao meio” como processo político, geopolítico e de subjetivação/objetivação, o regulador de uma fronteira *para si*, isto é, inventada, imaginada mas fundamentalmente vivida como dispositivo condicionante de um jeito de falar, de ouvir, de olhar, de sentir, de se portar, de comprar, de vender, de andar, de definir-se a si e ao outro, como algumas das múltiplas repartições típicas de fronteira (GOETTERT, 2011, p. 63, grifos do autor).

Mesmo compartilhando alguns elementos culturais, identitários e símbolos em comum, existem barreiras/fronteiras que não são transpostas no convívio social. Para compreendermos a complexidade do contato entre brasileiros e paraguaios nesta fronteira, foram realizadas entrevistas com os moradores locais brasileiros e também aqueles portadores de dupla nacionalidade. A partir dos dados obtidos, entendemos que estes últimos representam de forma efetiva a mobilidade transfronteiriça, ou seja, conseguem transitar entre as diferentes identidades e culturas, em “*jogos de identidades*” nos quais ora sobressai a identidade paraguaia, ora a brasileira, depende do contexto e das relações que estão sendo estabelecidas.

Através dos relatos percebemos que a identidade paraguaia é acionada/desativa em determinados contextos, manifestando as fronteiras identitárias existentes entre os sujeitos, de modo que para serem aceitos socialmente, estes têm de se adaptar à forma de falar e viver dos brasileiros. Nesse sentido, temos um trecho da fala de Ana¹⁷, filha de pais paraguaios, que morou e cresceu em Pedro Juan Caballero, mas que possui também a nacionalidade brasileira:

[...] é o seguinte: os brasileiros... eles não se empenham e nunca se empenharam em querer aprender a língua espanhola e a língua paraguaia. [...] Agora o paraguaio tenta falar o português, ele tenta! Por mais que ele fale, por mais que ele gesticule as palavras, por mais que ele se esforce, ele pronuncia as palavras, mas muito feio. Você vê que a pessoa que é criada lá... a pessoa que é criada do lado paraguaio tenta falar o português, mal mais tenta, e os brasileiros aqui não fazem isso, não fazem isso de jeito nenhum. [...] eu acho que é interesse, eles parecem que sentem vergonha da língua [...]. Acho que eles sentem vergonha de querer aprender. O espanhol até que não acho... a maioria das pessoas acham bonito [...]. Mas o guarani é muito difícil alguém querer aprender, muito difícil mesmo, e eu acho que tem preconceito sim. Eu acho não, eu penso e tenho certeza que tem, tem mesmo, porque eu tive vários colegas na faculdade que diziam: ‘ah eu não quero aprender essa língua, essa língua é muito difícil, essa língua é muito feia, a gente não entende nada’. [...] (Entrevista realizada com Ana, em novembro de 2010).

A resistência que existe por parte dos brasileiros, moradores de Ponta Porã, em aprender o idioma falado pelos paraguaios e que remete ao “*ser paraguaio*” tem uma conotação fortemente negativa, dentro e fora da fronteira internacional.

¹⁷ Optamos por preservar as identidades dos sujeitos entrevistados, de modo que seus nomes são fictícios, por entendermos que assim seus relatos se tornavam mais independentes e espontâneos.

Reportamo-nos aqui a Paul Claval (2007) quando este afirma que a situação de contato entre grupos culturais distintos gera relações diversas entre os mesmos, ocorrendo práticas para preservar suas identidades e isso pode gerar limites que se manifestam no momento em que o grupo sente seus códigos de valores e comportamentos ameaçados.

Os sentimentos de identidade têm consequências geográficas aparentemente contraditórias: eles favorecem, através do sentimento de territorialidade, a emergência de *espaços culturalmente homogêneos*, e, ao mesmo tempo, permitem aos indivíduos ou aos grupos manterem suas especificidades quando estão misturados entre si. O cuidado em preservar sua identidade não impede o estabelecimento de relações com aqueles que são diferentes, mas introduz *limites* que proíbem a aceitação daquilo que ameaça os valores centrais que foram adotados (CLAVAL, 2007, p. 181, grifos do autor).

Estamos de acordo quando o autor salienta que muitos limites existentes entre os grupos culturais decorrem da tentativa de preservar uma identidade sobre a outra, sendo esta relação sempre permeada por relações de poder entre os grupos em questão e que fazem com que fronteiras étnicas e culturais possam se estabelecer. Na concepção de Claude Raffestin (1993), os limites e fronteiras representam a relação de poder entre os grupos, que estão dialogando entre si em busca de maior representatividade. Entendemos que na negociação de poder entre brasileiros e paraguaios, parece ter ocorrido uma legitimação dos primeiros sobre os segundos, de modo que os paraguaios se vêem subordinado à cultura brasileira. Embasamo-nos aqui, nas considerações de Fredrik Barth (1998), quando este afirma que devemos consagrar nossa atenção às fronteiras sociais que, por sua vez, podem adquirir dimensões territoriais: “Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão” (p. 195).

As fronteiras são realidades simbólicas que se revelam materialmente na vida social através da interação humana: a vida é marcada por encontros e a identificação entre os membros de um grupo ocorre quando estes compartilham as mesmas concepções, valores e comportamentos (BARTH, 1998). Em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a fronteira étnica se apresenta na forma de práticas preconceituosas, discriminatórias e também através de discursos que tentam legitimar uma pretensa superioridade brasileira sobre os paraguaios. Estas práticas e os sentimentos impedem, em alguns casos, uma aproximação efetiva entre ambos; o contato se estabelece de forma mais ativa no setor econômico, mas a fronteira existente entre uma identidade e outra, muitas vezes, se mantém firme, recriando e mantendo formas de discriminação que são reproduzidas ao longo do tempo e do espaço e que tem como consequência a negação da cultura paraguaia e do Paraguai em relação à cultura do Brasil.

[...] eu acredito que existe um preconceito muito forte também dos europeus em relação com os latinos, né? Essa mesma relação de discriminação que o europeu tem com o brasileiro, o brasileiro tem com o paraguaio. O próprio paraguaio se discrimina quando esconde a fala [língua guarani e espanhol] e quer ser chamado de brasileiro, né? Essa é uma discriminação dele mesmo porque nem ele quer ser paraguaio [...]. (Entrevista realizada com Adriana, em abril de 2010).

Podemos aqui relacionar o relato de Adriana com o mesmo processo descrito por Frantz Fanon (2008) com os negros antilhanos que incorporaram conscientes e inconscientes a sua negritude como um aspecto negativo e que devia ser negado,

passando este a pensar e se comportar como branco, afirmando ele que “[...] quando os pretos abordam o mundo do branco, há uma certa ação sensibilizante. Se a estrutura psíquica se revela frágil, tem-se um desmoronamento do ego. O negro cessa de se comportar como indivíduo *acional*. O sentido de sua ação estará no Outro (sob a forma do branco), pois só o Outro pode valorizá-lo [...]” (FANON, 2008, p. 136).

Pode-se estabelecer uma relação entre os mesmos processos de negação e inferiorização vivenciados pelos negros antilhanos descritos por Frantz Fanon (2008) com as práticas sociais que ocorrem em Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, nos quais se fundamentam uma espécie de superioridade do brasileiro sobre o paraguaio; o brasileiro representado pelo “legado da cultura européia, branca, classe média alta”; e o paraguaio caracterizado como o “bugre preguiçoso, feio, pobre”, dentre outros adjetivos depreciativos. Estes ideários adquirem uma dimensão psicológica tão intensa que, em alguns casos, os próprios paraguaios acreditam que isso possa ser verdade, não querendo assim ser identificados como tal. Entretanto, a relação de classificação do “outro” se faz em ambos os lados: os paraguaios também constroem estereótipos negativos com relação aos brasileiros, considerados como oportunistas e aproveitadores. Soma-se a estas representações o claro ressentimento que estes possuem em relação à derrota durante a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), que dizimou grande parte da população paraguaia, em especial os homens, deixando o país em uma situação econômica e social muito precária.

Deste modo, recorreremos novamente a Claude Raffestin (1993) para buscarmos compreender esta *realidade de fronteira*. Para ele, as fronteiras e os limites são realidades expressas e vivenciadas cotidianamente em nossas vidas, pautadas e mediadas por meio das relações de poder entre os grupos, sendo estas relações que definirão a existência e emergência de práticas de diferenciação e/ou aproximação. O autor considera o próprio conjunto de relações sociais desenvolvidas entre os seres humanos é baseado direta e indiretamente na noção de limite: “[...] Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota” (p. 165).

Para este autor, o limite configura-se como um conjunto, e a fronteira, um subconjunto do limite. Contudo, a imagem da fronteira ganha maior dimensão a partir do momento em que o Estado-nação se apropria de seu sentido, traçando-a a partir da definição clara “*fronteira = limite sagrado*”, representada fisicamente através dos marcos que são implantados na mesma. Para ele, a “fronteira se torna um sinal” na medida em que o “o Estado moderno atingiu um controle territorial ‘absoluto’ e tornou unívoca a mensagem de fronteira = limite sagrado. Para aí chegar, foi preciso que se realizasse toda uma série de condições específicas, dentre as quais a linearização da fronteira é talvez a mais importante [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 166).

A fronteira fica então intimamente vinculada à imagem de “*fronteira internacional*” aludindo diretamente ao meio delimitador das bases dos Estados nacionais, que uma vez estabelecidas e reconhecidas pelos demais, atuam como elemento de distinção e de separação do que está “dentro” e o que está “fora”, podendo ser considerada como um fator de identificação e de identidade.

Para Claude Raffestin (1993), foi a partir da estruturação do Estado Moderno, com a centralização do poder territorialmente definido, que a fronteira ganha um traçado preciso, cujas representações se tornaram visivelmente reconhecidas a partir da elaboração dos mapas, que se caracterizam como um “instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira” (p. 167), pois esta só pode ser definida “quando a demarcação se processa” (p. 167). Para o autor, a fronteira apresenta funcionalidades distintas e complementares ao longo do tempo e do espaço¹⁸.

¹⁸ Claude Raffestin (1993) considera ser estas as principais funções exercida pelas fronteiras: *Demarcação*: define e delimita o traçado territorial sob o qual é exercido o controle legal, institucional e fiscal, com definição e regulamentação de normas jurídicas que regem tal sociedade. *Controle*: esta função, como o próprio nome já diz, tem por função controlar a

[...] A funcionalização ou a desfuncionalização não afetam somente o território, mas também o tempo social no interior deste território. Com frequência, o espaço e o tempo social se fazem e se desfazem simultaneamente. O invólucro espaço-temporal no qual se originam as relações de poder é um todo. Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 168).

Claude Raffestin (1993) deixa claro que a definição dos limites e fronteiras correspondem a momentos específicos, adquirindo novas conotações e novos significados sendo, portanto, móvel. Nesse sentido, a configuração das fronteiras políticas internacionais ocorreu a partir do processo de configuração do Estado-nação estabelecendo os contornos dos territórios a partir dos quais este se formou, mas também com a função de garantia e institucionalização dos direitos de propriedade que se fundamentam com a emergência da burguesia. Aqui a noção de limite tornou-se fundamental e com ela uma nova forma de racionalidade, pautada na matematização e geometrização do mundo, na qual os limites naturais já não coincidiam necessariamente com as fronteiras políticas e administrativas dos Estados.

A definição rígida das fronteiras a partir de seu mapeamento alude a uma racionalidade de dominação, onde o território é considerado como recurso a ser utilizado. Daí a importância de sua defesa: seu controle implicava na possibilidade de lucros futuros, e os limites e fronteiras são seus contornos, que não deveriam ser ultrapassados. Entretanto, de acordo com Lia O. Machado *et al* (2005), a “[...] *demarcação* da maior parte dos limites internacionais, não só na Europa, mas em outras partes do mundo, só se fará no século XIX, inclusive no Brasil, emergindo com ela o direito internacional em moldes modernos (MACHADO, *et al*, 2005, p. 245, grifos da autora).

Percebemos assim, que a delimitação precisa dos contornos dos Estados é uma prática relativamente nova, sendo efetivada a cerca de quatro séculos após o início do processo de colonização da América (século XV). Entretanto, a noção de fronteira permeia as mais distintas esferas da existência humana, perpassando os níveis mais íntimos e subjetivos de cada sujeito, até chegar às esferas político-administrativas e econômicas do circuito internacional de relações. Vivemos assim, como destacou Claude Raffestin (2005), constantemente atravessando fronteiras, sejam elas em escala individual quando simplesmente conseguimos alcançar ou ultrapassar algo, seja em grande escala quando atravessamos países, estados, cidades, etc. Enfim, nossa vida é tecida através do movimento no qual as fronteiras são partes constitutivas, configurando-se “muito além do fato geográfico que ela

circulação de pessoas e mercadorias para além dos limites entre países (que tornam legítimas a inspeção da circulação de bens, mercadorias e pessoas para além dos limites territoriais. Vale destacar que, atualmente, com o processo de globalização econômica, o controle sobre circulação de bens e mercadorias está se tornando cada vez menos efetivo por entre as fronteiras, pois as normas do mercado estão bem mais flexíveis. *Ideológica*: muito presente atualmente, agindo e camuflando os poderes militares disseminando as ideologias nacionais de forma a ser incorporada pela população em geral como elemento de distinção. *Militar*: aparece somente em contextos específicos, mas não está restrita apenas ao controle por parte do Estado, já que parte de grupos que fazem parte do crime organizado também utilizam essa função.

realmente é, pois ela não é só isso [...] é um fato social de uma riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas” (p. 10)

Limites e fronteiras, nessa perspectiva, sempre existirão, o que muda são os significados que podem adquirir no tempo e no espaço, atuando como importante elemento identitário, pois, ao definir o “dentro” e o “fora”, estabelece também o “nós” e os “outros”. A fronteira se estrutura na vida dos sujeitos em diferentes contextos a partir do movimento de entrar/sair dos lugares, configurando-se como sistemas plásticos devido a seu caráter móvel no interior das relações humanas que, para Claude Raffestin (2005) “*nasce da diferença*” atuando como elemento de identificação e diferenciação.

Mesmo que tradicionalmente fronteiras e limites evoquem uma dimensão de barreira e fixidez, agem como elemento diferenciador e separador, podendo também unir e aproximar realidades distintas, estabelecendo uma relação que Claude Raffestin (1993) chama de “*jogo paradoxal permanente*” em função das práticas que são vivenciadas nestas áreas e das relações de poder que são exercidas pelos sujeitos locais, implicando em territorialidades que são acionadas dependendo do contexto, podendo manter, destruir ou recriar limites, de modo que “[...] o jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora continuidade, deslocando os limites, ora provocar a descontinuidade, criando novos limites [...]” (p. 169). As fronteiras são realidades dinâmicas que representam um campo de práticas e interações sociais, políticas, econômicas e culturais que evocam conflitos e tensões que são inerentes aos sujeitos. A questão central é que a diferença/alteridade, nestes e em outros locais, não deve ser tratada como essencial, como uma realidade supra-orgânica que paira sobre os sujeitos, e também não deve ser negada ou desprezada, mas sim considerada a partir da lógica plural da sociedade contemporânea, marcada por práticas diversificadas decorrentes da diversidade humana e produzida por ela.

As práticas desenvolvidas de um e outro lado de cada fronteira internacional são partes constitutivas da vida dos sujeitos que convivem com este tipo de realidade, na qual o elemento identitário ganha uma dimensão intensa para os sujeitos transfronteiriços. Dessa forma, cada fronteira apresenta características únicas derivadas de sua base cultural diversa¹⁹, cada um com um conjunto de relações e práticas sociais, culturais e políticas que remetem ao seu país de origem e ao encontro com o *outro*.

No exemplo vivenciado em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, estas relações de interações e trocas entre os moradores das cidades ocorrem a todo tempo, desde o momento em que se fazem as “rodas de tereré” tão comuns entre o povo paraguaio e que foi incorporada pelo brasileiro (sul-mato-grossense), até os intercâmbios econômicos que ocorrem tanto por parte de brasileiros, que vão ao Paraguai em busca de preços baixos das mercadorias, sobretudo os eletrônicos; como também por parte dos paraguaios que vêm ao Brasil em busca da facilidade de crediário que conseguem no comércio brasileiro. O contato também se verifica na fala, à medida que muitos chegam a falar os três idiomas correntes na fronteira: português, espanhol e o guarani.

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no contexto de “cidades gêmeas”, se constituem como lugares marcados pela ambiguidade (dos países) e pluralidade de pessoas, sendo assim lugares eminentemente multiétnicos, daí sua singularidade socioespacial. A população local estabelece entre si uma rede de relações na qual a descontinuidade do território político é apenas uma característica a mais a ser transposta. Além disso, há um processo de identificação espacial que está além do limite internacional, na qual através das vivências cotidianas de brasileiros e paraguaios, como também de outras identidades étnicas e culturais que aí residem, ocorre uma territorialização que se manifesta neste movimento de “*cruzamento de*

¹⁹ Mesmo no interior de um país há uma intensa diversidade cultural e étnica, entretanto, nas áreas de fronteira esta diversidade tende a se acentuar em decorrência da diversidade de base nacional, que tende a se caracterizar como importante elemento de distinção nas fronteiras.

fronteiras”. Nesse sentido, temos a afirmação de Rogério Haesbaert (2009, p. 229) de que “a própria fronteira, muito mais do que uma ‘linha de fratura’ a separar identidades culturais (ou ‘civilizacionais’) claras [...] transforma-se no *locus* do hibridismo, da imbricação de culturas”.

Entretanto, no caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Jacira H. do Vale Pereira (2002) ressalta que “ao se deter na convivência dos fronteiriços entende-se que os intercâmbios, apesar de intensos [...] não produzem de fato a superação dos conflitos entre os dois povos vizinhos” (p. 77), sendo simplista o ideário de que o compartilhamento de alguns elementos culturais possa, “diluir no cotidiano da fronteira, ou seja, no espaço regional, as diferenças nacionais e o sentimento de pertencimento a uma nação” (PEREIRA, 2002, p. 77).

Assim, as imagens e estereótipos do “outro” se fazem. Entre os brasileiros, a imagem que se tem dos paraguaios está, geralmente, associada a contravenções, ao narcotráfico e ao contrabando, ou seja, “o Paraguai e os paraguaios são considerados sinônimo de ilegalidade”, contribuindo para reforçar “a relação incerta, tensa e ambígua entre brasileiros e paraguaios [...]” (PEREIRA, 2002, p. 83).

Nesse sentido, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são representadas por graus distintos de contato e interação entre a população local, transitando entre identidades e territorialidades diferentes. Esta alternância de identidades étnicas é muito comum entre os paraguaios que portam a documentação e nacionalidade brasileira. Entretanto, o mesmo não acontece entre os brasileiros que apresentam apenas a nacionalidade brasileira. No caso dos paraguaios, a busca pela cidadania brasileira reflete novas possibilidades de existência na fronteira, na qual a hibridização e a interculturalidade se fazem presentes, vivenciando assim, múltiplas territorialidades que podem ser acionadas e/ou desativas de acordo com os contextos em que estão inseridos.

5 – Considerações finais

Em áreas transfronteiriças, identidade e alteridade/diferença (representados pela diferenciação cultural, nacional, linguística e étnica) estão em constante choque; as territorialidades e os próprios limites territoriais estão sendo (re) feitos, alternando entre formas, controles individuais, coletivos e também políticos nacionais.

No caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, os sujeitos transfronteiriços vivenciam cotidianamente múltiplos territórios, tanto em escalas individuais de apropriação material e simbólica, quanto em escalas maiores, relacionadas ao controle político-administrativo que os Estados (Brasil e Paraguai) têm sobre os mesmos, mas que é perturbado/alterado pela mobilidade dos sujeitos locais, cidadãos da fronteira, que convivem diariamente num movimento marcado pelo *trânsito entre territórios, territorialidades, culturas e identidades* conflitivas e contrastantes. Estes elementos marcam as fronteiras entre o “eu” e o “outro”, entre o “nós” e o “eles”, perpassando a soberania estatal e as fronteiras geopolíticas, se configurando como fronteiras identitárias que influenciam direta e indiretamente nas práticas de proximidade/distanciamento entre os sujeitos.

Os paraguaios e o Paraguai são, historicamente, discriminados por brasileiros, “dentro” ou “fora” da faixa de fronteira. Estes recebem sempre as piores características, comparados a tudo o que é falso e ilegal. São frequentes afirmações, tais como: “o paraguaio é preguiçoso, não gosta de trabalhar, é sujo, mentiroso, tem uma língua feia”. Já para os paraguaios, o brasileiro é entendido oportunista, além disso, carregam consigo uma mágoa muito presente em relação à derrota durante a Guerra contra o Paraguai (1864-1870). Tais afirmações representam o preconceito que faz emergir em uma fronteira internacional, uma fronteira identitária, étnica e cultural. Entretanto, a fronteira se caracteriza como uma “via de mão de dupla” que, ao mesmo tempo em que pode separar, também une diferenças.

Assim, na fronteira internacional entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, a fronteira condensa e aglutina diferentes sentidos do *viver transfronteiriço*, isto é, um viver permeado por relações dialógicas entre ambas as identidades, que são facilmente acionadas/desativadas de acordo com o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Paraguaio portadores da cidadania brasileira encontram nesta identidade híbrida uma nova possibilidade de viver e compreender a fronteira, sem congregarem um sentimento dicotômico ou unilateral de uma identidade sobre a outra. A partir das identidades híbridas e interculturais transfronteiriças, novos entendimentos sobre os conceitos de identidade, cultura e sobre a própria fronteira vão se fazendo, permeadas por tensões e dramas que se manifestam nas tramas cotidianas, questionando o caráter homogêneo das identidades e os próprios *limites* dos Estados.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: fronteiras da discórdia**. São Paulo : Cortez, 2007.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Tradução: FERNANDES, E. São Paulo: EDUNESP, 1998.

BOEIRA, A. D. **A população paraguaia no município de Jardim em Mato Grosso do Sul: cultura e identidade**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente : UNESP/FCT, 2001.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.83-131.

CANDAU, V. M. Sociedade Multicultural e Educação: tensões e desafios. In: CANDAU, V. M. (Org.) **Cultura(s) e Educação**. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro : DP&A, 2005, p. 15-37.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3^o Ed. vol. 3. Paz e Terra, 2002.

CHAUÍ, M. **O mito fundador**. 8^a reimpressão, São Paulo : Perseu Abramo, 2010.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis : Ed.UFSC, 3^a ed. 2007.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro : EDUERJ, 2004.

FANON, F. **Pele negras, máscaras brancas**; tradução de Renato da Silveira. Salvador : EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In: <www.vsites.unb.br> acesso em dezembro de 2010.

GADELHA, C. G. COSTA, L. A política nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: o programa de desenvolvimento da faixa de fronteira – PDF. In: OLIVEIRA, T. M. de (Org.) **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005, p. 25-46.

GARDIN, C. Religiosidade e simbologia de um povo: uma discussão sobre as festividades religiosas da comunidade paraguaia em Dourados. In: <www.dhi.uem.br>. Acesso em 29 de mai. 2010.

GOETTERT, J. D.; MONDARDO, M. L. O “Brasil Migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. In: **GEOgrafia**, vol. 11, n. 21, 2009.

GOETTERT, J. D. A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade (considerações iniciais). In: **Geografia em Questão**. V. 4, N. 2, 2011, p. 56-71.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserção da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2002.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine L. G. Resende. (et. al.) 1ª ed. atualizada. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

KUPER, A. **Cultura**: a visão dos antropólogos; tradução: Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LAMBERT, E.; OLIVEIRA, T. C. M. de. As trocas, a territorialidade e o ambiente na fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). In: **Anais do I Seminário Internacional sobre a América Platina, 2006, Campo Grande**. CD ROOM, 2006.

MACHADO, L. O. et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta metodológica. In: OLIVEIRA, Tito M. de (Org.) **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005, p. 87-112.

OLIVEIRA, R. C. de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: EDUNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

PEREIRA, J. H. do V. **Educação e Fronteira**. Processos identitários de migrantes de diferentes etnias. Tese de Doutorado. São Paulo, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo : Ática, 1993.

_____. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. Prefácio. In: OLIVEIRA, T. M. de (Org.) **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2005, p. 9-15.

RELPH, E. As bases fenomenológicas de Geografia. In: **Geografia**, Rio Claro, n. 4 (7), abr. 1979, p, 1-25.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2007, p. 19-26.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOUZA, O. **Fantasia de Brasil**: as identificações na busca da identidade nacional. São Paulo: Escuta, 1994.

SOUZA SANTOS, B. de . **Pela mão de Alice**. 10 ed. São Paulo : Cortez, 2005.

SOUZA, J. C. de. **A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999)**. Dissertação (Mestrado em História) UFMS. Dourados, 2001.

STEIMAN, R. & MACHADO, L. O. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. In: <www.igeo.ufrj.br>, acesso 20 em setembro de 2009.

TERENCIANI, C. **Interculturalidade e ensino de Geografia em escolas na fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado, PPGG/UFGD, 2011.

INDUSTRIALIZAÇÃO E AS RELAÇÕES ESPACIAIS DAS FECULARIAS NO SUL FRONTEIRIÇO DE MS

Ucleber Gomes Costa

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD
uclebergomes@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar as características do espaço geográfico produzido pela e para atividade produtiva da mandioca – composta pelo cultivo e industrialização da mesma – na porção Sudeste e Extremo-Sul de Mato Grosso do Sul. Sobre o cultivo, procura-se compreender as relações de produção estabelecidas entre agricultores, feculárias e a pressão gerado pelo setor da cana-de-açúcar. A industrialização delimita o funcionamento das feculárias localizadas nos municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodópolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia, portanto, alguns municípios na linha de fronteira Brasil/Paraguay. A comercialização recorta, principalmente, a inserção dessa produção no mercado nacional a partir da valorização da fécula pela indústria alimentícia e, secundariamente, no mercado internacional do amido e seus sucedâneos.

Palavras-chave: Feculárias; Industrialização; Relações de produção; Comercialização; Consumo;

Abstract

This study aims to investigate the characteristics of geographical space produced by and productive activity of cassava - composed by cultivation and industrialization of the same - the portion Southeast and Far South Mato Grosso do Sul About cultivation, seeks to understand the production relations established between farmers, potato starch and the pressure generated by the sector of cane sugar. Industrialization delimits the functioning of starch factories located in the municipalities of Ivinhema, Ashland, Deodópolis, Golden Glory, New Horizon South, New World, Seven Falls, Itaquiraí, Tacuru, Colonel Sapucaia, Cassilândia Anaurilândia and therefore some municipalities in line the Brazil / Paraguay. The marketing cuts, mainly the inclusion of this production in the domestic market from the recovery of starch by the food industry and secondarily in the international market of starch and substitutes.

Keywords: potato starch; Industrialization; relations of production, marketing, consumption;

1 – Introdução

Como desdobramento, pretende-se produzir elementos para a compreensão neste trabalho do impacto provocado pela ação de agentes econômicos ligados ao agronegócio no Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente na porção regional Sudeste e extremo-Sul do Estado, que se configura como a segunda maior concentração de feculárias e de produtores de matérias-primas do país, sendo que o Estado do Paraná é o primeiro em concentração de feculárias e de produtores de matérias-primas (ABAM, 2011).

Nosso ponto de partida teórico pauta-se pela categoria da formação sócioespacial, categoria que tem base na tradição marxista, a partir da FES

(Formação Econômica e Social) e foi aperfeiçoada por Santos em 1977. Para Santos (2008), modo de produção, formação social e espaço, são categorias interdependentes, assim, para se ter ideia do todo sem desconsiderar as partes - pois o modo de produção capitalista se reproduz de forma diferente em espaços diversos - visto da dialética que se constitui entre a ordem global e a ordem local no espaço, que conforme indicado por Santos (2008, p. 34) “o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço”. Assim, “O modo de produção seria o ‘gênero’ cujas formações sociais seriam as ‘espécies” (SANTOS, 2008, p. 26). Por considerarmos que o modo de produção não se reproduz de forma padronizada, conforme indicou Milton Santos, devido às particularidades da formação social e as particularidades do espaço serem determinantes e, portanto, interdependentes, assim pensamos o nosso estudo pela formação sócio-espacial para mostrar as particularidades da mandiocultura, principalmente a destinada a produção de fécula do Estado de Mato Grosso do Sul.

Também por considerarmos que o (...) “modo de produção se expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho” (SANTOS, 2008, p. 28). As formas sociais e as técnicas antigas impõem resistência às novas formas e técnicas que procuram se expandir e se acomodar dentro do modo de produção, assim, os lugares caracterizam-se por diferentes condições técnicas e pelo acúmulo desigual de tempos. O principal é que esse modo de produção não se reproduz por igual em todos os lugares. Nisso está à riqueza da categoria, em não homogeneizar processos.

No Mato Grosso do Sul, nos últimos anos com mais evidência, há relações e permanências históricas que buscamos na revisão bibliográfica como forma de compreender a constituição da atividade feculeira.

No Sul do Estado, um importante registro deve ser creditado ao reconhecimento dos impactos nas comunidades indígenas que Brand (1993) chamou de confinamento dos indígenas no Estado. Sem esquecermos que isso foi fomentado pelo Estado brasileiro, sobretudo com os militares no poder, que incentivaram a migração de nordestinos, sulistas e sudestinos ao Estado de Mato Grosso do Sul, visando à racionalização do espaço aos moldes capitalistas. Já para Fabrini, que estudou a posse da terra e o sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul em Itaquiraí, registra que no Sul do Estado houve a ocupação da fazenda Itasul, e observa que a partir dessa ocupação e da formação do assentamento, os pequenos proprietários de terra tiveram a possibilidade de vender sua produção, ou excedente de sua produção, para pequenas indústrias que nasceram ao meio desse processo como laticínios e fecularias (FABRINI, 1996, p.167).

O Sul do Estado tem heranças espaciais do modelo desenvolvimentista pretérito, teve política de assentamento de trabalhadores na terra por iniciativas públicas e privadas, que se formou um contingente também de pequenos proprietários de terras. Essa particularidade fez com que a agricultura estivesse presente, ainda que compartilhando espaço com algumas áreas de pecuária extensiva, conferindo uma formação que aglutina produção familiar / assentamentos / populações indígenas, em um conjunto propício para a expansão do cultivo da mandioca. Isso ajuda a entender a instalação das fecularias na porção Sul do Estado. A formação de assentamentos é também fruto da lógica do capitalismo no campo de forma desigual e combinada, que gera relações não capitalistas, mas incorporadas ao sistema (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Mizusaki (2009, p. 60), a apropriação fundiária no Estado de Mato Grosso do Sul expressa sua configuração das atividades e do desenvolvimento. Nos espaços que foram constituídos por latifúndios com extensão maior que 1.000 ha, desenvolveu-se a pecuária, e em menor quantidades a produção de soja e cana-de-açúcar. Nas propriedades de médio porte, entre 100 a 1.000 ha, desenvolveu-se a pecuária e as culturas agrícolas da soja e do trigo, e já nos minifúndios, principalmente nas áreas de colonização oficial com extensões menos de 100 ha (que é em essência a realidade do Sul do Estado, portanto de nosso caso de estudo), desenvolveu-se as

atividades relacionadas às culturas do arroz, feijão, mandioca, soja, a pecuária leiteira e também a agroindústria de aves e suínos.

O Estado, em conjunto com a iniciativa privada, foi decisivo em fomentar esse modo industrial de produzir e na formação de condições propícias para que os camponeses produzissem matéria-prima para a indústria. As feculares assim como outras indústrias foram atraídas por incentivos e por acharem também possibilidade de retorno imediato no Mato Grosso do Sul. De acordo com Le Bourlegat et al (2004), principalmente o Sudeste de Mato Grosso do Sul foi alvejado pela colonização sulista, sobretudo de agricultores paranaenses e catarinenses, por um processo de avanço de fronteiras agrícolas, desde as décadas de 1950 e 1960 com mais intensidade a partir de 1970/80 do século XX. Esses migrantes traziam consigo a tradição de cultivar a mandioca para fins industriais, hábito esse adquirido em suas trajetórias vividas em seus estados de origem. As experiências inovativas do negócio da fécula a partir de 1980 no Estado do Paraná devido sua proximidade com o Sudeste de Mato Grosso do Sul, proporcionou investimentos capitalistas tanto para plantação de mandioca destinada à produção de matéria-prima, quanto investimentos na instalação de novas plantas industriais feculeiras.

Nossos procedimentos de pesquisa partiram de revisão bibliográfica, a partir da qual resgatamos a história do processo de ocupação regional, nos colocamos em contato com trabalhos que analisam os arranjos produtivos da mandioca, as relações de produção e de mercado. A pesquisa bibliográfica proporcionou, também, o entendimento do desenvolvimento da industrialização brasileira e da evolução e caracterização atual das feculares, quais suas relações territoriais em nível global, e nacional.

Nossa opção foi realizar o levantamento de dados de campo para nos aproximarmos do objeto de pesquisa e conseguirmos delimitar nosso objetivo de investigação.

A pesquisa de campo teve início com uma visita à SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo) em 1º de junho de 2010, com a orientadora e dois colegas do grupo de pesquisa. Nesta visita realizamos um levantamento de dados iniciais para posterior identificação e localização das plantas fabris feculeiras. Nesta visita fomos atendidos pelo Secretário da Cadeia Produtiva da Mandioca de Mato Grosso do Sul que nos forneceu relatório com algumas informações sobre as feculares no Estado. Aplicamos questionários em 30 agricultores que estavam entregando suas produções de raiz de mandioca às feculares instaladas nos municípios de Deodópolis, Glória de Dourados e de Ivinhema/MS, entre os meses de junho a julho de 2011.

As relações de produção (e subordinação) entre agricultores e feculares serão compreendidas com o suporte teórico de Oliveira (1991) e Martins (1991). As formas de organização na agricultura estão amparadas e firmadas no conceito de agricultura familiar com suporte teórico de Abramovay (1998), que defende uma maior coordenação da agricultura pelo Estado com o papel de subsidiar os produtos consumidos internamente no mercado doméstico.

A discussão sobre a renda da terra foi fundamentada com suporte teórico de Oliveira (1988) e Martins (1991, 1995), e fizemos o trabalho de campo também relacionado à renda da terra, o preço da terra e sua alteração com a entrada da monocultura de cana-de-açúcar nos anos mais recentes no estado de Mato Grosso do Sul. Para isso contatamos “marreteiros” (pessoas que negociam terras com a compra e a venda) da região e também o preço do arrendamento que está relacionado com o preço da terra, no mês de agosto de 2011. Além disso, ainda investigamos os tipos de renda da terra detida como fração pelos arrendatários dos rendeiros, na qual aparecem à renda da terra capitalista e a renda não-capitalista.

2 – Contextualização da mandioca frente a outras culturas agrícolas e sua espacialização no estado de Mato Grosso do Sul

Atualmente, além de ser consumida *in natura*, a mandioca serve de matéria-prima para diversos ramos industriais, destacando-se três: um ligado às farinhas, outro, às fecularias, e, mais recentemente, o ramo dos amidos chamados modificados.

A porção meridional do Mato Grosso do Sul apresenta espaço de produção ocupado e produzido pela soja, pecuária extensiva, agroindustrialização de aves e suínos e, mais recentemente, pela cana-de-açúcar para produção de açúcar e álcool. No Mato Grosso do Sul, a indústria apresenta ocupação esparsa, com predomínio de pequenas e médias unidades e maior concentração em torno da capital. Campo Grande. Trata-se de uma estrutura industrial pouco verticalizada, que não configura como a principal formadora do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

O setor feculeiro do Estado de Mato Grosso do Sul representa a segunda maior concentração de fecularias e produtores de matéria-prima do país, concentrado-se principalmente na porção Sul. Este setor mandiogueiro é tradicionalmente operado juntamente com as empresas feculeiras, por pequenos e médios agricultores, muitos deles em caráter familiar. Diferentemente do grande agronegócio (no qual predominam soja, cana-de-açúcar e pecuária), caracterizado por elevados montantes de investimento e inserção no comércio exterior, as fecularias são oportunidade de geração de renda e emprego para uma quantidade significativa de famílias com fragilidade econômica e em relação ao uso da terra.

A configuração atual da estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul está vinculada ao início das políticas do “Estado Novo” de nacionalizar as terras e seus desdobramentos. Segundo Mizusaki (2009):

Podemos destacar a criação do Território Federal de Ponta Porá (Decreto-Lei nº. 5.812, em 13/09/43; a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), a partir de 1943, onde foram distribuídos lotes rurais de 6.500h a camponeses sem-terra, vindos principalmente do Nordeste; a proibição, no ano seguinte, da Cia. Mate Laranjeira de continuar explorando a área ervateira, que chegou a 5.000.000 de ha no sul do Estado. Posteriormente, a partir da década de 1950, com a chamada “Marcha para o Oeste” verifica-se a atuação de empresas privadas como, por exemplo, a Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso, Companhia Moura Andrade e Companhia Melhoramentos e Colonização S.A. (SOMECO), que vendem lotes de terras aos colonos (já com um certo poder aquisitivo), vindos principalmente do Sul e do Sudeste do país, atraídos pelo baixo preço da terra.

Para Mizusaki (2009, p. 54), “Essas colônias e os loteamentos realizados pelas empresas citadas foram fatores que contribuíram para a presença na região, ainda nos dias de hoje, de núcleos de propriedades inferiores a 100 ha.” Encontramos aqui uma das origens das pequenas propriedades que produzem mandioca, aves, feijão, milho, etc., considerando seu tamanho.

Segundo Le Bourlegat *et al* (2004):

Diferente do restante do Estado, em que as grandes e médias propriedades constituem modelo dominante, o Sudeste de Mato Grosso do Sul, por motivos estratégicos relacionados à ocupação de faixas de fronteira, desde a década de 30 do século XX, tem sido alvo constante de projetos de assentamento agrícola, por iniciativa estatal e de empresas de colonização. Resultou em um segmento territorial do Estado, caracterizado pela predominância da pequena produção familiar com uma policultura do tipo mercantil, na qual a mandioca aparece como um dos cultivos mais tradicionais, destinada tanto à

subsistência como ao mercado, apresentando preços convidativos às feculares.

A ocupação feita no Estado pelo não-índio ganhou corpo baseada na pecuária extensiva, tendo amparo dos grandes latifúndios nas áreas de campos limpos, visto que, nas áreas de mata, os trabalhadores migrantes ocupantes das colônias públicas e privadas desmatavam e cultivavam culturas relacionadas à economia de excedentes e de subsistência, como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca. Posteriormente, nas áreas de latossolo roxo, abrangendo as regiões de Campo Grande e a de Ponta Porã, o café teve seu espaço em cerca de 50 anos, quando veio a entrar em decadência nos anos de 1960 (MIZUSAKI, 2009, p.55).

A pecuária melhorada se desenvolveu no Sul do Estado a partir de 1950 e 60 em áreas de mata desbravadas por migrantes nordestinos e ganhou maior intensidade depois de 1970 com grandes extensões de pastagens. Para João Edimilson Fabrini (1996, p.9:10):

(...) É neste momento que a terra é ocupada e explorada para fins produtivos com a atividade pecuária, logo após a derrubada das matas; é, também, este o momento inicial do surgimento do trabalhador sem terra, pois a maioria deles partiu de regiões “velhas” para trabalhar na derrubada das matas e formação de pastagens, como peões e arrendatários, e por isso tiveram acesso prioritário à terra, já que deveriam deixar o lote após a formação das pastagens, quando arrendatários; e, quando peões, não mantinham nem mesmo esse vínculo.

O serviço de meeiro era muito utilizado nesse período, visto que, após a derrubada da mata, o trabalhador ganhava a cedência da terra para plantar por cerca de dois a três anos, repartindo a produção com o dono da terra. A estratégia era de não pagar salário ao trabalhador ao ceder a terra para que ele plantasse. Desta forma, o proprietário angariava a renda da terra e depois plantava pastagens.

Com o clima, solos e terrenos propícios ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a economia de Mato Grosso do Sul teve o desenvolvimento da agroindústria, contando, além disso, com a localização próxima aos principais corredores de exportação, especialmente o Sudeste e Sul do país.

Segundo Oliveira (2003, p. 38):

Ao nascer de fato, em 1º de janeiro de 1979, o Mato Grosso do Sul configurou-se como filho da política de incentivos a exportação. Isto é produto direto do financiamento estatal ao setor agropecuário visando a exportação; como também é fruto da crise do petróleo e da tentativa de sua substituição pelo álcool.

Sobre a industrialização de Mato Grosso do Sul, Oliveira (2003) concluiu que a primeira etapa da industrialização sul-mato-grossense se deu a partir de 1980, quando ocorreu a instalação da máquina administrativa no Estado e o aumento da população nas cidades, atraindo o interesse de comerciantes e pequenos investidores que observavam vantagens com retorno em curto prazo no Estado, ao contrário de outros estados da região Sul e Sudeste, onde a produção industrial estava reduzindo. Em vista desta retração industrial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, as fábricas que estavam operando com capacidade ociosa foram transferidas em boa parte para o Mato Grosso do Sul.

Em relação ao conjunto das maquinarias que veio para o Estado, podemos destacar que, como evidencia Oliveira (2003, p.43), “(...) eram de segunda mão (...) dos estados do Sudeste e Sul, provenientes, no geral, de falências ou de esgotamento do produto em que se trabalhavam, ou de sucateamento”.

Foi em 1978 que surgiu a primeira feccularia do Estado no município de Ivinhema. As indústrias, nesse momento, eram de pequeno porte, empregando menos de 20 pessoas, apenas os frigoríficos e as destilarias que eram de médio porte fugiam à regra. A proliferação das micro-indústrias no primeiro lustro da criação do Estado já supria as necessidades internas (OLIVEIRA, 2003).

Foi nessa busca por consolidar a economia que o Mato Grosso do Sul passou a mudar suas estruturas produtivas, que antes não passavam de formas arcaicas de produção, baseadas nos latifúndios e técnicas rudimentares. Segundo Oliveira, (2003, p. 39-40):

A sua participação como região exportadora para os centros mais avançados, ou melhor, a sua participação junto a economias comprometidas com a concorrência internacional e com o avanço das forças produtivas resultou numa agressiva produção agrícola e pecuária tecnologicamente vis-à-vis aquelas com que se relacionava. Nesse sentido, verificou-se uma profunda articulação da agricultura com o setor industrial da economia. A resposta a essa articulação foi um maciço emprego de maquinaria e insumos de origem industrial. Buscando ajustar-se ao setor de desenvolvimento mais dinâmico (tendo como carro-chefe agricultura), outros setores foram levados ao movimento modernizador.

A produção agrícola de Mato Grosso do Sul, a partir de 1980, vem aumentando consideravelmente. Destacamos que em 1975, as culturas de mandioca, cana-de-açúcar, soja, milho, feijão, arroz, algodão e trigo, juntas somaram 1.015.202 toneladas produzidas, e em 1980, apenas 5 anos depois, essa produção quase que dobrou com 2.009.321 toneladas produzidas. Isso só foi possível com o aprimoramento das técnicas agrícolas, com o uso de insumos agrícolas e com a correção dos solos.

A produção que teve o aumento mais significativo nesse período foi a da soja, passando de 167.981 para 1.042.237 toneladas. Vemos aqui a mudança de postura na produção a partir da criação do Estado. Na relação indústria/agricultura no Estado, a agroindústria de soja foi a primeira a se consolidar, tomou o espaço do arroz, sendo esse último utilizado na abertura de novas áreas por apresentar custo de produção mais baixo do que o da soja (MIZUSAKI, 2009, p.58).

A cultura da mandioca teve aumento na produção a partir de 1985 com 132.146 toneladas colhidas numa área de 12.724 hectares. Em 1990, as áreas colhidas quase que dobraram, com seus 24.569 hectares; posteriormente, em 1995 e 1996, houve queda da área colhida e, em 1999 e 2000, houve superprodução com uma área colhida de 32.519 hectares. Mas foi em 2001 que o Estado presenciou uma das maiores produções de mandioca, com 620.692 toneladas. Com essa superprodução, o preço da tonelada de mandioca despencou: em uma feccularia localizada no município de Glória de Dourados, era pago, em média, o valor de R\$ 41,14 a tonelada, sendo que o preço do último mês do ano anterior tinha fechado em R\$100,00 a tonelada de raiz de mandioca.

Nos anos seguintes, prossegue a queda na produção com recuperação no ano de 2005 quando foram produzidas 538.754 toneladas de raiz de mandioca. O preço pago pela mesma feccularia, em média, em 2005, foi de R\$111, 34.

O trigo também apresentou aumento significativo na ocupação do espaço Sul-mato-grossense desde 1980 até 1990, quando começa a cair de importância durante o período de abertura e desregulamentação econômica que sucedeu no Brasil.

O algodão também apresentou crescimento quase ininterrupto até 2005, ano esse que teve uma área colhida de 63.718 hectares. A partir desse momento, o algodão foi perdendo sua importância, chegando ao ano de 2009 com 36.716 hectares de área colhida. Sabemos que sua expansão tem se dado rumo a Mato Grosso, onde sua produção se apresenta mais aquecida.

O milho também apresentou uma tendência crescente com 163.107 toneladas produzidas em 1980, passando para 595.718 em 1990, chegando a 2.181.429 toneladas produzidas em 2009. Para Mizusaki (2009, p.58), essa progressão na área colhida e nas toneladas deve-se ao aumento da demanda no Estado, quando da introdução da avicultura e da suinocultura que tem o milho como ração.

O feijão, produto importante da cesta básica do brasileiro, é a cultura agrícola que tem apresentado maior oscilação em área plantada e também na produzida, saindo de 62.229 hectares de área colhida em 1990, chegando a apenas 17.806 hectares de área colhida no ano de 2009.

Já a cana-de-açúcar se apresenta como o novo “fenômeno” do grande agronegócio no Estado, tendo sua área colhida mais que duplicada: em 2005, foram 136.803 hectares, passando para 285.993 hectares no ano de 2009.

Segundo relatório da FIEMS, o setor sucroalcooleiro apresentou, em 2009, expansão de 30,1% na produção canavieira. Isso ocorreu devido à implantação de 7 novas usinas em 2009, totalizando 21 plantas em operação no estado. A produção de açúcar cresceu 11% de 2008 a 2009, saindo de um pouco mais de 640 mil para 800 mil toneladas. A produção de álcool também nesse período cresceu 31%, chegando a 1,4 bilhão de litros.

Vemos claramente que a produção agrícola sul-mato-grossense vem sendo alavancada pelo grande agronegócio agrícola da soja, da cana-de-açúcar e do milho, ao passo que lavouras como feijão, arroz e mandioca, que fazem parte da cesta básica do brasileiro, surpreendentemente, diminuem ou apenas mantêm a área ocupada com seus respectivos cultivos. É a lógica do desenvolvimento introvertido do espaço agrícola, que só se incentiva a produção do que é exportável.

Percebemos, assim, a tendência sul-mato-grossense de exportação, como sempre ocorreu desde sua emancipação enquanto Estado. O agronegócio mundializado segue a lógica da contradição do capitalismo, concentrando renda e expropriando agricultores. Essa contradição pode ser percebida também na exportação da produção do campo e importação de gêneros alimentícios que poderiam receber incentivos para serem produzidos em todo território nacional. Para Oliveira (2009), o mercado tem mundializado a produção nacional e quem tem perdido com isso é o mercado interno, visto que a comida que falta ao brasileiro é exportada.

Esta tendência de exportação, atribuída por nós ao Mato Grosso do Sul, sempre é, na verdade, uma tendência nacional, desde a constituição do Brasil como colônia, continuando depois de sua independência. Ignácio Rangel (2001) considera que houve uma industrialização setorial e escalonada na qual a produção de matéria-prima do campo gerou alianças políticas (que o autor chama de “pactos de poder”) que fizeram parte do viés político conferido pelo Estado, ao longo dos tempos, ao campo brasileiro.

Rangel (2001) faz menção ao período em que os grandes latifundiários (desde a colônia), comerciantes, e industriais, que apareceram no último quartel do século XIX e prossegue em todo o século XX, mantinham pactos de poder com elites internacionais. Entendemos que os pactos de poder entre as elites nacionais e as internacionais ganharam ainda mais força a partir de 1980, com a guinada neoliberal, afetando, além do mercado externo, o mercado interno de produtos agrícolas.

Quando observamos a ocupação do espaço de Mato Grosso do Sul, percebemos que muitos latifundiários acumularam capitais, não através da produção da terra, mas através da especulação. O atual rearranjo do capitalismo apenas mudou de face, pois, de acordo com Fabrini (2008), o latifúndio improdutivo foi substituído pelo agronegócio altamente produtivo. Se antes o latifúndio excluía pela improdutividade, agora o agronegócio exclui pela alta produtividade, produzindo a acumulação pautada na exploração da mais-valia social. É o que assegura o agronegócio, pois, mesmo que o capitalista pague a renda da terra, o Estado, através da criação de subsídios, retira do capital esse peso, transferindo para toda a sociedade o custo da manutenção fundiária.

O agronegócio mundializado é estratégico para as elites mundiais, uma vez que, através de redes, apropria-se de espaços dos mais diversos países do globo terrestre, aproveitando as vantagens das nações: mão-de-obra e o trabalho barato e melhores condições climáticas que proporcionam as mais altas produtividades. Alcança-se assim, a apropriação da renda da terra pelo capital, com a renda de monopólio, ou através da renda da terra diferencial, alcançada pela incorporação de adubos que também é subordinada ao capital. Para David Harvey (2008), essa é uma estratégia neoliberal perfeita para a manutenção do poder de uma elite global: o capital se globaliza, apossando-se da mão-de-obra global, controlando-a para explorar as riquezas dos mais remotos espaços do globo terrestre.

Vemos que esse agronegócio globalizado tem se instalado no Mato Grosso do Sul e se expande cada vez mais com as monoculturas como cana-de-açúcar, soja, etc, a exemplo de grupos multinacionais que expandem seus negócios no Estado em detrimento do que seria necessário expandir, isto é, produtos que fazem parte da cesta básica do brasileiro. A indústria alimentícia vem aumentando consideravelmente no Estado. Os estabelecimentos da indústria alimentícia passaram de 181 em 1970 para 635 em 2004.

No Mato Grosso do Sul, a mandioca faz parte, sobretudo, de uma agricultura familiar de pequeno porte. A partir dos dados do IBGE (2006), vemos que 77,56% da produção em toneladas de raiz saíram de propriedades com tamanho menores que 500 hectares (720 unidades); 95,16% das unidades (689 unidades) que produziram essa quantidade possuem menos de 100 hectares e representaram 45,6% da área colhida neste mesmo ano. O que faz a mandioca ser cultivada, em sua maioria, por unidades a menos de 100 ha, é o baixo poder de capital desses agricultores, uma vez que essa cultura não exige uma grande mecanização para seu cultivo e quase sempre é explorada de forma rudimentar utilizando apenas o conhecimento tácito. No entanto, isso não faz com que esta cultura esteja fora das relações capitalistas, pois, como lembra Oliveira (1991), o capitalismo se apropria da produção advinda de relações não-capitalistas pela circulação das mercadorias, criando renda absoluta, que sempre está acima do valor da produção.

O que reforça ainda mais essa nossa avaliação é o fato da mandioca, juntamente com o feijão, o arroz, e o milho, ser plantada em Mato Grosso do Sul por assentados, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área em grande medida, o que a caracteriza como uma cultura agrícola desenvolvida por pessoas de renda baixa, por ser tradicional e popular, tornando-se uma alternativa econômica para os mais necessitados.

Os dados do IBGE (2006), evidenciam que os assentados, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área somaram 2.449, 34,69% dos estabelecimentos de produção de mandioca no ano de 2006 em Mato Grosso do Sul e os proprietários definitivos somaram 4.611, portanto, 65,31% dos estabelecimentos são de proprietários que possuem titulação definitiva da terra.

Podemos perceber que a situação dos produtores envolvidos com as culturas como mandioca, milho, feijão e arroz, produtos que fazem parte da cesta básica do brasileiro, são os que possuem maior fragilidade em relação ao uso da terra. Vemos que 41,40% (3.520 agricultores) dos produtores de milho no ano de 2006 em Mato Grosso do Sul não são proprietários definitivos de suas terras; já no caso do cultivo do feijão, esse número chega a 60,76% (703 agricultores), o arroz chega a 60,24% (597 agricultores).

Quanto aos produtores de soja em situação de assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e produtor sem área a porcentagem é de apenas 27,91% (1.397 agricultores). Isto mostra que 72,09% (3.608 agricultores) dos produtores de soja possuem titulação definitiva de suas propriedades, apresentando portanto uma condição melhor em relação ao uso da terra e, por decorrência, melhores condições financeiras. Em relação aos produtores de cana-de-açúcar na situação de assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e produtor sem

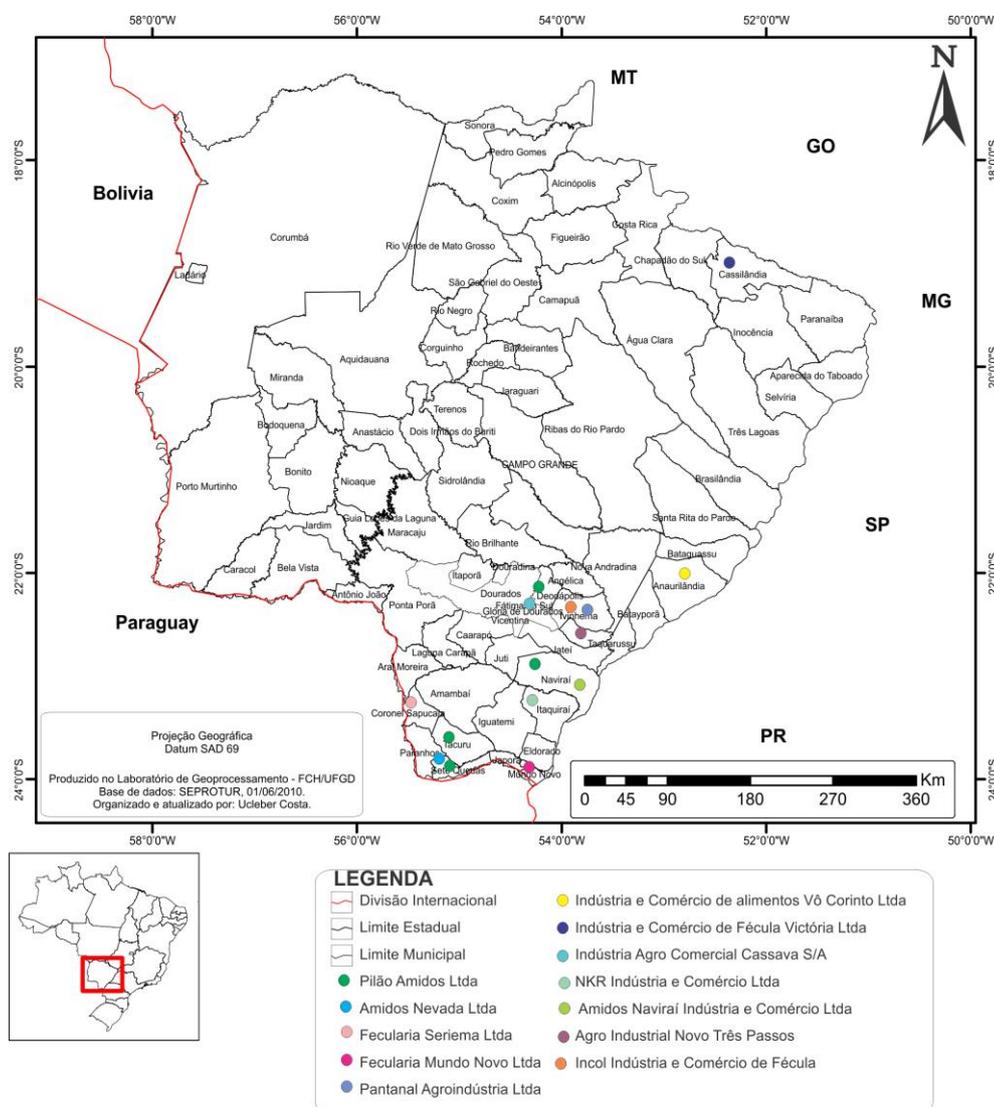
área, o percentual chega a apenas 30,22% (629 produtores), sendo que 69,78% (1.452 produtores) são os verdadeiros proprietários de terras (IBGE, 2006).

As microrregiões de Iguatemi, de Dourados, de Nova Andradina e a de Campo Grande, juntas, corresponderam a 20.424 hectares, ou seja, 85,96% dos hectares ocupados para a plantação de mandioca no ano de 2009 no Mato Grosso do Sul (IBGE, 2010).

Podemos perceber que as plantações de raiz de mandioca apresentam maior concentração na porção Extremo-Sul de Mato Grosso do Sul, sendo a plantação estimulada pelas indústrias feculeiras que são as maiores empresas que fazem parte do setor mandioqueiro, onde suas plantas fabris estão localizadas nas proximidades. O destaque vai para a Microrregião de Iguatemi onde predomina o Latossolo Vermelho com característica média arenosa.

As fecularias estão localizadas nos municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia:

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: Espacialização das fecularias



Já na plantação de soja, temos a Microrregião de Dourados como a principal produtora de soja com 58% da sua área plantada em Mato Grosso do Sul no ano de

2009 (996.100 hectares), seguida da Microrregião do Alto Taquari com 12,07% da área plantada (207.348 hectares), e da Microrregião de Cassilândia com 9,41% da área plantada do Estado (161.600 hectares) (IBGE, 2010).

Observamos que a Microrregião de Dourados é detentora de mais da metade da área plantada de soja, onde o capital agroindustrial apresenta maior investimento, especializando-se nesse local onde o solo predominante é o Latossolo Roxo. A Microrregião de Iguatemi, que é o espaço de maior produção de mandioca, configura-se apenas com 8,48% (145.670 hectares) da área plantada de soja no ano de 2009, ocupando o quarto lugar em âmbito estadual.

A área de maior ocupação pela plantação de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul no ano de 2009 abrange as microrregiões de Nova Andradina com 5,7% (16.293 hectares), Paranaíba com 9,37% (26.802 hectares), Iguatemi com 19,29% (55.152 hectares) e de Dourados com 46,95% (134.286 hectares). Juntas, essas quatro microrregiões somam 81,31% da área plantada de cana-de-açúcar (IBGE, 2010).

À medida que a plantação de cana-de-açúcar vem aumentando nos últimos anos, o setor mandioqueiro está sofrendo uma pressão, uma vez que muitas terras que antes estavam sendo utilizadas para a plantação de mandioca passam a ser ocupadas pela plantação de cana-de-açúcar. Outro fato que tem pressionado o setor, é a elevação dos preços dos insumos, o que dificulta o acesso desses insumos aos pequenos produtores que, como já foi demonstrado, são essencialmente os que produzem mandioca no Estado de Mato Grosso do Sul.

A segunda microrregião sul-mato-grossense responsável pela maior quantidade de hectares ocupados da cultura de mandioca é coincidentemente a que ocupa o primeiro lugar da ocupação da cana-de-açúcar: microrregião de Dourados. A Microrregião de Iguatemi, na qual se encontram os principais municípios produtores de matéria-prima para as indústrias feculeiras, é a segunda maior produtora de cana-de-açúcar do ano de 2009, com uma área plantada de 55.152 hectares (IBGE, 2010). Observemos que a pressão da cana-de-açúcar sobre a mandioca dar-se pela presença de algumas unidades fabris no Sudeste e extremo-Sul do Estado.

A pressão que o setor mandioqueiro sofre em relação à cana deve-se ao fato de que os produtores acham ganhos mais rápidos plantando a cana ou ao fato de que os arrendatários arrendam para os usineiros que pagam mais. Assim, começa a faltar terra para o agricultor familiar arrendatário plantar mandioca. Além disso, ao se instalar a unidade fabril da cana nesses municípios, os terrenos automaticamente se valorizam. Como a renda da terra está ligada ao preço da terra, o agricultor se vê na impossibilidade de arrendar por esse preço mais elevado.

O milho também é um concorrente direto pela ocupação da área em Mato Grosso do Sul. Sua principal área de produção está localizada nas duas principais microrregiões de maior produção de mandioca, a Microrregião de Dourados e de Iguatemi. O amido de milho também concorre comercialmente com o amido de mandioca: ambos servem como base para muitos produtos similares, para alimentação e para processos industriais diversos.

À medida que foram instaladas novas feculárias, os números de farinheiras diminuíram no Estado, provocando a perda da autonomia produtiva dos produtores familiares que passaram a depender das feculárias. Isso porque, em nível local, o setor de fécula concorre diretamente pela matéria-prima com o setor da farinha de mandioca, Segundo Santos (2006, p. 37), “cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes”. O que ocorreu com as farinheiras demonstra a expropriação e subordinação desses produtores que tinham os meios de produção em seus poderes, sendo apropriados indiretamente e, em alguns casos, diretamente pelas empresas feculeiras. “A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores

da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria (MARTINS, 1995, p.152).”

Assim, com a introdução das fecularias a partir dos anos de 1978 no Estado (objeto inserido no tecido preexistente do setor mandiogueiro), modificaram-se os valores preexistentes do local, uma vez que a lógica da produção feita pelas farinheiras é diferente da lógica inserida pelo empresariado feculeiro. Apesar de existir entre as fecularias e farinheiras uma concorrência pela matéria-prima, não atribuímos totalmente o fechamento de várias farinheiras às instalações das fecularias, mas ao próprio processo de entrada do capitalismo no campo com sua lógica produtivista que exige maior número de maquinários no campo, acabando por fazer com que o produtor ficasse endividado e, assim, fosse expropriado de seus meios de produção no campo.

A microrregião de Iguatemi, da qual o Município de Ivinhema, maior produtor de mandioca para a indústria feculeira, faz parte, apresentou apenas 11 unidades de farinheiras, sendo que dez estão localizadas no município de Ivinhema e uma no município de Eldorado.

Segundo um relato feito através de um questionário por um agricultor, em 1980, havia 28 farinheiras em Ivinhema: *“As farinheiras começaram a diminuir com a entrada das fecularias nos anos de 1978, porque concorrem pela matéria-prima e os produtores começaram a plantar mandioca para as fecularias, faltando assim, a matéria-prima para as farinheiras”* (José Carlos de Oliveira, agricultor morador do Município de Ivinhema/MS).

Essas farinheiras, em sua maioria, no território sul-mato-grossense, são de pequeno porte e de grande importância para a agricultura familiar. Os estabelecimentos artesanais dessas unidades de produção são chamados de Casa de Farinha e as mais estruturadas possuem equipamentos como tanque para lavagem, ralador com motor elétrico, prensa com eixo metálico ou de madeira, tanque para o processo de esfarelagem da massa, forno a lenha, peneira metálica, e, em alguns casos, máquina de empacotamento, além de balança mecânica para pesagem.

F. Neto; Rodrigues e Reinert (2008, p.10), caracterizando a região Sudeste do Estado, afirmam que esta atividade mandiogueira se classifica como pólo de crescimento sem empresa motriz, puxada pelo pólo econômico de Ivinhema. Esta classificação ocorre devido à existência de uma aglomeração de micro, pequenas e médias empresas, que, ao mesmo tempo em que desempenha o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas, tem sua governança através de “redes”, pois parte de suas centrais administrativas se encontram fora do Estado de Mato Grosso do Sul.

O espaço sul-mato-grossense mais especializado no setor mandiogueiro para a produção de fécula tem raízes históricas que proporcionaram esse arranjo produtivo, além de suas condições físicas de localização e climáticas. Segundo Le Bourlegat *et al* (2004):

Pela sua situação geográfica, o Sudeste de Mato Grosso do Sul apresenta vínculos históricos com os Estados do Centro-Sul do país, particularmente com o Noroeste e Oeste do Paraná, desde o século XVI, quando ocorreram as primeiras incursões coloniais espanholas e portuguesas ao Mato Grosso do Sul, através de Santa Catarina e Paraná. No século XVII, essas áreas constituíram, não só um território de organização sócio-espacial das Missões Jesuíticas espanholas, como de produção e exportação de erva-mate, no final do século XIX e início do século XX. O Sudeste de Mato Grosso do Sul foi alvo de colonização sulista, sobretudo de agricultores paranaenses e catarinenses, por um processo de avanço de fronteiras agrícolas, desde as décadas de 50 e 60, mas principalmente de 70 e 80 do século XX.

Foram às condições históricas, sociais e ambientais que fizeram com que o espaço sul-mato-grossense se tornasse mais especializadas na produção de mandioca para a indústria feculeira e na produção de fécula por parte dos industriais, em vista da experiência com esse tipo de produção que os migrantes paranaenses e catarinenses que se instalaram no Mato Grosso do Sul possuíam. Segundo Le Bourlegat *et al* (2004):

A dinâmica de expansão econômica da agroindústria feculeira no Oeste e Noroeste do Paraná, em direção a novas áreas de cultivo de mandioca, implicou no avanço para o Sudeste de Mato Grosso do Sul, tendo em vista, não só esses elos construídos historicamente, mas também por algumas vantagens territoriais, relacionadas com o capital humano dos agricultores recém-migrados daqueles Estados feculeiros, constituído pelo conhecimento acumulado em cultivos mais modernizados de mandioca, com as políticas locais e regionais de incentivo à presença da agroindústria e também devido a algumas potencialidades do ambiente natural. O destaque, nesse sentido, deve ser atribuído, por um lado, às características climáticas regionais, com condições mais tropicalizadas, evitando o retardamento da germinação e reduzindo o período de paralisação da atividade vegetativa, de modo a permitir a colheita da mandioca praticamente durante o ano todo. Por outro lado, os perfis predominantes dos solos, que pela textura e profundidade condiciona um fácil crescimento e colheita das raízes.

Observamos a alternância no *ranking* de plantação de mandioca entre os municípios com base na área plantada de mandioca. As mudanças que explicam esse comportamento relacionam-se com a ocupação de áreas em que são desenvolvidas outras lavouras como soja e cana-de-açúcar, além da implantação de feculárias nesses municípios ou em municípios próximos, fazendo com que sejam plantadas mandioca nessas áreas. Apesar da grande queda de área plantada do ano de 2000 (18.490 hectares dos dez primeiros municípios) a 2009 (apenas 11.150 hectares plantados dos dez primeiros municípios), Ivinhema ainda continua sendo o Município de maior área plantada de mandioca, seguido pelos municípios de Itaquiraí, Japorã, Eldorado e Naviraí.

A melhor organização do setor mandioqueiro destinado a fornecer matéria-prima para as farinhas e feculárias, em termos de relações entre os setores envolvidos, encontra-se nos municípios que compõem o Vale do Ivinhema. Paulo César Santos do Valle (2006) dissertou sobre o arranjo produtivo local do Vale do Ivinhema e teve sua preocupação voltada para as relações entre os atores que dão o conjunto sistêmico do funcionamento do APL da mandioca. Enfatizou também o conhecimento tácito retro-alimentar dos produtores de mandioca, ou seja, o conhecimento que é adquirido de forma funcional se aprende fazendo no dia-a-dia com as atividades. Também estudou o conhecimento explícito, ou seja, o conhecimento técnico-científico disseminado pelos órgãos do Governo, como o SEBRAE, EMBRAPA, AGRAER, e instituições como Universidades etc., e as relações de troca de informações e de aprendizagem, tanto entre agricultores/agricultores, como entre as instituições/produtores, para a externalização do conhecimento.

A produção em toneladas de mandioca no ano de 2009 também foi maior no Município de Ivinhema e seguida da produção dos municípios de Itaquiraí, Eldorado, Naviraí, Mundo Novo. Já o Município de Japorã que foi o terceiro em área plantada no ano de 2009, apareceu como sexto colocado em toneladas produzidas de mandioca, o que mostra o aumento da área plantada nesse mesmo ano, em comparação com anos anteriores.

A importância em valores dos empregos diretos nas fábricas feculerias, chega a 332, e dos investimentos em infra-estruturas das fábricas feculeiras no local, a R\$17.774.651,35.

O emprego direto é um benefício local que a implantação de uma unidade fabril processadora de mandioca gera, mas o benefício maior é a criação de empregos indiretos. Além dos trabalhadores que trabalham no plantio, nos cuidados com a cultura e arranca da raiz, beneficiam-se ainda os caminhoneiros que fazem fretes, os arrendatários de terras e os transportadores dos produtos prontos.

3 – Subordinação da renda da terra

Consideramos que a discussão acerca da renda da terra se faz à medida que podemos identificar qual o perfil do agricultor que lida com a atividade mandiogueira em Mato Grosso do Sul, uma vez que sua renda que é advinda da terra. Baseando-nos em Martins (1991 e 1995) e Oliveira (1986), entendemos que é necessário definir, em primeiro passo, os tipos principais da renda advinda da terra e como essa é incorporada ao processo produtivo e de circulação da mercadoria no mercado.

Oliveira (1986) afirma que a renda da terra sob o modo de produção capitalista produz sempre um lucro extraordinário advindo da circulação das mercadorias: um valor acima do valor de produção das mercadorias criado artificialmente. Este autor, assim define a renda absoluta da terra, a renda da terra de monopólio e a renda da terra diferencial.

(...) a renda da terra sob o modo de produção capitalista é, resultado da concorrência, *renda diferencial*; e é, resultado do monopólio, *renda absoluta*. (...) A *renda diferencial* resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo. Já a *renda absoluta* resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse da coletividade; resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir (OLIVEIRA, 1986, p. 74).

O autor divide a renda da terra diferencial em renda diferencial I e renda diferencial II. Além destas rendas destacadas, Oliveira (1986) destaca ainda os tipos de renda da terra pré-capitalista, que, segundo ele, são sempre oriundos do excedente de produção do agricultor familiar. Oliveira (1986) traz alguns exemplos destas rendas não-capitalistas praticadas comumente em regiões brasileiras, tais como: a renda em trabalho, a renda em produto e a renda em dinheiro. Quando juntas no mercado, o modo de produção capitalista incorpora tanto uma como a outra no seu funcionamento, não se constituindo como problemas para seu funcionamento, antes corroborando para a reprodução contraditória e combinada do sistema capitalista.

A renda absoluta da terra é entendida como a mais-valia global social que toda sociedade paga ao proprietário da terra. Portanto, não é fração do excedente do trabalho sobre a terra, mas da mais-valia da massa social. A renda absoluta da terra também pode ser obtida pelo monopólio da terra, pois pode se dar quando há um desvio entre o preço de produção e o preço de mercado, quando esse último é elevado.

A diferença existente entre a renda da terra de monopólio da renda da terra absoluta é que a primeira advém de um preço de monopólio de uma mercadoria especial: é o preço de monopólio que gera a renda da terra de monopólio. Na segunda, a renda da terra absoluta, é a existência da renda que gera o preço de monopólio. Isto acontece quando o proprietário do solo cobra renda acima do preço de produção para colocar seu produto criando, portanto, um preço artificial (OLIVEIRA, 1986).

Já a renda da terra diferencial está ligada diretamente à produção: seu preço é definido pela melhor localização e pelas condições do solo, seja por suas próprias características de solo fértil (renda da terra diferencial I) que independe do capital, ou quando depende de investimentos do capital pela adubação do solo para se obter uma melhor fertilidade e conseqüentemente uma maior produção da lavoura (renda da terra diferencial II). Esta renda é, portanto, resultado da concorrência entre os produtores, uma vez que é produto do excedente do lucro extraordinário que o solo melhor localizado ou mais fértil proporciona, diferenciando-se, assim, por sua quantidade de produção (OLIVEIRA, 1986).

Passemos agora a definir, segundo Oliveira (1986), alguns tipos de renda da terra pré-capitalista. Para Oliveira (1986):

A renda da terra pré-capitalista é diretamente produto excedente. Nasce, portanto, diretamente na produção, ao contrário da renda da terra capitalista que nasce na circulação, e é sempre sobra acima do lucro médio, ou seja, fração da mais valia.

Uma das rendas pré-capitalistas é a renda da terra em trabalho, o agricultor paga em trabalho para lavrar na terra do proprietário. Na renda da terra em produto, o agricultor paga ao dono da terra em produto sobre o que cultivou para continuar produzindo naquela terra. Essa renda nada mais é que trabalho transformado em produto. Já na renda da terra em dinheiro, que é a renda da terra pré-capitalista mais avançada, a negociação é feita através de contrato ou, informalmente, através da palavra entre ambas as partes. Essa renda é trabalho transformado em produto que, ao ser vendido, é transformado em dinheiro. Porém, a renda da terra em dinheiro, quando feita por capitalista e não por produtor familiar, é renda capitalista. Essas últimas rendas abordadas são chamadas de não-capitalistas, por já existirem em modos de produção anteriores ao modo capitalista (OLIVEIRA, 1986).

A renda da terra absoluta só é capaz de existir quando a renda da terra está sobre controle de uma classe que controla o preço dos alimentos porque, segundo Oliveira (1986), essa classe somente coloca suas terras para produzir quando o preço de mercado está acima do preço de produção. Assim, há sempre mais-valia social, gerada pela circulação das mercadorias, não existindo fração da produção (gerada a partir do excedente da produção), mas mais-valia da massa social, gerando, portanto, um lucro extraordinário. No modo de produção capitalista, considerando que tanto produtores tipicamente capitalistas quanto agricultores familiares produzem, haverá sempre renda absoluta pela presença do primeiro grupo de produtores. Assim, toda massa social pagará sempre essa mais-valia social, ou seja, preço mais alto das mercadorias.

Segundo Oliveira (2009), existem dois processos monopolistas que comandam a produção agrícola mundial, a saber:

De um lado está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária (...) Neste caso de fato a produção comanda a circulação das mercadorias. De outro lado, está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas do setor de grãos atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes. Neste caso a circulação comanda a produção e dita o consumo. Este processo atua e subordinando a produção capitalista e camponesa dos setores dos

grãos, carne bovina, aves, suínos, café, suco concentrado de laranja, tabaco e os alimentos para o mercado interno tais como arroz, feijão, milho, trigo, mandioca, frutas, hortícolas, etc.

A subordinação capitalista do campo apresenta essas duas características em suas ações e foi possível identificar estas duas características, com suas especificidades e peculiaridades, no setor mandioqueiro/feculeiro de Mato Grosso do Sul. Uma é pela subordinação direta, quando o empresário capitalista se apropria diretamente, pela propriedade privada da terra ou por meio de arrendamento, e a outra, pela apropriação indireta, quando o capital extrai o excedente econômico dos agricultores por manter relações de compra de produções, ou ainda, quando vende insumos, empresta e cobra juros aos agricultores.

Uma está relacionada à territorialização do capital industrial que detém o controle da propriedade por meio da propriedade privada e do arrendamento da terra (apropriação direta), da agricultura, e da indústria, pois está centralizada na indústria, a propriedade privada da terra e o controle por meio do arrendamento, que é responsável pelas duas produzir capitalisticamente.

Um exemplo desse fato é a feclaria Pantanal, localizada no município de Ivinhema, que seu proprietário possui a terra juntamente com a família (um filho) que produz a matéria-prima para o processamento industrial, mantendo poucas relações de compra de matéria-prima com os agricultores. Esse é um exemplo de capitalista que não aceita pagar pela renda da terra a alguém que agricultura como segundo ou terceiro, configurando-se pela territorialização do capital seja pela plantação em terras próprias ou de arrendamento; é detentor de uma fração superior da renda da terra, quando a terra é própria, e de menor parte da renda, quando paga a renda em dinheiro aos donos de terras pelo arrendamento, e também ainda obtém do lucro capitalista derivado do capital investido proporcionado pelo processamento industrial.

Outra feclaria que pretende entrar nessa lógica da territorialização do capital, evitando pagar a renda da terra ao agricultor, é a Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto Ltda., localizada no município de Anaurilândia/MS. Fomos informados pelos responsáveis da gerência dessa empresa, através de questionário, que, a partir do ano de 2012, a empresa pretende plantar cerca de 240 hectares de mandioca para o próprio processamento industrial.

Esta prática é resultado também do crescimento do setor sucro-alcooleiro no estado de Mato Grosso do Sul e, especificamente, nesses municípios em que a produção de mandioca para a indústria de fécula se faz mais presente. O preço da terra é elevado, e, conseqüentemente, a renda da terra, uma vez que parte dos agricultores que cultivam mandioca são arrendatários e sentem dificuldades de continuar produzindo nas terras pelo aumento do preço do arrendamento, gerando escassez de matéria-prima para a indústria feculeira. Esse fato foi observado em dois municípios que receberam unidades fabris de usinas sucro-alcooleiras. Em Fátima do Sul o preço do hectare da Terra para agricultura passou de R\$4.958,67 em 2006 para R\$12.396,69 em 2011. Já em Ivinhema o preço do hectare da Terra para agricultura passou de R\$5.371,90 em 2006 para R\$10.330,57 em 2011 (Trabalho de campo com corretores de terra da região, agosto de 2011).

Já a forma de apropriação indireta da renda de terra pelo capital no setor mandioqueiro ocorre quando as agroindústrias compram a produção dos agricultores para seu beneficiamento, sujeitando uma fração dessa renda sem necessariamente ter produzido diretamente, alguma coisa, no campo.

Para exemplificar essa ocorrência e a ligação direta entre renda da terra e preço da terra, como salienta Oliveira (1986), e também a pressão que a produção de cana faz frente ao setor feculeiro, fizemos uma pesquisa de campo junto aos negociantes de terras, chamados “marreteiros”, e junto a agricultores arrendatários, a fim de verificar se os preços das terras aumentaram e sua relação direta com a renda da terra, e conseqüentemente, com o arrendamento.

Com base nessas três amostragens de preço da terra e do arrendamento, observamos que, nos últimos 5 anos, os preços das terras e dos arrendamentos nos municípios citados dobraram. Como existem muitos agricultores que cultivam mandioca em terras arrendadas, boa parte da renda da terra ficou ainda mais comprometida com o aumento do preço do arrendamento, cerca de 50% do ano de 2006 a 2011. No Município de Deodápolis neste mesmo período, o preço do arrendamento de terra por hectare passou de R\$206,61 para R\$413,22, aumentando os custos de produção para esses agricultores (Trabalho de campo, agosto de 2011).

O agricultor Jamil Santana, morador do município de Deodápolis/MS, afirma que:

Esse aumento do preço do arrendamento tem ligação com a implantação das usinas sucro-alcooleiras nesse município e nos municípios próximos, pois compraram e arrendaram muitas terras, faltando terra para as demais culturas, o que fez o preço aumentar.

Outro fator que diretamente tem elevado o preço do arrendamento da terra na região é o fato de que as últimas duas colheitas, uma de soja e a outra do milho, foram consideradas boas, gerando ganhos razoáveis aos agricultores.

4 – Tipos de renda da terra na produção mandiogueira

Encontramos dois tipos de arrendamento sendo feitos pelos agricultores que plantam mandioca dos municípios estudados. Uma renda da terra em produto, que é considerada uma renda não-capitalista da terra tratada por (OLIVEIRA, 1986). O agricultor paga ao dono da terra renda em produto (mandioca). Essa renda, como já vista, é trabalho transformado em produto e paga ao dono da terra pelo agricultor. Podemos observar o exemplo obtido no trabalho de campo (em agosto de 2011):

a) Pagamento da renda em produto:

O agricultor Élson Gouveia arrendou a terra pagando 3,3 toneladas de mandioca/hectare, livre, já entregue na fecularia.

b) Pagamento da renda em dinheiro

A segunda forma de arrendamento encontrado na região é a renda da terra em dinheiro, que é a renda da terra não-capitalista ou pré-capitalista mais avançada. É feita sua negociação por meio de contrato ou através do empenho da palavra, em contrato verbal entre ambas as partes, por certa quantia em dinheiro. Essa renda, como já vista, é trabalho transformado em produto que ao ser vendido é transformado em dinheiro. Porém, para lembrarmos, a renda da terra em dinheiro quando feita por capitalista e não por produtor familiar, é renda capitalista. Podemos observar o exemplo abaixo deste tipo de renda da terra:

O agricultor Élson Gouveia arrendou a terra para plantar mandioca por dois anos, pagando R\$ 702,45 ao hectare no período.

Quando acontece da empresa capitalista plantar no campo para seu próprio processamento, entra à atividade agropecuária os trabalhadores que irão cuidar do cultivo recebendo salários, assim, temos uma produção caracteristicamente capitalista no campo, os trabalhadores expropriados dos seus meios de produção oferecem sua mão-de-obra por meio de salários.

Como a maioria dos agricultores que plantam mandioca para o processamento industrial feculeiro são arrendatários, a dificuldade está no preço do cobrado pelo arrendamento, pois esse está ligada ao preço da terra que está relacionado ao que ela

pode produzir, ou seja, capacidade de oferecer renda melhor se comparada a outro produto que não a mandioca.

Em nossa amostra de trinta produtores, 50% dos que plantam mandioca são arrendatários, ou seja, não cultivam essa cultura agrícola em terras próprias. Em outro estudo realizado por nós, encontramos dados parecidos: a partir de uma amostragem com o mesmo número de agricultores, tivemos um resultado em que 47% dos entrevistados eram de arrendatários sem-terras que plantam mandioca (COSTA, 2008). Uma pequena porcentagem dos entrevistados plantam mandioca em suas terras próprias, apenas 23%. E 27% dos que plantam também em terras próprias necessitam arrendar mais terras, uma vez que suas terras são insuficientes para manter suas respectivas famílias.

5 – Produção e consumo

A produção de fécula de mandioca no Brasil, vem aumentando nos últimos anos no Estado do Paraná que produziu em 2005 352.640 toneladas passando para 413.200 toneladas em 2009, e caindo no Estado de Mato Grosso do Sul que em 2005 produziu 106.419 toneladas reduzindo para 82.452 toneladas em 2009 (CEPEA/ABAM, 2010).

A exportação de derivados de mandioca produzidos na Brasil, tem pouca repercussão no mercado internacional, e Mato Grosso do Sul, tem apenas, aparecido nas exportações de derivados de mandioca, de forma muito tímida e descontínua, o que sugere, um setor feculeiro que não possui forte clientela fora do país, com produção voltada ao mercado doméstico, com 284.750 Kg em 2005, 344.308 Kg em 2006, 3.786.350 Kg em 2007, 3.000.742 Kg em 2008, 3.413.825 Kg em 2009 e 3.013.524 Kg em 2010 (SECEX, 2011).

As regiões de destino do consumo de amidos de mandioca no mercado doméstico brasileiro, apresentam espacialização de concentração no Sudeste e Sul do país, com 40,7% e 33,1% em 2010, respectivamente. Sendo que os estados do Centro-Oeste contribui com 18,1% do consumo, os da região Nordeste com 6,1% e da região Norte com 1,8% (CEPEA, 2011).

Os setores que mais tem contribuído com o consumo da fécula de mandioca produzido pelo setor feculeiro brasileiro em 2010, tem sido o setor atacadista (com 29,4%), papel e papelão (com 20%), massas biscoitos e panificação (com 14,4%) (CEPEA, 2011).

6 – Estratégias na fronteira e interações espaciais dos Grupos feculeiros

Uma empresa que utiliza a estratégia de transferir produtos entre as unidades feculeiras é a indústria Agro Comercial Cassava S/A. Esse Grupo feculeiro possui apenas uma unidade fabril no Estado de Mato Grosso do Sul no Município de Glória de Dourados (Município que também está dentro da faixa da fronteira), unidade essa implantada no ano de 2000 com incentivos do Município (doação do terreno e terraplanagem da prefeitura), e fiscais do Estado, bem como pavimentação asfáltica até o pátio da indústria (COSTA, 2008). Essa unidade vem processando regularmente, polvilho de mandioca, sagu e amidos modificados.

O centro administrativo da empresa está localizado no Município de Rio do Sul/SC, onde foi implantada a sua primeira fábrica feculeira no ano de 1954. Posteriormente, em 1983, foi instalada uma unidade fabril no Município de Paranavaí/PR, que processa amido modificado, esterilizado e fécula (amido regular).

O Grupo ainda possui mais duas unidades fabris, uma no Município de Maripá/PR que produz amido de mandioca regular, amido modificado, amido pré-gelatinizado, dextrinas e maltodextrinas. Essa foi a primeira unidade fabril de amido modificado instalada em 1997. Outra unidade, foi instalada no Município de

Agronômica/SC e, produz adesivos vegetais. Também é o principal centro de distribuição da empresa (COSTA, 2008).

As exportações desde 2006 tem se direcionado aos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, México, Equador, Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, Turquia e Japão (COSTA, 2008).

Em âmbito nacional os clientes do Grupo Cassava/SA estão localizados em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. O transporte de seus produtos tem sido feito através de terceiros (empresas transportadoras).

A fecularia INCOL, implantada em 1979 no Município de Ivinhema, também tem sua matriz fora de Mato Grosso do Sul, localizada no Município de Nova Londrina/PR.

Esta fecularia difere das já mencionadas em suas estratégias espaciais, uma vez que transfere toda sua produção à matriz em Nova Londrina/PR, pois opera em Ivinhema apenas para o beneficiamento da fécula de mandioca. Além disso, também se diferencia por operar apenas durante alguns meses do ano aproveitando os períodos de maior oferta de matéria-prima. Assim, estoca sua produção na matriz para colocá-la no mercado quando os negócios forem mais vantajosos. O Grupo tem comercializado para todas as Unidades Federativas do Brasil e para os seguintes países: Bolívia, Estados Unidos da América, França e Espanha.

A Indústria e Comércio de Fécula Vô Corinto, também possui sua matriz no Estado do Paraná, no Município de Cianorte.

Essa indústria foi implantada com incentivos fiscais estaduais e municipais no ano de 2005 no Município de Anaurilândia/MS. Produz polvilho doce (fécula de mandioca) e azedo (fécula de mandioca fermentada). Essa empresa difere das anteriores porque não faz transferência de produção entre filial e matriz, visto que apenas a atividade financeira é proveniente da matriz.

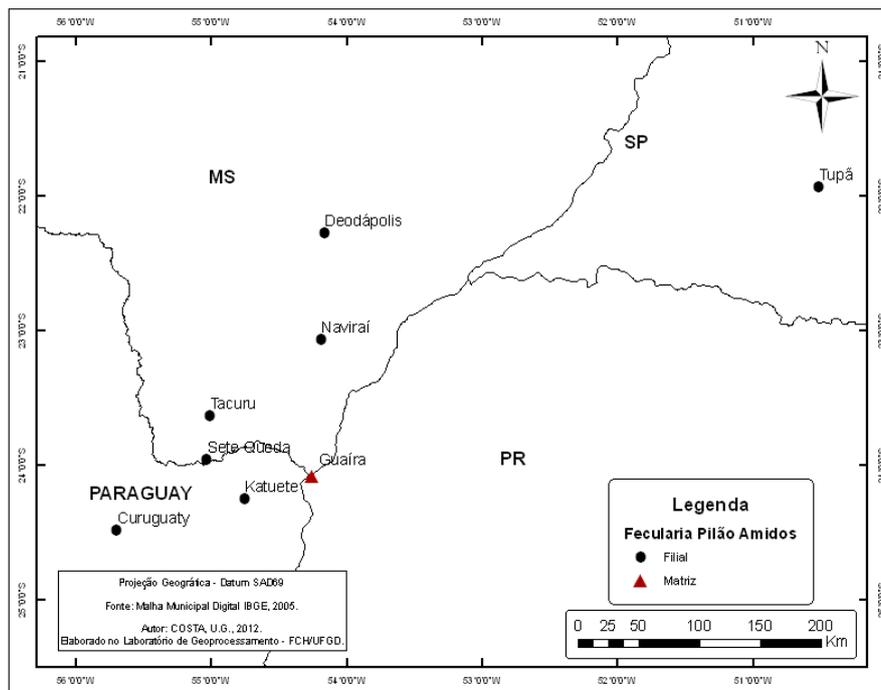
Por meio de um questionário que foi respondido pela empresa, fomos informados que seus produtos são vendidos no mercado doméstico e tem como compradores: Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Bahia.

A Pantanal Agroindústria foi implantada no Município de Ivinhema/MS no ano de 1994, lembrando que antes era farinheira. Essa empresa é de caráter familiar e produz regularmente fécula de mandioca, polvilho azedo e polvilho doce secado ao sol.

Essa empresa vende seus produtos no próprio Mato Grosso do Sul, além de ter se especializado em atender o mercado nordestino, visto que sua produção vem sendo comprada pelos clientes localizados: no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Para entendermos como as indústrias feculeiras que possuem unidades fabris no Estado de Mato Grosso do Sul, agem espacialmente interagindo com suas sedes e filiais, bem como, seus clientes, utilizando as vantagens locais, observamos, como exemplo, o grupo Pilão Amidos que possui 4 filiais instaladas no Estado de Mato Grosso do Sul, duas no Paraguai, uma em São Paulo e a matriz no Estado do Paraná (Ver Mapa 2).

Mapa 2 – Espacialização das unidades fabris do grupo Pilão Amidos



O grupo Pilão Amidos instalou a primeira unidade fabril no Estado de Mato Grosso do Sul em 1983, no Município de Tacuru localizado na faixa da fronteira com o Paraguai. Em 1989, mais uma unidade fabril foi instalada no Município de Naviraí, onde processa além de amido de mandioca, amido de milho. Como o amido de milho é concorrente do amido de mandioca, este é um fato importante e estratégico para o grupo, sendo que a fábrica é adaptada para beneficiar os dois tipos de amidos. Nos anos de 2005 e 2006, a fábrica processou amido de mandioca 11.746.678 e 17.122.086 kg respectivamente, e, no ano de 2007, apenas processou amido de milho, assim como nos anos de 2010 e 2011. Desta forma, a empresa aproveita as ofertas de matéria-prima (raiz de mandioca ou grão de milho) e do mercado de fécula de mandioca ou de amido de milho, fazendo jus a sua estratégia acionando ou parando suas fábricas quando lhe convém.

Em 1998, para explorar e montar uma estratégia na fronteira, o Grupo Amidos Pilão instalou no país vizinho Paraguai, uma fábrica de amido de mandioca no Distrito de Curuguaty e posteriormente em 1999, uma unidade fabril no Distrito de Katueté devido à abundância de matéria-prima disponível. Segue a estratégia de acionar as unidades fabris quando existe abundância de matéria-prima ou quando existe um mercado abundante de procura pelo produto. A unidade de Curuguaty operou desde 2005 até 2011, processando amido de mandioca com uma queda no total do processamento no ano de 2009 e em 2010. Já a unidade de Katueté, operou apenas até o ano de 2008. Ainda na fronteira, o grupo Pilão Amidos adquiriu uma fábrica da fecularia Amidos Nevada no Município de Sete Quedas/MS, onde beneficia com continuidade desde 2005.

O grupo Pilão Amidos instalou ainda uma unidade fabril no Município de Tupã/SP, operando com continuidade no beneficiamento de amido de mandioca desde 2005. Foram instalados nessa fábrica reatores para a modificação de amidos para atender o mercado de alimentos. No plano de crescimento da empresa, em 2002 a empresa adquiriu da Fecularia Amifar, uma fábrica feculeira em Deodápolis/MS. Essa fábrica em Deodápolis é a que mais tem processado amido de mandioca. Isso se deve a localização do Município de Deodápolis estar próximo do Município de Ivinhema que

vem sendo o primeiro no *ranking* da produção de raiz de mandioca no Estado de Mato Grosso do Sul.

A instalação e compra de fábricas feculeiras pelo grupo Pilão Amidos no Estado é estratégico devido às vantagens comparativas em relação a outros Estados do Brasil, como, São Paulo e Paraná, visto que, a mão-de-obra é mais barata, o preço da matéria-prima, além dos incentivos de 65% de desconto do ICMS.

O grupo ainda se destaca por possuir uma frota de caminhão composta de 92 veículos que trafegam por todo país e países vizinhos, entregando suas produções diminuindo, assim, o custo com fretes.

Em entrevista realizada dia 26 de julho de 2011 com o gerente da unidade feculeira da Pilão Amidos do Município de Deodópolis, nos informou que a empresa vende seus produtos para todos os Estados brasileiros, além de exportar diretamente da matriz para países como: Holanda, Uruguai, Estados Unidos da América, China, Argentina e Chile, e importar fécula de mandioca de países como: Holanda e Tailândia, além de suas próprias unidades instaladas em Curugaty e Katueté no Paraguai.

A empresa tem adotado a estratégia de transferir produção entre as unidades e exportar somente da matriz. A transferência de produção entre as unidades tem possibilitado maior flexibilidade para atender aos clientes que compram não apenas uma qualidade de produto, mas num único pedido, vários produtos. Assim, um produto que falta numa unidade produtora é rapidamente transferido da unidade mais próxima para completar o pedido, portanto, atendendo as necessidades do cliente.

7 – Considerações finais

Consideramos que o Grupo feculeiro Pilão Amido tem desenvolvido uma estratégia na fronteira Brasil/Paraguay e ativa ou desativa suas fábricas quando existe vantagens de matéria-prima e de preços para o beneficiamento do amido de mandioca ou de milho.

Consideramos que o setor feculeiro apresenta uma especialização especializada no Sudeste e extremo-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, e vem sendo impactado pela ação das usinas de cana-de-açúcar, principalmente nos municípios que vem recebendo unidades fabris, devido ao aumento do preço da terra.

Como demonstrado no corpo do trabalho, a maioria dos agricultores que cultivam mandioca para a indústria feculeira, são arrendatários, e devido ao aumento do preço da terra e conseqüentemente da renda da terra, ficam impossibilitados em cultivar essa cultura agrícola.

Portanto, o impacto sofrido no setor feculeiro no Estado de Mato Grosso do Sul pelo setor canavieiro, é direto, quando a usina arrenda terras destinadas ao cultivo de mandioca (caso observado no Município de Ivinhema, onde as características do solo é arenoso), e indireto, devido ao aumento do preço da terra que ocasiona um aumento na renda da terra dificultando o arrendamento pelo grande parte dos agricultores que são arrendatários.

As interações espaciais desses grupos feculeiros, em sua maioria, estão ligadas as suas filiais, e respectivas sedes, de onde existe o comando logístico e de vendas, além das operações financeiras mais centralizadas. A concentração das fecularias no Sudeste e extremo-Sul do Mato Grosso do Sul deve-se muito à expressão da centralização administrativa do empresariado paranaense, paulista e catarinense em seus Estados. A reprodução do capital feculeiro é potencializada a partir de suas estratégias espaciais montadas com suas interações complexificadas pela diversificação de seus produtos devido à multifuncionalização do espaço da fábrica.

As interações espaciais das unidades produtivas junto aos clientes dependem do porte da fábrica, bem como, do *mix* de seus produtos. O alcance do mercado

internacional se faz por meio de produtos específicos que apenas os grupos feculeiros maiores conseguem produzir. Vejamos que a fecularia Indústria Agro Comercial Cassava S/A produz uma diversidade de produtos derivados de amido de mandioca e tem exportado para vários países como já demonstrado. Outra empresa feculeira que se destaca também com as exportações é a Pilão Amidos Ltda, também pelo fato de produzir principalmente amidos modificados.

Empresas feculeiras, como Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto e Pantanal Agroindústria, atendem dentro apenas do mercado doméstico, se especializando em alguns produtos. A Pantanal Agroindústria se especializou em atender o mercado nordestino.

No Mato Grosso do Sul, essas fecularias têm operado com 29,46% de ociosidade, mas isso é estratégico, pois a Pilão Amidos de Naviraí tem trabalhado com o beneficiamento do amido de milho em detrimento do amido de mandioca.

Empresas, como Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto, Pilão Amidos unidade de Deodópolis, Indústria Agro Comercial Cassava S/A, Incol: Indústria e Comércio de Fécula O'linda, Pantanal Agroindústria, pretendem ou ampliar sua capacidade de moagem ou ampliar o *mix* de seus produtos nos próximos anos.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 275p.

BENAVIDES, R. A. F. **Mato Grosso do Sul: um estado de oportunidades e investimentos, respeitando o meio ambiente, no coração do Brasil e do Mercosul**. FIEMS, Projeto Monitoramento Industrial, 2006.

Cenários e Estratégias de Longo Prazo. **MS 2025: Caminhos para o desenvolvimento**. Seplanct: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2007.

CEPEA, **CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/mandioca/>.

CEREDA, M. P. **Cultivo da Mandioca**. Viçosa, MG: CPT, 2003, 134p.

CEREDA, M. P.; VILPOUX, O. F. Cultura de Tuberosas Amiláceas Latino Americanas IN: **Tecnologia, usos e potencialidades de tuberosas amiláceas Latino Americanas**. São Paulo: Fundação Cargill, 2003.

COSTA, U. G. **As relações de produção na cadeia produtiva de mandioca: Indústria Agro Comercial Cassava S/A** – Monografia apresentada ao curso de Geografia como parte de conclusão de curso. Glória de Dourados - MS. Glória de Dourados, MS: UEMS, 2008. 101p.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. V.9, n.1, jun. 2008, pp. 35-62.

_____. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul**. Corumbá: AGB, 1996, p. 7-90.

GAMEIRO *et al*, A. H. **A indústria de amido de mandioca**. Ed. ALVES, E. R. de A.; VEDOVOTO, G. L. Brasília: Embrapa. 2003. 201p.

GREGÓRIO, E. C e JOIA, P. R. **Uma Análise do Sistema Produtivo de Farinha de Mandioca no Município de Anastácio-MS**. XVII Encontro Sul-mato-grossense de

Geógrafos: Novos Olhares da Geografia: Múltiplos Territórios, Múltiplos Fazeres e Múltiplos Saberes, Aquidauana/MS, 28 a 31 de Out. 2009, p145: 152.

HARVEY, D. O neoliberalismo em julgamento. In: **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. pp.165-195.

_____ As perspectivas da liberdade. In: **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. pp.197-234.

LE BOURLEGAT, C. A. *et. al.* **Arranjo produtivo local de mandioca do Vale do Ivinhema**. Relatório de atividades da expansão da RedeSist. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2004.

LORENZI, J. O. e DIAS, C. A. de C. **Cultura da Mandioca**. 2ª impressão. Campinas: CATE, 1993;

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *IN: Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. *IN: Expropriação e violência*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ **A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. Ed. 1º. São Paulo: Ed. 34, 2008, 224 p.

MICHELS, I. CARVALHO, M. da C. MENDONÇA, C. G. **Mandioca**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004, 190p.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da UFGD, 2009, 356p.

NETO, L. F. F.; RODRIGUES, F. da S. e REINERT, J. N. Caracterização dos Aglomerados Agroindustriais de Mato Grosso Do Sul. In: **SOBER, XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco/AC, 20 a 23 de Jul. 2008, p. 1: 13.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____ **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Montevideo: 12do Encontro de Geógrafos de América Latina, Egal (Encontro), 2009.

_____ Renda da Terra. **Revista Orientação do Igeog Usp**, São Paulo, n. 7, 1986.

_____ **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

_____ Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1981. Nº 58.

OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. O Campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 40-70.

OLIVEIRA, T. C. M. de. **Agroindústria e reprodução do espaço** – Brasília: Ministério da Integração Nacional. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. 2003.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas. EDUFSC**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. N. 31, abr. 2002. p.133-154.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas I e II**. São Paulo: Contraponto, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. Ed. 1. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANI, J. C. C. **Ciclo da Mandioca no Município de Campo Largo**. Disponível em: <http://www.jornalcidade.com/>. Acesso em: 17/07/2008 às 17h21min.

SCHUROFF, I. A. et. al. **Identificação dos fatores externos que ocasionam ameaças no setor mandioqueiro no município de Ivinhema - MS**. Campo Grande: XIII Congresso Brasileiro de Mandioca. Congresso, 2010. p. 1091 – 1095.

SEBRAE, UNIVAP; **Cadeia produtiva agroindustrial da mandioca: Mato Grosso: diagnóstico**. Sérgio Adão Simão, coordenador. Cuiabá: Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.144 p.

SILVA, J. R. da. **Retrospectiva do setor de mandioca e desafios futuros**. XI Congresso Brasileiro de Mandioca. 2007.

SOUZA, J. da S. e OTSUBO, A. A. Perspectivas e Potencialidades de Mercados para os derivados de Mandioca. In: **Aspectos do Cultivo de Mandioca em Mato Grosso do Sul**. Org. Auro Otsubo et al. Dourados: Embrapa/Uniderp. 2002, p. 13: 29;

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. Nova Edição - São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série “Teses e Pesquisas”; 24).

VALLE, T. L. **Mandioca: dos índios á agroindústria**. Revista Abam. Ano III - Nº11 - Julho - Setembro/2005. Disponível em: <http://www.abam.com.br/index.php>. Acesso em: 16/07/08 às 10h28min.

VALLE, P. C. S. do. **A dinâmica do conhecimento entre os produtores da agricultura familiar no arranjo produtivo local da mandioca no Vale do Ivinhema**. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, 2006, 99p.

VIBRANS, A. C. **A cobertura florestal da bacia do Rio Itajaí – elementos para uma análise histórica**. 2003.240f. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, 239p.

VILPOUX, Olivier. Produtos de mandioca e a evolução de seus mercados. In: **Aspectos do Cultivo de Mandioca em Mato Grosso do Sul**. Org. Auro Otsubo et al. Dourados: Embrapa/Uniderp. 2002, p. 205: 219.

VILPOUX, O. F. Competitividade da mandioca no Brasil como matéria-prima para amido. **Informações Econômicas**. v. 38, n 11. nov, 2008. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola.

FRONTEIRIÇOS: CAMINHOS E LUTAS PARA A PERMANÊNCIA NA TERRA

Juliana Tosati Nogueira

Mestre em geografia pela UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
jutosati@yahoo.com.br

Resumo

No presente artigo buscamos apontar as características da fronteira Brasil-Paraguai, bem como identificar o homem/mulher fronteiriço do ponto de vista social, cultural e econômico, fazendo um estudo de caso com os ex-brasiguaios que se encontram territorializados no Assentamento Itamarati I. Na compreensão da fronteira Brasil-Paraguai, buscamos compreendê-las enquanto fronteira viva, do deslocamento de pessoas e mercadorias, das estratégias de cidadania e das identidades negociadas de acordo com as necessidades existentes no momento e ainda da ambigüidade vivida nesta fronteira. Utilizamos fontes orais coletadas junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e CUT (Central Única dos Trabalhadores) em quatro etapas: a primeira em julho/2009, a segunda em dezembro/2009, a terceira em abril/2010 e a quarta em dezembro/2010. Para a escolha das famílias a serem entrevistadas contatamos, inicialmente, a religiosa Irmã Olga Manosso - ligada à Igreja Católica e voluntária da CPT (Comissão Pastoral da Terra), residente no Assentamento Itamarati e a assistente social da AGRAER - (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) Sandra Araújo. A partir do momento em que passamos a conhecê-los e identificá-los, fizemos a escolha aleatória das famílias dos três movimentos que nos propusemos a estudar. Os questionários abertos foram aplicados a um total de 17 famílias assentadas, a dois representantes da AGRAER, e a três representantes da CPT que acompanham o nascimento da luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul e, principalmente, a desapropriação da Fazenda Itamarati, em que buscamos retratar a territorialidade (modo de vida) dos ex-brasiguaios em área de fronteira. Este trabalho se justifica pela importância que o estudo das relações da fronteira Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY tem no âmbito da ciência geográfica, uma vez que buscamos estabelecer um diálogo entre a concepção de fronteira e o cotidiano dos assentados, bem como identificar suas lutas na terra.

Palavras-chaves: territorialidade, fronteira, ambigüidade.

Abstract

In this article, we try to point out the characteristics of the Brazil-Paraguay border, as well as identify the man / woman of the frontier point of view social, cultural and economic, making a case study with former brasiguaios that are territorialized in Settlement Itamarati I. In understanding the Brazil-Paraguay border, seek to understand them as frontier living, the movement of people and goods, strategies citizenship and identities negotiated in accordance with the requirements existing at the time of ambiguity and still lived on this border. We use oral sources collected by the MST (Movement of Landless Rural Workers), FETAGRI (Federation of Agricultural Workers) and CUT (Unified Workers) in four stages: the first in July/2009, the second in December 2009, the third in April 2010 and the fourth in December/2010. For the choice of households to be interviewed contacted initially the religious Sister Olga Manosso - linked to the Catholic Church and volunteer CPT (Pastoral Land Commission), residing in caseworker and Settlement Itamarati of Agra - (Agency for Agricultural Development and Extension Rural) Sandra Araujo. From the moment we start to know them and identify them, we made a random selection of households of

three movements that we set out to study. The questionnaires were applied to open a total of 17 families settled, the two representatives of Agra, and three representatives of the CPT that accompany the birth of the struggle for land in Mato Grosso do Sul, and especially the Foreign Ministry of Finance expropriation in we seek to portray territoriality (way of life) of former brasiguaios in the border area. This work is justified by the importance of the study of the relationship of the border Ponta Pora / BR and Pedro Juan Caballero / PY is within the geographical science, as we seek to establish a dialogue between the design of everyday frontier and the settlers, as well as identifying their struggles on earth.

Keywords: territoriality, border ambiguity.

1 – Introdução

Buscamos, neste trabalho, discutir aspectos da dinâmica socioterritorial em áreas de fronteira internacional, com destaque à análise de famílias ex-brasiguaias, que retornaram do Paraguai e conquistaram seu pedaço de chão no Assentamento Itamarati I, Mato Grosso do Sul. Para a realização deste estudo, trabalhamos com fontes orais, coletadas junto aos assentados, CPT, AGRAER e levantamento bibliográfico de pesquisadores que pudessem nos orientar quanto às suas reflexões. Dessa forma, O conceito de território é o que norteia a pesquisa, para compreendermos a territorialidade (modos de vida) na fronteira Brasil-Paraguai.

Para Haesbaert (2006) o conceito de território é muito amplo e pode ser visto a partir de uma concepção materialista, naturalista, econômica, social, política e idealista. Esse autor, contudo, entende o território a partir de uma perspectiva integradora, ou seja, faz uma abordagem de maneira que integre todas as demais concepções. Assim, afirma Haesbaert (2006, p. 235):

[...] existem definições integradoras, como a que defendemos aqui, e que vêem o território - ou os processos de territorialização – como fruto da integração entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).

Partindo dessa visão integradora, território define-se pela relação entre os homens e dos homens com a natureza.

O Estado exerce papel importante na reprodução do espaço, imprimindo novos recortes e novas relações. Esse é o caso da reorganização territorial ocorrida na antiga Fazenda Itamarati em que o Estado (órgão regulador) mediou a transformação da Fazenda em Assentamento.

Segundo Fernandes (2008), o território é uma das categorias de análise da geografia e, recentemente, tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço, além de ser utilizado, também, como motivo para disputas entre as classes sociais para determinar quem terá o controle sobre o território e, muitas vezes, essas disputas vêm acompanhadas de conflitos. Sobre esse assunto, Fernandes (2008, p. 5) afirma:

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanentes nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios. As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidade. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução sócio-territorial. A conflitualidade é apenas um

componente. Esse processo é formado por diversos componentes [...]. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

Partindo da idéia de território desses autores e da idéia de conflitualidade destacada por Fernandes, podemos afirmar que a disputa por territórios é, de fato, uma luta repleta de conflitos, pois, de acordo com Santos (2002, p. 9):

[...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

A territorialidade, por sua vez, seria a face “vívda” no dado território pelos membros do grupo social. Isso envolve, em outras palavras, tudo o que se vive, tudo o que se faz, tudo o que se transforma, por intermédio das relações existenciais ou produtivas; sendo que essas relações podem ser relações com a natureza e com os próprios seres sociais. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível com os recursos do sistema. De acordo com Raffestin (1993, p. 161-162):

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e a sociedade vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face “vívda” da face agida do poder.

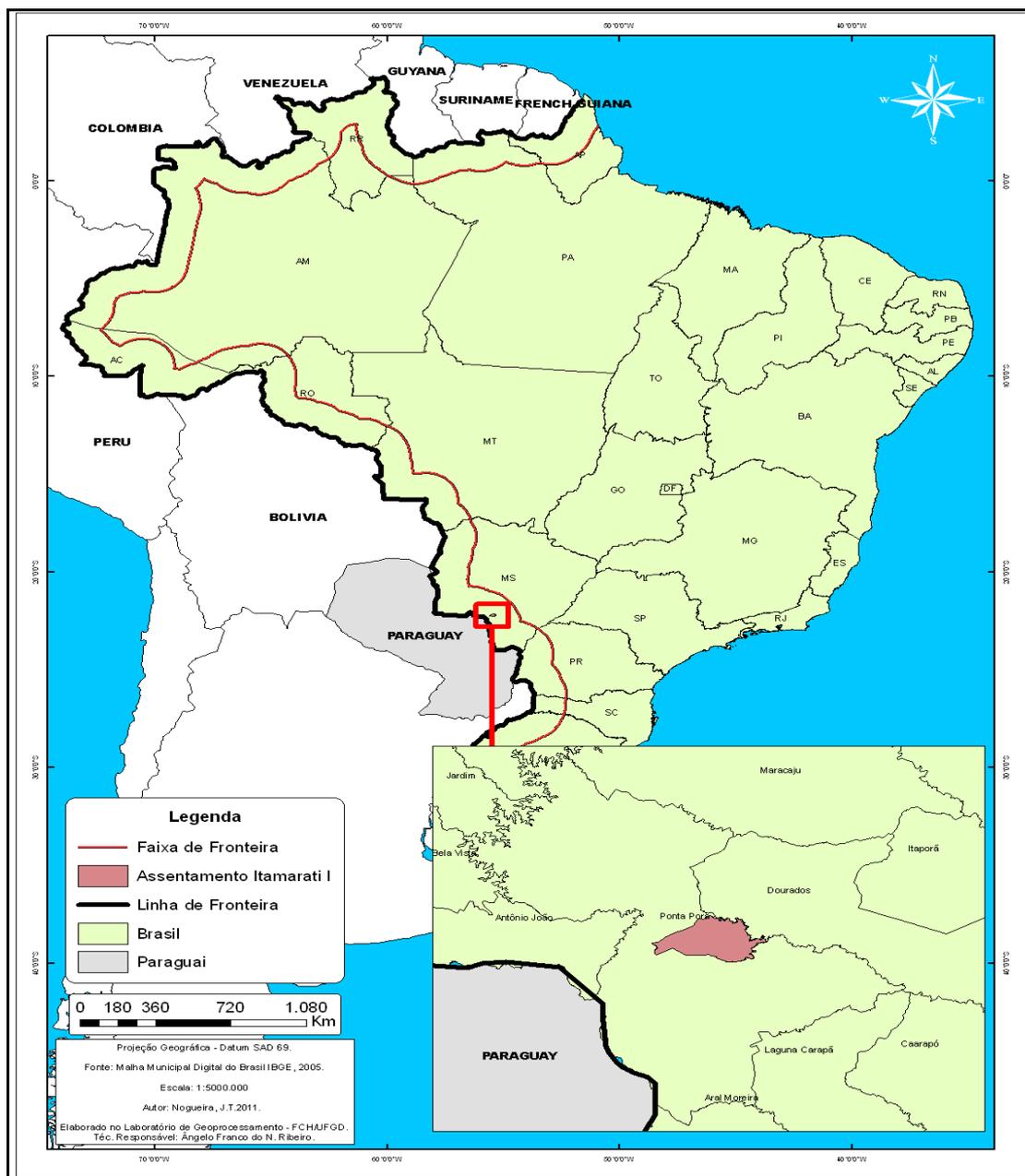
Nesse sentido, o estudo sobre fronteira é importante para compreendermos a territorialidade dos ex-brasiguaios assentados no assentamento Itamarati I, que faz fronteira com Pedro Juan Caballero, Departamento de Amambay - Paraguai.

Dessa forma, identificamos a territorialidade a partir das relações cotidianas do trabalho camponês, da relação com a vizinhança e com pessoas que vivem do outro lado da fronteira e do fluxo de comércio existente entre os dois países.

A fronteira internacional entre Brasil e Paraguai estende-se desde Foz do Iguaçu, no Paraná, até Corumbá, em Mato Grosso do Sul mas, o recorte territorial definido para análise foi o Assentamento Itamarati I, no Município de Ponta Porã - BR que faz fronteira com Pedro Juan Caballero - PY (Mapa 1).

Este artigo é fruto de alguns resultados de nossa dissertação de mestrado defendida em julho de 2011, pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, a pesquisa foi realizada no assentamento Itamarati I, ao qual ocupa uma área de 25.100 ha.

**Mapa 1 - Estado de Mato Grosso do Sul
Localização do Assentamento Itamarati I, no município de Ponta Porã**



O assentamento foi implantado em 2002, no Município Ponta Porã/MS, onde localiza-se a 45 km desta cidade e a 21km da faixa de fronteira (fronteira Brasil-Paraguai) possuindo os seguintes limites e confrontações: Rio Dourados (Norte); Fazenda Santa Virgínia, Córrego Tayhere e Córrego Santa Rita (Sul); Rio São João e Rio Dourados (Leste); e, Fazenda Santa Virgínia e Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (oeste).

A área do assentamento pertencia ao Grupo Itamarati, que nas décadas de 1970 e 1980 foi conhecido como o maior produtor de soja do Brasil. Contudo, o modelo adotado fracassou, possibilitando transformá-lo em um dos maiores assentamentos da “Reforma Agrária” do Brasil. A comunidade está organizada em

quatro movimentos socioterritoriais: CUT, FETAGRI, AMFFI e MST.

Para tratarmos dos ex-brasiguaios faremos um breve comentário a respeito de quem são os brasiguaios²⁰. De acordo com os estudos realizados, pesquisa de campo e levantamento bibliográfico compreendemos os brasiguaios sendo aquele contingente de camponeses que foram expropriados de suas terras, posses especialmente do sul do Brasil por consequência da chegada avassaladora da modernização da agricultura ao longo dos anos 1960/70/80, e mais adiante em meados dos anos 1980, com a construção da hidrelétrica Binacional de Itaipu. Com a consolidação das grandes propriedades do agronegócio no Paraguai e os problemas de ameaças principalmente aos pequenos camponeses e/ou trabalhadores volantes brasileiros que lá viviam, uma crise social se abateu sobre esses trabalhadores, que foram novamente expulsos do campo (FERRARI, 2008).

Nesse contexto de serem novamente expropriados, em 14 de junho de 1985, com a divulgação, no Brasil, do Plano Nacional de Reforma Agrária, mais de mil famílias brasileiras retornaram do Paraguai. Eles se identificavam como “brasiguaios” e organizaram um grande acampamento na praça principal da cidade de Mundo Novo/MS, reivindicando terras.

De acordo com Sprandel (1992), os brasiguaios seriam um grupo étnico definido a partir da auto-atribuição e da classificação pelos outros, cujas reivindicações, realizadas a partir de documentos e a necessidade de ter o permissão para participar dos acampamentos, criavam distinção em relação a outros movimentos que também lutavam pela terra no Brasil.

Porém nosso objeto de estudo se restringe aos ex-brasiguaios que se encontram engajados CUT, FETAGRI e MST.

Há vários motivos que nos fizeram refletir ao longo da pesquisa; logo, mesmo sendo camponeses, chamaremos aqui estes que viveram por décadas no Paraguai de “ex-brasiguaios”. Entre os nossos motivos, temos: migraram ao Paraguai sob o mesmo contexto de expulsão que se abateu aos camponeses da região Sul do Brasil: sofreram para se adaptar em solo estrangeiro; tiveram dificuldades para tirar o “permissão”; enfrentaram preconceitos referentes à sua cidadania por serem imigrantes pobres ou que adquiriram poucos hectares de terra; e, principalmente, porque retornaram ao Brasil em um contexto diferente daquele ocorrido em 1985 (construção da identidade brasiguaiia), que se diferencia por terem se engajado em movimentos sociais que lutam pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo que, em solo nacional brasileiro, o “estigma” ou identidade brasiguaiia deixou de ser uma distinção de classe; não usaram a identidade de brasiguaios para a conquista da terra no assentamento Itamarati I.O recurso por eles utilizado foi a bandeira de luta do movimento social em que estavam engajados. Naquele momento, brasiguaios, sem terras, trabalhadores rurais desempregados ou volantes passaram a usar apenas uma identidade em comum, os “sem-terra”.

Chamaremos esses camponeses de ex-brasiguaios porque, segundo relatos de vários entrevistados, ninguém²¹ (ou poucas pessoas) no assentamento os identificava assim e, também, porque eles gostam de ser tratados como brasileiros. Em nossa análise, deixaram de ser brasiguaios para serem assentados, pois essa foi uma construção do “outro”, ou seja, eram chamados assim em território Paraguaio. No Assentamento são apenas brasileiros comuns, mas levarão para sempre o estigma de sem-terras, pois, de acordo com um ex-brasiguaiio, o assentado será sempre chamado de sem-terra pela sociedade, independente de sua cor, origem ou raça.

²⁰ Para aprofundar o tema ver Wagner (1990), Sprandel (1992) e Nogueira (2011).

²¹ É importante salientar que este resultado se refere apenas aos camponeses pesquisados, de forma alguma estamos afirmando que esse termo “brasiguaiio” não possa ser utilizado para com alguns camponeses que viveram no Paraguai, pois devido as dimensões territoriais do assentamento Itamarati I não foi possível entrevistar todos os ex-brasiguaios.

2 – A complexidade da fronteira

No Assentamento Itamarati I, identificamos dois grupos de ex-brasiguaios, ou seja, há aqueles que foram assentados no Projeto de “Reforma Agrária”, e há também aqueles que compraram o lote. Nesse caso, verificamos que esses dois grupos trazem consigo a experiência com a terra devido anos de trabalho no campo. Mas aqueles que adquiriram o lote via compra tem maior diversificação na propriedade individual, e demonstram maior satisfação de estar na terra. Essa satisfação pode ser atribuída a maior disponibilidade de recursos próprios, pois venderam o que tinham no Paraguai para viver na terra, agora documentada, sem ameaças de ser invadida ou retomada por campesinos paraguaios.

É possível verificar as diferenças entre esses dois grupos de ex-brasiguaios em vários elementos como, por exemplo, no tamanho da casa, nas condições de uso e funcionamento das mesmas, dos aparelhos e eletrodomésticos nela existentes, na aquisição de automóveis e motocicletas, equipamentos e ferramentas de uso no campo etc, já que, com mais recursos, não precisam esperar a “boa vontade” do Governo para fazer as melhorias necessárias no lote. Há muitos casos em que os assentados preferem não acionar financiamentos para o cultivo da lavoura (no lote individual), pois dispõem de aquisição com dinheiro próprio alegando não gostar de fazer dívidas: “tem os PRONAF só que eu não quero pegar [...], nós planta é por conta própria mesmo” (Senhor Edgar, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

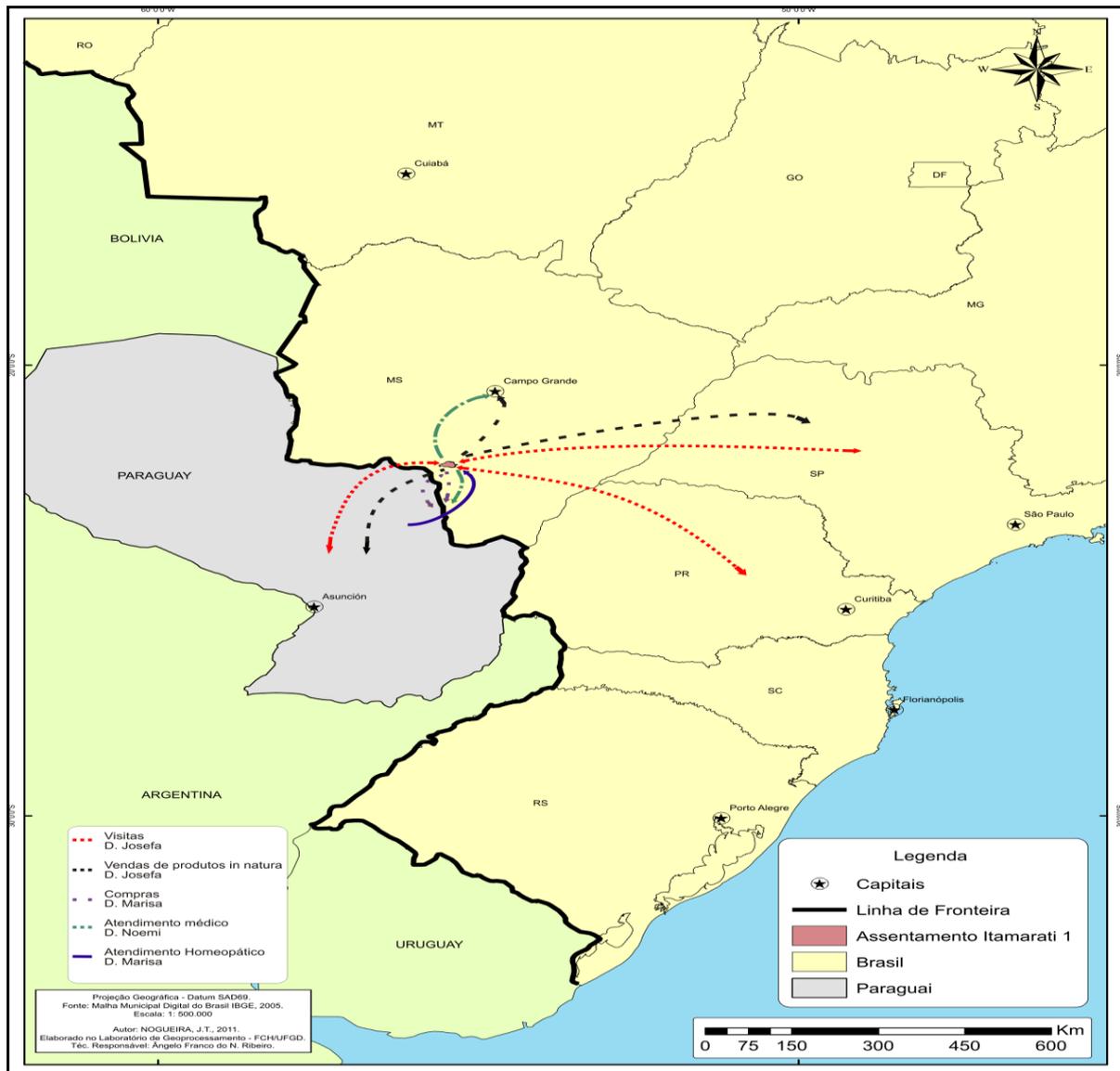
Enquanto o outro grupo apresenta menor poder aquisitivo, pois precisam esperar subsídios e financiamentos do governo para fazer as melhorias necessárias, há casos onde verificamos a obra incompleta das casas, falta de água encanada do sistema de abastecimento do assentamento e a presença de poços. Portanto, estando à mercê das iniciativas do Governo, mas os dois grupos têm algo em comum, ambos produzem a soja no lote coletivo.

Diante da distância e da facilidade de adquirir produtos como: eletroeletrônicos, confecção, calçados, perfumaria, DVDs e outros itens, a fronteira paraguaia também contribui para a aquisição de produtos proibidos no Brasil. É o caso do agrotóxico 2.4D, que pode ser encontrado e comercializado livremente no Paraguai. Desse modo, o uso desse perigoso agrotóxico é largamente empregado na lavoura de muitos agricultores da fronteira e possível de ser aplicado também no Assentamento Itamarati I, causando danos ao ambiente e às pessoas que lá residem.

Dessa forma, nem os marcos e linhas limítrofes, nem as barreiras alfandegárias são capazes de exterminar o comércio ilegal de produtos na fronteira, pois estamos falando de fronteiras que se movimentam através do fluxo de pessoas e produtos, que atraem centenas de compradores brasileiros e estrangeiros para o próprio uso ou para a revenda, pois apresentam preços mais baratos que os produtos nacionais, no caso da compra deste agrotóxico é utilizado para exterminar as “pragas” da soja, tal qual vem alimentando o sistema do agronegócio.

No mapa 2 demonstraremos cinco situações sociais em que é possível verificarmos aspectos da territorialidade desses homens e mulheres fronteiriços que vivem no Assentamento.

Mapa 2- Territorialidades na fronteira Brasil-Paraguai



Existe a mobilidade entre os limites da fronteira Brasil-Paraguai, onde ocorre a compra de muitos produtos paraguaios por esses brasileiros, devido ao atrativo financeiro que exerce em relação aos produtos nacionais brasileiros, oferecendo preço baixo. Assim relata Dona Josefa:

Pra comprar as coisas assim, é lá no Paraguai (risos), só que eu compro as coisa no Brasil também, o arroz no Paraguai ta mais caro que no Brasil. Presente eu compro no Paraguai (risos), que é mais barato, mas o arroz o óleo essas coisas assim é tudo no Brasil (Entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Assim também relata Dona Marisa:

Compramos em Ponta Porã e Pedro Juan porque é tudo mais barato (Dona Marisa, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

É possível verificar que no interior do assentamento também há um fluxo de comércio dos produtos produzidos pelos assentados, onde a vizinhança compra no próprio assentamento aquilo que não dispõem no momento. Mas essa comercialização também se dá fora dos limites do assentamento, podendo se estender as outras cidades do Estado de Mato Grosso do Sul como a capital Campo Grande, Ponta Porã, Coronel Sapucaia e também no Paraguai. Assim relata Dona Josefa: “Ah! Eu vendo os meus frangos, galinha, ovos, em Ponta Porã, em Coronel Sapucaia, quando eu vou (passear) eu levo também, e vendo tudo, até em Campo Grande” (entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

Essa comercialização é realizada constantemente por inúmeras famílias, no caso de Dona Josefa aproveita levar seus produtos quando se desloca a passeio, visitando as filhas e os amigos que moram nos dois lados da fronteira.

A assentada Dona Josefa costuma visitar os amigos que deixou em Coronel Sapucaia, uma das filhas que reside no núcleo urbano do Assentamento, duas em São Paulo, uma em Londrina e outra em Campo Grande.

Portanto, os vínculos de parentesco do Assentamento Itamarati I vão muito além da fronteira jurídica das Unidades de Federação. Existe um fluxo de convívio e de notícias constantes entre os assentados, familiares e amigos que residem também no Paraguai, podendo ser identificadas através de telefonemas, e redes rodoviárias, que ligam todas as regiões dos Estados brasileiros como também se ligam com o Paraguai. Para Sprandel (2004, p. 168), “podemos concluir, dessa forma, que a área objeto de interesse das famílias assentadas é imensamente maior que os limites do Projeto de Assentamento”.

É importante compreendemos que essas famílias mantêm laços muito fortes de parentesco e principalmente de amizade com o outro lado da fronteira, e que esta é de fato uma fronteira móvel, onde os de lá mantêm contato com os de cá através de telefonemas, cartas e recados levados pelos outros vizinhos, e também de visitação, de ambos os lados da fronteira. Ao perguntarmos se deixaram amigos no Paraguai Dona Noemi comenta emocionada:

Deixamos muitos amigos e vizinhos muito bons lá. Eles mandaram fotos pra nós. Nós não vamos lá nem eles vêm aqui nos visitar, só recado. A minha vizinha foi lá e eu mandei recado, e ela trouxe recado. Eu tenho saudades de lá, lá tem muita gente boa (Dona Noemi, entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2009).

Assim também se expressa Dona Marisa:

A amizade é grande lá, que a cada pouco eu vou lá, muita gente vem pra cá inclusive se tratar com homeopatia comigo, vem aqui porque me conhecem (Dona Marisa, entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2009).

Na fala de dona Marisa, percebemos que há um grande fluxo de brasiguaios que atravessam a fronteira paraguaia e vão até o assentamento em busca de tratamento para a família e também para as criações (em especial gado leiteiro) através da Homeopatia²² - uma medicina alternativa livre de produtos químicos,

²² Homeopatia é um termo criado por Christian Friedrich S Hahnemann (1755-1843) para designar uma terapia alternativa que se baseia no princípio "os semelhantes curam-se pelos semelhantes". O tratamento homeopático consiste em fornecer a um paciente sintomático doses extremamente pequenas dos agentes que produzem os mesmos sintomas em pessoas saudáveis, expostas a quantidades maiores. Desse modo, o sistema de cura natural da pessoa seria estimulado a estabelecer uma reação de restauração da saúde por suas próprias forças, de dentro para fora. O medicamento homeopático é preparado em um processo que consiste

elaborados a partir de substâncias extraídas da natureza, provenientes dos reinos mineral, vegetal ou animal buscando equilíbrio e saúde. Entretanto, a vizinhança também procura o atendimento de Dona Marisa.

Segundo Dona Noemi, a utilização de serviços na área da saúde pode ser encontrada no posto de saúde do assentamento, e se for algo mais grave ou específico utilizam-se dos atendimentos médicos em Ponta Porã ou Campo Grande. Mesmo tendo vivido muitos anos na fronteira paraguaia, esses camponeses buscavam atendimento no Brasil, que ofereciam mais recursos e confiança no atendimento da saúde pública, haja vista que, o Paraguai conta com saúde pública precária, e não dava conta de atender sua população, e muito menos imigrantes. Assim relata Dona Noemi:

Daí nós viemos pra cá porque lá não tem assistência pra saúde, é tudo pago [...], minhas crianças ficavam doente, tinha que pagar internação, consulta, tudo (Dona Noemi, entrevista concedida a Nogueira, dia 12/12/2009).

A fronteira ao mesmo tempo, que traz uma nova forma para o homem/mulher fronteiriços em conjunto com uma nova sociedade, proporciona suas novas adaptações. Essas adaptações acabam sendo necessárias para a territorialização desses homens e mulheres fronteiriços, como pode ser elucidada na fala da Dona Noemi, quando relata a utilização dos serviços oferecidos pelo sistema de saúde pública brasileira.

Segundo Mizusaki (2009) a possibilidade e, ao mesmo tempo, necessidade de mobilidade no espaço nos revela então essa dimensão territorial da mobilidade e que no caso do campesinato, verifica-se na autonomia relativa desses sujeitos sociais. Com base nas discussões apontadas pela autora nessa obra, buscamos evidenciar também alguns aspectos dessas territorialidades na fronteira Brasil-Paraguai.

Essa pesquisa nos aponta que os laços de parentesco, amizade e vizinhança são muito importantes para os camponeses. Verificamos assim que nessa territorialidade, os camponeses, “caracterizando-se como sujeitos sociais, e inseridos numa realidade social em movimento contínuo, transformam-se e, às vezes, articulam-se a essas mudanças” [...] (MIZUSAKI 2009, p. 277).

As entrevistas nos revelam que esses fortes laços eram e ainda são realizados dentro das colônias brasileiras existentes no país estrangeiro, apenas entre brasileiros, quase nunca entre brasileiros e paraguaios.

Então, podemos dizer que os brasiguaios construíram um “território dentro do território nacional” do Paraguai, de modo que o intercâmbio e relações pessoais entre essas duas nações se davam de maneira superficial. É muito comum ouvir dos ex-brasiguaios que os paraguaios são um povo “diferente”, “desconfiado”, e não relataram nenhuma amizade entre brasileiros e paraguaios, também não havendo casamento entre as duas nações. Houve caso em que uma entrevistada se mostrou totalmente contra um possível casamento entre seus filhos e paraguaios.

As colônias onde esses ex-brasiguaios moravam eram predominantemente de brasileiros, de forma que falavam livremente o português, mas nas escolas os filhos tinham que aprender o espanhol, castelhano ou o guarani – idiomas oficiais do país. Porém para as crianças não era tão difícil compreender e aprender o espanhol e o castelhano, pois, a escola paraguaia lhes proporcionava esses três idiomas. Já seus pais pouco falavam em espanhol, de forma que os filhos carregavam o sotaque, pois aprendiam o espanhol e o castelhano na escola, mas em casa todos conversavam em português.

Diante de tais fatos, podemos verificar que durante todos esses anos (vinte ou

em diluição sucessiva da substância,"dinamização" ou "potencialização".
www.homeopantias.com – acesso em 10/01/2011.

trinta anos), brasileiros e paraguaios não conseguiram estreitar laços de amizades.

Observamos na fala dos entrevistados que há certa “rivalidade” entre esses dois povos que dividiam o mesmo território, reafirmada pela força coerciva das autoridades políticas e policiais paraguaias, descrita na fala do Senhor Orivaldo:

Olha o mais difícil [...] o problema lá como é que eu vou te dizer, é a falta de apoio por parte das autoridades [...] digamos, pelo lado do preconceito, porque se você fizer alguma coisa de errado, ou certo que seja, para uma pessoa paraguaia, sem exagero, tem bem menos direito que o paraguaio mesmo (entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2009).

Neste caso os brasiguaios que viviam no Paraguai estavam sempre “alertas” em relação ao povo paraguaio, pois tinham conhecimento de que aquela terra que os recebeu para construir suas vidas eram habitadas também por pessoas que tinham modos de vida diferente dos seus, e neste caso preferiam manter uma “certa distância” ou procurar não se envolver em conflitos com eles, já que o relato de inúmeras famílias confirmava o abuso de poder das autoridades paraguaias em relação ao comportamento dos brasiguaios que lá habitavam e ainda hoje habitam.

A partir de então, o assentamento Itamarati I se configurou como uma alternativa de continuar morando na terra, livre de ameaças, ou mesmo livre do medo de serem coagidos pela população ou autoridades paraguaias. Sentiam-se amedrontados na época em que moravam no Paraguai. Atualmente se sentem cidadãos livres para cruzar a fronteira, vender seus produtos e rever parentes e amigos que continuam vivendo no país vizinho. Nesta análise compreendemos que passaram de um povo sem pátria (quando viviam no Paraguai) a um povo repatriado e reconhecido como cidadãos comuns que têm direitos a deveres a cumprir em sua terra natal.

A vida no assentamento lhes proporcionou, além de sua terra de trabalho, a liberdade de expressar suas territorialidades, seja nos costumes, na crença, na cultura e etc. A identidade regional com o território fronteiro dessa população estudada se dá de uma forma muito natural, ou seja estes se percebem como seres fronteiriços e afirmam gostar de viver na fronteira, pois do lado de cá a vida passou a ter certas facilidades que não tinham antes, como a utilização de serviços públicos na educação para os filhos, aquisição de benefícios do Governo Federal (bolsa escola, bolsa família, auxílio doença, salário maternidade, aposentadorias, etc), e serviços de saúde.

No caso da educação, relatam que para seus filhos estudarem no Paraguai era necessário comprar tudo desde o material escolar individual até o fornecimento de giz apagador e outros instrumentos de trabalho dos professores, pois o governo paraguaio não fornecia nem o mínimo de condições para o trabalho destes profissionais. Já no assentamento afirmam ter uma educação de boa qualidade, além do governo fornecer transporte e a merenda escolar.

Ao analisarmos esses fronteiriços que ora moravam na fronteira Paraguaia e agora residem do lado brasileiro, verificamos que deslocam-se sobre os limites territoriais das nações. “E nesse sentido podemos pensar a fronteira a partir de complexas relações culturais e de poder em um mundo constituído por relações assimétricas e em permanentes deslocamentos de pessoas, mercadorias e símbolos” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 48).

Albuquerque (2010) faz referência às fronteiras como espaços culturais híbridos, a fim de ampliar o entendimento das experiências dos brasiguaios, quanto aos deslocamentos de pessoas, de diferenças étnicas, de gênero, de nacionalidade e de civilização, a cerca da dinâmica das fronteiras brasiguaias.

Na compreensão da fronteira Brasil–Paraguai, buscamos compreendê-las enquanto fronteira viva, do deslocamento de pessoas e mercadorias, das estratégias de cidadania e das identidades negociadas de acordo com as necessidades existentes

no momento e ainda da ambigüidade vivida nesta fronteira.

Ao analisarmos os relatos das famílias pesquisadas, verificamos que, realmente se tratam de seres que sofreram dupla expulsão, sendo uma nacional (expulsão do Brasil) e outra internacional (expulsão do Paraguai), e que tiveram de se adaptar em território estrangeiro, no tocante aos costumes, a cultura, a música, a culinária, a dança, a língua, as leis, etc.

Muitos desses entrevistados nos revelaram essa ambigüidade vivida na fronteira, ao nos informar que os filhos nasceram no Brasil ou mesmo no Paraguai, mas que apresentam dupla nacionalidade, nos revelando que esses documentos que comprovam a cidadania dos filhos ora é paraguaia ora brasileira, dependendo do momento oportuno em que se encontram, ou seja, ele é brasileiro para ter benefícios no Brasil (saúde, educação, bolsa escola, etc.), mas também é paraguaio para não lhe ser negado os direitos que eles têm principalmente ao acesso e permanência na escola, configurando o que Albuquerque (2010) chama de identidade negociada.

Assim fica expresso na fala de Dona Marisa:

Os filhos têm dupla cidadania, é ilegal mais [...]. Eu não queria que os meus filhos fossem paraguaios, queria que fossem brasileiros, daí eu não aceitava [...], muitos registravam assim, daí eu fiz assim também. Era melhor os filhos serem registrados no Paraguai, porque na escola eles tinham os mesmos direitos dos paraguaios. Saúde pública era difícil na nossa região não tem, daí nós vinha para o Brasil nós não tinha confiança lá (Entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2009).

Dona Marisa e a maioria dos entrevistados vivem uma espécie de conflito ou ambigüidade quanto à pátria em que moravam (Paraguai) ao mesmo tempo em que elogiam o local, a fertilidade do solo, o clima semelhante ao de sua região de origem, a facilidade de compreensão da língua espanhola e a receptividade do povo paraguaio. Sentiam-se como se estivessem no Brasil, mas ao mesmo tempo revelavam o desejo de ver o nascimento dos filhos no Brasil, de falar que os paraguaios são um povo totalmente diferentes, que foram bem recebidos, mas que não tinham muitas amizades com eles e quando tinham procuravam manter distância.

A proximidade geográfica das cidades fronteiriças - Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, “propicia cotidianamente o compartilhamento do território e, conseqüentemente, de toda uma produção humana, o que torna pública toda construção cultural dos fronteiriços”. (PEREIRA, 2002, p. 89). Segundo a autora, os dois lados participam das criações, onde estas constroem um sentimento de pertencimento ao lugar, e quando estas criações deixam de pertencer a um ou a outro país passam a pertencer aos fronteiriços.

Identificamos esse sentimento de pertencimento ao lugar expresso nas falas dos entrevistados, quando perguntamos como foi morar num país estrangeiro, se referiam ao Paraguai como sendo uma “extensão” do Brasil:

Pra mim foi como se eu tivesse morando no Brasil, eu dou muito valor pro Paraguai, assim, parece que eu nunca morei no Paraguai (risos) [...]. Quando eu vou pro Paraná na casa da minha mãe eu falo que vou pro Brasil, é que lá no Paraguai só tinha brasileiro e é terra roxa igual aqui (Dona Marisa, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2009).

Esse sentimento de pertencimento às vezes não é muito claro para os assentados, pois verificamos na fala de Dona Marisa que ela não se sentia morando no Paraguai porque estavam sempre rodeados de brasileiros na colônia, e no assentamento ao se referir às visitas à seus familiares no Paraná, dizia que estava indo pro Brasil. Então, podemos entender que esta fronteira ora era extensão do Brasil ora extensão do Paraguai, são as ambigüidades do fronteiro expressos nas relações

cotidianas.

Dona Josefa conclui, relatando o sentimento quanto a viver no Paraguai e o momento de retornar ao Brasil: “Eu falei assim²³: não vendi nada (no Paraguai), se eu não gostar eu volto pra traz, largo tudo isso aí. Só que eu gostei sabe” (Entrevista concedida à Nogueira dia 11/12/2010).

É possível verificarmos que essa identidade que foi construída em meados da década de 1980, em torno dos brasiguaios, no assentamento não é incorporada por todos. Ao perguntarmos a eles como se autodenominam, a maioria se autodenomina como brasileiros, colonos ou assentados. Se identificam melhor com o movimento ao qual se encontram engajados. Neste caso justificam que eram assim denominados pelos paraguaios, e também no acampamento, mas no assentamento são tratados como assentados: “Nós era chamado de brasiguaião no acampamento, mas era todo mundo a mesma coisa, todo mundo lutando pela mesma coisa (terra)” (Senhor Miguel, entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2010).

Quando perguntamos se no acampamento usaram a identidade brasiguaiã para conquistar a terra, todos os entrevistados disseram que usaram o nome do movimento ao qual estavam engajados²⁴, no caso do Senhor Miguel: “só da FETAGRI, acho que isso não importa, brasileiro é brasileiro, só morou no Paraguai” (Entrevista concedida à Nogueira dia 04/03/2010).

Para esses assentados, a identidade brasiguaiã era muito comum no Paraguai, onde os paraguaios os chamavam assim. Neste caso a expressão e a própria identidade brasiguaiã são oportunas aos seus, dependendo de que lado da fronteira em que se encontram (FERRARI, 2008).

É importante compreender que esses ex-brasiguaios ao se autodenominarem ou denominarem os filhos invocam sua nacionalidade brasileira, mesmo os filhos tendo nacionalidade paraguaiã ou em muitos casos dupla nacionalidade, “esta acaba tendo uma função operacional, marcando a diferença entre o eu e os outros” (PEREIRA, 2002, p. 155). Dessa forma, reforçam o pensamento de pertencimento ao Brasil.

Para Pereira (2002 p. 92-93) “[...] ao escolherem a fronteira para residir, vivenciam as complexidades da relação fronteiriça, o que por sua vez influi nos processos sociais de pertença, inserção e identificação dos sujeitos.” Dessa forma, a escolha desses ex-brasiguaios residirem mais uma vez na fronteira, dessa vez do lado brasileiro, reforça esse pensamento da autora acima, identificando uma escolha de viver no assentamento que vai muito além do simples fato de reprodução camponesa, mas de pertencimento a essa fronteira que lhes ofereceu a chance de reconstruírem suas vidas, onde partilham os costumes da cultura de origem, e convivem com os costumes construídos na fronteira.

No assentamento há uma diversidade de movimentos socioterritoriais, e acaba também ocorrendo a mistura de muitas culturas que pensam agem e trabalham diferente, a esse assunto nos esclarece Ir. Olga:

Olha, eu falo como educadora popular, trabalho com o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), de encontrar um jeito na organização da comunidade, e eu vejo as diferenças na hora de trabalhar o lote, nas comunidades a gente percebe as diferenças (Ir. Olga, entrevista concedida a Nogueira no dia 28/06/2009).

²³ Dona Josefa ficou acampada no assentamento contra a vontade das filhas.

²⁴ É importante esclarecer que esses dados respondem aos questionários aplicados apenas aos entrevistados, de forma alguma afirmamos que nenhum grupo possa ter usado a identidade brasiguaiã para a conquista da terra, devido à extensão territorial do assentamento não foi possível entrevistar todas as famílias “ex-brasiguaias”, e nem era o objetivo da pesquisa, mas sim compreender o movimento de desterritorialização-reterritorialização destes no assentamento.

Nesse aspecto, a fronteira também pode ser vista sob aspectos culturais, sendo determinadas através das culturas diferenciadas, ao qual verificamos que essas famílias ex-brasiguaias trazem consigo costumes próprios de sua nacionalidade sulista como, por exemplo, sotaques, dialetos e o costume de tomar chimarrão tanto pela manhã, como pela tarde, independente da temperatura climática, mas que através da convivência no país vizinho aprenderam a fazer uso do tererê; ouvir e gostar da música paraguaia como a polca paraguaia e a guarânia; a culinária especialmente comer a chipa e a sopa paraguaia.

Contudo, os paraguaios também adquiriram inúmeros costumes dos brasileiros, expresso principalmente na culinária o hábito de comer churrasco, feijoada, etc.

Um ponto em comum entre as duas nacionalidades é a forte religiosidade quanto ao catolicismo, onde é possível ver no assentamento uma festa anual em comemoração a Padroeira do Paraguai – Nossa Senhora de Caacupé, realizada por uma família ex-brasiguai que procura ao longo dos anos dar continuidade a esta tradição tipicamente paraguaia.

Verificamos que esses sujeitos ex-brasiguaios territorializados no assentamento Itamarati I, vivem um misto de ambigüidades/hibridismo, visto que ao longo dos anos vivendo na fronteira lhes propiciou a mistura de costumes, línguas, relação de pertencimento com o lugar, manifestada no hibridismo cultural particular ao fronteiro.

Ao fazermos nosso estudo na fronteira percebemos que nela criou-se o estigma da bandidagem, e da impunidade, e a fronteira estudada não é diferente, há inúmeros relatos principalmente da mídia em torno de se explorar esse assunto, onde o comércio ilegal de mercadorias, de armas e narcóticos são sempre noticiados, criando um rótulo a fronteira Brasil Paraguai.

A criminalidade na fronteira entre o Brasil e o Paraguai é relatada desde meados do século XX, as mensagens oficiais dos governos de Mato Grosso já tratavam da violência nas localidades que fazem fronteira com o Paraguai ao qual atribuíam os crimes aos paraguaios (SPRANDEL, 1992).

As informações sobre a fronteira Brasil-Paraguai produzem generalizações e reforçam estigmas. As representações não significam ilusões ou mentiras construídas sobre uma realidade social verdadeira e concreta. Elas são parte da realidade social, são produções simbólicas repletas de significados. Essas imagens estão associadas ao fenômeno da generalização e cristalização da pior ou da melhor parte de uma determinada configuração social (ELIAS apud ALBUQUERQUE, 2010, p. 42).

Albuquerque (2010) atribui em grande parte à mídia como responsável pela acentuação desse rótulo depreciativo que se construiu a respeito desta fronteira. As regiões de fronteira são espaços territoriais e sociais muito sensíveis e de difícil controle, pois esta é geralmente zona em que as forças repressoras e fiscalizadoras do Estado têm dificuldades de exercer o monopólio das armas e das leis. “Essa falta de controle dos espaços fronteiriços favorece a construção da imagem da fronteira como terra de ninguém” (ALBUQUERQUE, 2010, p.38).

O jornalista Carlos Wagner publicou um livro em 2003, onde denomina de país-bandido a fronteira que inicia em Ponta Porã-MS passa por Itapiranga-SC até Bernardo Irigoyen Misiones-Argentina, relatando as principais atividades econômicas do que denomina de “País-bandido”. Retratando o contrabando, roubos de carros, motocicletas e eletroeletrônicos, a pirataria, o plantio e tráfico da maconha, o tráfico de armas, contrabando de cigarros e etc. Onde neste “país” quem comanda são os bandidos através de ameaças armadas com muita violência.

[...] a fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero é conhecida como a

fronteira mais violenta do território brasileiro; nela ocorrem as maiores apreensões de contrabando, o narcotráfico e a prática de outros crimes, logo, um contexto que marginaliza indistintamente seus habitantes, originando um estigma ou identidade deteriorada no sujeito que se identifica como fronteiriço (GOFFMAN apud PEREIRA, 2002, p. 61).

Para Pereira (2002, p. 83), o estereótipo associado ao povo paraguaio reforça sentimentos e relações ambíguas entre brasileiros e paraguaios, e nesse sentido vêem o Paraguai como sendo um “país onde o contrabando e o narcotráfico, ou seja, a contravenção é instituída com o beneplácito governamental, contando mesmo com salvaguarda das forças armadas”. Ou seja, o Paraguai é visto ainda pelos brasileiros como um país sem leis, dominado pela corrupção em todas as esferas, principalmente das autoridades políticas e policiais.

Os problemas relacionados à violência causada pelo uso e tráfico de drogas, assaltos, roubos, comercialização de produtos falsificados e contrabandeados são vistos por grande parte da população que vive nesta fronteira como normais.

Os ex-brasiguaios vêem o assentamento que se encontra em área de fronteira como sendo um local pacífico, bom para viver e criar os filhos. Afirmam que os jornais e revistas aumentam os fatos ocorridos. Dizem que antes de se mudarem para o assentamento esse era inclusive um medo que os afligiam, pois os amigos lhes aconselhavam a não se mudarem para a fronteira, que este era um local violento. Entretanto, com o passar do tempo viram que não era essa a realidade do assentamento que se localiza nesta área fronteiriça.

O Senhor Genivaldo morava em Santa Rita, Departamento de Ciudad del Este, quando perguntamos como é viver em área fronteiriça ele nos afirma: “aqui é melhor que lá (Ciudad del Este). Ponta Porã é famosa no Brasil todo por causa das drogas, mas essa questão é muito tranquila aqui” (Entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

Dessa forma, a população assentada se mostra muito tranquila quanto a morar nesta zona de fronteira, demonstrando que a fronteira pode ser estigmatizada a partir da construção e representações que lhes são atribuídas.

Ao fazermos este estudo a respeito das fronteiras, compreendemos também que não é necessário estar em área de fronteira internacional para se constituir uma fronteira. Podemos construir fronteiras quando estabelecemos diferenças entre outros povos, outros costumes, outras etnias, entre aqueles que são diferentes, onde os grupos sociais segregam para si o “nós” como pertencentes a este, e o “outro” para grupos diferentes. Então não é necessário ultrapassar as barreiras alfandegárias ou internacionais para se criar ou ter uma fronteira, de modo que cada grupo segrega para si suas fronteiras, sendo: étnicas, culturais, sociais, religiosas, etc.

Quando entrevistamos os ex-brasiguaios que hoje vivem no assentamento Itamarati I, tentamos compreender as fronteiras existentes entre esses dois povos - ex-brasiguaios e paraguaios. Muitos relatos denotam a “etnia” como principal elemento construtor dessa fronteira. “A nossa maior dificuldade é por causa da raça, nós é da nação brasileira. Essa foi a nossa maior dificuldade. A gente tinha feito documento do imigrante e não conseguimos receber até hoje, então era uma discriminação” (Sr. Genivaldo, entrevista concedida à Nogueira, 30/04/2009).

Sprandel (1992) define que a construção da identidade brasiguiaia surgiu entre os próprios brasileiros residentes no Paraguai a partir de relatórios pastorais da igreja católica para diferenciar essa população que estava sendo expulsa da terra, dos demais brasileiros que viviam no Paraguai ou no Brasil, a fim de serem reconhecidos como cidadãos brasileiros para requererem o direito à posse da terra. Neste caso compreendemos a identidade brasiguiaia como tendo sido construída a partir da diferenciação do “outro”, mas, sobretudo, a partir da diferenciação de classe.

Dessa forma podemos pensar a fronteira como espaço de diferenças

existentes entre povos de diferentes culturas, mas que podem viver na mesma pátria, ou seja, há fronteiras também entre brasileiros sulistas – vistos como “trabalhadores” e nordestinos vistos como “não aptos” ao trabalho.

Na fala do senhor Genivaldo, natural do Estado de Minas Gerais (mas se autodenomina nortista) percebemos que há certa “negação” de sua naturalidade, talvez incorporada pelo estigma que se criou em torno dos nordestinos (entende-se aqui que os nordestinos podem ser todos os imigrantes das regiões norte e nordeste do Brasil, que “não são aptos” ao trabalho no campo, termo depreciativo comumente usado pelo senso comum). O Sr. Genivaldo nasceu no Estado de Minas Gerais, mas foi criado no Paraguai em meio à colônia brasileira com descendentes diretos de europeus. Assim expressa o Senhor Genivaldo:

A gente vê na região do Paraguai uma das grandes vantagens que a gente viu foi a parte das cooperativas dos brasileiros, eles se organizam e trabalham bem. Na verdade, o povo que vive lá hoje é de colônia alemã, italiana, eles tem um outro costume, diferente dos nortistas. Eles falam europeu né! Eles têm uma outra organização. Eu me criei no meio e acho legal, eu sou do norte, e o norte tem outro sistema né, do camponês (Entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

Nessa construção, a auto-imagem que vemos no depoimento desse ex-brasiguai é carregado de estigma e negação de seu “Eu”. Ao analisarmos sua fala compreendemos que não é apenas os sulistas que depreciam os “modos de ser” do nordestinos/nortistas. Eles próprios vêm na imagem do “outro” (no caso dos imigrantes sulistas) como sendo um exemplo a ser copiado e seguido para ter “sucesso na vida”. Não percebem que o seu discurso está repleto de preconceitos e negação de si e de suas origens.

O que podemos pensar é que o “espírito pioneiro e desbravador” desses descendentes de europeus se construíram desde a chegada desses imigrantes quando da colonização européia. Com a abolição da escravidão foram atraídos para o Brasil milhares de europeus expulsos de suas terras. Nesse contexto tem-se início a construção de um ideário em torno dessa população como sendo “aptos” ao trabalho rural, já que os nativos não se sujeitavam ao trabalho, e posteriormente com a abolição da escravidão, os negros foram “libertos”. Neste caso não serviam para o trabalho. Para Albuquerque (2010, p. 164): “A condição de imigrante em um país estrangeiro impulsiona o camponês europeu a superar os limites da agricultura de subsistência e a desejar uma ascensão social por meio do trabalho”. E ainda,

Diante das representações negativas sobre a capacidade de trabalho dos nativos, o Estado brasileiro desenvolveu uma política direcionada para a atração de imigrantes europeus. Os motivos principais dessa política oficial eram a necessidade do branqueamento da raça, a substituição da mão de obra escrava nos cafezais, o povoamento de áreas pouco habitadas nas regiões próximas às fronteiras e o desenvolvimento de uma moral de trabalho. Os europeus, principalmente italianos, alemães, portugueses, espanhóis, etc, chegavam ao Brasil imbuído dessa missão civilizadora de desenvolver o país, já que no discurso da elite, o negro, o índio e o mestiço não se adaptavam à nova mentalidade capitalista (SEYFERT apud ALBUQUERQUE, 2010 p.167).

Era e ainda é muito comum ouvirmos falar que o sulista (especialmente o gaúcho) é “desbravador” “trabalhador” e não tem “preguiça” de enfrentar o trabalho pesado. Com passar dos anos o rótulo que se criou em torno dessa população continua presente, pois muitos anos após sua chegada no Brasil seus descendentes continuam “honrando” os pioneiros.

Podemos compreender esse “rótulo” na fala do senhor Genivaldo quando relata ter sido criado no meio de colônias européias, mesmo sendo do Estado de Minas Gerais – Região Sudeste, acha interessante: “Eu me criei no meio e acho legal, eu sou do norte²⁵, e o norte tem outro sistema né, do camponês”. Em sua fala percebemos a admiração que tem em relação aos descendentes de europeus. Afirma que estes conseguem se organizar em cooperativas, e que elas possibilitam vantagens aos agricultores, mas os demais povos especialmente os assentados do assentamento Itamarati I não conseguem trabalhar em conjunto por falta de organização.

É importante salientar que, a região Sul do Brasil traz consigo longos anos de experiências com associações e cooperativas, e para se chegar onde estão levou tempo para essa construção, então não podemos nos prender ao senso comum para dizer que a região Sul (e Sudeste) é mais desenvolvida e organizada somente por causa da existência de um povo “trabalhador” descendentes de europeus.

No contexto específico entre brasileiros e paraguaios, a autoimagem dos imigrantes como “trabalhadores” em oposição à representação dos paraguaios como “preguiçosos” começou a ser construída desde o período que intensificou a frente de expansão capitalista no Leste do Paraguai na década de 1970. Galeano (1988) esteve na região naquele contexto e relatou que os brasileiros já se apresentavam como “trabalhadores”, enquanto os camponeses paraguaios eram vistos como “haraganes” (preguiçosos), só cultivavam 365 pés de mandioca por ano (ALBUQUERQUE, 2010, p. 176).

Um fator que podemos analisar a partir dessa diferenciação de “trabalhadores” (imigrantes brasileiros) e “preguiçosos” (paraguaios), pode se reafirmar no fato de que, há um grupo consolidado e respeitado que vive no Paraguai, - os proprietários de grandes fazendas, que se autodenominam como sendo os responsáveis pelo desenvolvimento e a riqueza produzida a partir do seu “empreendedorismo”, segundo os mesmos, sem eles essa região fronteira estaria “vazia” e “pobre”.

Pereira (2002), afirma que, o imaginário dos fronteiriços revela o ressentimento e magoa dos paraguaios em relação aos brasileiros, a partir de alguns fatores: a rivalidade entre os índios, brasileiros (guaicurus) e os paraguaios (guarani); a influência da colonização espanhola; o sentimento dos paraguaios pelos brasileiros mesmo antes da guerra do Paraguai, acirrando após o término da mesma; e a tentativa de estabelecimento de uma espécie de imperialismo brasileiro sobre os demais países latino-americanos. Assim, “do mesmo modo, há no imaginário do fronteiriço brasileiro uma certa aversão às práticas do povo vizinho, seja no trabalho, seja nas relações sociais” (PEREIRA, 2002, p. 78). Para a autora, o preconceito se revela no imaginário do fronteiriço, e essa idéia que se constrói sobre o outro é a “própria negação do outro tal como ele é”.

Verificamos esse preconceito arraigado na fala da Dona Noemi:

Nessa época lá (quando migraram ao Paraguai) já tinha muitos brasileiros, tinha e tem, quanto mais o tempo passa mais entra brasileiro, agora por último que não, por causa que os paraguaios tão querendo tomar as terras dos brasileiros. Eles começaram a perseguir muito os brasileiros porque eles (paraguaios) não trabalham muito e querem ter as coisas e não tem e querem tomar (Dona Noemi, entrevista concedida à Nogueira dia 30/04/2009).

É interessante analisar que a depreciação dos paraguaios pelos brasileiros não é a única forma de expressar esses sentimentos de “superioridade”. Verificamos que o silêncio ou risos também é uma maneira de negação do “outro”.

²⁵ No imaginário do Senhor Genivaldo o Estado de Minas Gerais pertence à região Norte do Brasil.

Em alguns casos, é comum ouvir que brasileiros e paraguaios se dão bem, porém sem muita amizade “[...] a gente se dá bem com eles assim [...], mas olhavam a gente meio desconfiado, não te odeio, mas também não te quero (risos) muita amizade a gente não tinha” (Sr. Norberto, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2010).

De acordo com Goettert (2008, p.10) nesta fronteira é o comércio de exportação que une brasileiros e paraguaios. Fora dessa esfera, que se dá na comercialização de produtos importados, são poucas ou nenhuma relação que se estabelece entre esses dois povos fronteiriços. “Se os brasileiros são os principais consumidores, os paraguaios são os principais vendedores: é no contato no mercado que a principal relação se dá entre o lado de cá e o lado de lá. Pouco ou nada além disso.”.

No entanto, não devemos generalizar essas diferenças e sentimentos pejorativos que existem na fronteira, pois também é possível verificar pontos positivos elencados nas falas dos nossos entrevistados. Quando perguntamos como foram recebidos pelos paraguaios quando migraram para lá: “Bem, os paraguaios são gente muito boa”. (Sr. Miguel, entrevista concedida à Nogueira dia 12/12/2009).

Existem muitos paraguaios que moram no assentamento Itamarati I, que vivem do lado de cá de fronteira e participam da vida e dos costumes brasileiros, onde paraguaios e brasileiros comungam dos mesmos direitos, ou seja, esses paraguaios em sua maioria nasceram em solo guarani, mas são registrados no Brasil, como forma de garantir os direitos e benefícios a seus filhos como: educação e saúde pública gratuitos, bolsa escola, bolsa família, etc, já que no Paraguai não há esse tipo de benefícios.

Quando perguntamos o que acham de positivo no Paraguai e aqui no Brasil o Senhor Genivaldo nos responde categoricamente assim como todos os entrevistados, que são os benefícios recebidos do governo brasileiro, onde no Paraguai não tem, ou é precário (no caso da educação):

Aqui tem estudo gratuito, apesar do governo nos partidos ter brigas, é um merecimento que dão pra nós brasileiros, brasiguaios e pro paraguaios também. Os paraguaios aqui falam o guarani puro. Aqui tem muita gente paraguaia, uns 15%. Aqui é da fronteira né!

Na fala do senhor Genivaldo percebemos que esse estigma que se criou em torno de brasiguaios e demais imigrantes brasileiros e paraguaios no assentamento é mais ameno. Já esses ex-brasiguaios quando moravam no Paraguai construíram o que já chamamos anteriormente de “território brasileiro dentro do território paraguaio”, pois eram grandes colônias formadas em sua maioria por brasileiro,s os chamados “brasiguaios”, ao qual em algumas localidades puderam impor seus costumes, e até mesmo a moeda brasileira.

Portanto, diversas foram as formas que o homem fronteiriço passou para organizar a sua fronteira, cultural, social ou econômica, a partir de um grupo heterogêneo no que diz respeito aos fatores culturais e sociais, já que nesta área fronteiriça do assentamento Itamarati I existem povos de várias regiões do Estado de Mato grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, região Norte e Nordeste do país, e também Paraguaios.

3 – Considerações finais

Ao nos propormos a estudar a territorialidade na fronteira, fizemos um recorte espacial, tomando como estudo de caso os ex-brasiguaios do assentamento Itamarati I.

A pesquisa nos mostrou que existem dois grupos de ex-brasiguaios no assentamento. O primeiro é composto por famílias que passaram pelo processo de

acampamento e, posteriormente, foram assentadas em seus respectivos lotes. O outro grupo é formado por famílias que vieram alguns anos após a criação do assentamento e compraram (o direito do) lote com recursos da venda dos bens que conseguiram adquirir ao longo dos anos de luta e trabalho no Paraguai.

É possível verificar que aqueles que passaram pelo processo de assentamento acionam financiamentos como forma de aquisição de recursos para a construção e ampliação das casas bem como para a aquisição de sementes e insumos agrícolas, ou seja, estão à mercê dos órgãos fundiários e financeiros para permanecer no lote, haja vista que, a demora para a liberação dos mesmos acarreta perdas na lavoura.

Mas, aqueles ex-brasiguaios que compraram o direito dos lotes modificaram o perfil dos mesmos, aumentando e melhorando as casas, construindo mangueirões, chiqueiros, galinheiros, hortas, pomares e fazendo produzir alimentos para o sustento da família, podendo, ainda, vender uma parte dos produtos, pois nunca conseguem consumir tudo, sendo capazes de oferecê-los aos vizinhos e parentes que moram em outras localidades, inclusive no Paraguai.

Entretanto, nesses dois casos, além de haver uma realização pessoal por estarem assentados nessa área, há uma efetiva satisfação de viver em terra própria e poder manifestar seus desejos quanto a cuidar daquilo que agora é seu e de sua família, sem se preocupar com as autoridades paraguaias ou com a ocupação campezina em seus lotes pois, aqui, não se sentem estrangeiros, nem “brasiguaios”, são apenas assentados assim como todos os outros, dos diversos movimentos socioterritoriais, podemos dizer que são ex-brasiguaios.

Verificamos que esses sujeitos ex-brasiguaios territorializados no assentamento Itamarati I, vivem um misto de ambigüidades/hibridismo, visto que ao longo dos anos vivendo na fronteira lhes propiciou a mistura de costumes, línguas, relação de pertencimento com o lugar, manifestada no hibridismo cultural particular ao fronteiro.

Podemos concluir que, há a presença da territorialidade do campesinato nessa fronteira, expressa na escolha desses camponeses de viver no campo, de serem homens e mulheres que vivem e sobrevivem dos frutos do próprio trabalho que a terra dá, e que existem sentimentos de pertencimento a essa área fronteira.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, José Lindomar. C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano **Soberania alimentar como território**. Workshop Food Sovereignty Theory and Power. Saskatchewan-Canadá, 18 p, Nov. 2008.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial (na)s fronteira (s)**: um estudo sobre a expansão do agronegócio e exploração dos brasiguaios no Norte de Departamento de Alto Paraná – Paraguai. Dourados/MS. 2008. Dissertação (mestrado em geografia) UFGD.

GOETERT, Jones Dari. “A fronteira como jogos de espelhos côncavos”: considerações sobre a construção de representações de lá e de cá em território de fronteira. XV Encontro Nacional de Geógrafos “O espaço não pára. Por uma AGB em movimento”. São Paulo, 12 p, Jul. 2008.

HAESBAERT, Rogério, da Costa. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

NOGUEIRA, Juliana, Tosati. **Fronteiriços: diferentes territorialidades no assentamento Itamarati I-MS**. Dissertação (mestrado em geografia). Dourados-MS 2011.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **Educação e fronteira: processos identitários de imigrantes de diferentes etnias**. São Paulo: USP/Faculdade de Educação, 2002. Tese (doutorado).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: Território Territórios. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Rio de Janeiro 1992.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios homens sem pátria**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O país bandido: crime tipo exportação**. Porto Alegre: RBN, 2003.

Sites:

<http://www.homeopantias.com> – acesso em 10/01/2011.